

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO**

**LEONARDO CAMARGO LODI**

**FEMINISMO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM EDUCAÇÃO:  
uma análise da produção acadêmica nos Grupos de Trabalho da ANPEd  
(2011-2021)**

**São Leopoldo  
2023**

LEONARDO CAMARGO LODI

**FEMINISMO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM EDUCAÇÃO:  
uma análise da produção acadêmica nos Grupos de Trabalho da ANPEd  
(2011-2021)**

Tese apresentada como requisito final  
para obtenção do título de Doutor em  
Educação, pelo Programa de Pós-  
Graduação em Educação da Universidade  
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Aparecida Bilhão

São Leopoldo

2023

L823f Lodi, Leonardo Camargo.  
Feminismo e produção de conhecimentos em  
educação : uma análise da produção acadêmica nos  
Grupos de Trabalho da ANPEd (2011-2021) /  
Leonardo Camargo Lodi. – 2023.

224 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

“Orientadora: Profa. Dra. Isabel Aparecida Bilhão.”

1. Produção de conhecimento. 2. Feminismo.  
3. Educação. 4. ANPEd. 5. N-Vivo. I. Título.

CDU 37

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

LEONARDO CAMARGO LODI

**FEMINISMO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS EM EDUCAÇÃO:  
uma análise da produção acadêmica nos Grupos de Trabalho da ANPEd  
(2011-2021)**

Tese apresentada como requisito final para obtenção do título de Doutor em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em (dia) (mês) (ano)

**BANCA EXAMINADORA**

---

Maria Julieta Abba – UNISINOS

---

Rosangela Fritsch – UNISINOS

---

Edla Eggert – PUC/RS

---

Danilo R. Streck – UCS

---

Isabel Aparecida Bilhão (Orientadora) – UNISINOS

## **AGRADECIMENTO À CAPES**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dedico este trabalho à minha mãe, pela empenho, pelo apoio e pela dedicação comigo e com a minha formação humana e profissional. À minha avó Natalina Vieira Camargo (*in memoriam*) por sempre fazer tudo por aqueles a quem amava. E à minha tia Ângela (*in memoriam*) pela sua forma de ver a vida, as pessoas e por me fazer acreditar que ser eu era a melhor escolha. Iremos nos encontrar em outra dimensão.

## AGRADECIMENTOS

A Tese apresentada é fruto de diálogos, trocas e parcerias que tive ao longo da minha vida pessoal e acadêmica. Obrigado a todos e a todas que fizeram parte dos vários momentos que me fizeram chegar até aqui. Por isso, em especial, irei citar pessoas que foram fundamentais no decorrer das minhas andanças.

À minha mãe, que nunca mediu esforços para ajudar, incentivar e acreditar em mim. Obrigado por ser tão especial e por me ensinar que a vida é feita de escolhas, mas que ajudar, ser gentil e compreender as pessoas é o mais importante. Obrigado por me aceitar, por brigar por mim e por me fazer sentir bem e amado.

Ao meu pai, à minha irmã, aos meus irmãos, à minha sobrinha e ao meu sobrinho, por me impulsionarem a ir atrás do que eu acredito.

À minha querida e amada Olga Duarte, pela leveza, pelo cuidado e pelas palavras de incentivo em momentos que, por vezes, duvidei de mim e da minha trajetória. Não poderia ter alguém tão especial quanto você comigo, mostrando que a vida é bela e que deve ser vivida.

Ao meu amor Jonatham Duarte, que sempre demonstrou a minha capacidade de realizar tudo que almejo, incentivando e ajudando em diversos momentos da minha vida. Te amo.

À minha grande amiga e confidente Carolina Martins. Obrigado pelas conversas sinceras, apoio nas minhas decisões, por ser tão especial e por fazer parte da minha vida desde o início da graduação.

À minha amiga Agnes, que sempre torceu por mim mesmo vivendo em outro estado, por me fazer acreditar que, sim, eu conseguiria terminar a tese e por me mostrar que a prosperidade é o caminho.

Às minhas amigas Mara e Ariele, que desde a graduação estiveram comigo. Obrigado por fazerem parte da minha vida, por mostrar que família a gente escolhe, por estarem nos momentos mais felizes da minha vida e pelo apoio nas situações difíceis que sempre enfrentamos juntos. Amo vocês.

À Ana Carina, que conheci no La Salle Esteio e, desde sempre, apostou em mim e no meu potencial. Obrigado por ser tão parceira e por me ensinar muito todos os dias.

À minha amiga e colega Daiane, pelas conversas, pelos desabafos e pelas parcerias desde sempre. Obrigado.

Acredito ser importante dizer que a minha trajetória acadêmica foi repleta de pessoas importantes que tiveram papel fundamental na minha formação. Foram muitas professoras e professores que influenciaram quem eu me tornei hoje. A todas e a todos vocês o meu eterno agradecimento.

Não poderia deixar de registrar o início de tudo, pois foi o momento de mudança pessoal e profissional em minha vida: a Iniciação Científica. Por este motivo, agradeço ao Professor Danilo Romeu Streck, que apostou, ensinou e apresentou o mundo acadêmico para mim.

À professora Eliana Inge Pritsch que, além de professora e orientadora, foi amiga e parceira de cafés e fotos. Saiba que você foi muito importante para a minha vida e para a minha formação. Obrigado por tudo.

À professora Isabel Bilhão, que foi extremamente importante na construção da tese. Muito obrigado pelo apoio, pelas conversas e pela parceria. Não poderia ter alguém melhor para me acompanhar nesta etapa da minha carreira acadêmica. Te admiro muito!

À banca avaliadora que auxiliou na construção da pesquisa.

Agradeço à CAPES por ter financiado a minha pesquisa. Saliento a importância desse apoio que é tão necessário para o crescimento científico do Brasil. Obrigado.

## RESUMO

A pesquisa apresenta uma análise da construção de conhecimento acerca da temática do feminismo no âmbito da educação. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a construção do conhecimento com base nas produções dos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPED nacional, apresentando um mapeamento de correntes, conceitos e metodologias feministas acerca da temática do feminismo no âmbito da educação, no período de 2011 a 2021. O estudo se caracteriza como descritivo-exploratório, com uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, do tipo estado do conhecimento (ENS; ROMANOWSKI, 2006). Utilizou-se o estado do conhecimento e o software N-Vivo para a realização das análises. Os resultados apontam para possibilidades de rupturas das condições sociais que foram construídas acerca das relações de gênero; os estudos analisados evidenciam a pluralidade de experiências latino-americanas vistas à produção de conhecimento científico de e sobre mulheres; observa-se a importância das atuações de mulheres em práticas educativas em distintos âmbitos acadêmicos que promovam a sua inserção e a sua permanência. Verificou-se que a construção de conhecimentos no âmbito da educação, nos trabalhos apresentados na ANPED, indica a necessidade de pensar em estratégias de base, que busquem a formação cidadã, a qual deve perceber, conhecer e transformar as heranças das relações de gênero, promovendo o processo de participação, inserção, presença e permanência de meninas e mulheres em espaços ocupados, majoritariamente, por homens, torne-se um movimento permanente. Assim, enquanto não formos todos feministas, homens e mulheres, e juntos desenvolvermos uma práxis de compreensão e respeito mútuo, vai ser muito difícil, no Brasil e no mundo, se chegar ao ponto de efetivamente sermos humanos e igualitários.

**Palavras-chave:** Produção de conhecimento. Feminismo. Educação. ANPED. N-Vivo.

## ABSTRACT

The research presents an analysis of the construction of knowledge about the theme of feminism in the field of education. The general objective of the research was to analyze the construction of knowledge based on the productions of GTs 03, 06, 21 and 23 of the national ANPED, presenting a mapping of feminist currents, concepts and methodologies about the theme of feminism in the field of education, in the period from 2011 to 2021. The study is characterized as descriptive-exploratory, with a qualitative approach of a bibliographical nature, of the state of knowledge type. The state of knowledge and the N-Vivo software were used to carry out the analyses. The results point to possibilities of breaking the social conditions that were built around gender relations; the analyzed studies evidence the plurality of Latin American experiences regarding the production of scientific knowledge by and about women; the importance of women's actions in educational practices in different academic areas that promote their insertion and permanence is observed. It was found that the construction of knowledge in the field of education, in the works presented at ANPED, indicates the need to think about basic strategies, which seek citizen training, that must perceive, know and transform the inheritance of gender relations, promoting the process of participation, insertion, presence and permanence of girls and women in sectors occupied mainly by men, become a permanent movement. Thus, while we are not all feminists, men and women, and together we develop a practice of understanding and mutual respect, it will be very difficult, in Brazil and in the world, to reach the point of effectively being human and egalitarian.

**Keywords:** Knowledge production. Feminism. Education. ANPEd. N-Vivo.

## RESUMEN

La investigación presenta un análisis de la construcción del conocimiento sobre el tema del feminismo en el campo de la educación. El objetivo general de la investigación fue analizar la construcción del conocimiento a partir de las producciones de los GT 03, 06, 21 y 23 de la ANPEd nacional, presentando un mapeo de corrientes, conceptos y metodologías feministas sobre la temática del feminismo en el campo de la educación, en el período de 2011 a 2021. El estudio se caracteriza como descriptivo-exploratorio, con abordaje cualitativo de carácter bibliográfico, del tipo estado del conocimiento. Para la realización de los análisis se utilizó el estado del conocimiento y el software N-Vivo. Los resultados apuntan posibilidades de ruptura de las condiciones sociales que se construyeron en torno a las relaciones de género; los estudios analizados evidencian la pluralidad de experiencias latinoamericanas en torno a la producción de conocimiento científico por y sobre las mujeres; se observa la importancia del accionar de las mujeres en las prácticas educativas en las diferentes áreas académicas que promuevan su inserción y permanencia. Se constató que la construcción del conocimiento en el campo de la educación, en los trabajos presentados en la ANPEd, indica la necesidad de pensar estrategias básicas, que busquen la formación ciudadana, que debe percibir, conocer y transformar la herencia de las relaciones de género, promoviendo la proceso de participación, inserción, presencia y permanencia de niñas y mujeres en espacios ocupados mayoritariamente por hombres, se convierta en un movimiento permanente. Así, mientras no todos seamos feministas, hombres y mujeres, y juntos desarrollemos una práctica de comprensión y respeto mutuo, será muy difícil, en Brasil y en el mundo, llegar al punto de ser efectivamente humanos e igualitarios.

**Palabras-clave:** Producción de conocimiento. Feminismo. Educación. ANPEd. N-Vivo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição de homens e mulheres com nível universitário - 2016 .....	38
Figura 2: Lei de 1827 .....	53
Figura 3: Índice de nível de instrução por abandono escolar em 2019 .....	63
Figura 4: Temas emergentes das produções do GT 03 da ANPEd .....	105
Figura 5: Temas emergentes das produções do GT 06 da ANPEd .....	107
Figura 6: Temas emergentes das produções do GT 21 da ANPEd .....	108
Figura 7: Temas emergentes das produções do GT 23 da ANPEd .....	110
Figura 8: Processo de análise de dados .....	114
Figura 9: Temáticas da categoria “A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher” .....	117
Figura 10: Autoras e autores centrais – A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher .....	133
Figura 11: Países de intelectuais reincidentes nos trabalhos da ANPEd – A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher .....	134
Figura 12: Opções metodológicas – A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher .....	135
Figura 13: Temáticas da categoria “Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses” .....	137
Figura 14: Autoras e autores centrais. Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses .....	151
Figura 15: Países de intelectuais reincidentes nos trabalhos da ANPEd – Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses .....	152
Figura 16: Opções metodológicas. Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses metodologias e procedimentos .....	153
Figura 17: Temáticas da categoria “Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação feminina” .....	155
Figura 18: Autoras e autores centrais. Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação .....	184
Figura 19: Países de intelectuais reincidentes nos trabalhos da ANPEd – Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação .....	185
Figura 20: Opções metodológicas. Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação .....	186

Figura 21: Intelectuais com incidência nos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd .....	190
Figura 22: Busca nas produções com software N-Vivo – descrito “feminismo” .....	195
Figura 23: Encontro Convenção Feminina de Vitória. ....	197

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição homens e mulheres com nível universitário – 1970, 1980, 1991 e 2000 .....	37
Gráfico 2: Índice de crescimento da pós-graduação no Brasil entre 1965 a 2008 ....	48
Gráfico 3: Número de cursos de Mestrado e Doutorado em Educação (2016) .....	51
Gráfico 4: Cursos com maior densidade de matrículas de mulheres – 2017 .....	67
Gráfico 5: Cursos com maior densidade de matrículas de homens – 2017 .....	68
Gráfico 6: Proporção de mulheres e homens nas estatísticas de ingresso, matrícula e concluintes nos cursos superiores da graduação – 2017.....	68

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Primeiras faculdades criadas no Brasil.....	29
Quadro 2: Panorama da criação de universidades na América Latina.....	31
Quadro 3: Início de PPGS em Educação – 1971 a 1979 .....	49
Quadro 4: Crescimento de PPGs na década de 1980 .....	50
Quadro 5: Crescimento de PPGs na década de 1990 .....	50
Quadro 6: Mulheres escritoras do século XIX .....	55
Quadro 7: Primeiras mulheres graduadas no Brasil.....	65
Quadro 8: Dados encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....	84
Quadro 9: Dados encontrados no repositório de Periódicos Capes.....	85
Quadro 10: Dados encontrados no Google Acadêmico .....	86
Quadro 11: Dados encontrados no Scientific Eletronic Library Online (SCIELO).....	86
Quadro 12: Produções selecionadas para a revisão de literatura .....	87
Quadro 13: GT 03 ANPEd: Movimento Sociais, Sujeitos e Processos Educativos .	104
Quadro 14: GT 06 da ANPEd: Educação Popular.....	106
Quadro 15: GT 21 da ANPEd: Educação e Relações Étnico-Raciais .....	107
Quadro 16: GT 23 da ANPEd: Gênero, Sexualidade e Educação .....	109
Quadro 17: Modelo de organização – levantamento das bases das produções .....	113
Quadro 18: Modelo de organização – Interpretação de dados .....	113
Quadro 19: A invisibilidade das mulheres/estudantes do proeja na revista EJA em debate – GT6 .....	118
Quadro 20: A boneca Barbie e a educação das meninas – um mundo de disfarces – GT23 .....	119
Quadro 21: Ensina-se a mais antiga das artes às mulheres: a de ter filhos e tornar-se mãe carinhosa – GT23.....	121
Quadro 22: Pobres meninas “ricas” com a gravidez – GT23 .....	121
Quadro 23: O que dizem as crianças sobre meninos e meninas?: anunciando o jogo das construções, desconstruções e reconstruções das dicotomias de gênero na educação infantil – GT23 .....	124
Quadro 24: A educação de mulheres-mães pobres para uma “infância melhor” – GT23 .....	125

Quadro 25: Mulheres-visitadoras, mulheres-voluntárias, mulheres-da-comunidade: o conhecimento como estratégia de diferenciação de sujeitos no PIM – GT23 .....	126
Quadro 26: Gênero e educação superior: um estudo sobre as mulheres na física – GT23 .....	128
Quadro 27: Relações de gênero, tecnologia e formação profissional de mulheres no segmento de mineração – GT23 .....	129
Quadro 28: Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres? – GT23.....	131
Quadro 29: Falas de jovens alunas sobre ser mulher: nas pistas de um dispositivo de feminilidade – GT23 .....	132
Quadro 30: Hip-hop das minas: um olhar sobre a participação de jovens mulheres no movimento hip-hop de belo horizonte – GT3.....	138
Quadro 31: Trajetórias juvenis de mulheres em privação de liberdade e experiências escolares: os sentidos produzidos nos encontros e desencontros com a escola –GT3 .....	139
Quadro 32: Jovens mulheres no ensino médio: expressões culturais, modos de ser jovem e relações de sociabilidade na escola – GT3 .....	141
Quadro 33: “O futuro é uma caixinha de sonhos” ... campo, mulheres, formação e trabalho – GT3 .....	142
Quadro 34: Cinema e relações de gênero: ouvindo mulheres idosas – GT 23 .....	144
Quadro 35: Narrativas de vivências juvenis: as jovens mulheres no centro da cena – GT23 .....	145
Quadro 36: Família e escola: a fabricação da mulher-mãe parceira em tempos de governamentalidade neoliberal – GT23 .....	147
Quadro 37: Igualdade ou heteronormatividade? Jovens mulheres comunicando sentidos, formando significados – GT23 .....	148
Quadro 38: Ser mulher na computação: experiências de alunas em uma IFES nordestina – GT23.....	150
Quadro 39: Mulher e assistência social na ação integralista brasileira: “pelo bem do brasil!” – GT3.....	156
Quadro 40: Trajetórias de mulheres da educação de jovens e adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra – GT3 .....	157

Quadro 41: “Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]”: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça – GT3 .....	159
Quadro 42: Educação da mulher Bororo – Caminhos formativos na educação escolar indígena em Mato Grosso – GT3 .....	160
Quadro 43: Jovens, mulheres e de origem rural: trajetórias de inserção em uma universidade pública no interior do Nordeste brasileiro – GT3.....	162
Quadro 44: A mulher e a docência: histórias de militância – GT6.....	163
Quadro 45: Método e metodologia entre pedagogia popular e feminismo – GT6 ...	164
Quadro 46: Educação como prática de liberdade para/pelas mulheres: o movimento #EleNão – GT6.....	165
Quadro 47: Educação popular e economia solidária pelas mãos das mulheres – GT6 .....	167
Quadro 48: “Eu posso e todas as mulheres podem”: educação, trabalho e alimentação nas experiências pedagógicas de uma escola família agrícola – GT6	168
Quadro 49: Silêncios e vozes das mulheres na pedagogia da alternância: problematizações a partir do "nó histórico" e da "do-discência" – GT6.....	170
Quadro 50: O Papel Político dos Pré-vestibulares Populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública – GT6.....	171
Quadro 51: “Não queria que minha filha tivesse a mesma vida que eu”: um estudo sobre mulheres no trabalho artesanal – GT6 .....	172
Quadro 52: Mulheres camponesas e os processos educativos desencadeados por suas práticas de cuidado à saúde – GT6 .....	174
Quadro 53: Mulheres negras: professoras, sim... Tias, por que não? Ensaio de um processo para além da “desinvisibilização de existências” – GT21 .....	176
Quadro 54: Mulheres negras e professoras no ensino superior – as histórias de vida que as constituíram – GT21 .....	177
Quadro 55: Políticas para mulheres e os desafios da institucionalidade – GT23....	179
Quadro 56: Arpilleras, as linhas resistência: a metodologia feminista das mulheres atingidas por barragens do Brasil – GT23.....	181
Quadro 57: Políticas educacionais para a não discriminação de gênero no Brasil e Chile: Uma análise a partir dos planos de políticas para mulheres – GT23.....	182
Quadro 58: Incidência de expressões nas produções da ANPEd.....	190
Quadro 59: Referências identificadas com o software N-Vivo .....	191

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Expansão de matrículas no ensino superior de 1940 a 1960 .....	33
Tabela 2: Número de cursos de mestrado e doutorado em 2020 .....	52
Tabela 3: Distribuição de conclusão de cursos de mestrado e doutorado .....	52
Tabela 4: Taxa de analfabetismo em 2019 .....	61
Tabela 5: Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (anos) em 2019 .....	62
Tabela 6: Abandono escolar em 2019.....	62
Tabela 7: Matrículas de mulheres em cursos de graduação em 2003 .....	66
Tabela 8: Matrículas de homens em cursos de graduação em 2003 .....	67
Tabela 9: Concentração de matrículas nas regiões do Brasil - 2003 .....	69
Tabela 10: Concentração de matrículas nas regiões do Brasil - 2021 .....	70

## LISTA DE SIGLAS

ANPEd	Associação Nacional de Pesquisa em Educação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE	Parecer do Conselho Federal de Educação
CNDM	Conselho Nacional da Condição da Mulher
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
FUFPI	Fundação Universidade Federal do Piauí
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBID	Programa de Iniciação à Docência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-GOIÁS	Pontifícia Universidade Católica de Goiás

REF	Revista de Estudos Feministas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UDF	Universidade do Distrito Federal
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos

UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional de Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESPAR	Universidade Estadual do Pará
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNITOLEDO	Centro Universitário Toledo
UNIT-SE	Universidade Tiradentes
UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>22</b>
1.1 Aproximação com a temática e rumos pós-qualificação.....	24
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: MULHERES E FEMINISMO EM ÂMBITO EDUCACIONAL</b> .....	<b>28</b>
2.1 Feminismo no Brasil e a presença de mulheres nas etapas de ensino: pioneiras e ativistas pelo direito à educação .....	38
<b>2.1.1 Contexto da universidade e da pós-graduação no Brasil: mulheres e homens na Educação Superior brasileira</b> .....	<b>44</b>
<b>2.1.2 Contexto de formação e produção intelectual de mulheres no Brasil</b> .....	<b>53</b>
<b>2.1.3 Inserção de mulheres na Educação</b> .....	<b>59</b>
<b>3 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: REFLEXÕES, TRAJETÓRIAS E OPÇÕES INVESTIGATIVAS</b> .....	<b>72</b>
3.1 Análise de novas possibilidades epistemológicas e a construção do conhecimento em Educação a partir da temática do feminismo .....	72
3.2 Gênero e feminismo .....	79
3.3 Procedimentos metodológicos e campo empírico .....	81
<b>3.3.1 A produção intelectual de e sobre mulheres na área da Educação</b> .....	<b>82</b>
<b>3.3.2 Apresentação do campo empírico: a ANPEd e seus GTs</b> .....	<b>96</b>
<b>3.3.3 Produções identificadas nos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd</b> .....	<b>103</b>
3.4 Processo de tratamento de dados: caminhos investigativos e analíticos .....	111
<b>4 FEMINISMO NOS GTS DA ANPED: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS BASES DE PESQUISA</b> .....	<b>115</b>
4.1 A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher ....	116
4.2 Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses.....	136
4.3 Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação .....	154
4.4 Contribuições à ampliação e à renovação de abordagens teóricas e metodológicas da temática do feminismo a partir dos trabalhos apresentados na ANPEd .....	187
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>208</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo, negros e brancos, e juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil, no Brasil, se chegar ao ponto de efetivamente sermos uma democracia racial. (GONZALEZ, 1982, p. 223).

Nessa pesquisa, apresento uma análise da construção de conhecimento de estudos embasados em diferentes correntes, conceitos e metodologias acerca da temática do feminismo na produção de conhecimentos acadêmicos no âmbito da educação, no período de 2011 a 2021 com base na análise dos trabalhos apresentados em Grupos de Trabalho (GTs) vinculados à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

O campo empírico da pesquisa foi pensado como uma via de acesso ao entendimento de como a militância e a discussão sobre o feminismo permite a ampliação epistemológica no campo da Educação, demandando a produção de novas abordagens temáticas, novos problemas e novos conhecimentos.

Outra justificativa para a minha pesquisa, pode ser embasada na história, no que tange à desigualdade entre homens e mulheres na educação, sobretudo na divulgação de escritos. Segundo Virgínia Woolf (1929) “anônimo” por muito tempo foi uma mulher, com isso pseudônimos eram utilizados por muitas escritoras, em tempos que eram impedidas de serem publicadas. Escritoras eram “anônimos”, não existiam no plano público, assim como a autoria de escrita feminina. As mulheres escreveram tanto sem ao menos poderem ler seus escritos identificados como seus.

Vistas a isso, é importante explicitar que compreendo o meu lugar de fala, enquanto homem branco, e todos os benefícios e privilégios que carrego. Deste modo, não tenho a pretensão de entender para teorizar sobre a realidade das mulheres como alguém que faz parte de coletivos feministas. A minha posição neste estudo é de alguém que analisa produções acadêmicas na Educação. Por este motivo, penso que Djamila Ribeiro (2020) auxilia neste raciocínio, quando faz a diferenciação entre lugar de fala e representatividade. Segundo ela,

Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco [...], mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele

ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco. (RIBEIRO, 2020, p. 55).

Assim, entendo, em consonância com o que a autora observa, que é preciso que homens brancos cis, gays brancos e mulheres brancas pensem e reflitam sobre machismo, misoginia, branquitude, cisgeneridade e lgbtfofia. Uma vez que este grupo, mesmo que não acredite e compactue com o poder que historicamente reforçam, podem reproduzir, ainda que de forma naturalizada, estas lógicas de relações de poder e, mesmo que não percebam, serem beneficiados por ela. Remetendo ao trecho em epígrafe, acredito que se não desenvolvermos – brancos e pretos – uma práxis de conscientização sobre a questão da discriminação racial, não superaremos definitivamente o racismo em nosso país. No mesmo sentido, enquanto não formos todos feministas, homens e mulheres, e juntos desenvolvermos uma práxis de compreensão e respeito mútuo, vai ser muito difícil, no Brasil e no mundo, se chegar ao ponto de efetivamente sermos humanos e igualitários. (GONZALES, 1982).

Tendo em vista que a tese analisou trabalhos apresentados nos GTs da ANPEd, a pesquisa é de cunho qualitativo e descritivo, de caráter bibliográfico; e a metodologia do estado do conhecimento, por entender que permite a realização de uma análise e um mapeamento de produções acerca da temática do feminismo na área da educação. Essa metodologia tem como uma de suas finalidades, segundo Norma Sandra de Almeida Ferreira (2002, p. 258),

[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e que dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, em que forma e em que condições vem sendo produzidas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

A produção de conteúdo para análise foi realizada a partir das reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), nos Grupos de Trabalhos (GTs) 03 Movimento Sociais, Sujeitos e

Processos Educativos; GT 06 Educação Popular; GT 21 Educação e Relações Étnico-Raciais; e GT 23 Gênero, Sexualidade e Educação.

Assim, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a construção do conhecimento com base nas produções dos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd nacional, apresentando um mapeamento de correntes, conceitos e metodologias feministas acerca da temática do feminismo no âmbito da educação, no período de 2011 a 2021. E como objetivos específicos: contextualizar historicamente a inserção das temáticas do feminismo, de gênero e de mulheres na produção de conhecimento; apresentar e analisar a incidência das diferentes temáticas do feminismo encontradas nos GTs da ANPEd; e identificar e analisar as diferentes escolhas teórico e metodológicas construídas apresentados na ANPEd.

Pensando o conhecimento acadêmico como um campo de disputas, em constante transformação devido aos tensionamentos propostos por diferentes grupos e por diferentes correntes militantes, a tese buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: Como as discussões acadêmicas sobre o feminismo se relacionam com a construção de conhecimentos no campo da Educação? Quais seriam as contribuições à ampliação e à renovação de abordagens teóricas e metodológicas, temáticas e campos empíricos desse corpus documental?

### 1.1 Aproximação com a temática e rumos pós-qualificação

Apresento a seguir a trajetória que me trouxe ao Curso de Doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos (PPGEDU) e a temática de tese. É importante mencionar que toda a minha formação acadêmica aconteceu e acontece nessa Universidade. Iniciei a minha graduação em Letras Português e Inglês, com 16 anos, em 2011, logo após a finalização do ensino médio. Lembro-me de várias professoras e professores me questionarem por estar tão cedo na universidade, e eu, sem saber muito o que dizer, falava do meu sonho de ser professor. Este sonho se concretizou no terceiro semestre de graduação, atuando no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no Colégio Estadual Dr. Wolfram Metzler, em Novo Hamburgo/RS.

Fiz parte, durante a minha graduação, do Grupo de Pesquisa Mediações Pedagógicas e Cidadania, como Bolsista de Iniciação no PPGEDU, na então Linha

de Pesquisa: III Educação, Desenvolvimento e Tecnologias<sup>1</sup>. Um dos projetos em que eu estava inserido, era o Projeto de Fontes do Pensamento Pedagógico Latino-americano, que tinha como um de suas premissas identificar as contribuições de intelectuais para práxis pedagógica na América Latina. Particpei de diversos movimentos de pesquisa: reuniões com estudantes do mestrado e do doutorado, participação em disciplinas do PPGEDU, realização de entrevistas, pesquisa de campo, construção e apresentação de pesquisas em eventos nacionais e internacionais, sendo todos vinculados com os temas: educação popular, pesquisa participante e fontes do pensamento pedagógico latino-americano, sob a orientação do professor Dr. Danilo Romeu Streck.

Com a participação no projeto mencionado, realizei aproximações com a área de Letras, através da minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Neste estudo, fiz a análise de escritos da poetiza dominicana Salomé Ureña de Henríquez y Carvajal, procurando compreender como os escritos da autora revelam um caráter pedagógico que a insere em uma Pedagogia Latino-americana. Além disso, produzi minha Dissertação, em que analisei e identifiquei as contribuições de Salomé Ureña para a Educação Latino-americana, problematizando as possibilidades de (des)colonialidade de ser, saber e poder na vida e na obra poética da intelectual.

Durante a pesquisa de mestrado e a participação no projeto de Fontes, fui descobrindo outras mulheres que foram invisibilizadas ou esquecidas no tempo e na história. E todo esse universo de “escavação” por informações de Salomé Ureña, me fizeram querer saber e pesquisar mais sobre a história das mulheres na educação no tempo presente.

Após a realização da banca de qualificação, foram reorganizados alguns pontos do que foi proposto. A começar pelo acampo empírico que, anteriormente considerava quatro veículos de divulgação acadêmica, agora está centrado nos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd.

Com relação à revisão de literatura, foram sugeridas pela banca as seguintes revistas: Revista de Estudos Feministas (REF)<sup>2</sup> e Cadernos Pagu<sup>3</sup>, para ampliar as

---

<sup>1</sup> Atualmente as Linhas de Pesquisa são: História, Políticas e Gestão da Educação; Formação, Pedagogias e Transformação Digital; Educação, Desigualdades e Inclusão.

<sup>2</sup> A editora chefe da Revista é Cristina Scheibe Wolff (UFSC).

<sup>3</sup> As editoras do Cadernos Pagu são: Natália Corazza Padovani (Pagu-Unicamp) e Julian Simões (DECISO-UFPR).

discussões sobre a temática da produção de conhecimento em educação na temática do feminismo. As produções das revistas foram utilizadas para o embasamento das discussões. Ambas Revistas possuem consolidação na área, tendo em vista que a REF está em circulação desde 1992, momento de sua fundação no Rio de Janeiro, e editada pela UFSC desde 1999; e Cadernos Pagu teve seu início em 1993, com a intenção de ampliar a visibilidade sobre a temática de gênero e feminismo.

A partir das recomendações, das sugestões e dos apontamentos, a tese teve um direcionamento para que fosse construída e será apresentada com base na seguinte organização:

1 Introdução – em que foi apresentada a aproximação e a justificativa do tema de tese.

2 Contextualização histórica: mulheres e feminismo em âmbito educacional – que traz um contexto do feminismo e da trajetória de mulheres na educação; 2.1 Feminismo no Brasil e a presença de mulheres nas etapas de ensino: pioneiras e ativistas pelo direito à educação – esta seção retoma personalidades importantes para o feminismo e a inserção de mulheres em espaços formais de educação; 2.1.1 Contexto da universidade e da pós-graduação no Brasil: mulheres e homens na Educação Superior brasileira – em que é apresentado um panorama da Universidade e a presença de mulheres neste contexto; 2.1.2 Contexto de formação e produção intelectual de mulheres no Brasil – traz reflexões sobre o papel da mulher, as transformações e a conquista do direito à Educação com a constituição de espaços escolares e de publicações de textos para mulheres; 2.1.3 Inserção de mulheres na Educação – apresenta dados sobre a presença de meninas e mulheres nas etapas de ensino; 3 Referenciais teórico-metodológicos: reflexões, trajetórias e opções investigativas – traz o embasamento teórico da pesquisa; 3.1 Análise das novas possibilidades epistemológicas e a construção do conhecimento em Educação a partir da temática do feminismo – discorre sobre epistemologias feministas e gênero, situando e fazendo reflexões sobre a produção de conhecimento em educação acerca da temática da pesquisa; 3.2 Gênero e Feminismo – a seção apresenta as noções de gênero e feminismo; 3.3 Procedimentos metodológicos e campo empírico – discorre sobre as opções metodológicas e o campo de estudo; 3.3.1 A produção intelectual de e sobre mulheres na área da Educação – apresenta as pesquisas que, direta ou

indiretamente, relacionam-se com a análise de produção acadêmica de mulheres; 3.3.2 Apresentação do campo empírico: a ANPEd e seus GTs – faz uma descrição dos GTs que farão parte da análise da pesquisa; 3.3.3 Produções identificadas nos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd – descreve as temáticas do feminismo, que foram identificadas nos GTs analisados pela tese; 3.4 Processo de tratamento de dados: caminhos investigativos e analíticos – apresenta a metodologia utilizado na tese e as formas com que as análises foram realizadas.

No capítulo 4, Feminismo nos GTs da ANPEd: apresentação e análise das bases de pesquisa – é apresentação e discussão das análises das produções acadêmicas da ANPEd, em que são apresentadas as construções de conhecimento de estudos embasados em diferentes correntes, conceitos e metodologias acerca da temática do feminismo na Educação. E, por fim, no capítulo 5, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, seguida das referências bibliográficas utilizadas.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: MULHERES E FEMINISMO EM ÂMBITO EDUCACIONAL

Esta seção tem como objetivo apresentar o contexto do que considero essencial para compreender o processo de consolidação da universidade no Brasil. Entendo ser necessária esta contextualização, considerando que a presente pesquisa faz um estudo sobre a presença e a produção de conhecimentos de mulheres intelectuais feministas em âmbito acadêmico.

Começo com uma indagação feita por Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2006, p. 19): “por que, no início do século XXI, nos preocupamos em discutir a universidade no Brasil, situando sua história e os impasses por ela vividos até os anos 60?”. Sobre isso, ressalto a importância de conhecer a história para compreender como a Educação Superior se constitui como a conhecemos hoje, principalmente porque

[...] ela foi criada não para atender as necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. (FÁVERO, 2006, p. 19).

As primeiras iniciativas de instituições de ensino como cursos e academias visando a formação de profissionais começaram a surgir em 1808, com a transmigração da Família Real para o Brasil. No dia 18 de fevereiro de 1808, por decreto, foi criado o Curso Médico de Cirurgia na Bahia (FÁVERO, 2006).

Embora a pesquisa não tenha como pretensão apresentar todo o contexto de composição da Educação Superior, apenas de apresentar questões pontuais para o surgimento das universidades, o quadro abaixo ilustra o progresso desse segmento no Brasil, partindo das primeiras faculdades.

Quadro 1: Primeiras faculdades criadas no Brasil

Ano	Instituição
1808	Faculdade de Cirurgia da Bahia-Salvador
1808	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1827	Faculdade de Direito de Olinda
1827	Faculdade de Direito de São Paulo
1839	Faculdade de Farmácia de Ouro Preto
1876	Escola de Minas-Ouro Preto
1891	Faculdade Nacional de Direito – Rio de Janeiro
1892	Faculdade de Direito- Belo Horizonte
1893	Escola Politécnica-São Paulo
1896	Escola de Engenharia Mackenzie-São Paulo
1898	Faculdade de Direito de Goiás

Fonte: Cofen<sup>4</sup> (2015).

Com relação às primeiras universidades, o macro temporal é a constituição da primeira universidade oficializada pelo Governo Republicano, a Universidade do Brasil, que viria a ser a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1920<sup>5</sup>, por meio do Decreto nº 14.343 que diz:

Art. 1º Ficam reunidas, em Universidade do Rio de Janeiro, a Escola Polytechica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, dispensada esta da fiscalização. (BRASIL, 1915, s/p).

Na década de 1920 pensava-se a universidade para minorias e como um meio de produção de profissionais, e não focada no conhecimento científico, o que era visto como um problema da Educação Superior no Brasil, já que a universidade não chegava a formar uma elite científica nacional (FÁVERO, 2006).

Cabe lembrar dois modelos universitários então existentes: o Modelo Napoleônico, desenvolvido na França, que era destinado a promover competências profissionais e administrativas para viabilizar estabilidade da máquina de Estado. Sobre esse modelo, Maria de Fátima Costa de Paulo (2009, p. 73) diz que ele é “[...]”

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos\\_31492.html](http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492.html)>. Acesso em: 04 maio de 2020.

<sup>5</sup> Constituída com as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito (FÁVERO, 2006, p. 21).

caracterizado por escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal”. O Modelo Humboldtiano, criado por Guillermo Humboldt, postula a formação por meio da pesquisa, da autonomia e da liberdade administrativa, seu marco foi na organização da Universidade de Berlim, sob os princípios de Humbolt, em 1808. Segundo Paulo (2009, p. 75), o modelo

[...] destaca a importância da pesquisa como função primordial da universidade, ao lado do ensino, concebendo a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da formação como característica essencial da Universidade, ao lado da universalidade de campos de conhecimento, garantida pela centralidade do papel desempenhado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como órgão articulador, por excelência, dos diversos campos do saber.

O modelo Humboldtiano foi adotado como um guia do ensino superior, que é um modelo seguido, em certa medida, até os dias de hoje, pois a sua premissa é unir o ensino e a pesquisa, sendo a forma com a qual as universidades organizam atualmente seus Programas de Pós-Graduação. Segundo Andrea Bottoni, Edécio Sardano e Galileu Filho (2013, p. 25)

Independentemente do modelo de ensino, o que se debatia no século XIX era a nova universidade, voltada à pesquisa e à ciência, que iria reformular o conhecimento humano em todos os campos do saber. O Brasil, no entanto, viveu 114 anos (1808 a 1922) sem instituições destinadas a formular e a ministrar (no nível superior) o saber científico puro, ou seja, “desinteressado”.

Com isso, pode-se dizer que o Brasil iniciou mais tardiamente a constituição de universidades, tanto se comparado à Europa, quanto se comparado aos demais países latino-americanos que tiveram suas primeiras universidades constituídas ainda no período colonial.

Segundo Danilo Streck (2005, p. 61) “os livros de história da educação na América Latina nos informam que as primeiras universidades foram fundadas em Lima e no México, no ano de 1551”. Ainda segundo o autor, a criação destas universidades acontece antes mesmo de Harvard, a primeira universidade nas colônias inglesas da América, em 1636.

O quadro abaixo apresenta a periodização da constituição de universidades na América Latina:

Quadro 2: Panorama da criação de universidades na América Latina

Ano	Instituição
1551	Universidade Nacional Autônoma do México
1551	Universidade de Lima
1562	Colegio Universitário de Santo Tomas – Colômbia
1613	Universidade Nacional de Córdoba – Argentina
1624	Universidade Maior Real e Pontifícia San Francisco Xavier de Chuquisaca – Bolívia
1653	Universidade de Rosário – Argentina
1721	Universidad Central de Venezuela
1728	Universidade de Havana – Cuba
1826	Universidade Central do Equador
1832	Universidad Mayor de San Simon – Bolívia
1842	Universidade do Chile
1849	Universidad de la República- Uruguai
1890	Universidad Nacional de Asunción- Paraguai

Fonte: Cofen (2015).

É importante pontuar que as outras universidades da América Latina foram constituídas ao longo da dominação espanhola, que não valorizava as culturas nativas. Além disso, todas as universidades seguiam o modelo europeu e eram organizadas pela Igreja Católica, especialmente pelos jesuítas na América Espanhola. Observando a cronologia, o Brasil constituiu sua primeira instituição tardiamente, comparando com outros países da América Latina, Europa e América do Norte, sendo uma diferença de 369 anos.

A constituição da primeira universidade no Brasil contou com profissionais de outros países – estadunidenses e europeus, que foram opções para o desenvolvimento da Educação Superior nacional, tendo em vista que tinham experiência nesta modalidade de ensino há mais tempo. Deste modo, este ponto pode ser analisado como uma forma de encobrimento dos conhecimentos e das experiências de intelectuais e das universidades da América Latina, que já tinham as suas primeiras universidades nesse período. É um fato que as referências não foram de instituições latinas, mas considerando o contexto político e econômico, pode-se questionar se esta não seria uma escolha mais coerente para o Brasil?

A opção por outros profissionais é justificada por Fávero (2006), que escreve sobre a vinda de europeus e estadunidenses, enfatizando que isto aconteceu porque no Brasil havia uma lacuna de uma equipe de professores e professoras com instrução sob métodos científicos, por isso a necessidade de contratar profissionais de renome fora do país. Um exemplo deste movimento é da Universidade do Distrito Federal (UDF)<sup>6</sup> que, no ano de 1935, efetuou “[...] a constituição de seu corpo docente e a organização de seus cursos. Com essa preocupação, buscaram-se na Europa professores para aquelas áreas em que se considerava não haver, no Brasil, profissionais suficientemente preparados”. (FÁVERO, 2006, p. 26).

Anísio Teixeira, fundador da UDF e até então Secretário da Educação do Rio de Janeiro, em pronunciamento, falou sobre a importância de a universidade ser um espaço para a produção de conhecimento e investigação.

[...] ficamos capazes de compreender - pelos processos científicos modernos - tanto mais ficamos capazes de aplicar, sob forma nova, o que compreendemos - pelos meios industriais modernos - tanto mais precisamos e tanto mais sentimos a Universidade, a instituição que vela para que a curiosidade humana não se extinga, mas se cultive, se alimente e continue a fazer marchar a vida. (TEIXEIRA, 1935, s/p).

Embora a universidade tenha feito a composição de seu corpo docente e a organização de suas atividades, a UDF foi encerrada em 1939 (FÁVERO, 2006), por impedimento do Governo Federal que, sob a condução de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, defendia a universidade sob o controle do Estado e da Igreja Católica.

Entre 1950 e 1980, o Brasil passou por uma grande transformação. A situação econômica é bastante otimista e com o crescimento, deixa de ser rural e agrícola, passando a ser um centro de produção da indústria e do setor de serviços. Com a tomada de consciência de outros setores da sociedade sobre a precarização da educação superior, muito em conta pela aceleração do desenvolvimento econômico e sociocultural, surge um movimento para a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), na segunda metade da década de 1950. Com isso,

---

<sup>6</sup> Além da UDF, destaca-se a importância de outras duas instituições Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e Universidade de São Paulo (1933), pela sua proposta de organização e das funções de universidade de forma livre e autônoma.

Limitados inicialmente ao meio acadêmico, os debates e reivindicações deixam de ser obra exclusiva de professores e estudantes para incorporarem vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país. (FÁVERO, 2006, p. 29).

Observa-se então a expansão do ensino superior. Em decorrência do investimento e do crescimento econômico, houve aumento no número de matrículas, conforme apresenta a tabela abaixo:

Tabela 1: Expansão de matrículas no ensino superior de 1940 a 1960

Ano	Total de Matrículas	% de Crescimento	Matrículas em Instituições Privadas	% das matrículas Privadas sobre Total
1940	27.671	--	--	--
1950	48.999	--	--	--
1954	64.645	--	26.905	41,6
1955	72.652	12	30.755	42,3
1956	78.659	8	38.362	48,8
1957	79.505	1	38.051	47,9
1958	84.481	6	37.570	44,5
1959	87.603	4	38.562	44,0
1960	93.202	7	41.287	44,3

Fonte: Levy (1986).

Nessa tabela, é possível identificar um aumento significativo no ingresso de estudantes no ensino superior, principalmente na década de 1960. É importante ressaltar que naquela década acontecem diversos movimentos e transformações no contexto universitário brasileiro, sobretudo com a constituição da Universidade de Brasília (UNB), identificada como o ápice do movimento de modernização do ensino superior no Brasil (FÁVERO, 2006). A instituição de ensino superior, foi instruída pela Lei n. 3.998, em 1961, e surge como uma proposta moderna no Brasil seja pelas “[...] finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30” (p. 29).

Todavia, segundo Braga (1989) a partir de 1975 houve contenções no avanço do ensino superior:

A partir de 1975 a expansão começou a ser contida por sucessivos decretos governamentais, mas, mesmo assim, cresceu ainda 35% até 1980, atingindo o montante de 1.377.286 estudantes, quando se dá uma estabilização ao redor desse número, passando depois a ter índices negativos de crescimento em toda a década de oitenta, em função dos índices de crescimento da população global do país. Hoje conta o Brasil com 1.430.755 matrículas de nível superior em 88

universidades e 771 escolas isoladas; não houve portanto alteração de monta em relação aos dados de 1980. (BRAGA, 1989, p. 1).

Outro movimento importante á a participação estudantil através do movimento União Nacional dos Estudantes (UNE). A criação da UNE, segundo Carla Michele Ramos Torres (2016, p. 1), acontece

[...] em 11 de agosto de 1937, período que antecede em alguns meses o início do Estado Novo, é resultado da expansão de instituições educacionais de nível superior no Brasil, principalmente a partir da década de 1930.

As pautas e reivindicações de estudantes visavam a combater a elitização, o modelo arcaico na universidade e a resolver a questão dos *excedentes* – candidatos que tinham a nota para aprovação, mas não tinham a garantia de ingresso na universidade. No início dos anos 1960 a UNE promoveu seminários que discutiam pautas da crise universitária que, segundo Fávero (1994, p. 150-151), centravam-se em:

- Autonomia universitária;
- Participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa;
- Adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes;
- Ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas;
- Flexibilidade na organização de currículos.

Um fato importante no cenário da Educação Superior foi o golpe civil-militar de 1964, em que estudantes que faziam manifestações e visavam a melhoria da educação, foram considerados como parte de um movimento de subversão da ordem, sobretudo com a Lei 4.464/1964, a conhecida Lei Suplicy – que buscou desmobilizar o movimento estudantil e reduzir ao máximo a politização da participação discente nas universidades. Deste modo, por intervenção do governo, um dia após o golpe, a UNE foi substituída pelos Diretórios Centrais (DCE) e

Diretórios Acadêmicos (DA), promovendo uma descentralização da representação estudantil. Por muito tempo a UNE movimentou-se na clandestinidade<sup>7</sup>.

Em 1968, ocorreu uma reestruturação do funcionamento da Educação Superior do Brasil, com a reforma universitária. Tendo em vista que o Brasil estava sob um regime autoritário, as universidades se encontravam em uma constante vigilância. Segundo Fávero (2006, p. 34)

Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: o sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação.

A reforma de 1968, segundo Helena Sampaio (1991, p. 15) “[...] correspondia a uma versão conservadora do projeto proposto por Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília, que incorporava muitas das novas ideias do movimento docente e estudantil”. Ainda segundo a autora, as principais medidas da reforma ocorreram, principalmente, em cinco eixos:

- Aboliu a cátedra<sup>8</sup> e instituiu os departamentos como unidades mínimas de ensino e pesquisa;
- Implantou o sistema de institutos básicos;
- Estabeleceu a organização do currículo em duas etapas: o básico e o de formação profissionalizante;
- Decretou a flexibilidade curricular com o sistema de crédito e a semestralidade;
- Estabeleceu o duplo sistema de organização: um, vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo.

---

<sup>7</sup> Embora a UNE estivesse sofrendo opressões políticas, suas atividades continuaram acontecendo, na clandestinidade, mesmo que de forma restrita. Com o fim da ditadura, a UNE volta às ruas defendendo o direito dos estudantes e a consolidação da democracia. Em 1984, participou e realizou manifestações em comícios populares, com a campanha “Diretas Já”.

<sup>8</sup> É um sistema em que cada matéria ou área do conhecimento é de responsabilidade de um professor vitalício, o catedrático, que tem o poder de decisão, escolhe e demite seus auxiliares. (SAMPAIO, 1991, p. 15).

Segundo Sampaio, há dois processos a serem considerados sobre este momento político-educativo no Brasil. De um lado uma repressão política, conduzindo a uma deslegitimação; e de outro ponto, a expansão, sendo uma maneira de o governo lidar com a pressão pela demanda por ensino superior que havia sustentado a reforma de 1968.

Os intensos debates visando soluções para os problemas educacionais fez com que fosse criado, através do decreto n. 62.937/1968, o Grupo de Trabalho (GT), o qual tinha como objetivo estudar e pensar em medidas para a crise universitária (FÁVERO, 2006).

Uma figura importante na história do ensino superior brasileiro é Florestan Fernandes. Segundo ele, o GT

[...] contém, de longe, o melhor diagnóstico que o Governo já tentou, tanto dos problemas estruturais com que se defronta o ensino superior, quanto das soluções que eles exigem. Se a questão fosse de avanço 'abstrato' e 'teórico' ou verbal, os que participam dos movimentos pela reforma universitária poderiam estar contentes e ensarilhar suas armas. Entretanto, o avanço "abstrato" e "teórico" esgota-se [...] como se ele fosse uma verbalização de circuito fechado. (FERNANDES, 1975, p. 4-5).

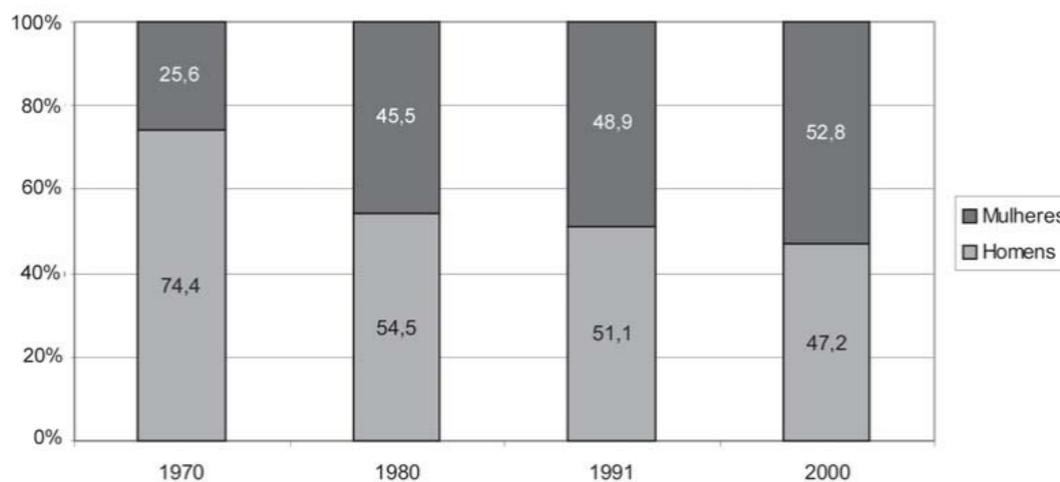
Segundo Fernandes, a reforma universitária aconteceu em meio a um regime totalitário, em que fundamentos democráticos não foram exercidos, ou seja, "ela não flui da nossa vontade, não responde aos anseios que animam nossas lutas pela reconstrução da universidade". (FERNANDES, 1975, p. 204).

A partir dessa contextualização da história da Educação Superior no Brasil pode-se apontar que as principais discussões e reivindicações estavam centradas na organização das universidades, que ainda não atendiam as necessidades do processo de desenvolvimento do ensino superior; no problema do acesso elitizado e no modelo arcaico; na defesa de um modelo flexibilizado do currículo; na autonomia universitária e nas funções da universidade como difusão da ciência, da profissionalização da docência e da tecnologia.

Segundo Moena de Castro Guedes (2008), com relação ao acesso de mulheres em universidades, pode-se inferir que começa a ser questionado em 1970, em que os papéis sociais começaram a ser mais debatidos, possibilitando uma reversão de um quadro de desigualdade na educação e na inserção laboral. Com o ressurgimento do movimento feminista, acontece a entrada de mulheres no mercado

de trabalho, em que há a tentativa de deslocar a concepção do espaço domésticos e os afazeres do lar. Com relação aos números de mulheres e de homens na universidade, pode-se perceber a ascensão de mulheres universitárias a partir de 1970. Registra-se que, embora o aumento de críticas e questionamentos da presença de mulheres nas universidades tem uma maior incidência na década de 1970, é inegável que os movimentos feministas são anteriores a esse período. É importante pontuar que o momento em que as mulheres estão ingressando mais significativamente na universidade, é o mesmo período em que há a criação de Cursos de Mestrado e Doutorado no Brasil, conforme será apresentado no decorrer desta seção.

Gráfico 1: Distribuição homens e mulheres com nível universitário – 1970, 1980, 1991 e 2000



Fonte: Guedes (2008, p. 124).

Em 1970 25,60% de mulheres e 74,40% de homens; 1980 45,50% de mulheres e 54,50% homens; 1991 48,90% mulheres e 51,10% homens; 2000 52,80% mulheres e 47,20% homens (GUEDES, 2008). Se em 1970 a maioria eram homens, em 2000 a presença feminina passa a ser a maioria com mais de 50%.

Figura 1: Distribuição de homens e mulheres com nível universitário - 2016



Fonte: IBGE, 2018.

Os dados apresentados por Guedes (2008) ainda refletem a maior presença de mulheres no Ensino Superior completo. No entanto, segundo dados do IBGE de 2022, as mulheres continuam com salários inferiores ao dos homens, ganhando um percentual de 77,7% do salário masculino em 2019; e quando analisados cargos de gerência e direção há um total de 61,9% em comparação ao salário de homens.

## 2.1 Feminismo no Brasil e a presença de mulheres nas etapas de ensino: pioneiras e ativistas pelo direito à educação

As raízes do feminismo remetem às ideias liberais de igualdade, resquícios das demandas trazidas pela Revolução Francesa de 1789 (PINTO, 2010). Assim, no século XIX, iniciado por mulheres inglesas, acontecia a reivindicação do direito ao voto. Neste movimento, ficaram conhecidas como *sufragistas*, sendo o direito ao voto, uma de suas reivindicações, fato que ocorreu em 1918 (PINTO, 2010).

Assim como as feministas inglesas, uma das primeiras ações de mulheres feministas no Brasil também ocorreu em virtude do direito ao voto e o direito à educação. A conquista do direito ao voto aconteceu em 1932, em que as mulheres foram lideradas por Bertha Lutz<sup>9</sup>, que naquele momento era referência internacional,

<sup>9</sup> Bertha Lutz é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Fonte: Agenda Senado. Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de

que “[...] seria a grande orientadora do movimento feminista nacional”. (FRACCARO, 2018, p. 9).

Em 1923, houve uma articulação entre países para a promoção da organização dos movimentos de mulheres no mundo. A Brasileira Bertha Lutz, participou da conferência “International Woman Suffrage Alliance”, em Roma. Lutz havia recém criado a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), com apoio de Carrie Chapman<sup>10</sup> (FRACCARO, 2018).

Em seu relatório, Lutz afirma que “a regulamentação do trabalho das mulheres deve assegurar condições de igualdade”. Segundo Glaucia Fraccaro, a partir daquele momento, a feminista

[...] se viu envolvida com as demandas de trabalhadoras do serviço público e do comércio. Em cartas enviadas ao poder público em defesa desses casos particulares, a feminista afirmou que a FBPF estava ao lado da instalação da legislação do trabalho no Brasil e da batalha pela ratificação do Tratado de Versalhes. (FRACCARO, 2018, p. 66).

Sua batalha pela ratificação do Tratado de Versalhes significava que ela defendia um padrão de trabalho, igualdade econômica e civil, e a proteção da maternidade. Segundo Lutz, a origem do feminismo estava nos fatores econômicos que levaram a mulher a trabalhar pela sua subsistência. Uma mulher-chave neste momento de busca por direitos ao trabalho foi Maria Lacerda de Moura<sup>11</sup>, pois participou da organização anarquista, durante os anos 1920. Esses grupos também desenvolveram “iniciativas para a formação de grupos femininos que tratassem com especificidade a questão da mulher trabalhadora” (FRACCARO, 2018, p. 67).

Além do direito ao voto, uma das primeiras reivindicações do movimento feminista foi o direito à educação, que teve em Nísia Floresta no século XIX, uma das pioneiras do feminismo no Brasil. Ela, com seus escritos, relatava a condição das mulheres, buscando a mudança e a inserção de meninas na educação para que ultrapassassem os limites do dançar e do cantar. Segundo Duarte (2012, p. 176), o

---

Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. (PINTO, 2009, p. 16).

<sup>10</sup> Carrie Clinton Lane Chapman foi uma hábil estrategista política, foi sufragista e ativista pela paz que ajudou a garantir para as mulheres americanas o direito de voto. Ela dirigiu a National American Woman Suffrage Association (NAWSA) e fundou a League of Women Voters (1920) para trazer as mulheres para a corrente política dominante. Fonte: National Women's History Museum.

<sup>11</sup> Para mais informações da trajetória e das experiências de Maria Lacerda de Moura ver Fontes da Pedagogia Latino Americana: uma antologia, 2011.

primeiro livro da autora *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, “[...] é o primeiro de que se tem notícia no Brasil que se trata do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e que exige que elas sejam consideradas como seres inteligentes e merecedores de respeito pela sociedade”.

Segundo Cynthia Andersen Sarti (2004), o movimento feminista perdeu força na década de 1930, retomando sua ascensão em 1960 na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, a sociedade enfrentava um momento de pressão política e de desmonte de movimentos sociais com a ditadura militar de 1964. Cabe salientar que este período é marcado pela efervescência dos acontecimentos políticos, que culminaram com as primeiras manifestações públicas de feministas em 1970. Segundo Elismênia Aparecida Oliveira (2015, p. 124), “[...] mais mulheres começam a entrar nas universidades brasileiras na década de 1970 e 1980, estabelecendo núcleos de pesquisa aliados a metodologias feministas de publicações feministas fora das universidades”.

Segundo Sarti (2004, p. 37), este momento de ditadura pode ser compreendido como uma forma de resistência das mulheres, tendo em vista que

O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, naquele momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota das que acreditaram na luta armada e com o sentido de elaborar política e pessoalmente essa derrota.

Segundo Miriam Pillar Grossi (2004, p. 213):

No Brasil, devido à ditadura militar, o feminismo se desenvolve com algumas particularidades. Uma delas é a grande importância do caráter de luta de classe e contra a ditadura que marca as primeiras publicações feministas dos anos 70 (*Jornais Brasil Mulher e Nós, Mulheres*).

Eram muitos os movimentos internacionais de mulheres em luta por direitos, como a I Conferência Internacional da Mulher, no México, em 1975. Neste momento, a ONU declarou que os próximos 10 anos seriam considerados como a década da mulher.

O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda atuava nos bastidores da

clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente, como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia. (SARTI, 2004, p. 39).

Segundo Pinto (2010 p. 17), no Brasil, também em 1975, houve

[...] uma semana de debates sob o título ‘O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira’, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que terá papel muito relevante na luta pela anistia, que ocorreu em 1979.

Desta forma, o ressurgimento do movimento feminista no Brasil, como movimento social, naquele período, teve articulação com as lutas sociais, sobretudo com a redemocratização, pois houveram diversas ações e manifestações de mulheres no Brasil, especialmente para denunciar e garantir direitos ao trabalho, à terra, à saúde, à igualdade racial e sexual. Nas palavras de Pitanguy (2008, p. 11)

[...] em 1975, no Rio de Janeiro, um grupo de mulheres organizou aquele famoso seminário sob os auspícios da ONU para discutir a questão da mulher e recuperar o movimento, isso representou para nós, mulheres, um dos primeiros movimentos em que o movimento social – movimento feminista buscava de alguma forma ter voz no cenário político, rompendo o que era considerado legítimo até então; era considerado como discurso político legítimo a união do povo brasileiro e das forças progressistas na luta contra a ditadura: esse era o grande discurso progressista.

Neste momento, questionava-se e problematizava-se a “universalização” da mulher, sem distinguir e criticar questões como classe social e raça, por exemplo. Este momento foi marcado pela interface de mulheres da classe média intelectualizadas, com as camadas populares (PINTO, 2010), marcando o cunho político-social do movimento feminista e a relação entre teoria e prática (SOARES, 1994).

Segundo Sarti (2004, p. 40)

Os grupos feministas, tendo a origem social de suas militantes nas camadas médias e intelectualizadas, em sua perspectiva de transformar a sociedade como um todo, atuaram articulados às demandas femininas das organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras

Com as mobilizações que estavam ocorrendo, o movimento feminista foi interpretado de diversas formas. Segundo Sarti (2004, p. 6),

[...] inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Viviam-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina.

Um momento importante para a democracia e o progresso do movimento feminista e de movimentos sociais no Brasil, foi a anistia de 1979, em que “[...] a volta das exiladas [...] contribuiu para fortalecer a corrente feminista no movimento das mulheres brasileiras”. (SARTI, 2004, p. 41). Foi um momento em que feministas apresentaram experiências vividas no exílio, que “[...] com uma organização doméstica distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade brasileira, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política”. (SARTI, 2004, p. 41).

Em 1984, há uma conquista significativa para o movimento feminista brasileiro com a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984. Segundo Pinto, esse

[...] tendo sua secretária com status de ministro, promoveu junto com importantes grupos – como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília – uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo. (PINTO, 2010, p. 17).

Importante mencionar que o CNDM foi invisibilizado nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Todavia, “no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente”. (PINTO, 2010, p. 17).

Na década de 1980, segundo Sarti (2004, p. 42), o movimento feminista já tinha

[...] uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As idéias

feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular.

Neste momento, ocorreram diversas formas de organizações do movimento feministas, especialmente através de Organizações Não-Governamentais (ONGs). As atuações das mulheres, influenciaram em diversas áreas, tais como: saúde (concepção e usos sociais do corpo); segurança, especialmente no combate violência contra a mulher (com a criação de delegacias próprias com a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher – DDM, em 1985); político-legislativo com a extinção da tutela masculina conjugal, em 1988.

Com o que foi exposto, é evidente que as ações de mulheres pela busca de direitos se apresentam como necessárias e básicas, que se quer deveriam ser discutidas como direitos. Neste sentido, Simone de Beauvoir (1970) reflete sobre a dualidade entre os sexos, em que algum dado momento houve um conflito que o homem se colocou como superior à mulher. Todavia, segundo a autora e o que coloco após a redação sobre o conceito, a história do feminismo e das mulheres, é de que as mulheres poderiam ter saído vitoriosas. Então “Por que este mundo sempre pertence aos homens e só hoje as coisas começam a mudar? Será um bem essa mudança? Trará ou não uma partilha igual do mundo entre homens e mulheres?” (BEAUVOIR, 1970, p. 15). As mudanças ocorrem em vários segmentos, e o que pauto é sobre as pioneiras, as fontes que trilharam esse caminho de transformação e de reivindicação de direitos para as mulheres.

A presença das mulheres em espaços formais de educação, veio se constituindo e se transformando no Brasil pelo menos desde o século XIX. Em um apanhado histórico, as primeiras escolas criadas no Brasil pelos Jesuítas eram exclusivamente para homens, sobretudo os mais afortunados. Com a independência do Brasil (1822), diversas foram as mudanças, especialmente para a educação em 1827 em que há a possibilidade de educação para meninas.

É importante pontuar que, embora houvesse o avanço do direito à educação, as escolas para meninas possuíam características diferentes e tinham enfoques na instrução do cuidado, da casa e da família. Para os meninos, o ensino da

matemática, por exemplo, incluía adição, subtração, divisão, multiplicação, números decimais, frações, proporções e geometria. Às meninas, era apresentado nada além das quatro operações básicas da matemática.

Uma especificidade dos movimentos feministas é a relação entre teoria e militância. Por este motivo, é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria (PINTO, 2010).

Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. (PINTO, 2010, p. 15).

Seria possível conhecer o movimento feminista a partir de duas percepções que estão intrinsecamente relacionadas: pelas ações do movimento feminista e pela produção científica de mulheres. Deste modo, elas “transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral”. (PINTO, 2010, p. 14).

### **2.1.1 Contexto da universidade e da pós-graduação no Brasil: mulheres e homens na Educação Superior brasileira**

O processo de constituição do sistema de Pós-Graduação no Brasil acontece em meio ao processo de debates, de reivindicações e de momentos emblemáticos. Seu início data de 1965, com o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 977/65, que teve como relator Newton Sucupira. Nas palavras de Carlos Roberto Jamil Cury,

Esse parecer tem como objeto a definição da pós-graduação, seus níveis e suas finalidades. Além do relator, o parecer foi assinado por nomes altamente significativos da CES, todos bons conhecedores da educação nacional: Clóvis Salgado, José Barreto Filho, Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro Mendes, Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira, Valnir Chagas e Rubens Maciel. Era presidente dessa câmara o conselheiro Antônio Ferreira de Almeida Júnior. (CURY, 2005, p. 10).

O pedido ao CFE para a implementação e do desenvolvimento da pós-graduação foi feito por Flávio Suplicy de Lacerda, então Ministro da Educação. Desta forma, o parecer passou a conceituar e a normalizar os cursos de pós-graduação no Brasil (CURY, 2005). Importante pontuar a menção unicamente masculina na redação e assinaturas do parecer.

O parecer tem o apoio da Lei nº 4.024 da LDB, em que são situadas as etapas do ensino superior: graduação – concluintes do ciclo colegial; pós-graduação – para estudantes que concluíram a graduação; especialização, aperfeiçoamento e extensão – que é regido pelos requisitos determinados pelas instituições. Diante disso, não há uma conceituação do que é a pós-graduação, sobretudo pensando no último item – especialização, aperfeiçoamento e extensão.

[...] com esse parecer, a pós-graduação teria como objetivos a formação tanto de um corpo docente preparado e competente quanto a de pesquisadores de alto nível, e a qualificação profissional de outros quadros técnico-administrativos necessários ao desenvolvimento nacional. (CURY, 2005, p. 11).

Segundo Ana Lúcia Felix dos Santos e Janete Maria Lins de Azevedo (2009, p. 536), o parecer “institucionaliza o modelo norte-americano na pós-graduação que teve sua estrutura organizada em cursos lato sensu (especialização) e stricto sensu (mestrado e doutorado)”. Além disso, as autoras apontam que

A formação de professores e pesquisadores brasileiros no exterior, assim como os acordos de intercâmbio cultural-científico que traziam pesquisadores de vários países para cá, também influenciou a constituição e o padrão assumido pela nossa pós-graduação. (AZEVEDO; SANTOS, 2009, p. 536).

O parecer reconheceu essa lacuna de que o ensino superior brasileiro não tinha um quadro qualificado de profissionais, sendo necessária a busca por docentes para assegurar a pós-graduação no Brasil. Com isso, é possível fazer uma reflexão sobre a semelhança no processo de constituição do ensino da graduação e da pós-graduação, considerando que no processo do ensino da graduação no Brasil, docentes buscaram aperfeiçoamentos em outros países para consolidar o ensino superior no país. Na pós-graduação, assim como anteriormente na graduação, houve uma “importação” de profissionais de outros países para a constituição da pós-graduação no Brasil (AZEVEDO; SANTOS, 2009).

Outra similitude é sobre a referência utilizada para pensar, conceituar e criar a pós-graduação, que continua sendo nos modelos europeu e estadunidense, no que diz respeito aos ciclos (*master* e *doctor*) da sistemática norte-americana.

É possível interpretar a busca do modelo estadunidense como uma “corrida” para alcançar países que, cientificamente e tecnologicamente, eram considerados mais avançados pela lógica industrializante do período. Sobre este ponto, o parecer menciona a aprovação do sistema estadunidense, considerando a longa experiência, a qual segundo o documento serve para inspirar a pós-graduação de outros países.

Para a conceituação de cursos de pós-graduação, tem-se a distinção entre mestrado, doutorado, especialização e cursos de extensão. Esta diferenciação é advinda do modelo estadunidense, sendo a que conhecemos e utilizamos no sistema universitário nos dias de hoje: *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (formação de um profissional especializado) (CURY, 2005).

Do modelo estadunidense, a pós-graduação seguiu uma sequência em seu currículo que compreende: participação em seminários e trabalhos de pesquisa; qualificação de sua dissertação ou tese; domínio de língua estrangeira; escrita da tese ou da dissertação.

A aceleração da consolidação da pós-graduação aconteceu no momento em que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>12</sup>, fundado em janeiro de 1951, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>13</sup>, fundado em julho de 1951, e outros órgãos públicos tornaram-se responsáveis pela promoção da formação e do aperfeiçoamento de docentes, pesquisadoras e pesquisadores do ensino superior (CURY, 2005). Com relação às normas do credenciamento de cursos de pós-graduação, o CFE nº

---

<sup>12</sup> O CNPq tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação e promover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento.

<<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/institucional#:~:text=O%20Conselho%20Nacional%20de%20Desenvolvimento,recursos%20humanos%20qualificados%20para%20a>>. Acesso em: 10 maio de 2021.

<sup>13</sup> A CAPES desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Entre suas atividades estão: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos humanos de alto nível, no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância. (Site da Capes, disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/carta-de-servicos-ao-usuario>>. Acesso em: 10 maio de 2021.

977/65 estabeleceu que deveriam ser aprovados por meio de votos de conselheiros e homologados pelo ministro da Educação (CURY, 2005), o nível de formação exigido para o corpo docente era o doutorado. Estes deveriam ser formados por instituições de renome – com publicações científicas em periódicos conceituados.

Além disso, segundo Cury (2005), a CAPES avaliava se o curso é recomendado ou não; e o CNPq realizava o credenciamento. De acordo com o autor,

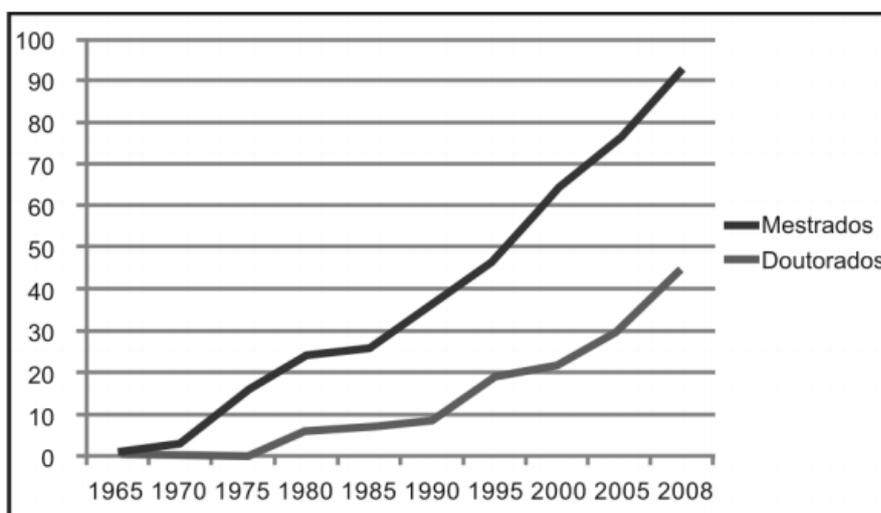
[...] o parecer CFE nº 977/65, estabelece as normas regulatórias para o credenciamento dos cursos de pós-graduação stricto sensu, que deveriam obter a maioria dos votos dos conselheiros e serem homologados pelo ministro da Educação.<sup>16</sup> Exigia-se um alto nível dos cursos de graduação na área, um corpo docente altamente qualificado, equipamentos, laboratórios, currículos, pesquisas e trabalhos de valor publicados em livros ou revistas científicas. (CURY, 2005, p. 16).

Assim, havia a seguinte sequência para aprovação do curso: avaliação da CAPES, credenciamento do CNPq e homologação do ministro da Educação. Ao pensar a forma de credenciamento de Programas de Pós-Graduação, Cury (2005, p. 18) menciona que

Essa forma inicial de presença institucional da pós-graduação nos anos de 1960 adquiriu força até nossos dias. Ela tem-se feito acompanhar de um quadro legal que comporta um sistema de autorização, credenciamento conduzido por pares, um sistema de financiamento (constante e oscilante ao mesmo tempo) e uma sistemática de bolsas para mestrado e doutorado. E, desde logo, fez e continua fazendo parte dessa sistemática um processo rigoroso e detalhado de avaliação de cursos e programas.

Para elucidar o crescimento do número de cursos de mestrado e doutorado de 1965 a 2008, apresento o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Índice de crescimento da pós-graduação no Brasil entre 1965 a 2008



Fonte: Macedo e Sousa (2010).

Com o gráfico, é possível identificar um crescimento significativo a partir de 1980, sendo a primeira grande onda de aceleração da Educação Superior no Brasil, de acordo com Clarissa Eckert Baeta Neves e Carlos Benedito Martins (2014). Segundo a autora e o autor “1980 foi marcado pela instabilidade econômica e pela inflação, impactando negativamente também na procura pelo ensino superior. O ano de 1985 foi relevante, com o fim do regime militar e o início da abertura democrática”. (NEVES; MARTINS, 2014, p. 103).

Em 1960 foram criados os primeiros Programas de Pós-Graduação no Brasil, sendo: educação - PUC-RJ (1966); currículo - UFSM (1967); e psicologia educacional - PUC-SP. No quadro abaixo, está a relação do ano, da universidade, do programa e do curso dos PPGs em Educação no Brasil.

Quadro 3: Início de PPGS em Educação – 1971 a 1979

<b>Ano</b>	<b>Universidade</b>	<b>Programa</b>	<b>Curso</b>
1971	USP UFF PUC-SP FGV	Educação Educação Filosofia da educação Educação	Mestrado Mestrado Mestrado Mestrado
1972	UFMG UFBA UFRJ UFRGS PUC-RS UNIMEP	Educação Educação Educação Educação Educação Educação	Mestrado Mestrado Mestrado Mestrado Mestrado Mestrado
1974	UNB	Educação	Mestrado
1975	UNICAMP	Educação	Mestrado
1976	UFSCAR UFPR PUC-RJ	Educação Educação Educação	Mestrado Mestrado Doutorado
1977	UFC UFPB USP PUC-SP	Educação Educação Educação Filosofia da Educação	Mestrado Mestrado Doutorado Doutorado
1978	UFRN UFPE UFES UFSCAR	Educação Educação Educação Educação Especial	Mestrado Mestrado Mestrado Mestrado
1979	UERJ	Educação	Mestrado

Fonte: Adaptado de Gondra, Nunes e Martins.

A partir do quadro, é possível perceber um crescimento significativo dos PPGs na década de 1970. É importante mencionar a criação do primeiro curso de Doutorado em Educação, em 1976, na PUC-RJ.

Já na década de 1980, o crescimento não acompanhou a década de 1970, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 4: Crescimento de PPGs na década de 1980

<b>Ano</b>	<b>Universidade</b>	<b>Programa</b>	<b>Curso</b>
1980	UFRJ UNICAMP	Educação Educação	Doutorado Doutorado
1984	UFSC	Educação	Mestrado
1986	UCP-RJ UFG UNAERP-SP	Educação Educação Educação	Mestrado Mestrado Mestrado
1987	UFAM	Educação	Mestrado
1988	UNESP-MARÍLIA UFMT UFMS	Educação Educação Educação	Mestrado Mestrado Mestrado

Fonte: Adaptado de Gondra, Nunes e Martins (2008, p. 6).

Na década de 1990, segundo Gondra, Nunes e Martins (2008), os PPGs voltam a ter um crescimento se comparado à década de 1980. No que diz respeito à educação, houve a criação de dois cursos de Doutorado, conforme ilustra o quadro abaixo.

Quadro 5: Crescimento de PPGs na década de 1990

<b>Ano</b>	<b>Universidade</b>	<b>Programa</b>	<b>Curso</b>
1991	UFMG UFSCAR	Educação Educação	Doutorado Doutorado

Fonte: Adaptado de Gondra, Nunes e Martins (2008, p. 6).

Em 1970 foi criado o Programa Intensivo de Pós-Graduação sob o decreto n. 67.348; em 1974 foi constituído o Conselho Nacional de Pós-Graduação. Além disso, segundo Santos e Azevedo (2009) foi instituído em 1973 “[...] um grupo de trabalho com a tarefa de propor medidas iniciais para a definição da política de pós-graduação [...]; e formulado o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNGP) para o período de 1975-1977”, o que pode ser identificado no gráfico 2 pelo aumento significativo na década de 1970. Segundo Martins e Neves,

Os PNGPs e outras medidas correlatas permitiram que a estrutura da pós-graduação fosse construída a partir de procedimentos bem definidos, tais como: i) acoplou-se o ensino à pesquisa, estabelecendo-se um número limitado de disciplinas, articuladas com as respectivas linhas de pesquisa dos cursos; ii) criou-se um eficiente

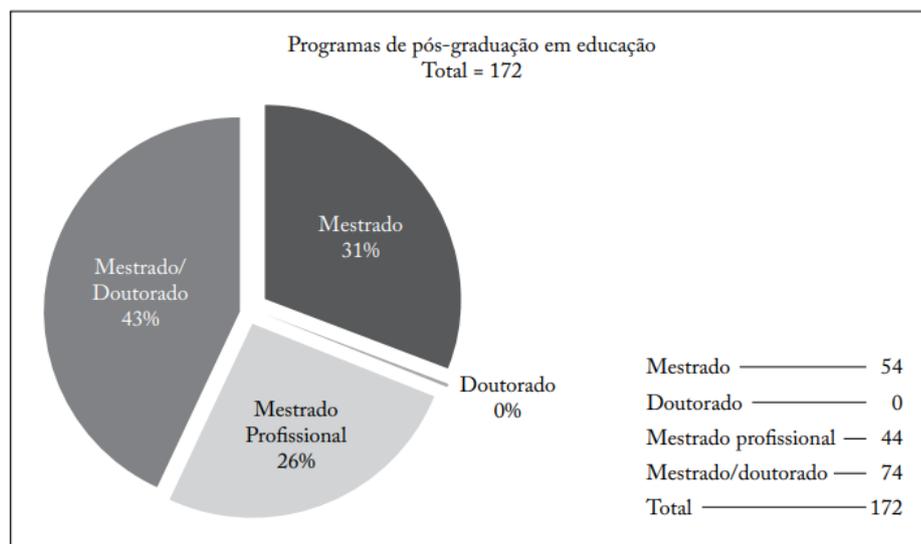
sistema de orientação de dissertações e de teses; e iii) articulou-se a vida acadêmica nacional com centros relevantes da produção científica internacional. (NEVES; MARTINS, 2014, p. 114).

Além disso, em 1978 foi fundada a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd). Segundo Gondra, Nunes e Martins (2018, p. 3) a ANPEd “foi constituída como uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que congrega instituições e profissionais de educação, no patamar de pós-graduação, com a finalidade de promover o desenvolvimento do ensino e da pesquisa”. No mesmo, ano aconteceu a 1ª Reunião da ANPEd, a qual é, também, a primeira referência de atividade que aglutinou PPGs e seus coordenadores.

Com o fim da ditadura civil-militar, o início da abertura democrática e o plano real (em 1994), houve um aumento no número de matrículas no ensino médio, fazendo com que ocorresse uma segunda onda da expansão do ensino superior (graduação e pós-graduação), o que também pode ser identificado no gráfico 1.

Para mostrar uma ampliação mais recente da pós-graduação no Brasil, apresento um gráfico do número de cursos de mestrado e doutorado em 2016, e uma tabela do número de mestrado e doutorado em 2020.

Gráfico 3: Número de cursos de Mestrado e Doutorado em Educação (2016)



Fonte: Gondra, Nunes, Martins (2018, p. 8).

Se compararmos o crescimento dos Programas de Pós-Graduação em Educação com o gráfico 2, do período de 1960 a 1990 em há um total de 68 cursos, houve um crescimento de 152% em 2016, totalizando 172 cursos de mestrado e

Doutorado em Educação. O gráfico apresenta o aumento em categorias: mestrado, em que houve um aumento de 31%; mestrado e doutorado sendo 43%; mestrado profissional com 26%; e doutorado 0% - entendendo que mestrado é o início para a criação do curso de doutorado, por este motivo é de 0%.

Tabela 2: Número de cursos de mestrado e doutorado em 2020

		Totais de Cursos de pós-graduação				
Nome	Área de Avaliação	Total	ME	DO	MP	DP
EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	288	138	95	52	3
<b>Totais</b>		<b>288</b>	<b>138</b>	<b>95</b>	<b>52</b>	<b>3</b>

Fonte: Plataforma Sucupira (2020).

Em 2020 o aumento é de 67%, comparando ao ano de 2016, sendo a grande maioria de Programas centrados nas regiões Sul e Sudeste, regiões que também possuem maiores notas na avaliação CAPES (SUCUPIRA, 2020).

Tabela 3: Distribuição de conclusão de cursos de mestrado e doutorado

Áreas de mestrado ou doutorado	População total		População de 20 a 29 anos	
	Participação feminina (%)	Participação masculina (%)	Participação feminina (%)	Participação masculina (%)
Ciências agrárias	30	70	46	54
Medicina	34	66	57	43
Outras ciências biológicas/saúde	58	42	71	29
Engenharia	18	82	35	65
Outras ciências exatas	35	65	43	57
Administração	28	72	46	54
Ciências econômicas e contábeis	27	73	44	56
Direito	32	68	53	47
Pedagogia	83	17	90	10
Outras ciências humanas	60	40	60	40
Letras e artes	75	25	77	23

Fonte: Censo Demográfico 2000 do IBGE, elaborado por Guedes (2008).

A partir da tabela, percebe-se que na população total, há maior representação de homens em quase todas as áreas, exceto nos cursos de Outras Ciências Biológicas/saúde, Pedagogia, Outras ciências humanas e Letras e artes. Entretanto,

a participação feminina entre 20 e 29 anos começa a ser maioria e a elevar a concentração em áreas que possuem em sua maioria homens.

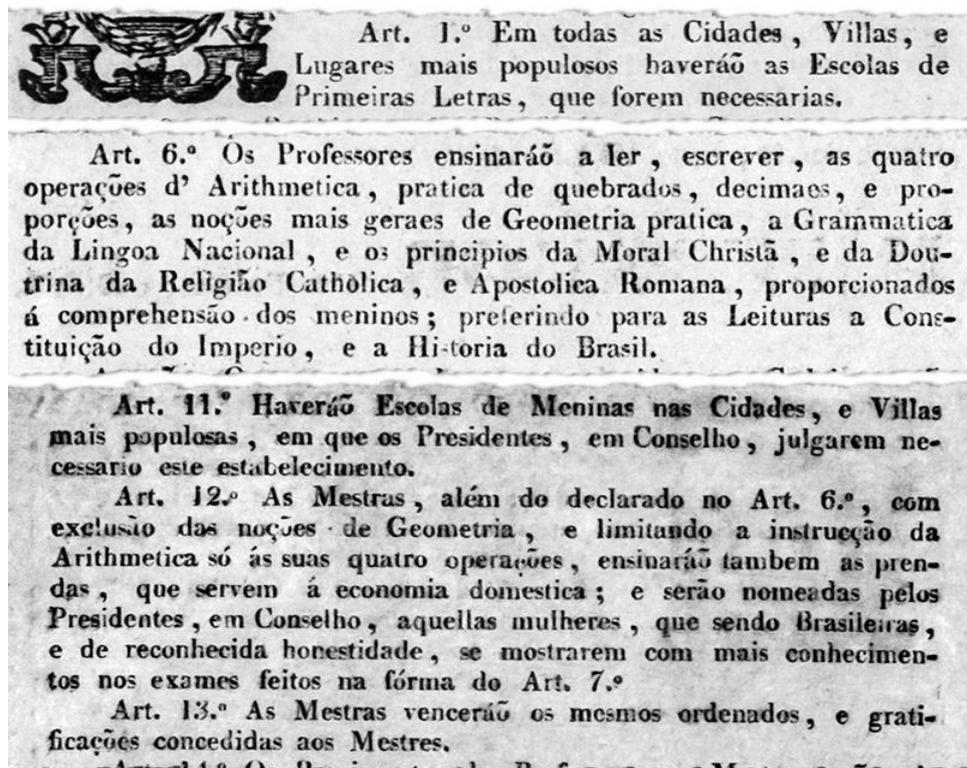
### 2.1.2 Contexto de formação e produção intelectual de mulheres no Brasil

A lei de 1827, que apontava para um progresso da inserção de meninas na educação, acaba reafirmando a condição de meninas e mulheres com funções relacionadas ao cuidado e ao âmbito privado. Prova disso, além de autoras que escrevem sobre o tema, é o discurso sobre a lei 1827, do então Senador Visconde de Cayru, em que diz:

A questão é se as meninas precisam de igual grau de ensino que os meninos. Tal não creio. Para elas, acho suficiente a nossa antiga regra: ler, escrever e contar. Não sejamos excêntricos e singulares. Deus deu barbas ao homem, não à mulher. (AGÊNCIA SENADO, s/p).

Esse posicionamento pode ser evidenciado nos artigos da lei de 1827, conforme ilustra a imagem abaixo:

Figura 2: Lei de 1827



Fonte: Agência Senado (2020).

O artigo 11 descreve que haverá escola de meninas apenas se forem identificadas como necessário, passando por presidentes em conselho. Assim, pode-se verificar uma ambiguidade, ou seja, ter escola para meninas, mas apenas se julgarem pertinência. Além de ser uma educação voltada para questões relacionadas ao doméstico, o que pode ser identificado na descrição do artigo 12. Mas já se nota a equiparação salarial entre homens e mulheres, o que, para a época, pode ser considerado um avanço no reconhecimento ao trabalho feminino no magistério.

Segundo Mary Del Priore (1993), as primeiras escolas para meninas começaram a surgir logo após a independência do Brasil em 1822. Dois exemplos podem ser mencionados: Nísia Floresta com a criação do Colégio Augusto, em 1838; Maria Firmina dos Reis, que fundou a primeira escola para meninas e meninos negros do Brasil, em 1879.

Muitos são os movimentos que refletem o ingresso e a presença de mulheres na educação, sejam práticas e experiências de pioneiras da educação ou de movimentos realizados por mulheres. Um destes movimentos, sendo o mais conhecido e consolidado na sociedade, é o movimento feminista, que no Brasil inicia-se na década de 1920, conforme mencionado na seção anterior.

Embora o registro da identificação do que é o feminismo tenha sido datado desta década, houve experiências de mulheres brasileiras, as quais são identificadas, nos dias de hoje, como ações feministas. Neste momento, destaco algumas intelectuais brasileiras, as quais foram professoras-escritoras-fundadoras de instituições educacionais para meninos e meninas: Nísia Floresta (1810-1885), Maria Firmina dos Reis (1825-1917) e Francisca Izidora Gonçalves da Rocha (1855-1918).

As realizações, reflexões e experiências destas mulheres serão analisadas e apresentadas nesta seção, pensando-as como exemplos de pioneiras do feminismo no Brasil, sobretudo na área da produção escrita e na defesa do direito à educação para mulheres e crianças. O quadro abaixo apresenta um panorama das três mulheres mencionadas (mulheres-escritoras-professoras), destacando seus movimentos e suas experiências enquanto transformadoras de seu tempo na busca pela universalização da educação.

Quadro 6: Mulheres escritoras do século XIX

<b>Autora</b>	<b>País</b>	<b>Contribuição</b>	<b>Publicações</b>	<b>Atuação</b>
Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885)	Brasil – Rio Grande do Norte	Fundou o Colégio Augusto para meninas no Rio de Janeiro (1838)	O diário do Rio de Janeiro; O liberal; O Brasil ilustrado	Política, questões sociais e literatura
Maria Firmina dos Reis (1825-1917)	Brasil – Maranhão	Fundou uma escola gratuita para meninas e meninos (1880)	A verdadeira marmota; Seminário Maranhense; O domingo	Literatura, questões raciais e letras
Francisca Izidora Gonçalves da Rocha (1855-1918)	Brasil – Pernambuco	Manteve o jornal A Victoria e foi uma das principais redatoras da revista O Lyrio	Pernambucanas ilustres; O sítio de Lysandra; Açucenas entre outros	Literatura

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no livro escritoras brasileiras do século XIX (MUZART, 2000).

Destaco que a presença destas intelectuais consta no livro “Escritoras brasileiras do século XIX”, de Zahidé Lupinacci Muzart (2000), em que mais de 50 trajetórias de mulheres-escritoras são apresentadas e analisadas como essenciais para a transformação social e política do país. Além disso, elucido o importante papel da escrita feminina na reivindicação de direitos e de denúncia de pautas feministas. Essas são mulheres entendidas neste texto como mulheres pré-feministas, considerando que o início do feminismo, como movimento, no Brasil data da década de 1920.

Nísia Floresta Brasileira Augusta nasceu, em 1810, na cidade de Papari, Rio Grande do Norte. É uma das pioneiras do feminismo no Brasil. É conhecida e reconhecida pelas suas experiências dos direitos humanos das mulheres e pelos seus escritos feministas. Fundou o Colégio Augusto, destinado à formação de meninas. Foi a primeira mulher a superar a barreira público-privado, publicando suas produções poéticas. Segundo Constância Lima Duarte (2000, p. 176) o primeiro livro de Nísia Floresta data de 1832. Desta forma,

[...] é também o primeiro de que se tem notícia no Brasil que se trata do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e que exige que elas sejam consideradas como seres inteligentes e merecedores de respeito pela sociedade. Este livro foi publicado em 1832 em Recife (PE) e tem o sugestivo título de *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. (DUARTE, 2000, p.176, grifo do autor).

Maria Firmina dos Reis, primeira escritora brasileira, nasceu em São Luís, no Maranhão, em 1825. Foi musicista e escritora, considerada a primeira romancista brasileira. No ano de 1847 começou a sua carreira na educação como professora das primeiras letras, atividade que exerceu durante 34 anos (MUZART, 2000).

Em 1859 publicou o romance *Úrsula*<sup>14</sup>, apontado como o primeiro do gênero de autoria de uma mulher no Brasil. A obra, assim como as de outras tantas escritoras, foi identificada com o pseudônimo de *Uma maranhense*. Segundo Ana Clara Carneiro Rio e Antônio Fernandes Júnior:

[...] a escritora Maria Firmina dos Reis adotou o uso do pseudônimo “Uma maranhense” como assinatura do romance, “obedecendo” regras historicamente construídas pelas práticas discursivas vigentes, que não concediam às mulheres o lugar de autoria na escrita literária, jornalística, dentre outros. (RIO; JÚNIOR, 2016, p. 123).

Com isso, pode-se pensar sobre a invisibilidade de mulheres na escrita e, também, o preconceito racial naquele tempo. O romance *Úrsula* conta a história de uma mulher branca, mas é possível identificar as vozes das personagens negras se sobrepondo às demais personagens, configurando e desenhando o tema principal do escrito que é a abolição (RIO; JÚNIOR, 2016). Ainda, na apresentação do romance, é possível identificar alguns dos receios da autora:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. (REIS, 2017, p. 13).

*Úrsula* pode ser identificado como um marco na carreira da autora, embora ela tenha publicado outros escritos, tais como: *A escrava*, na *Revista Maranhense*, em 1887. No texto, Maria Firmina descreve uma mulher que é ativa e que luta pela

---

<sup>14</sup> O romance teve sua primeira edição em 1859, depois uma edição similar em 1975, organizada por Horácio de Almeida. (RIO; JÚNIOR, 2016). Além disso, o romance está na lista de leituras obrigatórias para o vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desde 2019.

causa abolicionista. Com essa produção, a escritora pode ser identificada como uma figura importante na luta pela libertação do povo negro, através do poder da palavra. Desde a publicação do romance, a escritora colaborou com diversos jornais literários, tais como: *A Verdadeira Marmota*, *Seminário Maranhense*, *O Domingo*, *O País*, *Pacotilha*, *Federalista* entre outros (MUZART, 2000).

Maria Firmina dos Reis aproxima-se da experiência de diversos intelectuais no que se refere à história dos negros e ao anseio de um povo que buscava a libertação e os seus direitos. É uma escrita que prevê o anúncio e a denúncia já no começo, quando a escritora fala de um possível processo de inferiorização de seu romance, considerando a condição social da mulher negra e do povo negro naquele tempo.

Além da produção literária ela fundou, em 1879, na cidade de Moçaricó (MA), uma escola gratuita mista para alunos e alunas carentes, conforme afirma Norma Telles:

Um ano antes de se aposentar, com trinta e quatro anos de magistério público oficial, Maria Firmina dos Reis fundou, a poucos quilômetros de Guimarães, em Maçaricó, uma aula mista e gratuita para alunos que não pudessem pagar. Estava então com 54 anos. Toda manhã, subia em um carro de bois, para dirigir-se a um barracão de propriedade de um senhor de engenho, onde lecionava para as filhas do proprietário. Levava consigo alguns alunos, outros se juntavam. Um experimento ousado para a época. (TELLES, 1987, p. 412).

Mesmo depois de aposentada, ela continuou a lecionar para pessoas carentes em Moçaricó, mais especificamente filhos e filhas de lavradores e de fazendeiros. Maria Firmina dos Reis faleceu em 1917, pobre e cega (MUZART, 2000).

Francisca Izidora Gonçalves da Rocha nasceu, em 1855, na cidade de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. Foi professora, escritora, poetisa, romancista, cronista e tradutora. Desde muito cedo começou as suas publicações no estado de Pernambuco, conforme informação da Biblioteca Nacional Digital<sup>15</sup>:

Ainda bem jovem descobriu sua inclinação para escrever poemas. Seus trabalhos foram publicados em jornais e revistas de Recife. A

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/francisca-izidora/>>.

divulgação do poema *O Banhista* ocorreu em 1883, quando foi publicado pelo Almanach Litterario Pernambucano. Na capital colaborou com o Diário de Pernambuco (1901), Correio Pernambucano (1868), e, em Jaboatão, publicou em O Commercio, e O Phanal.

Com a sua paixão pela literatura, evidenciada pelo seu contato prematuro com a escrita, Francisca da Rocha foi uma das pessoas que mais ajudou na colaboração da revista *O Lyro*, a qual era editada apenas por “[...] senhoras, no Recife, entre os anos 1902 e 1904” (FERREIRA, 2000, p. 758), dentre elas: Amélia Bevilacqua, Anna Nogueira e Ursula Garcia.

Além da revista *O Lyro*, em que foi uma importante redatora, a escritora colaborou com outros jornais *O Phanal*, *O Commercio*, *A Província* e *O Diário de Pernambuco* (FERREIRA, 2000). Em 1903, a Academia Pernambucana de Letras publicou alguns escritos da autora, tais como: *Elnar e Tupis* - dramas líricos; *O sítio de Lysandro* – romance. Além disso, traduziu o poema dramático *Manfred* do autor Lord Byron. (FERREIRA, 2000).

A escritora manteve o jornal *A Victoria*, que era de seu irmão, então deputado, Gonçalves da Rocha. Francisca da Rocha escrevia em uma coluna de crônica, intitulada *Ao Correr da Pena*. De acordo com Ferreira (2000), ela falava sobre a importância da leitura e do olhar atento às necessidades da cidade de Vitória.

Além de suas reivindicações através dos jornais, a autora defendia suas ideias em festas cívicas e intelectuais, declamando seus escritos e presidindo reuniões (FERREIRA, 2000). Francisca Izidora almejava o progresso de seus país, pois sempre foi preocupada com o futuro do Brasil, Conforme pode ser observado no pronunciamento que a autora fez em Juiz de Fora:

O excesso de atividade material entorpecerá as produções da inteligência, nessa Pátria do futuro, que viemos descortinando?  
O requinte de conforto, a intensa luta industrial, o progresso econômico, o triunfo definitivo d era mercantil, no Brasil de amanhã, entibiarão as energias do cérebro nacional e farão apoucada a nossa cultura artística e literária?. (SENA, 2006, p. 73).

A escritora foi uma figura muito importante no Recife, com as suas contribuições para os jornais locais e faleceu no dia 22 de janeiro de 1918, na cidade de Vitória de Santo Antão (PE) (FERREIRA, 2000).

As três experiências de intelectuais-escritoras-feministas-brasileiras apresentadas têm o intuito de exemplificar o movimento de mulheres no Brasil, que hoje são analisados e compreendidos como ações feministas. Destaco a importância destes movimentos para o ingresso e a presença de mulheres na educação, que foram possíveis com as experiências e a constituição de espaços educativos para mulheres. Essas três mulheres tinham em comum o fato de agir pela expansão do acesso à educação às mulheres e crianças, considerando essa uma premissa para o próprio desenvolvimento do país.

A partir dos movimentos apresentados, compreendo que as mulheres e os índices que serão apresentados estão intrinsecamente relacionados a estes movimentos que impulsionam a mudança e a reivindicação de direitos para mulheres.

### **2.1.3 Inserção de mulheres na Educação**

A seção apresenta dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, além de textos acadêmicos que tratam da presença das primeiras mulheres na Educação Superior, bem como as primeiras graduadas.

As mulheres foram invisibilizadas ou esquecidas por muito tempo nos âmbitos de conhecimento e atuação. Alguns exemplos podem ser identificados no livro de Fontes da Pedagogia Americana, o qual apresenta nomes de mulheres que foram pioneiras na educação de meninas e de mulheres: Salomé Ureña (República Dominicana – 1850-1897), Joana Paula Manso de Noronha (Argentina - 1819-1875), María Luisa Dolz (Cuba - 1854-1928), por exemplo.

As experiências alternativas das mulheres, como mencionadas, promovem a desconstrução da identidade e dos papéis destinados, que se constituíram ao longo da história. Conforme, Heleieth Saffioti,

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da

mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem. (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Embora a mulher, conforme será apresentado, esteja atualmente em maior número nas escolas, por muito tempo seu papel era de servir ao lar e a devoção (LAGARDE, 2005). Nesse sentido, José Eustáquio Beltrão e Kaizô Iwakami Alves enfatizam que

Ao sexo feminino cabia, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, à formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante o século XIX. (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 128).

Nísia Floresta indagava: o que entende-se pela boa educação de meninas? Para ela, aprender a dançar e “brilhar” nos salões, certamente não era, via de regra, dar uma boa educação. Para Nísia não era suficiente dar atenção para as meninas apenas em questões relacionadas à dança, que era uma forma de conseguir marido, tendo em vista que ela defendia uma educação crítica e libertadora<sup>16</sup>. Segundo dados do IBGE (2019), a presença de meninas na educação superou a de meninos, sendo 51% de meninas, com ao menos o ensino médio completo, enquanto os meninos são 46.03%.

Apresento dados raciais sobre negros e negras para a discussão, compreendendo que é uma categoria que divide e ainda é muito discriminada em nosso país. A taxa de analfabetismo entre mulheres com 15 anos ou mais, em 2019, é de 6.3% e de homens é de 6.9%. Tratando-se de raça, as taxas chamam atenção, pois 3.6% dos analfabetos são pessoas brancas, enquanto para pessoas negras ou pardas, essa porcentagem é pelo menos duas vezes mais, sendo 8.9%, conforme a tabela abaixo:

---

<sup>16</sup> Nísia Floresta tem, especialmente, dois escritos que falam sobre esta temática: Direito das mulheres e injustiça dos homens; A mulher e o Opúsculo humanitário.

Tabela 4: Taxa de analfabetismo em 2019

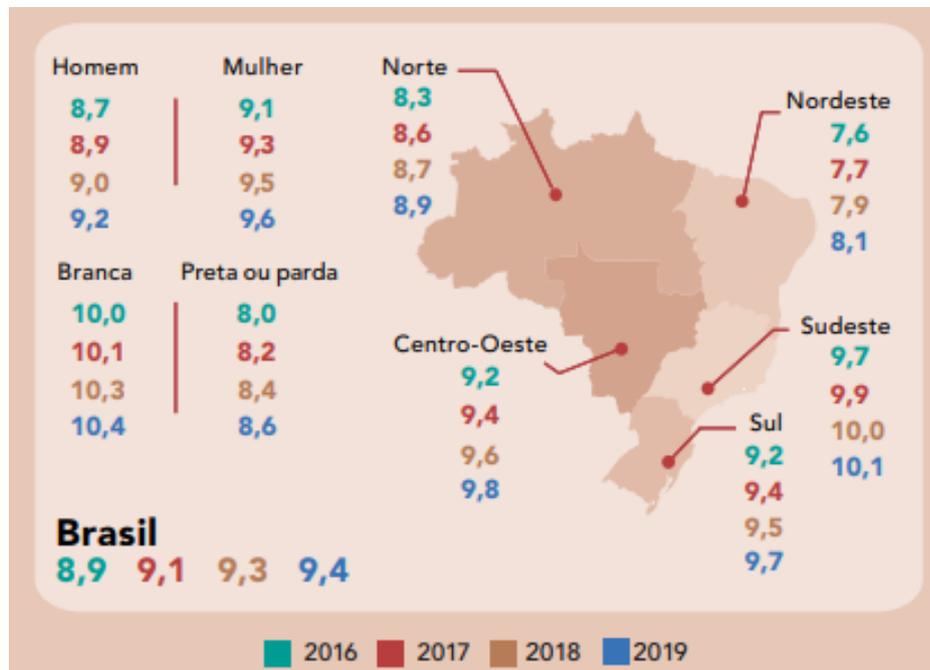
Grupos de idade (%)	15 anos ou mais		7,2	6,9	6,8	6,6
	25 anos ou mais		8,8	8,5	8,2	7,9
	40 anos ou mais		12,3	11,8	11,5	11,1
	60 anos ou mais de idade		20,4	19,2	18,6	18,0
Sexo (%)	15 anos ou mais	Homem	7,4	7,1	7,0	6,9
		Mulher	7,0	6,8	6,6	6,3
	60 anos ou mais de idade	Homem	19,7	18,3	18,0	18,0
		Mulher	20,9	20,0	19,1	18,0
Cor ou raça (%)	15 anos ou mais	Branca	4,1	4,0	3,9	3,6
		Preta ou parda	9,8	9,3	9,1	8,9
	60 anos ou mais de idade	Branca	11,6	10,8	10,3	9,5
		Preta ou parda	30,7	28,8	27,5	27,1

■ 2016   
 ■ 2017   
 ■ 2018   
 ■ 2019

Fonte: PNAD-IBGE, 2019.

O número médio de estudo entre homens e mulheres, com 25 anos ou mais, é parecido, sendo 9,4 anos para homens e 9,6 para mulheres. No entanto, quando os dados são sobre raça, o dado é de 10,4 anos de estudo para pessoas brancas e 8,6 anos para pessoas negras ou pardas, segundo a pesquisa do IBGE (2019) este dado vem se repetindo desde 2016, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 5: Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade (anos) em 2019



Fonte: PNDA-IBGE, 2019.

A questão do abandono escolar é uma das taxas mais discrepantes considerando a raça. A justificativa pelo abandono também é um dado que reflete na questão econômica da renda familiar. A tabela abaixo mostra os dados sobre o abandono escolar:

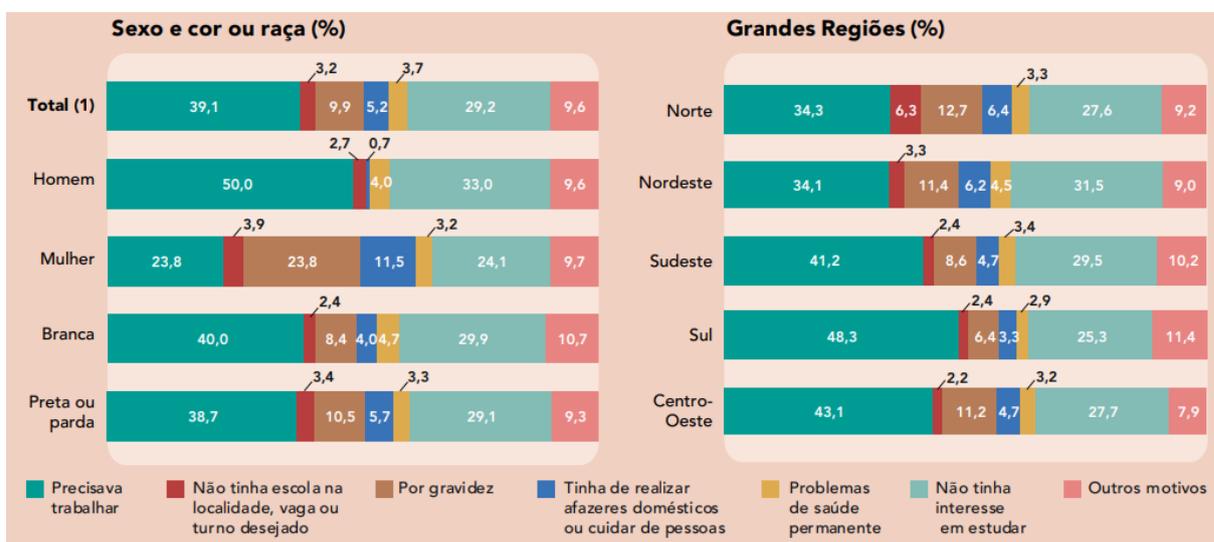
Tabela 6: Abandono escolar em 2019

Sexo e cor ou raça	Total		Que já frequentaram escola	
	Absoluto (milhões)	Percentual (%)	Absoluto (milhões)	Percentual (%)
Total (1)	10,1	-	9,8	-
<b>Sexo</b>				
Homem	5,9	58,3	5,7	58,1
Mulher	4,2	41,7	4,1	41,9
<b>Cor ou raça</b>				
Branca	2,8	27,3	2,7	27,1
Preta ou parda	7,2	71,7	7,1	71,8

Fonte: PNAD-IBGE (2019).

De acordo com a tabela, o abandono por pessoas brancas é de 27,3%, já para pessoas negras ou pardas esta porcentagem é muito superior, chegando a 71,7%. Uma das justificativas para abandono escolar, segundo grande parte das pessoas que participaram da pesquisa, foi a necessidade de trabalhar para auxiliar nas despesas do lar. A tabela abaixo demonstra as taxas de acordo com as justificativas:

Figura 3: Índice de nível de instrução por abandono escolar em 2019



Fonte: PNAD-IBGE (2019).

Dentre as justificativas, destacam-se dois dados: “precisava trabalhar” – 50% homens, 23,8% mulheres; “por gravidez” – 23,8% das mulheres; “não tinha interesse em estudar” – 33% homens, 24,1% mulheres. Neste momento, pode-se observar a reafirmação de estereótipos: o homem sai para trabalhar, a mulher fica com os cuidados da casa – como pode ser observado na justificativa “tinha de realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas” (o que também deveria ser considerado trabalho, mesmo que não remunerado), em que a porcentagem das mulheres é a maior, sendo 11,5% de mulheres, e 0,7% de homens.

Com os dados do IBGE (2019) é possível perceber que as meninas estão mais presentes na escola do que os meninos, sendo a maioria no cenário educacional. Além disso, pontua-se que nas taxas de abandono escolar, as mulheres aparecem com as menores porcentagens, comparando com os dados encontrados para homens.

Ademais, é importante evidenciar que as meninas têm apresentado maior ingresso na educação básica, tendo em vista os números apresentados que superam os de meninos, e, conseqüentemente, reflete no acesso à Educação Superior. Um fato importante sobre a inserção de meninas na educação básica e superior é a ampliação da contribuição feminina na renda familiar, pois se entende que se houver uma maior qualificação, a participação no orçamento familiar é mais significativa.

Segundo Suzane Carvalho da Vitória Barros e Luciana Mourão (2018, p. 2):

[...] Como reflexo da sua maior qualificação e da necessidade de a renda feminina compor o orçamento familiar, as mulheres estão mais atuantes nas atividades remuneradas. Sua mão de obra corresponde à metade da força ativa no Brasil (IBGE, 2016), sugerindo que homens e mulheres têm acesso para ingressar no mercado de trabalho.

As autoras pontuam um dado importante sobre o direcionamento da renda das mulheres do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Igualdade de Gênero e Desenvolvimento, segundo o qual:

[...] em praticamente todos os 77 países analisados, os gastos dos recursos decorrentes da renda feminina são direcionados para a educação das crianças e alimentação, garantindo maior saúde e menor mortalidade infantil, além de melhorar os indicadores referentes à escolarização de meninos e meninas. (BARROS; MOURÃO, 2018, p. 3).

Um dado importante sobre o ingresso e a presença de mulheres na Educação Superior é apresentado pela professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nádía Marinho, em entrevista concedida à Débora Motta da Revista História Ciências Saúde – Manguinhos. Em suas palavras:

Embora o ensino superior estivesse presente no Brasil desde 1808, com a vinda da família real, somente com a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império – instituída pelo Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, e que ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho – a mulher passou a ter esse direito citado.

A partir desta afirmação, evidencia-se que somente 71 anos depois da abertura de faculdades no país, a mulher é reconhecida e citada a ter o direito de

acesso à Educação Superior. Marinho aponta ainda que a primeira mulher brasileira a completar o ensino superior foi Maria Augusto Generoso Estrela, graduando-se em Medicina, no ano de 1882. No entanto, realizou seus estudos nos Estados Unidos.

A primeira brasileira formada no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes, em 1887, no curso de Medicina, pela Faculdade de Medicina da Bahia. O “veto” ao acesso de mulheres ao ensino superior foi historicamente construído. Segundo Ribeiro “A tradição ibérica, transposta de Portugal para a colônia brasileira, considerava a mulher um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e escrever” (2000, p. 79).

Mas vinte anos depois, foi a vez de Baiana Maria Odília Teixeira ser a primeira mulher negra a obter o título de médica no Brasil, em 1909, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Ela também foi a primeira professora negra da Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1916 (Arquivo da Universidade Federal da Bahia). Tratando-se da inserção de mulheres na Educação Superior, os dados do quadro abaixo apresentam as primeiras mulheres graduadas no Brasil.

Quadro 7: Primeiras mulheres graduadas no Brasil<sup>17</sup>

<b>Ano de conclusão</b>	<b>Nome</b>	<b>Curso</b>	<b>Instituição</b>
1887	Rita Lobato Velho Lopes	Medicina	Faculdade de Medicina da Bahia
1888	Maria Luiza Torrezão de Surville	Farmácia	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1898	Mirthes Gomes de Campos	Direito	Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro
1899	Isabella Von Sydow	Odontologia	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
1909	Baiana Maria Odília Teixeira	Medicina	Faculdade de Medicina da Bahia
1915	Maria Eulália da Costa	Agronomia	Escola de Agronomia e Veterinária
1919	Edwiges Maria Becker	Engenharia	Escola Politécnica do Rio de Janeiro
1937	Yolanda Monteux	Física	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP

Fonte: Costa (2016, p. 57).

<sup>17</sup> Baseado no quadro de Costa (2016), apenas com acréscimo da primeira mulher negra graduada em Medicina no Brasil - Baiana Maria Odília Teixeira.

Em buscas realizadas nos relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constatei que somente a partir do ano de 2003 aparecem dados específicos sobre as mulheres, quando foi apresentada a predominância de matrícula de mulheres na Educação Superior (56,4%). Em anos anteriores não existiam informações sobre a inserção de mulheres nesse nível. Embora seja a primeira vez (2003) que as mulheres apareceram nos relatórios da Educação Superior, segundo informações do site do Inep, essa tendência de ascensão vem ocorrendo desde 1995.

A tabela abaixo mostra os cursos com maior presença de mulheres no ano de 2003:

Tabela 7: Matrículas de mulheres em cursos de graduação em 2003

<b>Classe</b>	<b>Total</b>	<b>Feminino</b>	<b>%</b>
<b>Brasil</b>	<b>3.887.022</b>	<b>2.193.246</b>	<b>56,4</b>
Serviço Social e orientação	31.986	30.001	93,8
Fonoaudiologia	13.963	12.969	92,9
Nutrição	32.556	30.221	92,8
Secretariado	16.937	15.681	92,6
Ciências Domésticas	1.351	1.231	91,1
Serviços de beleza	277	252	91,0
Pedagogia	373.945	339.832	90,9
Psicologia	90.332	76.990	85,2
Enfermagem	92.134	77.997	84,7
Terapia e Reabilitação	7.225	6.051	83,8

Fonte: Inep (2003).

A partir da tabela, é possível identificar que as matrículas de mulheres ainda estão centradas em áreas que requerem o cuidado e o atendimento ao outro. Chamo atenção que são cursos majoritariamente composto por mulheres, considerando as porcentagens apresentadas. Ainda de acordo com o Inep, no ano de 2003, o número absoluto de mulheres foi de 2.193.246, enquanto de homens foi de 1.693.776, o que vem se confirmando sobre a predominância de mulheres nos espaços educacionais. Já os cursos com predominância masculina são:

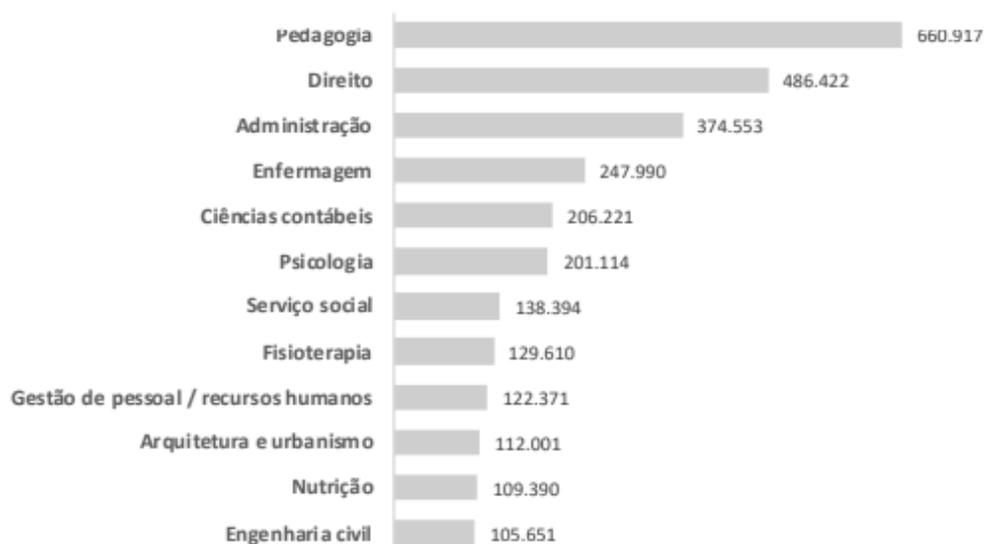
Tabela 8: Matrículas de homens em cursos de graduação em 2003

Classe	Total	Masculino	%
<b>Brasil</b>	<b>3.887.022</b>	<b>1.693.776</b>	<b>43,6</b>
Mecânica	9.172	8.445	92,1
Construção e manutenção de veículos a motor	73	67	91,8
Transportes e Serviços (cursos gerais)	3.434	3.027	88,1
Eletrônica	9.214	8.121	88,1
Eletricidade e energia	1.798	1.577	87,7
Profissões industriais	3.287	2.856	86,9
Serviços de segurança e proteção de pessoas e propriedades	556	466	83,8
Básicos / Programas especiais	1.858	1.553	83,6
Tecnologia química e de processos	1.448	1.167	80,6
<b>Engenharia</b>	<b>234.722</b>	<b>187.426</b>	<b>79,9</b>

Fonte: Inep (2003).

A tabela apresentada aponta para uma diferença na área de concentração de matrículas de homens sendo: exatas e técnicas. Desta forma, demonstra a herança de gênero, que impõe o cuidado, o zelo e o lar às mulheres e aos homens áreas relacionadas à exatas. Dados mais atuais, apontam para uma maior presença de mulheres em cursos que distanciam-se do cuidado, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 4: Cursos com maior densidade de matrículas de mulheres – 2017<sup>18</sup>



Fonte: MEC e INEP, 2018.

<sup>18</sup> As cores dos gráficos foram alteradas, pois estavam sendo vinculadas ao discurso de “cor de menina” e “cor de menino”, rosa e azul.

Com relação aos homens, ao comparar com os dados de 2003, ainda continuam nas áreas exatas e Tecnologia da Informação.

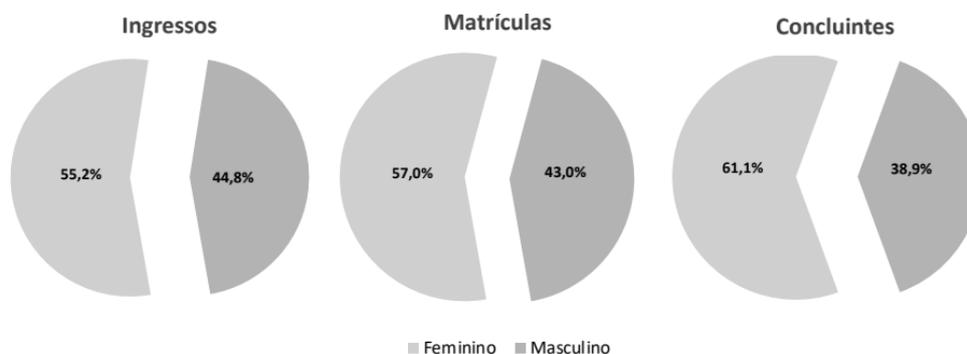
Gráfico 5: Cursos com maior densidade de matrículas de homens – 2017



Fonte: MEC e INEP, 2018.

Tratando-se de ingresso, matrícula e concluintes, as mulheres estão na frente dos homens em todos os tópicos, conforme pode ser visualizado nos gráficos abaixo.

Gráfico 6: Proporção de mulheres e homens nas estatísticas de ingresso, matrícula e concluintes nos cursos superiores da graduação – 2017



Fonte: MEC e INEP, 2018.

A partir das tabelas e dos gráficos apresentados, volta-se para discussões apresentadas anteriormente. Segundo Luísa Lobo (2011)

[...] a literatura de autoria feminina precisa criar, politicamente, um espaço próprio dentro do universo da literatura mundial mais ampla, em que a mulher expresse a sua sensibilidade a partir de um ponto de vista e de um sujeito de representação próprios, que sempre constituem um olhar da diferença. A temática que daí surge será tanto mais afetiva, delicada, sutil, reservada, frágil ou doméstica quanto retratará as vivências da mulher no seu dia-a-dia, se for esta sua vivência. Mas o cânone da literatura de autoria feminina se modificará muito se a mulher retratar vivências resultantes não de reclusão ou repressão, mas sim a partir de uma vida de sua livre escolha, com uma temática, por exemplo, que se afaste das atividades tradicionalmente consideradas "domésticas" e "femininas" e ainda de outros estereótipos do "feminino", herdados pela história, voltando-se para outros assuntos habitualmente não associados à mulher até hoje. (LOBO, s/p, 2011).

A autora apresenta uma reflexão da escrita feminina na literatura, que é pertinente mencionar. Segundo Lobo (2011), a mulher deve ter a livre escolha, em que pode apresentar temáticas em seus escritos que a afastem de atividades tradicionalmente identificadas como femininas e de mulheres, herdadas da história. Ao mesmo tempo, é necessário apontar para que não se entenda que as mulheres não possam escolher carreiras que estão vinculadas ao cuidado, mas que esta não seja a única via em que ela possa definir sua carreira. A questão é de poder de escolha. As mulheres devem ser produtoras e fazedoras de suas histórias com base em suas próprias escolhas.

Tabela 9: Concentração de matrículas nas regiões do Brasil - 2003

<b>Região</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Norte	129.759	100.468	230.227	5,9
Nordeste	<b>349.536</b>	285.156	<b>624.692</b>	16,1
Sudeste	342.851	1.575.182	1.918.033	49,3
Sul	209.575	535.589	745.164	19,2
Centro-Oeste	114.649	254.257	368.906	9,5
<b>Total</b>	<b>1.136.370</b>	<b>2.750.652</b>	<b>3.887.022</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Inep (2003).

Conforme apresentado na tabela, a concentração de matrículas no ensino superior, assim como será visto na parte metodológica sobre os Programas de Pós-Graduação, está centrada na Região Sudeste, também sendo a esta a Região a sediar o maior número e as mais antigas universidades do país.

Tabela 10: Concentração de matrículas nas regiões do Brasil - 2021

<b>Região</b>	<b>Redes pública e privada – presencial</b>	<b>Redes pública e privada - EAD</b>	<b>Total</b>
Norte	452.974	262.853	715.827
Nordeste	1.415.390	451.611	1.867.001
Sudeste	2.798.328	972.416	3.770.744
Sul	917.287	544.057	1.461.344
Centro-Oeste	570.282	217.469	787.751
			8.602.667

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)<sup>19</sup>.

Com os dados apresentados, pode observar que, desde a democratização da educação, sobretudo do acesso à Educação Superior, quando meninas e mulheres tiveram direito à educação em todos seus níveis, elas são a maioria entre estudantes brasileiros na Educação Superior. Ainda, segundo Guedes (2008, p. 116) “nesse curto período [expansão da escolaridade no Brasil – 1970], as mulheres conseguiram reverter um quadro de desigualdade histórica e consolidar uma nova realidade, em que são mais escolarizadas que o contingente masculino”. Contudo, ainda há ações que procurem diminuir a desigualdades sociais, como o salário igual para o mesmo trabalho, que continua sendo uma consigna atual.

Em uma matéria publicada no dia 08 de março de 2016, sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação, pela CAPES, o número de mulheres matriculadas e tituladas em nível de mestrado e doutorado era de 165.564, enquanto o dos homens era de 138.462. Importante destacar que este dado não demonstra a qualidade de ensino, mas de que a há considerável aumento do número de mulheres na Educação Superior e no sistema de Pós-Graduação.

<sup>19</sup> Dados retirados do site do SEMESP. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-11/dados-brasil/>>. Acesso em: 15 de mar. 2022.

Desta maneira, compreendo que o processo de escolarização de mulheres, principalmente na Educação Superior, está relacionado com o crescimento de sua presença nas universidades a partir do fim da década de 1960 e o início na década de 1970. Este é o período em que, segundo Guedes, o “[...] movimento feminista começa a ressurgir [após o período mais repressivo da ditadura] no Brasil e a entrada das mulheres no mercado [...] essas mudanças são de suma importância para o espaço ocupado pelas mulheres no processo de escolarização da população brasileira”. (GUEDES, 2008, p. 121). Neste sentido, segundo Sarti (2004, p. 36)

Embora o feminismo comporte uma pluralidade de manifestações, ressaltar a particularidade da articulação da experiência feminista brasileira com o momento histórico [golpe de 1964] e político no qual se desenvolveu é uma das formas de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver.

Em sintonia com as reivindicações dos movimentos feministas, o ingresso de mulheres no ensino superior visa a ampliação da qualificação profissional e intelectual, permitindo ascensão social, reconhecimento e legitimidade para estarem em postos de maior relevância e poder, os quais tradicionalmente e historicamente são marcados pela presença majoritariamente de homens (GUEDES, 2008).

### 3 REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: REFLEXÕES, TRAJETÓRIAS E OPÇÕES INVESTIGATIVAS

Esta seção tem como objetivo apresentar as concepções de feminismo e gênero que embasam essa tese, bem como refletir sobre as questões impostas pelo paradigma tradicional da ciência, que excluiu ou invisibilizou o conhecimento de grupos sociais marginalizados. Além disso, pensar em possibilidades de superação de heranças coloniais e da promoção de experiências intelectuais mulheres da América Latina a partir das Epistemologias Feministas e das Epistemologias do Sul.

#### 3.1 Análise de novas possibilidades epistemológicas e a construção do conhecimento em Educação a partir da temática do feminismo

José Martí ressalta “se a Europa é o cérebro, nossa América seria o coração” (MARTÍ, 2001, p. 423). O conceito de *Nossa América*, idealizada pelo autor, provoca a reflexão para pensar as alternativas pedagógicas e epistemologias da América Latina como possibilidade para romper com a visão de inferioridade e de superação de “cima-baixo”. No caso do movimento feminista, é de compreender e valorizar as mulheres, suas experiências e suas produções, as quais são as possibilidades de andar e trilhar caminhos que se distanciem de imposições relacionadas aos modos de ser, de pertencer e de representação de suas vivências. Segundo Telmo Adams e Cheron Moretti (2011, p. 448)

As experiências, os métodos e as pedagogias de resistências e de insurgências caracterizam-se por compreender e valorizar um *outro conhecimento*, dando ênfase às metodologias de pesquisa e a uma ciência ética e politicamente comprometida com a transformação social.

O outro conhecimento é o das mulheres que escreveram suas experiências e suas histórias pela (re)construção de uma herança patriarcal de gênero e pela busca de um progresso de meninas e de mulheres, sobretudo, no exercício de plenitude do que se entende por cidadania.

Para Paulo Freire (2000), a possibilidade é entendida como uma forma de mudança e transformação daquilo que está posto, visando à transgressão e o progresso de intervenção na realidade. Ainda segundo o autor, o passado não se

muda, mas é possível pensar em movimentos emancipatórios de mulheres, como as que foram mencionadas no item 2.1, em que pode-se identificar um movimento de sororidade, compreendendo os movimentos de criação de espaços educativos para meninas e mulheres no Brasil, especialmente por saber que “a história da América Latina é uma história de lutas sociais” (IANNI, 1993, p.27) e de lutas pela independência em busca da libertação feminina.

O conceito de *sororidade*, conforme explica Lagarde:

La sororidad es una dimensión ética, política y práctica del feminismo contemporáneo. Es una experiencia subjetiva de las mujeres que conduce a la búsqueda de relaciones positivas y a la alianza existencial y política cuerpo a cuerpo, subjetividad a subjetividad con otras mujeres, para contribuir a la eliminación social de todas las formas de opresión y al apoyo mutuo para lograr el poderío genérico de todas y el empoderamiento vital de cada mujer.

Enfrentar de esta manera la misoginia implica el poder y la libertad de pensamiento que permiten abandonar críticamente los valores, prejuicios y estereotipos patriarcales con los que, de manera tradicional y conservadora, nos aproximamos a las otras y a nuestro género. (LAGARDE, 2012, p. 543).

Dessa forma, as mulheres são companheiras na luta pelos direitos plenos de cidadania em espaços e em reivindicações variadas. Assim, entende-se que as mulheres podem ser solidárias com a causa não apenas de um grupo de mulheres, mas de pensar e ajudar umas às outras de forma que a justiça social e a (des)partricalização de saberes e poderes possa acontecer.

Como foi apresentado no item “2.1.2 Inserção de mulheres na Educação”, sobre as escolhas de cursos superiores de mulheres, ainda há a herança social que atravessa o feminino, que está pautada no cuidado. Este ponto traz uma questão humana tradicional que reduz ao físico e ao biológico, sendo esse o paradigma tradicional da ciência. Há uma negação de subjetividade, que se limita ao paradigma social, o qual ainda compreende – direta ou indiretamente, a mulher, unicamente, como mãe e do lar. Essa estrutura se alicerça, nessa concepção tradicional, que vem de um padrão hétero-androcêntrico de produção de conhecimento.

[...] el lugar de las mujeres, muy en especial el de las mujeres de las razas inferiores, quedó estereotipado junto con el resto de los cuerpos, y tanto más inferiores fueran sus razas, tanto más cerca de la naturaleza o directamente, como en el caso de las esclavas

negras, dentro. Es probable, aunque la cuestión queda por indagar, que la idea de género se haya elaborado después del nuevo y radical dualismo como parte de la perspectiva cognitiva eurocentrista. (QUIJANO, 2020, p. 892).

É neste ponto que as Epistemologias Feministas<sup>20</sup> desenham críticas a esse modo tradicional científico e social, que advém da priorização da visão masculina-eurocentrada de exploração.

Pode-se inferir que a visão tradicional traz os homens como os detentores do conhecimento científico e como as fontes de pensamento. Vistas a isso, um exemplo que pode ser colocado é o gênero épico da literatura, que sempre é lembrado com Homero, Virgílio e Camões. Todavia, existem mulheres que escrevem o épico e que são esquecidas, como é o caso de Salomé Ureña de Henríquez y Carvajal, que privilegia a escrita indígena, em que é possível pensar sobre a (des)colonialidade de ser, de saber e de poder (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2003).

A ideia de uma relação estreita entre as ciências e o gênero implica que a evolução do conhecimento científico foi moldada pela existência de uma dicotomia fundamental entre o masculino e o feminino na sociedade, e pelo fato de que, durante a maior parte da História, a pesquisa científica foi empreendida por e para indivíduos do sexo masculino. As pesquisas nesse campo assumem que as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade frequentemente incorporam a visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes. (LÖWY, 2009, p. 40).

É certo que há mulheres que foram essenciais, mas que são desconhecidas e invisibilizadas na construção de conhecimento nas mais diversas áreas, sendo muitas delas identificadas em pesquisas acadêmicas que fazem uma “escavação” de intelectuais como referências, sobretudo, latino-americanas<sup>21</sup>.

Quijano (2000) enfatiza que as relações sociais na América Latina foram estabelecidas a partir da ideia de raça, o que trouxe as categorias hierárquicas de identidades – negros, índios, brancos e mestiços. Assim, com as relações de

---

<sup>20</sup> Não se tem a intenção de esgotar as epistemologias feministas, por este motivo optou-se por dar ênfase para a questão histórica, mas compreendemos a sua diversidade.

<sup>21</sup> Um movimento de pesquisa que pode ser lembrado é o do Projeto de Fontes do Pensamento Pedagógico Latino-americano, que foi coordenado pelo professor Danilo R. Streck (2010; 2021). Neste projeto há mulheres como: Juana Inés de la Cruz (1651-1695), Nisia Floresta (1810-1885), Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875), María Luisa Dolz (1854-1928), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Gabriela Mistral (1889-1957).

dominação, os papéis e o lugar das pessoas na sociedade foram se moldando e se identificando com a hierarquização conforme a raça e a identidade. Com essa ideia de raça e etnia, revelou-se uma nova forma de superioridade-inferioridade cultural, social e sexual.

A luta de tantas mulheres esquecidas ou invisibilizadas, auxiliaram e contribuem na busca pela saída da *senzala*, a qual Gebara (2000) diz ser

[...] uma metáfora para expressar a prisão ou a prisão móvel que muitas mulheres carregam. É prisão imposta pela cultura da pobreza e da dependência. É prisão da condição humana acentuada pelos mecanismos de uma sociedade construída sobre a injustiça e a exclusão. É finalmente prisão doméstica com relativa mobilidade porque se pode andar, mas mesmo andando, os passos estão amarrados, os caminhos estão fechados em meio à imensidão de possibilidades sem acesso permitido. (p. 17).

Gebara (2000) fala sobre a mobilidade da *senzala* de mulheres nordestinas, no entanto essa metáfora traduz a condição das mulheres na história no que se refere a igualdade salarial, direitos básicos, violência e o espaço na academia e em grandes postos<sup>22</sup>. Esta *senzala*, anunciada pela autora, mostra que historicamente a mulher foi colocada as margens, dando origem ao anonimato.

No Brasil, existem diversas mulheres que podem ser citadas para a superação anunciado por Gebara (2000). Algumas das pioneiras na criação de possibilidades educacionais para meninas e mulheres foram apresentadas no item “2.1.1 Contexto de formação e produção intelectual de mulheres no Brasil”, em que nomes como Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis e Francisca Izidora Gonçalves da Rocha foram lembradas pela sua contribuição na construção de conhecimento e de formação feminina.

Em consonância com isso, Bruna Woinorvski de Miranda (2019, p. 21).

Reconhecer que existem outras perspectivas na produção do conhecimento pode afetar e demandar mudanças no paradigma tradicional da ciência – o que pode ser considerado o maior desafio para que as Epistemologias Feministas sejam reconhecidas.

A construção de conhecimento feminino, bem como a luta de movimentos feministas, foi se desenhando com produção de conhecimento pautadas pela

---

<sup>22</sup> A discussão sobre a condição e os meios de superação das mulheres será feita no capítulo 4 Literatura e Educação: Mulheres do século XIX.

transformação da dualidade de homens e mulheres e a crítica aos modelos tradicionais. Assim, segundo Miranda (2019, p. 21), por meio das Epistemologias Feministas

[...] se almeja a consideração de outros elementos como fontes do conhecimento, como o indivíduo e a sua subjetividade, o reconhecimento de que a realidade (dinâmica e não linear) é permeada de múltiplos fatores determinantes e por eles influenciada – condições essas que não podem ser desintegradas do contexto/problema analisado. E, nessa lógica, a abordagem feminista tende a colaborar com a construção de conhecimentos e práticas um tanto mais condizentes e engajadas socialmente.

É importante trazer neste momento, a concepção de Epistemologias do Sul, que visam a superação do eurocentrismo e do paradigma tradicional da ciência, buscando reconhecer experiências e saberes advindos de intelectuais da América Latina. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2018, p. 302),

Seu enfoque reside, portanto, em saberes “não existentes”, considerados assim seja porque não são produzidos conforme as metodologias aceitas ou inclusive inteligíveis, ou porque são produzidos por sujeitos “ausentes”, sujeitos considerados incapazes de produzir conhecimento válido devido à sua condição ou natureza subumana.

O autor faz uma reflexão sobre a herança da colonização, em que há a concepção de uma divisão de experiências e de saberes, que não compreende a visão e o pensamento que diferem do modelo eurocêntrico-hétronormativo. Há, neste ponto, alternativas solidárias, em que há a valorização de experiências pedagógicas latino-americanas, que é colocado por Streck, Adams e Moretti (2011 p. 3).

Em certo sentido, a alternativa latino-americana foi contraditoriamente construída sobre as heranças coloniais, sempre permeadas por resistências, mesmo que invisibilizadas pela história oficial. Em torno das resistências conformou-se a latinidade como solidariedade, idealizada na integração da região frente ao imperialismo cultural e econômico estadunidense que passou a “agredir” nossos países. (STRECK; ADAMS; MORETTI, 2011, p. 3).

Cabe ressaltar as relações de poder, sobretudo de dominação através do trabalho e do conhecimento que se estabelecem, em que as experiências do continente Sul são anuladas e inferiorizadas. Segundo Sousa Santos (2018, p. 302)

[...] as Epistemologias do Sul necessariamente invocam outras ontologias (reveladas por outros modos de ser, aqueles dos povos oprimidos e silenciados, povos que formam radicalmente excluídos dos modos dominantes de saber e conhecer).

Pode-se anunciar a (des)colonização de ser, saber e poder (QUIJANO, 2000; MIGNOLO, 2003) – e de divisão sexual conforme Maria Lugones, como formas de transformação e de visibilização de experiências advindas de mulheres e intelectuais do hemisfério sul, sendo estas formas das epistemologias feministas e das epistemologias do sul de reivindicar o reconhecimento de classes oprimidas pelo processo de colonização que incluem a mulher.

[...] una relación de dominación directa, política, social y cultural de los europeos sobre los conquistados de todos los continentes. Esa dominación se conoce como colonialismo. En su aspecto político, sobre todo formal y explícito, la dominación colonial ha sido derrotada en la amplia mayoría de los casos. América fue el primer escenario de esa derrota. Posteriormente, desde la II Guerra Mundial, África y Asia. Así, el colonialismo, en el sentido de un sistema de dominación política formal de unas sociedades sobre otras, parece pues asunto del pasado. (QUIJANO, 1992, p. 11).

Enxergar a América Latina como um continente que possui um conhecimento próprio, que muitas vezes é esquecido ou inexplorado, é um movimento para (re)pensar a condição hegemônica colonial, que estabeleceu povos superiores e inferiores. É importante evidenciar que a lógica dessas das epistemologias feministas e do sul não é de se tornar uma verdade absoluta ou de torná-la uma referência como *sul* ou *mulher*, mas de valorizar e compreender que as mulheres e a América são a possibilidade de andar o “próprio caminho” (STRECK, 2008). Precisa-se (re)encontrar as experiências de mulheres e do sul, para um “resgate” de produção do conhecimento e de práticas sociais. Segundo Sousa Santos (2018, p. 298)

Tomar distância não significa descartar a rica tradição crítica eurocêntrica e jogá-la na lixeira da história, ignorando desse modo as possibilidades históricas da emancipação social na modernidade

eurocêntrica. Pelo contrário, significa incluí-la em um panorama muito mais amplo de possibilidades epistemológicas e políticas. Significa o exercício de uma hermenêutica da suspeita a respeito de suas “verdades fundamentais” ao revelar o que há embaixo do seu “sentido literal”. Significa prestar especial atenção às tradições mais pequenas suprimidas ou marginalizadas dentro da grande tradição ocidental. Significa, acima de tudo, assumir que o nosso tempo é um período de transição sem precedentes, no qual enfrentamos problemas modernos para os quais não existem soluções modernas.

Com as epistemologias feministas e as epistemologias do sul, há a possibilidade de creditá-las como formas de produzir alterações no modelo científico tradicional e, com isso, possibilitar novas formas de produção de conhecimento. Segundo Sousa Santos (2018), a ciência precisa transcender visões de novos conhecimentos e experiências para que novas perspectivas sejam levadas a público, dessa forma as epistemologias feministas e do sul podem ser formas de democratização da produção de conhecimentos de grupos sociais historicamente excluídos e marginalizados pelo paradigma tradicional da ciência. Segundo o autor, as epistemologias do sul

[...] devem proceder a [...] sociologia das ausências, ou seja, tornando os sujeitos ausentes sujeitos presentes, como a condição mais importante para a identificação e validação de conhecimentos que pode reinventar a emancipação social e a liberação. (SOUSA SANTOS, 2018, p. 302).

Com as visões histórica e científica, há possibilidades de identificar a construção das Epistemologias Feministas, que assim como os movimentos feministas e as teorias feministas, não compõem um campo homogêneo, tendo em vista que há demandas, desdobramentos e objetivos específicos. Importante trazer a concepção do paradigma participativo, anunciado por Lincoln e Guba (2006), que traz a reflexão da importância da diversificação de grupos fazendo pesquisas e sendo pesquisados, em que haja uma maior efetivação e presença de mulheres, negros, indígenas e LGBTQIAP+.

### 3.2 Gênero e feminismo

O gênero, nas ciências sociais, está relacionado com as construções sociais do que é ser homem e mulher. Segundo Joan Scott (1995, p. 86), gênero “[...] é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um modo primordial de dar significado às relações de poder”.

Cabe, propor uma análise da construção da identidade social da mulher e do homem, conforme anunciada por Heleieth Saffioti (1987, p. 8), quando diz que a identidade é

[...] construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem.

Assim, pode-se dizer que ser homem ou mulher advém de uma construção social, em que, como pontua Simone de Beauvoir, não nascemos homens ou mulheres, nos tornamos. Há diversos exemplos de como se torna homem ou mulher, e é importante refletir que essa concepção é diversa dependendo do contexto social e político de cada época. Homens da corte Francesa, por exemplo, viveram em um tempo em que perucas, pó de arroz, batom e meia-calça eram identificados como coisas de homens; até mesmo a cor rosa e azul podem ser interpretadas de outra forma, se considerar que a cor azul simboliza a devoção, a fé, a delicadeza do céu, a sutileza e a tranquilidade que são “características identificadas como da mulher”; e o rosa como cor vibrante e forte, que são “características identificadas como de homem”.

A pesquisadora Jo Paoletti, da Universidade de Maryland, identificou em uma revista de moda infantil (Earnshaw), em 1918, que o rosa, sendo uma cor mais decidida e forte, seria apropriada para meninos, enquanto azul era a cor delicada e graciosa, sendo mais apropriada para meninas. O dado identificado pela autora traz a reflexão de que os estereótipos são decididos socialmente e que a cor é um mero detalhe, pois a estrutura estabelecida da criação de identidade feminina e masculina que precisa ser transformada. Assim, é evidente a problemática de que a

reprodução da dualidade homem e mulher ainda ocorre – forte x delicado; amorosa x decidido; devoção x trabalho.

Deste modo, o gênero, como mencionado, e amparado por autoras como Joan Scott (1990) e Heleieth Saffioti (1987), é compreendido como manifestos, representações e convenções das relações sociais de saber, poder e ser do ser masculino e feminino. As autoras ainda refletem e mencionam a necessidade de compreender as relações homem-homem e mulher-mulher, transcendendo da dualidade de homem-mulher.

Com isso, anuncia-se que essas relações sociais desencadeiam diversas demandas, pautas e movimentos, sendo um deles os movimentos feministas, que buscam a transformação da visão tradicional-social-política advinda da percepção masculina. Compreendo o movimento feminista em consonância com o que Martha Narvaz e Silvia Helena Koller (2006) descrevem, ou seja, um movimento das e pelas mulheres, em consonância entre teoria e política-militância feminista. Segundo Céli Regina Jardim Pinto

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO, 2010, p. 16).

A luta de mulheres carrega o sentido de libertação, seja de seu corpo, do poder da palavra, ou do espaço em que ocupa. Este sentido de liberdade é um dos pontos centrais dos movimentos feministas, pois possibilitam que as mulheres estejam presentes em espaços públicos, anunciando suas reivindicações e sua representatividade frente às decisões e garantias de direitos.

Fraccaro (2018, p. 10) elucida que o “[...] sistema de gênero que excluía as mulheres e as mantinha confinadas nas funções domésticas e familiares”. Segundo Saffioti (1987, p. 9)

A sociedade investe muito na *naturalização* deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar à luz.

Simone de Beauvoir, no livro *O segundo sexo* (1949), apresenta uma das premissas do feminismo que vai contra as normas impostas para as mulheres: a ressignificação do ser mulher, construída historicamente com funções domésticas e familiares.

A igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública. "A mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida social na produção, e não for mais solicitada pelo trabalho doméstico senão numa medida insignificante. E isso só se tornou possível na grande indústria moderna, que não somente admite o trabalho da mulher em grande escala como ainda o exige formalmente...". (BEAUVOIR, 1970, p. 75).

### 3.3 Procedimentos metodológicos e campo empírico

A composição deste campo empírico foi pensada e repensada diversas vezes, assim como é o processo de escrita e, principalmente, de pesquisa. Compreendo, enquanto leitor de produções, de textos e de relatos de mulheres acadêmicas, que o feminismo é um movimento importante, pelas conquistas e pelas lutas passadas e presentes para que as mulheres tenham os mesmos direitos, posições, lugares e respeito que os homens em nossa sociedade.

Mas, para além de compreender sua luta pela igualdade de direitos, o estudo sobre o feminismo, como movimento social e por direitos humanos, pode contribuir para ampliar o conhecimento acadêmico e social sobre as transformações nas formas de ser homem e mulher, bem como compreender as construções de gênero. Tal conhecimento colabora para se saber mais sobre a constituição histórica de nossa sociedade e para desnaturalizar as correlações de forças em que homens e mulheres, inclusive em âmbito acadêmico, estão inseridos. Como mencionado, o campo empírico da pesquisa foi produzido a partir dos trabalhos apresentados nos Grupos de Trabalhos (GTs) da ANPED: 03 Movimento Sociais, Sujeitos e Processos Educativos; GT 06 Educação Popular; GT 21 Educação e Relações Étnico-Raciais; e GT 23 Gênero, Sexualidade e Educação.

Os GTs 03, 06, 21 e 23 foram escolhidos com base nas temáticas discutidas nos grupos: gênero e movimentos sociais. Importante pontuar que não há um GT específico para discussão do tema feminismo.

### 3.3.1 A produção intelectual de e sobre mulheres na área da Educação

Esse tópico tem como objetivo mapear sumariamente o conhecimento produzido até o momento sobre a análise da produção de conhecimento de mulheres na pós-graduação, sobretudo pesquisas sobre o tema de pesquisa proposto. Este movimento é necessário, pois segundo Jean-Claude Kaufmann (2013, p. 63) “[...] nenhum pesquisador pode pretender avançar sem o capital de conhecimentos adquiridos em determinada área”. Para tanto, realizei buscas em plataformas de divulgação acadêmica de trabalhos, textos, artigos, dissertações e teses. Em seguida, fiz quadros para organizar os resultados encontrados.

Buscar produções realizadas sobre e por mulheres é um movimento importante para pensar a relação público e privado, tendo em vista que esta é uma forma estabelecida que elas venham enfrentando este debate, além de evidenciar as experiências e as produções de mulheres. Assim, a busca, além de dar subsídios à pesquisa, é um ato de valorizar a produção feminina, estudando intelectuais do meio acadêmico que contribuíram em diversos campos do conhecimento. Esta, em certa medida, seria uma alternativa para superar o que foi se construindo na história a respeito das mulheres, pois, como assinalam Beltrão e Alves:

[...] a maior parte da história brasileira existiu uma divisão sexual do trabalho que, de modo geral, impunha às mulheres as atividades domésticas e de reprodução (privadas), e aos homens as atividades extradomésticas e produtivas (públicas). (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 131).

As quais ainda persistem e se apresentam nos dias atuais, mesmo que de formas diferentes. Para organizar a pesquisa visando a encontrar produções sobre o meu tema de estudo, realizei buscas em plataformas digitais. As plataformas utilizadas foram:

- a) Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, que é uma plataforma que possibilita o acesso ao Banco de Teses e Dissertações (BDT), em que é possível acessar, desde 2002, de forma gratuita, trabalhos defendidos na Pós-Graduação brasileira;
- b) Periódicos Capes, que foi criado pela Capes em 2000 com o objetivo de democratizar o acesso aos dados científicos digitais;

- c) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, que tem como premissa a disseminação do conhecimento científico gratuito de teses e dissertações de forma gratuita, promovendo a visibilidade da produção intelectual brasileira;
- d) Scientific Electronic Library Online (SCIELO), que tem como objetivo contribuir com a promoção internacional do acesso e da visibilidade da produção acadêmica latino-americana;
- e) Google Acadêmico, que é uma plataforma de acesso aos trabalhos acadêmicos do mundo todo, organizando textos completos ou meta-dados da literatura acadêmica.

Os descritores utilizados tiveram variações, tendo em vista que as plataformas possuem especificações diferentes. Os critérios de escolha das produções encontradas nas buscas foram: a relação com a temática do feminismo e a produção intelectual de mulheres; os objetivos; a metodologia; e os resultados.

Após a leitura, realizei a organização das produções que serão utilizadas para mapear o que já foi construído sobre o tema, bem como para auxiliar na construção do presente estudo. No Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), as buscas foram realizadas com os descritores "produção acadêmica" AND "mulher" AND "feminismo". Foram identificados 11 trabalhos na BDTD e 4 produções no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, totalizando 15 produções nas duas plataformas. O quadro a seguir apresenta as três dissertações selecionadas.

Quadro 8: Dados encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Nº	Autor / Autora	Título	IES	Produção, PPG e ano
1	Sérgio Antônio Silva Rêgo	Mulher e ciência: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina	UFPE	Dissertação Educação Contemporânea 2015
2	Daniela Mara Gouvêa Bellini	Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação	UFSCAR	Dissertação Educação 2018
3	Livia Barbosa Lima	Sujeitos dos feminismos em disputa: uma análise a partir da produção de teses e dissertações brasileiras	UFAL	Dissertação Psicologia 2019
4	Luanna Márley de Oliveira e Silva	Os estudos feministas sobre "ideologia de gênero" no Brasil: uma análise das produções científicas <sup>23</sup>	UNB	2019

Fonte: Elaborado pelo autor com base na BDT (2021).

Na busca no repositório de Periódico Capes foram utilizados descritores diferentes, pois foram identificados 210 trabalhos com os mesmos descritores da Base de Dissertações e Teses CAPES. Desta forma, para o Periódico Capes os descritores foram "produção acadêmica" AND "mulher" AND "feminismo" AND "pós-graduação" AND "análise", sendo um total 54 trabalhos encontrados. Após a leitura, foram selecionadas seis produções que possuem relação com a minha pesquisa.

<sup>23</sup> A pesquisa não foi selecionada para a apresentação na revisão de literatura, pois será utilizada como apoio nas análises da minha pesquisa, considerando que a metodologia e a área são semelhantes, embora o lócus da pesquisa da autora seja diferente: dossiê sobre ideologia de gênero da Revista Psicologia Política e das revistas "Cadernos Pagu" e Revista de Estudos Feministas.

Quadro 9: Dados encontrados no repositório de Periódicos Capes

Nº	Autor / Autora	Título	IES	Periódico	Produção, ano
1	Ana Alice Costa, Cecília Sardenberg	Teoria e práxis feministas na academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras	-	Estudos Feministas	Artigo 1994
2	Sônia Malheiros Miguel	Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância	CFEA	Estudos Feministas	Artigo 2003
3	Debora Diniz, Dirce Guilhem	Bioética feminista na América Latina: a contribuição das atina: a contribuição das mulheres	UNB	Estudos Feministas	Artigo 2008
4	Adla Betsaida Teixeira Marcel Freitas	Aspectos Acadêmicos e Profissionais sobre Mulheres Cientistas na Física e na Educação Física	UFMG	Revista Ártemis	Artigo 2015
5	Loredana Ribeiro, Bruno Formado, Sarah Schimidt, Lara Passos	A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico	UFPEL USP UFMG	Estudos Feministas	Artigo 2017
6	Paula Coruja	Comunicação e Feminismo: um panorama a partir da produção de teses e dissertações do campo da Comunicação entre 2010 e 2015	UFRGS	Revista Ártemis	Artigo 2018

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Periódicos Capes (2021).

No Google acadêmico, as buscas foram realizadas com outros descritores, considerando a dimensão de pesquisas encontradas. Deste modo, foram utilizados: "produção acadêmica de mulheres" AND "feminismo" AND "programa de pós-graduação". O resultado encontrado foi de 23 trabalhos. Mas, dessas 23 produções, apenas uma era inédita, tendo em vista que as demais apareceram na busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, por isso não estão relacionadas no quadro abaixo.

Quadro 10: Dados encontrados no Google Acadêmico

Nº	Autor / Autora	Título	IES	Periódico	Produção, ano
1	Neiva Furlin	A produção acadêmica de mulheres professoras no campo do saber teológico: sujeição ou subjetivação ética?	UNOESC	Educação e Pesquisa	Artigo 2021

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Google Acadêmico (2021).

No Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), a busca foi feita com os descritores “produção acadêmica” e “mulheres”. O resultado foi de 16 trabalhos. Dentre as produções encontradas, algumas apareceram nas redes de buscas apresentadas anteriormente, desta forma a plataforma da Scielo possui 8 trabalhos “inéditos”, e abaixo estão elencados as três produções que possuem relação com a minha temática de pesquisa.

Quadro 11: Dados encontrados no Scientific Eletronic Library Online (SCIELO)

Nº	Autor / Autora	Título	IES	Periódico	Produção, ano
1	Fúlvia Rosemberg	Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica	FCC, PUC-SP	Educação e Pesquisa	Artigo, 2001
2	Ana Paula Vosne Martins	Uma historiadora militante: Maria Lúcia Mott (1948-2011)	UFPR	Cadernos de Pesquisa	Artigo, 2014
3	FARAH et. al.	Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015)	FGV	CADERNO EBAPE	Artigo, 2018

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Scientific Eletronic Library Online (SCIELO) (2021).

No processo de procura nestas bases foi realizado um mapeamento para conhecer e compreender como os estudos já realizados sobre análise de produções de mulheres. Conforme mencionado, a partir das buscas, foram identificadas diversas produções, sendo: 11 trabalhos na BDTD; 4 produções no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; 54 trabalhos encontrados no Periódico Capes; 23

produções no Google Acadêmico; 16 trabalhos na SCIELO. Para a seleção das produções, realizei a leitura do resumo dos trabalhos e selecionei as que possuem relação com a minha pesquisa.

Desta forma, após a leitura da estrutura da produção (tema, objetivos, metodologias e resultados), selecionei os trabalhos que possuem um recorte de pesquisa mais relacionados ao tema de minha investigação, bem como os quais que considere como pertinentes para a construção do estudo, ou seja, as produções que fazem análises de pesquisas acadêmicas de mulheres. Desta forma, o quadro abaixo elenca as produções selecionadas nos quadros anteriores.

Quadro 12: Produções selecionadas para a revisão de literatura

<b>Nº</b>	<b>Autor / Autora</b>	<b>Título</b>	<b>IES</b>	<b>Produção, PPG e ano</b>
1	Fúlvia Rosemberg	Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica	FCC, PUC-SP	Artigo, 2001
2	Ana Paula Vosne Martins	Uma historiadora militante: Maria Lúcia Mott (1948-2011)	UFPR	Artigo, 2013
3	Sérgio Antônio Silva Rêgo	Mulher e ciência: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina	UFPE	Dissertação Educação Contemporânea 2015
4	Daniela Mara Gouvêa Bellini	Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação	UFSCAR	Dissertação Educação 2018
5	FARAH et. al.	Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015)	FGV	Artigo, 2018
6	Livia Barbosa Lima	Sujeitos dos feminismos em disputa: uma análise a partir da produção de teses e dissertações brasileiras	UFAL	Dissertação Psicologia 2019
7	Neiva Furlin	A produção acadêmica de mulheres professoras no campo do saber teológico: sujeição ou subjetivação ética?	UNOESC	Artigo 2021

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas plataformas de buscas de pesquisas acadêmicas (2021).

Neste momento, apresentarei a estrutura e as principais informações das 7 produções selecionadas, que inspiram reflexões na construção dessa tese.

O artigo “A produção acadêmica de mulheres professoras no campo do saber teológico: sujeição ou subjetivação ética?” (2021) de Neiva Furlin, é um estudo qualitativo, pautado na compreensão hermenêutica, segundo os pressupostos de Maria Cecília Minayo (2003).

A pesquisa tem como objetivo analisar as práticas acadêmicas das docentes, especificamente, as de orientação de trabalhos acadêmicos e as de publicação, evidenciando quais os sentidos produzidos para o processo de subjetivação ética ou de agenciamento de si. A pesquisa foi realizada com 14 docentes atuantes em instituições católicas. A autora utilizou pressupostos teóricos do feminismo e dos estudos de gênero, em uma perspectiva pós-estruturalista.

Os resultados em geral apontam que a ação acadêmica das docentes produz um efeito de contramemória a um modelo de feminino da ordem simbólica masculina. Para isso, elas interagem com as dinâmicas de poder existentes, neutralizando os feitos de um saber globalizante, como estratégia política de subjetivação ou agenciamento ético de si.

Um resultado destacável é sobre as relações de poder, pois as participantes apontam que são mais procuradas para orientar trabalhos de conclusão de curso do que os professores.

Outro ponto importante apontado pela autora são as hierarquias de gênero que por muito tempo inferiorizavam as mulheres. Segundo ela,

Se, por um lado, ainda se constata processos de discriminação e de desigualdade, em relação à produtividade acadêmica, por outro, não se pode negar que algumas dessas docentes têm marcado esse lugar de saber por meio da produção de uma teologia alternativa, partindo de referenciais teóricos dos estudos feministas e de gênero, mesmo que essa produção seja minimamente lida ou indicada como referência bibliográfica pelos seus colegas do sexo masculino. (FURLIN, 2021, p. 13).

Embora a produção das mulheres participantes da pesquisa seja significativa, a pesquisadora menciona como exemplo uma docente, que possui mais de 70 artigos publicados, ou seja, ainda existe uma inferiorização dessa produção feminina na área da Teologia. Este dado também é importante para pensar sobre as relações de gênero no que diz respeito à produção acadêmica.

Desta forma, assim como entendo no meu estudo, é preciso enxergar a produção intelectual de mulheres também como um movimento político de resistência, de busca de direitos, reconhecimento por meio de práticas concretas – em que as mulheres passam a construir uma nova afirmação para a identidade intelectual feminina e masculina, ao produzirem saberes que serão acessados por todo o conjunto da universidade.

O artigo de Furlin (2021), além de ser recente, apresenta vários elementos que poderão subsidiar minha pesquisa, visto que se trata, também, de uma análise da produção acadêmica de mulheres-intelectuais-feministas-professoras. Um primeiro distanciamento do meu estudo, é o campo do saber que, no meu caso são os GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd.

A dissertação intitulada “Sujeitos dos feminismos em disputa: uma análise a partir da produção de teses e dissertações brasileiras” de Livia Barbosa Lima (2019), defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), tem como objetivo analisar, a partir de um discurso feminista produzido academicamente, quais sujeitos políticos têm disputado este campo nos últimos anos. A autora quer compreender de que modo os sujeitos políticos são concebidos nas produções acadêmicas, e compreender quais noções de feminismos são utilizadas nas pesquisas que ela analisou. Sendo este um ponto importante para identificar a forma com que a autora organizou seu trabalho, que será de grande valia para a minha pesquisa.

Além disso, outra semelhança são as formas de produção e de buscas de dados, tendo em vista que Lima (2019) utilizou o Portal de Teses e Dissertações da CAPES. Nesse processo de delimitação e de seleção de produções que discutissem as diferentes dinâmicas do movimento feminista brasileiro e os tensionamentos de identidade política, a autora identificou 24 produções (8 teses e 16 dissertações).

Como metodologia, Lima (2019) realiza uma análise de conteúdo a partir de teses e dissertações, as quais foram identificadas a partir do Portal de Teses e Dissertações da Capes, totalizando 24 produções. Como principais resultados, a autora apresenta que o movimento feminista tem se constituído como um espaço plural, em que há a emergência de identidades que busquem o estabelecimento de suas pautas, como no caso da identidade política ‘lésbicas’, enquanto outras têm tido uma maior potência nos últimos anos, como a identidade ‘feministas jovens’.

A dissertação de Daniela Mara Gouvêa Bellini, com o título “Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação”, foi defendida na Universidade de São Carlos, no Programa de Pós-Graduação em Educação, no ano de 2015. O estudo tem como objetivo evidenciar as contribuições teóricas e empíricas, no âmbito da educação, difundidas em artigos científicos nacionais e internacionais, relacionados à temática da violência de gênero na universidade, com destaque para a violência contra a mulher. Além disso, a autora aborda as diferentes formas de manifestação de violência dentro e fora do âmbito universitário.

A partir do objetivo pode-se verificar que se relaciona ao meu tema de pesquisa, visto que o trabalho procura identificar as contribuições acadêmicas de mulheres na pós-graduação em Educação. Bellini (2015) utilizou como base a pesquisa bibliográfica, produzindo seu material de análise com buscas na base de dados Scielo e na base de dados Web of Science.

A autora utilizou a metodologia comunicativa que, em suas palavras: “[...] propõe-se a investigar e dar respostas para a superação das desigualdades sociais, a partir de uma reflexão crítica e da intersubjetividade, na qual o diálogo é o elemento central”. (BELLINI, 2015, p. 61).

Em relação à análise das produções, a autora descreve que

Quanto à violência contra as mulheres nas universidades, os artigos revelaram, dentro do enfoque preventivo, as propostas de medidas para a formação humana sobre a temática, com respeito a interseccionalidade existente no país, além de formação específicas em disciplinas nos cursos de graduação para sensibilização e conscientização dos (as) estudantes. Dentro do enfoque paliativo, além das denúncias, indicaram a necessidade da atenção voltada às vítimas de violência ao cuidar de suas feridas físicas e psicológicas. (BELLINI, 2015, p. 100).

Alguns dos resultados encontrados pela autora foram: os tipos de violências identificados nas produções estão centrados em violência física (base nacional) e violência sexual (base internacional); o Brasil não possui uma política e/ou legislações específicas sobre a temática da violência de gênero nas universidades. A partir dos resultados identificados, a autora dispôs recomendações para a prevenção e a superação contra as mulheres nas universidades: política de atendimento Institucional; um departamento ou secretaria como espaço de

acolhimento as vítimas e denúncias; página da web da universidade onde possa ser realizada denúncias e também ser encontrada todas as informações sobre atendimentos e procedimentos diante dos casos de violência; atividades contínuas de formação para toda a comunidade universitária (estudantes, professorado, técnicos administrativos e, também, funcionários terceirizados que prestam serviços para a universidade); cartazes e documentos informativos que tragam a informação que define o que é violência na universidade, e também indicar o caminho a ser percorrido caso ocorra qualquer tipo de violência; posicionamento da instituição superior de ensino sempre a favor da vítima.

A dissertação de Bellini (2018) encontra-se com a minha pesquisa, pois analisa a produção de mulheres que fazem parte de PPGs em Educação. Em seu estudo, a autora realiza uma análise de textos sobre a violência contra mulheres, sendo um tema específico a ser aprofundado, distanciando-se da minha proposta na qual não há, necessariamente, uma temática específica de análise.

No artigo intitulado “Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015)”, escrito por Marta Ferreira Santos Farah, Ana Paula Rodrigues Diniz, Mariana Mazzini Marcondes, Laís Menegon Youssef e Maria Camila Florêncio da Silva, foi publicado no Caderno da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), da Fundação Getúlio Vargas. O objetivo é entender como as temáticas de gênero e política pública têm sido incorporadas, de modo articulado, por pesquisas acadêmicas no Brasil.

Para chegar a esse objetivo, foi realizado um levantamento de produções, sendo um total de 349 artigos em duas plataformas de publicação de textos acadêmicos, entre 1983 e 2015; sendo utilizada uma análise qualitativa dessas produções identificadas.

Com a análise sobre a questão das mulheres e de gênero,

[...] foram considerados de alta intensidade trabalhos que discutiam o conceito e/ou adotavam perspectivas críticas feministas para discussão teórica ou análise de dados, mobilizando categorias centradas em eixos como “direitos sexuais e reprodutivos”, “divisão sexual do trabalho” e “violência e gênero”. Já a baixa intensidade se relacionou com a incorporação das categorias gênero ou sexo como variáveis para desagregação dos dados e/ou como resultados encontrados na pesquisa, não vinculando esses elementos ao debate sobre gênero. (FARAH et al., 2018, p. 435).

A pesquisa apresenta uma série de categorias: Categoria 1: política pública e gênero; Categoria 2: política pública e mulher(es); Categoria 3: estudos de gênero; Categoria 4: nem política pública, nem gênero. Em cada uma delas, são apresentadas as discussões centrais dos artigos e as suas possíveis relações que a questão política pública. Ademais, a produção esperava que pudesse fomentar para o desenvolvimento de pesquisas que façam relações entre as temáticas de gênero e de políticas públicas.

O artigo de Farah et. al (2018), também apresenta um levantamento analítico de produções acadêmicas sobre mulheres no Brasil. Neste estudo, há uma temática específica que é aprofundada: gênero (e mulheres) e política pública. Além disso, sua temporalidade de análise (1983-2015) é diferente, sendo mais um ponto em que se afasta do meu estudo.

A dissertação com o título “Mulher e ciência: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina”, foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de Sérgio Antônio Silva Rêgo (2017). A escolha do autor pelo campo latino-americano se deu pela trajetória de lutas sociais da América Latina e de seus projetos educativos. Além disso, Rêgo (2017) destaca que

A experiência no campo de estudos sobre feminismo latino-americano proporcionou uma ampliação ao conceito de feminismo, notadamente hegemônico, fruto de leituras iniciais. Demonstrou uma profunda relação com causas sociais e de emancipação humana e planetária. Questionou padrões teóricos-metodológicos e potencializou as questões dos múltiplos feminismos. (RÊGO, 2017, p. 52).

O autor apresenta os seguintes objetivos: Conhecer as principais interfaces feministas entre conhecimento científico e político na produção acadêmica de pesquisadoras militantes da América Latina; Identificar os principais periódicos científicos da América Latina que tratam da questão de gênero e feminismo; Mapear os temas gerais sobre feminismo e gênero trabalhados pelos periódicos da América Latina; Mapear nas publicações sobre feminismo e gênero da América Latina quais delas articulam a temática geral com educação.

Rêgo (2017) utilizou a metodologia qualitativa e o estudo de caso alargado, o qual foi baseado em Santos (1983). Com isso, ele buscou verificar relação entre temas educação e conhecimento científico com o feminismo na produção de

saberes por parte das mulheres docentes nas academias latino-americanas e como isso se verifica em termos de suas militâncias.

As reflexões finais de Rêgo (2017) apresentam a existência de uma lacuna ao associar ciência, docência feminina e academia no campo acadêmico, segundo as publicações analisadas pelo autor. Com isso, “abre-se um vasto campo de pesquisa que pode vir a fomentar outras tantas discussões e auxiliar, cada uma a seu modo, na eliminação da opressão sexista, em suas mais variadas formas de atuação”. (RÊGO, 2017, p. 245).

A dissertação de Rêgo (2015) é a pesquisa que mais possui similitudes com a minha pesquisa, pois procura, a partir de produções acadêmicas, conhecer as principais interfaces feministas. No caso de Rêgo (2015) é mapear os temas gerais do feminismo e gênero em periódicos de cinco países da América Latina. Já a minha pesquisa está centrada na área da Educação no Brasil, em um evento que é um dos principais canais de discussão e de divulgação acadêmica na área da Educação – ANPEd.

O artigo “Uma historiadora militante: Maria Lúcia Mott (1948-2011)”, de Ana Paula Vosne Martins (2013), foi publicado no Caderno de Pesquisa. A temática do artigo é a trajetória de Maria Lúcia Mott (1948-2011), suas experiências e a sua produção intelectual. A pesquisadora utilizou a trajetória e a produção científica de Maria Mott para realizar a análise.

Aproveito para pontuar a importância dessa produção, pois é realizada uma análise da produção de uma mulher e seus reflexos da luta de mulheres na área da pesquisa e da História. Como objetivo do estudo, a autora diz ser uma homenagem à Maria Lúcia Mott (1948-2011), destacando sua experiência enquanto pesquisadora, sendo suas pesquisas centradas na questão da saúde da mulher – história do parto, das parteiras, das instituições de saúde e da filantropia.

Segundo a autora, “seus temas de pesquisa tinham uma dimensão social e política inegável ao tratar [de questões referentes às mulheres]” (MARTINS, 2013, p. 1046). Entendo que essa inserção de Maria Lúcia Mott na área da pesquisa e da História é relevante quanto à representatividade para a reivindicação de direitos das mulheres no Brasil.

O artigo de Martins (2013), se aproxima da minha pesquisa quando a autora procura, a partir da experiência de uma mulher, escrever sobre as produções de uma historiadora e seus impactos na área acadêmica, considerando os avanços, a

representatividade e o protagonismo na educação superior. A produção não apresenta um aprofundamento nas produções da intelectual, sendo seu objetivo uma homenagem à historiadora estudada.

O artigo “Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica”, de Flúvia Rosenberg, publicado na Revista Educação e Pesquisa (2001), tem como objetivo discutir a produção acadêmica contemporânea brasileira sobre educação e gênero (ou mulheres) a partir da análise de três fontes de dados: a base de teses e dissertações de programas de Educação filiados à ANPEd no período 1981-1998; o diretório de pesquisadores(as) “Quem pesquisa o quê em Educação: 1998; e seis coleções de revistas especializadas em Educação e Estudos Feministas (de gênero). Rosenberg (2001), salienta a importância e como uma forma de justificar seu estudo, destacando que

O tema educação das mulheres ou educação e gênero vem concitando a atenção de pesquisadores(as) e especialistas em diferentes países do mundo, inclusive no Brasil, especialmente durante os anos 1990. (ROSENBERG, 2001, p. 49).

Além disso, segundo a autora,

Tem sido difícil ao movimento e teoria feministas enfrentar o desafio de interpretar, simultaneamente, um modelo de dominação de gênero e indicadores de escolaridade que apontam igualdade de acesso/permanência no sistema escolar entre homens e mulheres ou mesmo superioridade feminina, especialmente nos países sub desenvolvidos. (ROSENBERG, 2001, p. 65).

Um dos resultados da pesquisa é de que as teses, as dissertações e as revistas especializadas analisadas focalizavam mais a condição feminina que o sistema educacional, na perspectiva de gênero. Além disso, uma lacuna nas revistas em dar espaço para publicações sobre o tema e a disciplina da Educação. É importante salientar que o artigo é de 2001, dessa forma pergunto: esse cenário apontado pela autora é diferente hoje? As discussões e o interesse de pesquisas transformaram-se? Essa é uma questão que pode ser respondida a partir de minha análise a partir da ANPEd.

O artigo de Rosenberg (2001), utiliza algumas plataformas semelhantes as quais utilizei em minha pesquisa para a composição do campo empírico. A temporalidade do artigo acaba se tornando muito distante de algumas discussões

que são realizadas em 2021, sendo um ponto em que meu estudo pode contribuir para sistematizar e analisar as produções na área da Educação.

Após essa apresentação dos principais pontos das produções selecionadas a partir das plataformas de busca, foram identificados os seguintes temas: a produção de conhecimento de mulheres no campo do saber teológico; análise de teses e dissertações de mulheres; contribuições da produção acadêmica feminina para superar a violência contra mulheres; produção acadêmica sobre as relações entre gênero e políticas públicas; trajetória de intelectual e produção de conhecimento; e relações de gênero e mulheres na produção acadêmica brasileira.

As semelhanças e os distanciamentos das produções apresentadas foram pertinentes para a construção da tese. As metodologias utilizadas - pesquisa qualitativa e bibliográfica, e a forma de produção de conteúdo através de buscadores acadêmicos dialogam com a minha proposta, tendo em vista que faço o mesmo movimento de pesquisa. O conteúdo a ser analisado é outro ponto em que os estudos se encontram com as minhas intenções de investigação, considerando a análise da produção de mulheres na pós-graduação, embora a minha seja especificamente PPGs em Educação.

Embora o tema feminismo seja o campo de pesquisa das produções descritas, existem inúmeros recortes que podem ser realizados a partir dessa temática maior. Por exemplo, a pesquisa de Bellini (2015) apresenta um recorte a partir da temática da violência de gênero no ambiente acadêmico em três instituições. Além disso, o estudo de Farah et. al (2018), realiza análises a partir do recorte de política pública, gênero e mulheres de 1983 a 2015 – sendo a temporalidade outro distanciamento. A minha proposta não estabelece a delimitação de um tema, mas propõe uma análise de diferentes temáticas estudos acerca do feminismo do que vem sendo discutidas no âmbito da Educação, sobretudo na ANPEd.

Outro ponto é o distanciamento de campo empírico, é a pesquisa de Rêgo (2015), que tem como objetivo mapear publicações feministas de cunho político-militante de cinco países da América Latina em revistas eletrônicas, com corpo editorial de mulheres com atividade docente em universidade. A minha pesquisa está direcionada para análise de trabalhos acerca do feminismo sem delimitar um enfoque específico que foram publicados na ANPEd, um dos principais meios de discussão e de divulgação científica na área da Educação.

As produções que foram apresentadas, serviram para mapear os estudos que existem sobre a temática de análise de produções acadêmicas de mulheres.

### **3.3.2 Apresentação do campo empírico: a ANPEd e seus GTs**

Esta seção tem por objetivo apresentar a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). A ANPEd é uma entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, professores, professoras e estudantes vinculados a estes programas. “Tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social”.

Dentre seus objetivos destacam-se: fortalecer e promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em Educação, procurando contribuir para sua consolidação e aperfeiçoamento, além do estímulo a experiências novas na área; incentivar a pesquisa educacional e os temas a ela relacionados; promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do País, especialmente no tocante à pós-graduação (Site da ANPEd)<sup>24</sup>.

Como mencionado, a ANPEd foi criada em 1978 e é um dos principais meios de divulgação e de comprometimento com a universalização da Educação no Brasil. Durante o tempo em que atua, consolidou práticas acadêmico-científica, fortalecendo a formação e apoio a programas de pós-graduação. A Associação realiza reuniões regionais e nacionais, em que ocorrem apresentações, debates e aperfeiçoamento de pesquisas acadêmicas na área da Educação.

Sua estrutura possui sete pontos importantes:

- a) Diretoria – que é composta por um/a presidente/a, cinco vice-presidentes/as (que representam as cinco regiões do Brasil), primeiro/a secretário/a, segundo secretário/a e um/a diretor/a financeiro;
- b) Associados individuais (discentes e docentes de PPGs *stricto sensu*) e associados institucionais (PPGs *stricto sensu*);
- c) Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPRED) –instância permanente de organização de sócios institucionais,

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://www.ANPEd.org.br/sobre-ANPEd>>.

- que realiza debates sobre diretrizes para o desenvolvimento de PPGs stricto sensu;
- d) Grupos de Trabalho (GTs) - são instâncias de aglutinação e de socialização do conhecimento produzido pelos pesquisadores da área de educação. No total são 23 GTs, que são divididos em áreas específicas. A criação dos GTs aconteceu na 4ª Reunião Anual que ocorreu em Belo Horizonte, em 1981.
  - e) Conselho Fiscal - órgão encarregado da fiscalização contábil e financeira da ANPEd, é constituído por três membros efetivos e três suplentes, eleitos entre os associados individuais. Analisa e avalia a prestação de contas anual da Associação;
  - f) Comitê Científico – que é formado por pesquisadores/as de reconhecida competência na área pertencentes aos diferentes eleitos no âmbito dos GTs que compõem a ANPED. Esse comitê é responsável por julgar o mérito acadêmico dos trabalhos inscritos para a apresentação nas reuniões nacionais promovidas pela ANPEd.
  - g) Fórum de Editores de Periódicos da Área da Educação (FEPAE) – que tem como objetivo a melhoria e qualificação permanente da produção intelectual na área e a promoção do intercâmbio entre editores de periódicos de educação, estimulando a cooperação e solidariedade institucional, com vistas a impulsionar a melhoria da política de publicação na área. (Site da ANPEd, s/a, s/p).

A produção de dados dessa tese foi realizada a partir da seleção e análise de apresentações em quatro GTs, sendo: 03 Movimento Sociais, Sujeitos e Processos Educativos; GT 06 Educação Popular; GT 21 Educação e Relações Étnico-Raciais; e GT 23 Gênero, Sexualidade e Educação. A seguir, será realizada a apresentação de cada GT de acordo com as informações presentes no site da ANPEd.

**GT 03 Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos:** o principal objetivo é investigar e refletir sobre as experiências educacionais promovidas por ou com movimentos sociais, enfatizando a forma de participação dos sujeitos – educadores e/ou educandos – nessas experiências, bem como buscando compreender a configuração dos seus processos educativos. Adota-se uma concepção ampla de movimentos sociais, abarcando quaisquer ações coletivas, nascidas de modo autônomo ou fomentadas por instituições diversas, que diante

dos desafios da realidade socioeconômica e política, apresentam outras possibilidades para os processos educativos.

Segundo o trabalho encomendado “GT Movimentos Sociais e Educação: percurso, identidade e perspectivas”, a perspectiva teórica do GT é composta a partir de três conceitos básicos, que de acordo com as autoras Sonia Aparecida Branco Beltrame e Maria Antônia de Sousa:

*Educação como prática social*, que possui dimensão coletiva e dimensão de singularidade dos sujeitos do processo educativo. Prática social que interfere e gera interferências na conjuntura e na estrutura da sociedade, bem como na identidade sociopolítica das pessoas que integram os movimentos sociais. *Movimentos sociais entendidos como participação coletiva*, como expressão da classe trabalhadora e sua organização sociopolítica. É compreendido como expressão coletiva que agrega singularidades em seu interior, que revela conflitos e identidades. *Pesquisa como ato de conhecimento composto de duas frentes*: a descrição do que se analisa e a exposição ou denúncia das lacunas a serem mais investigadas e preenchidas. (BELTRAME; SOUSA, 2009, p. 1, grifo das autoras).

O GT tem sua origem em 1981, com a criação do GT Educação para o meio rural. A coordenação do GT passou por diferentes gestões ao longo de sua história. Segundo Beltrame e Sousa, haviam dificuldades para a caracterização do GT pela diversidade de pesquisas, conceitos e metodologias. Na 5ª Reunião Anual, foi discutida a pertinência e a interligação com os GTs Educação Popular, Ensino de 1º Grau e Educação e Trabalho. As autoras apontaram para uma descontinuidade de participantes assíduos, o que se reflete na não realização da 6ª Reunião. Na 7ª Reunião, foi discutida a fragmentação do grupo. E na 8ª Reunião, foram feitas três propostas para o GT:

1) organização de uma resenha crítica sobre a produção científica referente à educação no meio rural. 2) levantamento da produção científica dos participantes do grupo de Educação no Meio Rural. 3) Definição de subtemas de trabalho para aprofundamento das discussões, a saber: educação escolar e meio rural; movimentos sociais no campo e educação; educação e trabalho no meio rural. (BELTRAME; SOUSA, 2009, p. 5).

Na 15ª Reunião Anual, em 1992, o GT passou a se intitular Movimentos Sociais e Educação, com a gestão de Maria Julieta Calazans (UERJ) e Maria da Glória Gohn (Unicamp) de 1993 a 1995. Neste momento, inauguram-se discussões

sobre as relações entre educação e movimentos sociais, os paradigmas na análise dos movimentos sociais, os novos movimentos sociais e os processos educativos formais e não formais. Este foi um

[...] momento marcante para a memória deste GT, tendo em vista que havia um sentimento geral apontando para a necessidade de reestruturação do mesmo. Assim, os participantes envidaram todos os esforços no sentido de enfrentar o desafio de reestruturar o GT, ampliando a temática a ser investigada e possibilitando uma maior participação dos pesquisadores. (ANPEd, 1992, p. 27).

Após esse apanhado da história do GT, pode-se observar os desafios enfrentados para consolidá-lo e caracterizá-lo. Com a nova denominação, houve uma pluralidade de universidades participando, promovendo discussões sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

Os temas emergentes que o GT 03 vem discutindo acerca da temática do feminismo são: Feminismo Negro, EJA, Mulher e Trabalho, Trajetória de Vida e Educação Escolar Indígena. Tais temáticas aparecem em 11 trabalhos apresentados entre 2010 a 2021.

**GT 06 Educação Popular:** o GT buscou contribuir para sistematizar a memória dos movimentos de Educação Popular nos anos sessenta. O primeiro encontro do GT foi em 1982, na 5ª Reunião, em que Osmar Fávero estava na coordenação.

Assim como o GT 03, o GT 06 Educação Popular, passou por diversas situações em que foi necessário repensar sobre as ações e as discussões. Em 1984, o GT percebeu a necessidade de repensar a Educação Popular frente à política do Ministério da Educação e Cultura, que naquele momento era de centro-direita. Em 1985, o GT Educação Popular não se reuniu e, em 1986, organizou sua retomada.

Em 1987, sob a coordenação de Sérgio Haddad, já com a reorganização de 1986, as temáticas centraram-se em: luta popular pela escola pública, escolarização do adulto trabalhador, produção de conhecimento nas práticas de Educação Popular, relação entre movimentos populares e Estado na Nova República.

Segundo Reinaldo Matias Fleuri:

Passou-se, deste modo, de uma perspectiva memorialista, que buscava inicialmente reavivar e sistematizar a memória da educação

popular dos anos 60 sufocada pelos longos anos de ditadura, a uma perspectiva propositiva no contexto de institucionalização democrática do Estado e da sociedade civil, contribuindo prioritariamente para a discussão das orientações políticas para a educação de jovens e adultos. (ANPEd, s/a, s/p).

Na 13ª Reunião, em 1990, houve uma sessão conjunta entre os GTs Educação e Movimentos Sociais no Campo e Estado, e Política Educacional. Com esse momento, percebeu-se a importância de um espaço para refletir sobre o papel das Universidades acerca do tema da Educação de Adultos. Segundo Fleuri,

Emerge nesta ocasião a preocupação com a questão epistemológica, que vai motivar os trabalhos do GT durante toda a década de 90. A questão da investigação científica é levantada a partir da preocupação com o fazer: investigar e assessorar, investigar e capacitar, investigar e agir. (ANPEd, s/a, s/p).

Em 1991, na 14ª Reunião, houve três tópicos de discussão: a escola pública e a Educação Popular, os movimentos sociais e a Educação Popular, e a questão feminina na Educação Popular. Além disso,

Coloca-se o tema reprodução do conhecimento, inspirado pelas reflexões de Oscar Jara: até que ponto nos limitamos a reproduzir conhecimento, desprezando os processos de produção do saber presente na prática social? Defende-se a construção do conhecimento baseado na relação entre experiência e conhecimento. Nesta mesma reunião, definiu-se como eixo temático de reflexão do GT a Educação Popular e instituições. Formas alternativas de investigação. Relação entre o conhecimento científico e o conhecimento produzido pelos setores populares organizados da sociedade civil. (ANPEd, s/a, s/p).

Sobre o GT, pode-se dizer que há uma articulação sobre a conjuntura de cada período, em que se estabelecem pautas para discussão no grupo. Segundo Fleuri,

[...] é preciso reconhecer as culturas populares, no plural, que constituem as diferentes formas de organização social e de interpretação da realidade construídas pelos diferentes grupos sociais que constituem as chamadas “classes subalternas”. São culturas, com representações sociais e visões de mundo específicas, elaboradas segundo lógicas e categorias próprias. Ao ignorá-las ou desqualificá-las, os intelectuais e operadores sociais correm o risco que não entendê-las, de invalidar estes saberes e reforçar a trama de poder de em nossa sociedade subjuga estas culturas. (ANPEd, s/a, s/p).

Os temas emergentes que o GT 06 vem discutindo acerca da temática do feminismo são: Pedagogia Popular e Feminismo, Economia Solidária, Feminismo Negro, EJA, mulher e docência, Educação Popular, Pedagogia da Alternância. Tais temáticas aparecem em 16 trabalhos apresentados entre 2010 a 2021.

**GT 21 Educação e Relações Étnico-Raciais:** diferente dos GTs já apresentados, o GT 21 foi criado apenas 26 anos depois da fundação da ANPEd, em 2001, na 24ª Reunião Anual, como Grupo de Estudos (GE). Em 2003 passou a ser um GT.

Tais mudanças expressam um movimento interno de interpretações de ordem política e epistemológica entre integrantes do GT, bem como a abertura para o acolhimento de trabalhos que abordem a temática indígena, algo que esteve presente na origem da proposta do referido GT. (ANPEd, s/a, s/p).

A fundação do GT teve o apoio de mais de 500 participantes da ANPEd. Para a primeira coordenação foram eleitas as professoras Iolanda de Oliveira (Universidade Federal Fluminense) e Maria Lúcia Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP).

Com isso, construíram um espaço para debate, proposições e encaminhamentos acerca das relações étnico-raciais, tendo em vista que a participação de pesquisadores negros e pesquisadoras negras eram “espalhados” em outros GTs.

Um acontecimento que impulsionou o debate na área foi a realização do Concurso Negro e Educação, promovido pela ANPEd e Ação Educativa, com financiamento da Fundação Ford, no final da década de 1990. O objetivo do concurso foi ampliar o quadro de pesquisadoras/es na área, abrangendo estudantes em diferentes estágios de formação em nível de graduação, mestrado e doutorado. (ANPEd, s/a, s/p).

Para além das representações institucionais é significativa a ampliação de participação no GT, que atualmente congrega docentes negras e negros, e não negros e negras de diversas universidades e instituições do ensino superior.

O GT 21 é um grupo de trabalho novo, mas que possui uma intensa agenda participação em debates e em encaminhamentos em eventos e espaços, tais como: Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABS), Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEAB), Associação Brasileira de Pesquisadores

Negros (ABPN), Conselho Nacional de Educação (CNE), Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros (CADARA), Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Os temas emergentes que o GT 21 vem discutindo acerca da temática do feminismo são: Identidade Racial, Mulheres Negras e Ensino Superior, História Oral e Feminismo Negro. Tais temáticas aparecem em 3 trabalhos apresentados entre 2010 a 2021.

**GT 23 Gênero, Sexualidade e Educação:** na 26ª Reunião Anual, houve a proposição e a aprovação do Grupo de Estudo (GE) 23, em 2003. Assim como o GT 21, o GT 23, após dois anos, foi constituído como um GT.

Em atendimento às exigências regimentais, foi constituído imediatamente o grupo de consultores ad hoc que passou a ser integrado pelas professoras Ana Camargo (Universidade de Uberaba e Unicamp), Claudia Ribeiro (Universidade Federal de Lavras), Dagmar Estermann Meyer (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Mary Neide Damico Figueiró (Universidade Estadual de Londrina), Maria Eulina Pessoa de Carvalho (Universidade Federal da Paraíba), Jane Felipe (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e pelo vice-coordenador do GE, professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro (Universidade Estadual Paulista – campus Araraquara) – todos docentes com a titulação de doutor e registrando experiência de pesquisa, orientação de dissertações e teses e avaliação de projetos na área específica do GE. (ANPEd, s/a, s/p).

Para o primeiro biênio, haviam sido escolhidos para ocupar o cargo de coordenadora do GE a professora Guacira Lopes Louro, da UFRGS e de vice-coordenador, o professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro, da UNESP.

Com a instituição do GT, houveram diversas iniciativas para divulgação do novo GT da ANPEd, com a participação de membros do grupo, como o I Simpósio Paraná - São Paulo de Sexualidade e Educação Sexual, promovido pela Universidade Estadual Paulista (Campus Araraquara) sob a presidência do prof. Paulo Rennes Marçal Ribeiro (vice-coordenador do GE 23 e coordenador do Núcleo de Estudos da Sexualidade daquela Universidade). À convite da organização do Simpósio, a conferência de abertura foi realizada pela professora Guacira Lopes Louro, como coordenadora do GE Gênero, sexualidade e educação. Pretendia-se, assim, não só trazer à discussão algumas das instigantes teorizações contemporâneas da área, mas também tornar visível, para um grande número de

pesquisadoras/es e estudantes, o novo grupo da ANPEd, estimulando o engajamento de outros núcleos.

Na sua constituição, participantes do GT afirmaram a importância que as dimensões de gênero e sexualidade adquiriram desde o final da década de 1970, em que houve uma ampla produção acadêmica, que também consideram as articulações com as dimensões de raça, etnia e classe, por exemplo. Uma questão importante de pontuar, é que a consolidação acontece como um marcador do movimento de consolidação acadêmica e política do campo.

Os temas emergentes que o GT 21 vem discutindo acerca da temática do feminismo são: Narrativa de Mulheres, Educação de meninas, Política para mulheres, Feminismo Decolonial, Maternidade e Sexualidade. Tais temáticas aparecem em 14 trabalhos apresentados entre 2010 a 2021.

### **3.3.3 Produções identificadas nos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd**

Para a realização da produção de dados, utilizei o site da ANPEd. Verifiquei o site específico de cada edição e os GTs 03, 06, 21 e 23 para identificar as produções que estão relacionadas à temática do feminismo. Para a seleção dos estudos, utilizei como critério ter no título ao menos um dos descritores: mulher, mulheres, feminismo, feminista, menina.

Neste momento, serão apresentados quadros com a organização das pesquisas encontradas (autor, autora, título, instituição, ano e edição) para a composição do campo empírico.

Quadro 13: GT 03 ANPEd: Movimento Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

Nº	Autor / Autora	Título	IES	Ed.
1	Camila Said	Hip-hop das minas: um olhar sobre a participação de jovens mulheres no movimento hip-hop de belo horizonte	UFMG	31 <sup>a</sup>
2	Renata Simões	Mulher e assistência social na ação integralista brasileira: “pelo bem do Brasil!”	USP	35 <sup>a</sup>
3	Evely Aquino; José Brito; Vânia Costa	Trajetórias de mulheres da educação de jovens e adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra	UEMG	37 <sup>a</sup>
4	Pollyana dos Santos	Trajetórias juvenis de mulheres em privação de liberdade e experiências escolares: os sentidos produzidos nos encontros e desencontros com a escola	IFES	37 <sup>a</sup>
5	Tatyanne Marques	“Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]”: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça	UFMG	38 <sup>a</sup>
6	Hamanda Pontes, Lucélia Bassalo	Jovens mulheres no ensino médio : expressões culturais, modos de ser jovem e relações de sociabilidade na escola	UEPA	39 <sup>a</sup>
7	Ludmila Oliveira; Holanda Cavalcante	“O futuro é uma caixinha de sonhos” ... campo, mulheres, formação e trabalho	UEFS	39 <sup>a</sup>
8	Ivan Faria, Jaiana Santos	Jovens, mulheres e de origem rural: trajetórias de inserção em uma universidade pública no interior do Nordeste brasileiro	UEFS	40 <sup>a</sup>
9	Beleni Grando, Neide Campos	Educação da mulher bororo - caminhos formativos na educação escolar indígena em Mato Grosso	UFMT	40 <sup>a</sup>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos trabalhos apresentados na ANPEd (2021).

Foi realizada a leitura inicial das onze produções do GT 03 Movimentos Sociais e Educação, para identificar as temáticas discutidas nas pesquisas. A figura abaixo demonstra os temas emergentes nos estudos.

Figura 4: Temas emergentes das produções do GT 03 da ANPEd



Fonte: Elaborado pelo autor com base no GT 03 da ANPEd (2021).

Em algumas edições da ANPEd, não foram apresentados trabalhos sobre a temática no GT 03, com os descritores e os filtros definidos. Não houveram produções nas edições 29º, 30º, 32º, 34º e 36º.

A seguir, estão as pesquisas apresentadas no GT 06 Educação Popular da ANPEd. A busca foi realizada com os seguintes critérios, filtros e descritores: possuir no título do estudo ao menos uma das palavras: mulher, mulheres, feminismo, feminista.

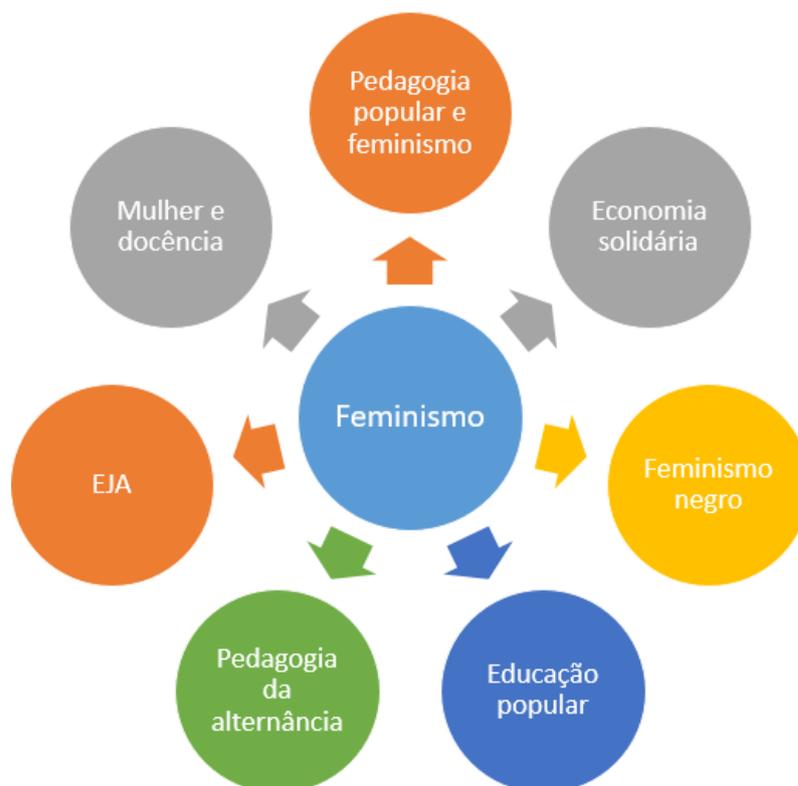
Quadro 14: GT 06 da ANPEd: Educação Popular

<b>Nº</b>	<b>Autor / Autora</b>	<b>Título</b>	<b>IES</b>	<b>Ed.</b>
1	Iraí Teixeira, Maria Oliveira	Mulheres camponesas e os processos educativos desencadeados por suas práticas de cuidado à saúde	UFScar	35 <sup>a</sup>
2	Dilcelene Resende	A mulher e a docência: histórias de militância	UFF	36 <sup>a</sup>
3	Mariateresa Muraca	Método e metodologia entre pedagogia popular e feminismo	UFSC	36 <sup>a</sup>
4	Amanda Motta Castro	“Não queria que minha filha tivesse a mesma vida que eu”: um estudo sobre mulheres no trabalho artesanal	FURG	38 <sup>a</sup>
5	Adrielle Lisboa	O Papel Político dos Pré-vestibulares populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública	UERJ	40 <sup>a</sup>
6	Cristina Vergutz, Aline Corrêa, Cheron Zanini Moretti	Silêncios e vozes das mulheres na pedagogia da alternância: problematizações a partir do "nó histórico" e da "dodiscência"	UNISC	40 <sup>a</sup>
7	Everton Simon, Cristina Vergutz	“Eu posso e todas as mulheres podem”: educação, trabalho e alimentação nas experiências pedagógicas de uma escola família agrícola	UNISC	40 <sup>a</sup>
8	Íris de Carvalho	Educação popular e economia solidária pelas mãos das mulheres	PUC/RS	40 <sup>a</sup>
9	Desirée Pires, Amana Motta Castro	Educação como prática de liberdade para/pelas mulheres: o movimento #EleNão	FURG	40 <sup>a</sup>
10	Eliandra Model, Edla Eggert	A invisibilidade das mulheres/estudantes do PROEJA na revista EJA em debate	PUC/RS	40 <sup>a</sup>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos trabalhos apresentados na ANPEd (2021).

Não foram apresentados trabalhos nas edições 32<sup>a</sup> e 34<sup>a</sup>. Abaixo, estão os temas que apareceram nas 16 produções do GT 06 Educação Popular.

Figura 5: Temas emergentes das produções do GT 06 da ANPEd



Fonte: Elaborado pelo autor com base no GT 06 da ANPEd (2021).

Abaixo estão as pesquisas identificadas no GT 21 Educação e Relações Étnico-Raciais. A busca foi realizada com os seguintes critérios, filtros e descritores: possuir no título do estudo ao menos uma das palavras: mulher, mulheres, feminismo, feminista.

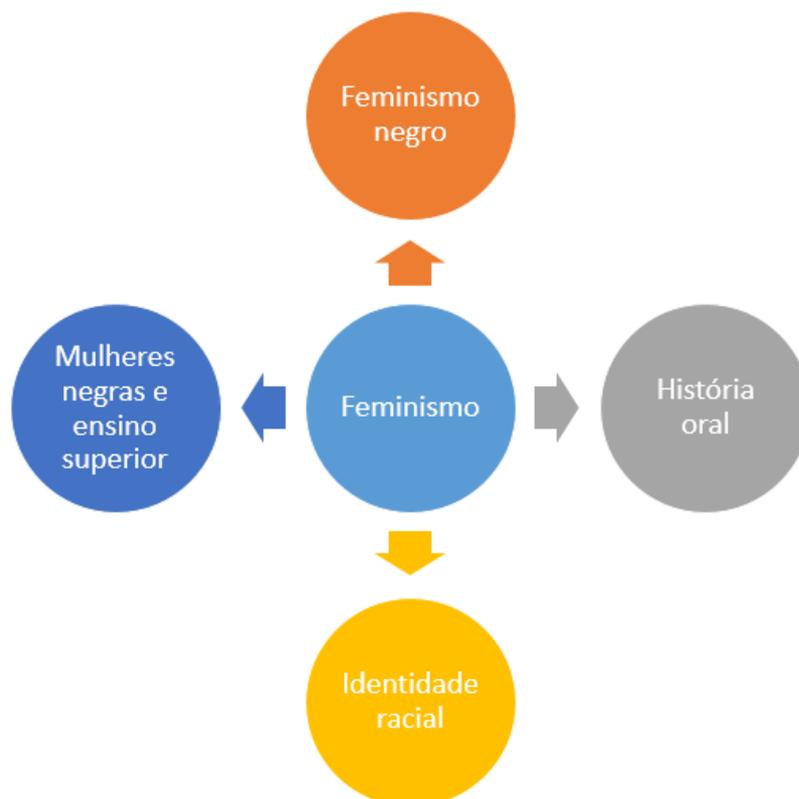
Quadro 15: GT 21 da ANPEd: Educação e Relações Étnico-Raciais

Nº	Autor / Autora	Título	IES	Ed.
1	Maria Clareth Gonçalves Reis	Mulheres negras e professoras no ensino superior – as histórias de vida que as constituíram	UENF	35 <sup>a</sup>
2	Dulcinea Benedicto Pedrada	Mulheres negras: professoras, sim... Tias, por que não? Ensaio de um processo para além da “desinvisibilização de existências”	UFES	35 <sup>a</sup>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos trabalhos apresentados na ANPEd (2021).

Não foram apresentados trabalhos nas edições 31<sup>a</sup>, 36<sup>a</sup>, 37<sup>a</sup> e 38<sup>a</sup>. Abaixo, estão os temas que apareceram nas 3 produções do GT 21 Educação e Relações Étnico-raciais.

Figura 6: Temas emergentes das produções do GT 21 da ANPEd



Fonte: Elaborado pelo autor com base no GT 21 da ANPEd (2021).

Abaixo estão as pesquisas identificadas no GT 23 Gênero, Sexualidade e Educação. A busca foi realizada com os seguintes critérios, filtros e descritores: possuir no título do estudo ao menos uma das palavras: mulher, mulheres, feminismo, feminista.

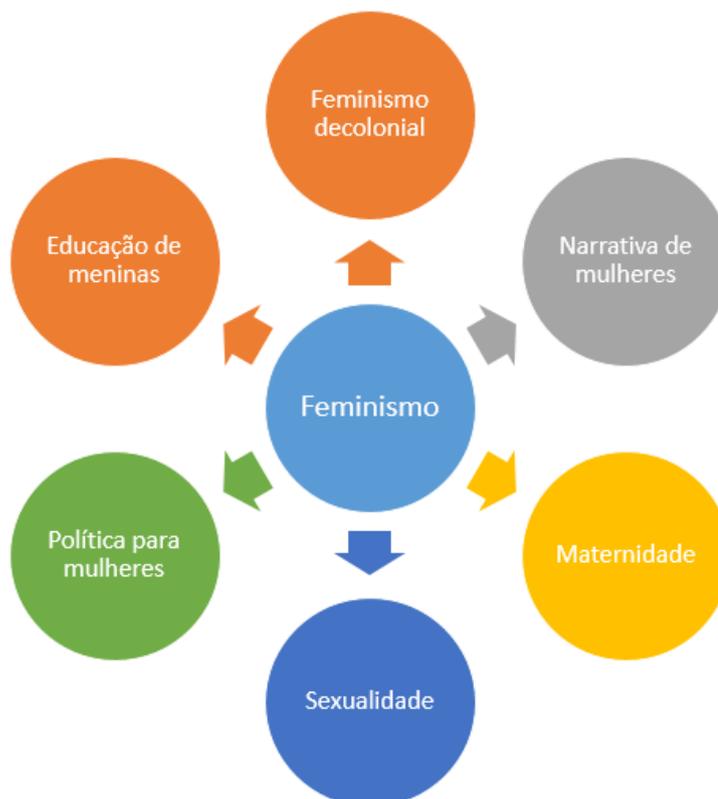
Quadro 16: GT 23 da ANPEd: Gênero, Sexualidade e Educação

Nº	Autor / Autora	Título	IES	Ed.
1	Vera Helena Ferraz de Siqueira e Wania Ribeiro Fernandes	Cinema e relações de gênero: ouvindo mulheres idosas	UFRJ	29 <sup>a</sup>
2	Fernanda Theodoro Roveri	A boneca barbie e a educação das meninas – um mundo de disfarces	UNICAMP	30 <sup>a</sup>
3	Sueli Salva	Narrativas de vivências juvenis: as jovens mulheres no centro da cena	UFRGS	31 <sup>a</sup>
4	Maria Schwengber	Ensina-se a mais antiga das artes às mulheres: a de ter filhos e tornar-se mãe carinhosa	UNIJUÍ	31 <sup>a</sup>
5	Maria Schwengber	Pobres meninas “ricas” com a gravidez	UNIJUÍ	32 <sup>a</sup>
6	Gabriela Silveira Meireles	O que dizem as crianças sobre meninos e meninas?: anunciando o jogo das construções, desconstruções e reconstruções das dicotomias de gênero na educação infantil	UFJF	32 <sup>a</sup>
7	Carin Klein	A educação de mulheres-mães pobres para uma “infância melhor”	UFRGS	34 <sup>a</sup>
8	Carin Klein	Mulheres-visitadoras, mulheres-voluntárias, mulheres da comunidade: o conhecimento como estratégia de diferenciação de sujeitos no PIM	UFRGS	35 <sup>a</sup>
9	Érica Jaqueline Pinto e Valquíria Gila de Amorim	Gênero e educação superior: um estudo sobre as mulheres na física	UFPB	37 <sup>a</sup>
10	Lucélia Bassalo	Igualdade ou heteronormatividade? Jovens mulheres comunicando sentidos, formando significados	UEPA	37 <sup>a</sup>
11	Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel	Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?	UFPEL	37 <sup>a</sup>
12	Raquel Quirino	Relações de gênero, tecnologia e formação profissional de mulheres no segmento de mineração	CEFET-MG	37 <sup>a</sup>
13	Eunice Moraes, Lucia Silva	Políticas para mulheres e os desafios da institucionalidade	UFPA	38 <sup>a</sup>
14	Mayanne Freitas	Ser mulher na computação: experiências de alunas em uma IFES nordestina	UFPB	40 <sup>a</sup>
15	Neiva Furlin	Políticas educacionais para a não discriminação de gênero no Brasil e Chile: Uma análise a partir dos planos de políticas para mulheres	UFSC	40 <sup>a</sup>
16	Paula Ribeiro, Juliana Vargas	Falas de jovens alunas sobre ser mulher: nas pistas de um dispositivo de feminilidade	ULBRA	40 <sup>a</sup>
17	Fábia Souza	Arpilleras, as linhas resistência: a metodologia feminista das mulheres atingidas por barragens do Brasil	UFPE	40 <sup>a</sup>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos trabalhos apresentados na ANPEd (2021).

Com a leitura inicial dos trabalhos do GT 23, para identificar as temáticas das pesquisas realizadas, organizei os temas apresentados e discutidos pesquisas, conforme a figura abaixo.

Figura 7: Temas emergentes das produções do GT 23 da ANPEd



Fonte: Elaborado pelo autor com base no GT 23 da ANPEd (2021).

Na edição 39<sup>o</sup> não houve trabalho apresentado no GT 23. Além disso, não foi possível identificar as produções da 33<sup>o</sup> edição, pois o link do site da ANPEd está inválido, por este motivo essa edição do evento não consta em nenhum dos quadros apresentados.

Com as figuras apresentadas sobre a temática de estudo das produções da ANPEd, pude observar uma pluralidade em que a minha pesquisa está inserida e se propõe a analisar. Entendo que será uma análise pertinente para refletir sobre a construção da produção de conhecimento em Educação a partir da temática do feminismo, que estão embasados em diferentes correntes teóricas e metodológicas.

### 3.4 Processo de tratamento de dados: caminhos investigativos e analíticos

Para a análise da tese, realizei um processo em etapas para pensar as produções identificadas nos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd, que será apresentado ao longo desta seção.

A pesquisa se caracteriza como descritivo-exploratória, com uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico, do tipo estado do conhecimento. Optei por utilizar o estado do conhecimento como metodologia, pois proporciona compreender e sistematizar as discussões das produções acerca do feminismo, bem como as discussões realizadas em eventos e em plataformas de divulgação de produção acadêmica. Segundo Larissa Nobre Magacho e Rosa Maria Feiteiro Cavalari (2017, p. 27),

A partir de determinados estágios em que se encontram os campos de pesquisa, esses estudos permitem o reconhecimento dos limites e possibilidades das pesquisas na superação dos desafios identificados nos campos de conhecimento.

A partir dos dados quantitativos apresentados anteriormente, é possível observar a intensidade de produções acerca do tema do feminismo no campo Educação no período de 2011 a 2021. Nesse ponto, “surge a necessidade de realização de estudos sistemáticos sobre os trabalhos produzidos, a princípio, com o intuito de conhecer suas características e tendências” (MAGACHO; CAVALARI, 2017, p. 27).

Joana Paulin Romanowski e Romilda Teodora Ens (2006), pontuam que o estado da arte

[...] pode constituir-se em levantamentos do que se conhece sobre determinada área, desenvolvimento de protótipos de análises de pesquisas, avaliação da situação da produção do conhecimento da área focalizada. Pode, também, estabelecer relação com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes e apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento e constituindo-se orientações de práticas pedagógicas para a definição dos parâmetros de formação de profissionais para atuarem na área (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 41).

Deste modo, entende-se que o estado da arte é uma espécie de mapeamento das produções realizadas, identificando as principais tendências de pesquisas. O estado da arte,

Pode, ainda, verificar, na multiplicidade e pluralidade de enfoques e perspectivas, indicativos para esclarecer e resolver as problemáticas históricas, como no caso do fracasso da escola na alfabetização. Igualmente torna possível reconhecer a importância da investigação, os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, as restrições e 'ilhas' de disseminação sobre formação de professores (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 41).

A escolha por esta metodologia, foi a possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre as formas, as temáticas, os métodos e as intenções de como são compostos os estudos. Para a realização da produção e da análise de dados, utilizei os procedimentos necessários para a realização de um estado do conhecimento, inspirado por Romanowski e Ens (2006, p. 43):

- Definição dos descritores para direcionar as buscas sobre a temática do feminismo;
- Localização dos GTs da ANPEd para composição do corpus da produção de conhecimento sobre a temática do feminismo;
- Estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o corpus da pesquisa;
- Reunião do material de pesquisa, selecionado junto aos GTs da ANPEd;
- Leitura das produções com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, as metodologias, as considerações e a relação entre a pesquisadora e a área;
- Organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências da temática do feminismo;
- Análise e elaboração das considerações da pesquisa.

Assim, inspirei-me nos procedimentos mencionados pelas autoras sobre o estado da arte, realizei uma leitura analítica dos trabalhos apresentados nos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd, destacando: período, título, ramificação do feminismo,

correntes teóricas e metodológicas, filiações acadêmicas e similitudes e distanciamentos com os movimentos feministas.

Para a análise, foi realizado o levantamento e a identificação das bases das pesquisas identificadas nos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd. As produções foram divididas em categorias, que foram determinadas conforme as ramificações do feminismo identificadas no *lócus* da pesquisa: Feminismo indígena, Feminismo negro, Feminismo pós-colonial e Ecofeminismo. O modelo abaixo foi utilizado para esse momento:

Quadro 17: Modelo de organização – levantamento das bases das produções

<b>Categoria de análise</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	
<b>IES</b>	
<b>Correntes teóricas</b>	
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	
<b>Metodologia</b>	
<b>Resultados</b>	
<b>Contribuição</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Após o levantamento e a identificação das bases das pesquisas selecionadas, foi feita a interpretação dos dados, que foram inspirados no estado de conhecimento. A análise aconteceu com a organização geral das produções, com as seguintes etapas:

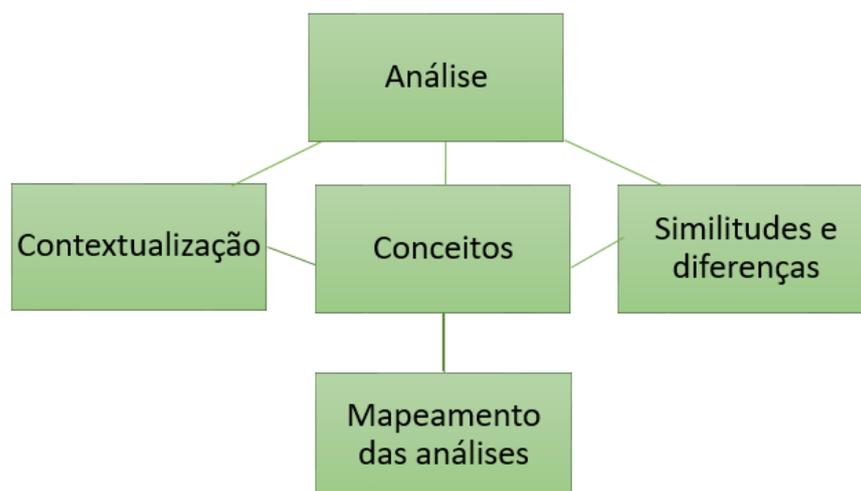
Quadro 18: Modelo de organização – Interpretação de dados

<b>Etapas da interpretação de dados</b>
Pré-análise
Leitura inicial
Leitura especulativa e temática
Relação entre as temáticas das produções – cruzamento de dados
Possíveis filiações acadêmicas das autoras das produções

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Esse momento de interpretação de dados foi realizado com o seguinte modelo:

Figura 8: Processo de análise de dados



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Para apresentar as análises, no capítulo 4, descrevi as produções identificadas nos GTs 03, 06, 21 e 23, realizando reflexões com sistematizações, conforme o modelo do quadro 17. Após a apresentação de todas as produções, foram realizados esquemas em que são identificados as principais fontes teóricas e metodológicas das produções; os temas emergentes nos GTs, destacando discussões que acontecem em mais de um GT e de como suas abordagens teóricas se distanciam ou se aproximam; e são apresentadas as novas discussões acerca do tema do feminismo. Tais pontos são discutidos nas seções do capítulo 4.

Após a apresentação e discussão das informações identificadas, realizou-se buscas utilizando o software N-Vivo<sup>25</sup>. Com o auxílio do software, foi possível mensurar, de forma quantitativa, quantas vezes aparecem menções de intelectuais e expressões relacionadas com a temática do feminismo nas produções dos GTs da ANPEd.

---

<sup>25</sup> É um software utilizado em pesquisas acadêmicas de forma quantitativa e qualitativa.

## 4 FEMINISMO NOS GTS DA ANPED: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS BASES DE PESQUISA

Mulheres, brasileiras, latino-americanas. Mestiças, caboclas, brancas, negras, índias. Maria, Stella, Ângela, Glória, Lilian, Denise, Marcela, Juliana, Sofia... Somos muitas e de muitas cores. Feitas de lágrimas e sorrisos. Somos professoras. Somos pesquisadoras. Temos histórias, temos marcas, temos *saberesfazeres*. (RESENDE, 2013, p. 1).

A diversidade de temáticas presentes nos GTs da ANPED é tal qual anunciada por Resende – diferentes perspectivas, realidades e demandas. Nesta seção serão analisadas as produções apresentadas nos Grupos de Trabalho da ANPEd no período de 2011 a 2021. Para a realização deste capítulo, foi feita a leitura das produções e a catalogação - conforme apresentado no capítulo metodológico. A partir disso, foram criadas as seguintes categorias de análise:

- A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher;
- Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses;
- Inserção de mulheres na educação: formas de transformação a partir da presença e da participação de espaços de públicos e de direito;
- Feminismos, feministas pioneiras, práticas de transformação social e políticas para mulheres nos GTs da ANPEd.

A temática do feminismo nos GTs da ANPEd que foram analisados, apareceram de forma indireta e, em alguns casos, o conceito de gênero foi usado para inserir o feminismo, conforme será apresentado nas seções desse capítulo. Por este motivo, a questão de gênero foi considerada para pensar a temática do feminismo, considerando as opções teórico-metodológicas das produções, as quais permeiam e fazem referência ao tema do feminismo. Entende-se, em um primeiro momento, que essa pode ser uma estratégia para colocar em evidência essa temática por meio de um referencial com maior aceitação e disseminação no campo acadêmico.

A organização das produções foi realizada considerando: título, IES, correntes teóricas, similitudes e distanciamentos, metodologia, resultados e contribuição.

Foram realizados quadros de cada GT com as informações mencionadas. Tais informações serão analisadas nas seções de análise.

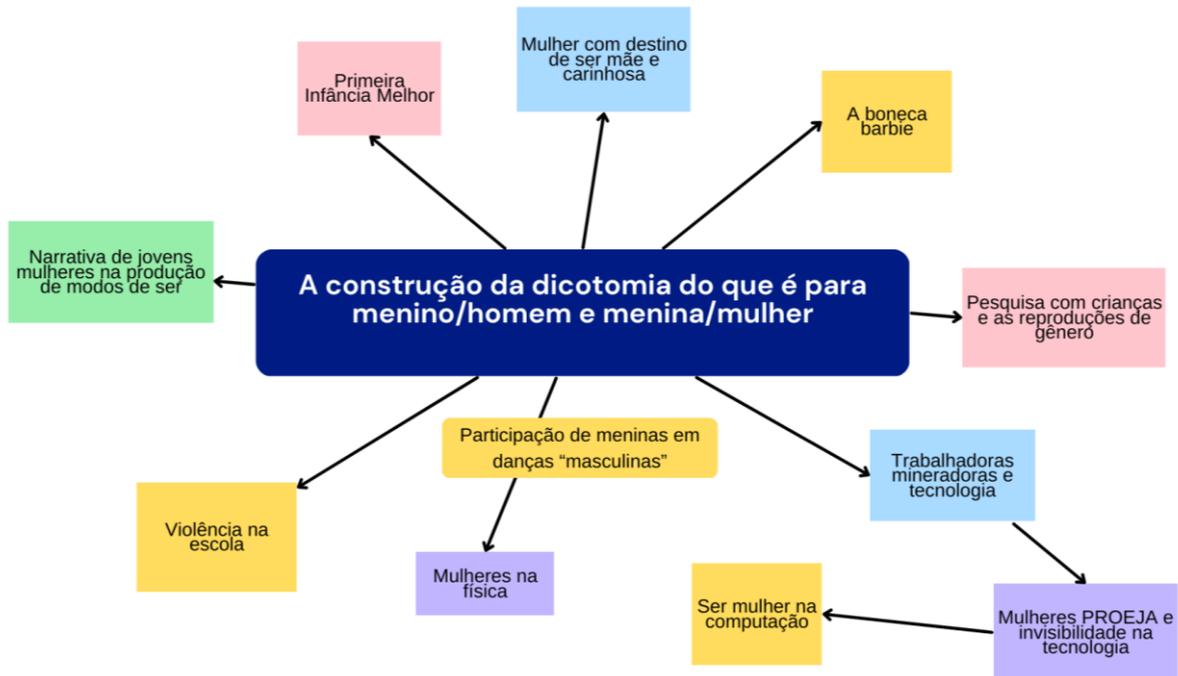
Nas seções que seguem foram analisadas as produções identificadas nos GTs 03, 06, 21 e 23 a fim de responder e dar subsídios para o problema de pesquisa: Como as discussões acadêmicas sobre o feminismo se relacionam com a construção de conhecimentos no campo da Educação? Quais seriam as contribuições à ampliação e à renovação de abordagens teóricas e metodológicas, temáticas e campos empíricos desse corpus documental? Foram elaboradas categorias, esquemas e quadros, que seguem nos subcapítulos desta seção, para que fossem discutidos temas emergentes e semelhantes nos trabalhos da ANPEd, ampliando e compreendendo as abordagens, as correntes teóricas e as relações sociais de gênero à luz do feminismo no âmbito da Educação.

#### 4.1 A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher

Nesta categoria, houve uma diversidade de temáticas abordadas que discutem sobre a posição social da mulher e as imposições do que uma menina ou um menino podem ou não fazer ou participar.

A figura abaixo identifica quais foram os interesses das produções dos GTs que versam na categoria “A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher”.

Figura 9: Temáticas da categoria “A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher”



Fonte: Elaborado pelo autor com base no site Canva (2022).

A identificação de tais temáticas como apresentadas na figura acima foi realizada a partir da leitura dos textos identificados nos GTs da ANPEd. Nesta categoria estão presentes trabalhos dos GTs 03, 06 e 23, sendo 1 produção do GT3 e GT6; e 13 produções do GT23. No decorrer desta seção, serão apresentadas e analisadas as produções que versam sobre a construção social-colonial do que é ser menina/mulher e menino/homem, a partir da apresentação de quadros analíticos apresentados a seguir.

Quadro 19: A invisibilidade das mulheres/estudantes do proeja na revista EJA em debate – GT6

<b>A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	A invisibilidade das mulheres/estudantes do proeja na revista EJA em debate
<b>IES</b>	Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS
<b>Correntes teóricas<sup>26</sup></b>	GEBARA; SAFFIOTI
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Questões sociais dos sexos
<b>Metodologia<sup>27</sup></b>	Hermenêutica feminista
<b>Resultados</b>	Apagamento e/ou a invisibilidade delas nas edições e entendemos que isso é um reflexo de como a educação tecnológica é ainda um campo dos estudos que se destina a formação dos homens e do quanto a técnica e a tecnologia ainda não são temas apropriados e apreendidos pelas mulheres trabalhadoras e pesquisadoras da educação tecnológica
<b>Contribuição</b>	A presença de temas no campo da educação tecnológica das mulheres estudantes de EJA em artigos publicados na revista EJA em Debate do Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Edla Eggert e Eliandra Silva Model (2021). As autoras possuem interesse nas temáticas de: educação popular; produção do conhecimento; história da educação de mulheres. A produção apresenta a presença de mulheres estudantes no campo da educação tecnológica.

A presença de mulheres, em algumas áreas do conhecimento, ainda não acontece de forma expressiva, quer seja pela denominação como uma “área masculina”, quer seja pela não discussão da presença de mulheres nesta área. As autoras discorrem sobre a invisibilidade de artigos sobre a educação de mulheres-estudantes no PROEJA dos Institutos Federais (IFS).

Uma questão colocada pelas autoras é de que as mulheres são a maioria na EJA/PROEJA de instituições que oferecem algum tipo de profissionalização. Assim como a categoria aponta a dualidade do que é para menino e para menina é identificada como um processo colonial, as autoras apontam que “A educação das mulheres ainda é reflexo da educação dos tempos coloniais, onde as mulheres eram

<sup>26</sup> Foram consideradas, em todas as produções, as correntes teóricas principais utilizadas pelas autoras e pelos autores, seja uma referência da área da educação ou de área afins.

<sup>27</sup> Neste campo, foram consideradas técnicas, métodos etc, sendo uma forma mais ampla, a fim de contemplar as diversas visões e opções para a realização do estudo.

ligadas às prendas domésticas, o que hoje conceituaríamos como mundo privado do lar”. (EGGERT; MODEL, 2021, p. 1).

Há um processo de invisibilidade de práticas e de experiências de mulheres em áreas com maior atuação masculina, sobretudo quando não há a valorização e a visibilidade de produções de mulheres na área da tecnologia do PROEJA em uma revista que trata sobre tal questão. Segundo as autoras:

Os artigos encontrados são críticos e trazem as relações de gênero e o feminismo como temáticas a estarem presentes na EJA, visto que a formação das mulheres e o seu empoderamento são condições necessárias à sua cidadania. No entanto, o que pode ser percebido também é que na revista EJA em Debate do IFSC, não encontramos nenhum artigo que relacionasse o tema mulheres do PROEJA com a educação tecnológica. (EGGERT; MODEL, p. 3, 2021).

Com isso, embora as mulheres/estudantes do PROEJA estejam presentes em cursos de educação tecnológica, não são reconhecidas e visibilizadas, desta forma enfraquece pensar sobre as mudanças e a desmistificação das relações de gênero. Compreende-se que possa existir outras revistas que não propiciem a divulgação científica, a crítica e a mudança desse cenário da área da tecnologia, sobretudo nos IFS que promovem a educação desse campo do saber. As autoras identificaram apenas 3 produções em 15 edições da revista.

Quadro 20: A boneca Barbie e a educação das meninas – um mundo de disfarces – GT23

<b>A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	A boneca Barbie e a educação das meninas – um mundo de disfarces
<b>IES</b>	Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
<b>Correntes teóricas</b>	SABAT; RAEL; FOUCAULT
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	O que é para menino e menina / brinquedos, modos de ser e cores
<b>Metodologia</b>	Análise de conteúdo
<b>Resultados</b>	Imaginário do corpo perfeito- branco e magro da Barbie
<b>Contribuição</b>	Refletir e pensar de forma crítica sobre os ensinamentos que brinquedos colocam nas crianças – tradicional, eurocêntrico, branco, magro etc.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Fernanda Theodoro Roveri (2007). A autora realiza suas pesquisas acerca dos Estudos Culturais; educação do corpo; história das práticas corporais; relações de gênero e infância. A produção reflete sobre o imaginário do corpo perfeito, divulgado e difundido através da boneca Barbie – loira, branca e magra.

A mídia é responsável pela influência de muitos segmentos da sociedade, sendo o brinquedo uma delas, sobretudo na concepção de crianças. A boneca Barbie, reforça estereótipos de meninas sobre padrões de beleza, ou seja, cor (rosa) e comportamento consumista, pois segundo as autoras, duas bonecas são compradas por segundo. Para os meninos, as embalagens de brinquedos são azuis e passam uma imagem de poder através de caretas e instrumentos dos personagens. A dualidade que a categoria se refere é elucidada pela autora, que escreve

Os brinquedos vêm imbuídos de normas que definem o que é permitido e o que não é permitido para cada sexo, há um abismo que separa bem os brinquedos destinados para meninos e os destinados para meninas. Mas vale ressaltar que essas dicotomias são criadas pelos adultos e que nem sempre têm o mesmo significado para as crianças no momento da brincadeira. (ROVERI, 2007, p. 3).

Conforme a autora, as crianças não atribuem os mesmos significados, embora aprendam sobre corpos desejáveis desde cedo e reproduzirão essa visão quando forem adultas. Assim, esse ciclo do que é para menina e menino ainda perpetuará. Há iniciativas da marca Mattel, que produz a boneca Barbie, que procuram evidenciar a diversidade cultural e étnica, no entanto como a matriz é a mesma, continua produzindo sob padrões estadunidenses de beleza desejada.

Mesmo a empresa realizando diversas versões da boneca, o que muda é o que está na escrita das embalagens (Barbie Rapunzel, Barbie médica, etc.). A Barbie é vendida como algo insuperável, seja pelas profissões, pela beleza ou a perfeição. No entanto, “Sem ninguém para segurá-la, Barbie é algo que não consegue nem parar em pé” (ROVERI, 2007, p. 10).

Quadro 21: Ensina-se a mais antiga das artes às mulheres: a de ter filhos e tornar-se mãe carinhosa – GT23

<b>A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Ensina-se a mais antiga das artes às mulheres: a de ter filhos e tornar-se mãe carinhosa
<b>IES</b>	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI
<b>Correntes teóricas</b>	BADINTER; FOUCAULT
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Questões produzidas socialmente sobre o que é destinado às mulheres e aos homens
<b>Metodologia</b>	Análise de discurso e conteúdo
<b>Resultados</b>	Movimento que permite visualizar a emergência de uma lógica, segundo a qual a educação dos corpos grávidos se intensifica, por meio das práticas corporais, construindo diferentes posições de sujeito: a de mãe carinhosa (que cuida e se cuida); a que abriga e protege; aquela responsável pelo filho perfeito.
<b>Contribuição</b>	Refletir sobre o estar grávida e ser mulher. O corpo grávido como algo inerente ao poder de dar à luz. Busca desvincular o direcionamento dos sexos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A produção será analisada junto com a produção abaixo (Quadro 22).

Quadro 22: Pobres meninas “ricas” com a gravidez – GT23

<b>A dicotomia do que é para o homem e para a mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Pobres meninas “ricas” com a gravidez
<b>IES</b>	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI
<b>Correntes teóricas</b>	FOUCAULT; GOLDENBERG; GONTIJO; LOURO; SWAIN; SCHWENGBER.
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Grávidas e as questões sociais históricas do ser mulher-grávida
<b>Metodologia</b>	Etnografia. Entrevistas e formulários. Análise do discurso
<b>Resultados</b>	Ser mãe é uma experiência que parece justificar a existência de quase todas as mulheres. Para Swain (2007) apesar das transformações ocorridas com algumas normas sociais (de maneira pontual e localizada) o casamento e a maternidade “povoam os sonhos e o imaginário das mulheres que se consideram completas apenas se forem mães e esposas” (SWAIN, 2007, p. 219).
<b>Contribuição</b>	Problematizar um projeto de vida de constituição da família, uma espécie de passaporte para entrar na vida adulta e ter reconhecimento social.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os estudos apresentados nos quadros acima foram realizados por Maria Simone Vione Schwengber (2008; 2009). A autora possui interesse em: educação

física, corpo, gênero, educação em saúde e corpo-movimento. A produção “Ensina-se a mais antiga das artes às mulheres: a de ter filhos e tornar-se mãe carinhosa” faz reflexões acerca das imposições sociais destinadas às mulheres. O corpo feminino foi/é compreendido como um instrumento de força produtiva, com isso “[...] permitia as mulheres alcançar um status social valorizado: tornavam-se necessárias à sociedade, através de seus corpos e do trabalho reprodutivo” (SCHWENGBER, 2008, p. 2). Importante destacar que não apenas de ser mulher, mas de ser uma mãe carinhosa, cuidadosa e boa. Segundo a autora,

[...] tais discursos nos remetam à “invenção do corpo grávido” e associam os corpos grávidos a uma rede de práticas e de saberes, tais como: cuidados pré-natal, cursos especializados, consultas médicas, academias, alimentos diferenciados. A esse movimento chamamos de politização da maternidade e do corpo grávido. (SCHWENGBER, 2008, p. 3).

Pontua-se que essas condições de cuidado devem sim acontecer, mas não podem ser atreladas apenas e exclusivamente às mulheres. Assim como mencionado na produção anterior, a mídia possui papel influenciador na construção de pessoas. Por isso há uma questão emblemática quando tais discursos são

[...] amplamente produzidos e divulgados em diversos artefatos da cultura como, por exemplo: poemas, canções, romances literários, filmes, novelas, documentários e, também, pelas diferentes ciências, mídias e propagandas produziram algo novo: saberes que passam a ditar prescrições normas sobre os modos de cuidar dos corpos femininos, cujo ponto de partida foi a formulação de regras e técnicas para gerir e produzir corpos os mais saudáveis possíveis. (SHWENGBER, 2008, p. 3).

Deste modo, as mães são colocadas como as únicas responsáveis pelo desenvolvimento das crianças. A mulher grávida, segundo a Revista Pais & Filhos analisada pela autora, faz uma diferenciação, pois estar grávida e tornar-se mãe, não é a mesma coisa do que ser mulher. Mulheres grávidas “[...] necessitam desenvolver competências específicas, segundo padrões definidos, para melhor conduzirem suas gestações e cumprirem as ‘obrigações’ inerentes relativas a essa condição”. (SCHWENGBER, 2008, p. 3). Assim como se coloca a responsabilidade para as mães da criação de seu bebê, dá-se também a culpa pelo “fracasso” caso aconteça algo fora do esperado ou o/a filho/a nasça com algum tipo de síndrome,

deficiência ou anomalia. Ao pai não é, se quer, referenciado como alguma falha – mesmo estudos apontando diversas possíveis causas por parte do corpo masculino.

O segundo texto “Pobres meninas “ricas” com a gravidez” apresenta um apanhado histórico em que a gravidez é vista de formas diferentes. Trazendo para o cenário mais atual, a maternidade é compreendida como um empecilho na educação e na formação profissional das jovens. No entanto, para as participantes da pesquisa, a gravidez é vista como um status social, em que tomam a posição de mulher-mãe, colocando-as em uma vinculação social. De acordo com isso, a autora coloca que

A adolescência emerge hoje nesse caldo de um contexto sociocultural individualista, em que a cada indivíduo adolescente ou jovem é delegada a responsabilidade de administrar seu próprio destino, encontrar o seu lugar no social da maneira que lhe for preferível ou possível. (SCHWENGBER, 2009, p. 11).

Tendo em vista a questão socioeconômica dessas meninas, elas enxergam na maternidade a possibilidade de formarem uma família, ter a sua casa e o seu lugar no mundo. Ainda segundo o texto da autora: “[...] uma aliança econômica e política: as meninas “ofertam”, por não terem bens a trocar, resta-lhes a única moeda que a elas têm a oferecer: corpo, sexo [a reprodução]”. (SCHWENGBER, 2009, p. 12).

A partir disso, para essas meninas, elas conseguem o reconhecimento social: o de serem mães. Segundo relato de uma das entrevistadas: “agora não sou uma pé-de-chinelo; agora sou uma mulher rica tenho meu filho; agora sou mãe, tenho mais responsabilidade; mudou muita coisa na minha vida, sou mais respeitada”. (SCHWENGBER, 2009, p. 13).

Com isso, reflete-se sobre a categoria da dicotomia para o que é para menino e menina: reforça-se a questão do corpo e a mulher como reprodutora e do lar; e o homem como provedor e “salvador” da família. Assim, “[...] há uma clara mensagem para os estudos feministas e para as políticas públicas, para os pais e as escolas. As adolescentes precisam ser ajudadas (corporal e psicologicamente) antes que optem pelo ‘pacto da gravidez’”.

Quadro 23: O que dizem as crianças sobre meninos e meninas?: anunciando o jogo das construções, desconstruções e reconstruções das dicotomias de gênero na educação infantil – GT23

<b>A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	O que dizem as crianças sobre meninos e meninas?: anunciando o jogo das construções, desconstruções e reconstruções das dicotomias de gênero na educação infantil
<b>IES</b>	Universidade Federal de Juiz de Fora –UFJF
<b>Correntes teóricas</b>	BUTLER; FOUCAULT; HALL; LOURO; MORENO, MONTSERRAT; SAYÃO
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Destinação social dos sexos
<b>Metodologia</b>	Intervenção. Observações, anotações e entrevistas individuais
<b>Resultados</b>	É possível perceber que, embora na maioria das vezes a escola não esteja se ocupando de questionar tais modelos construídos historicamente a respeito das diferenças/desigualdades de gênero, as falas das crianças anunciam o principal: estas dicotomias são construídas nas relações que estabelecem.
<b>Contribuição</b>	Compreender as construções de gênero a partir da fala de crianças.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Gabriela Silveira Meireles (2012). A autora possui interesse nos temas de: diversidade humana, processos de ensino e aprendizagem, alfabetização, inclusão, currículo, tecnologias digitais, estudos de gênero e sexualidades.

A produção busca compreender a construção histórica das relações de gênero. Considerando as (re)produções históricas, as questões impostas para meninos e meninas parecem ser naturais e pré-determinadas. Para verificar esse processo, Meireles (2012) busca identificar como esse processo acontece na escola a partir da (re)produção de crianças sobre o que é ser menino e menina.

De acordo com as crianças que participaram da pesquisa, em um primeiro momento, identificaram as meninas através do cabelos longos, sendo o cabelo como parâmetro da diferenciação de gênero. Tal perspectiva está atrelada ao que se aprende com o outro, fazendo por vezes tornar esse discurso como seu (LOPES, 2002). Outra concepção feita através de uma atividade realizada pelas crianças, é sobre objetos e cores, em que as crianças reforçam o que historicamente é identificado para cada gênero – rosa e brincos para meninas; azul para meninos. No momento da atividade, a pesquisadora reforça o que foi colocado por Lopes (2002),

as crianças reproduzem o que escutam/aprendem, sobretudo na seguinte situação colocada no texto da autora:

Na sala de aula. Wanderley se aproxima de mim e diz: "Brinco de mulher...". Olho para ele e fico quieta. Ele pergunta: "Homem usa brinco?". Eu respondo: "Tem homem que usa". O menino acrescenta: "Então, homem usa brinco sim... (MEIRELES, 2012, p. 7).

Com isso, reforça-se que a criança constrói a partir do outro a sua visão de mundo.

Esses episódios nos permitem perceber os múltiplos efeitos que os discursos das outras pessoas podem ter entre as crianças, tanto no sentido de estarem legitimando algumas construções a respeito das maneiras de ser como sendo exclusivas de um ou de outro gênero, quanto de flexibilizar estas fronteiras e permitir que elas sejam mais livres para fazer suas escolhas independente de pertencerem a um determinado gênero. (MEIRELES, 2012, p. 7).

Embora a escola em que a pesquisa foi realizada não trabalhe e questione esses modos de ser/ver o mundo, percebe-se que os discursos fomentam e embasam a dicotomia do que é de menino e de menina.

Quadro 24: A educação de mulheres-mães pobres para uma “infância melhor” – GT23

<b>A dicotomia do que é para o homem e para a mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	A educação de mulheres-mães pobres para uma “infância melhor”
<b>IES</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
<b>Correntes teóricas</b>	NEVES; SCOTT; WALKERDINE
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Questões sociais destinadas aos sexos
<b>Metodologia</b>	Etnografia. Diário de campo. Análise de documentos
<b>Resultados</b>	As famílias pobres, representadas pelas mulheres-mães, precisam assimilar ensinamentos apoiados em esquemas teóricos e científicos capazes de produzir uma determinada posição de sujeito – o da mãe-professora
<b>Contribuição</b>	Discutir e problematizar como foram produzidos e veiculados alguns ensinamentos direcionados às famílias e como tratavam de posicionar as mulheres, fundamentalmente, como mães amorosas, educadoras e nutrizes “naturais” e culturais das crianças.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 25: Mulheres-visitadoras, mulheres-voluntárias, mulheres-da-comunidade: o conhecimento como estratégia de diferenciação de sujeitos no PIM – GT23

<b>A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Mulheres-visitadoras, mulheres-voluntárias, mulheres-da-comunidade: o conhecimento como estratégia de diferenciação de sujeitos no PIM
<b>IES</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
<b>Correntes teóricas</b>	FOUCAULT
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Questões sociais destinadas aos sexos
<b>Metodologia</b>	Etnografia. Análise de discurso e documentos
<b>Resultados</b>	As políticas são formulações datadas, constituídas e constituintes do social. Pensar sobre a forma como o conhecimento (acionado para falar do desenvolvimento infantil e do cuidado) era significado naquele contexto e sobre o efeito que ele produzia, tornando-se referência capaz de dirigir e orientar práticas institucionalizadas e familiares e posicionando homens e mulheres em lugares distintos
<b>Contribuição</b>	Pensar sobre as relações de gênero no cuidado de crianças e a importância de políticas públicas que auxiliem no desenvolvimento infantil.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os estudos apresentados nos quadros acima foram realizados por Carin Klein (2011; 2012). A autora realiza pesquisas acerca das temáticas de: infâncias, juventudes, currículo, relações de gênero e sexualidade, maternidades e políticas públicas de educação e(m) saúde. A produção faz reflexões sobre o programa Primeira Infância Melhor (PIM).

O primeiro texto “A educação de mulheres-mães pobres para uma ‘infância melhor’”, Klein (2011) faz apontamentos sobre o PIM, no que diz respeito ao cuidado com a criança. No início, o Programa colocava a mulher como a única responsável pelo cuidado da criança, reforçando os papéis sociais naturalizados como sendo de mulheres. Neste sentido, o texto busca problematizar os

[...] ensinamentos direcionados às famílias e como tratavam de posicionar as mulheres, fundamentalmente, como mães amorosas, educadoras e nutrizes “naturais” e culturais das crianças, responsabilizando-as, quase de forma integral, pela prevenção e cuidado da saúde da família, assim como pela geração da “infância melhor” divulgada pelo PIM. (KLEIN, 2011, p. 1).

É importante destacar a importância do programa com relação à higiene, o cuidado e mortalidade infantil. Ao mesmo tempo, faz-se necessário refletir sobre

compreender a mulher como única responsável pelo desenvolvimento da criança, que segundo a autora: “[...] o desenvolvimento “integral” das crianças pressupõe o exercício efetivo das mulheres-mães, exigindo delas sua atenção (também integral), treinamento e monitoramento constantes”. (KLEIN, 2011, p. 3).

Além de a mãe ser o ponto central na criação e no desenvolvimento da criança, ela “[...] é posicionada como a pessoa mais adequada para efetivar essa relação, necessitando estar aberta a ser ensinada, avaliada, regulada e monitorada” (KLEIN, 2011, p. 3).

No segundo texto “Mulheres-visitadoras, mulheres-voluntárias, mulheres-da-comunidade: o conhecimento como estratégia de diferenciação de sujeitos no PIM”, a autora faz reflexões mais específicas com relação a participação do homem na vida e no desenvolvimento da crianças, pautando críticas ao modo do processo de formação do PIM.

A invisibilidade ou a ausência dos homens nesse contexto não indicava apenas um distanciamento deles das funções relacionadas ao desenvolvimento infantil e ao cuidado, mas a própria condição em que se estruturavam as relações (que incluíam as formas de ensinar e de conhecer) em torno da constituição do PIM. (KLEIN, 2012, p. 7).

A autora pontua a necessidade e a importância do papel do homem no desenvolvimento da criança, e coloca a necessidade do PIM considerar o pai nesse processo para que não fique como “[...] um atributo “dado” a todas as mulheres, naturalizando-as e posicionando-as como cuidadoras e protetoras”. (KLEIN, 2012, p. 4). Em consonância com o que a autora pontua, sabe-se que políticas são datadas, não sendo a intenção de deslegitimar o Programa, mas de perceber as questões históricas construídas ao longo do tempo.

Quadro 26: Gênero e educação superior: um estudo sobre as mulheres na física –

GT23

<b>A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Gênero e educação superior: um estudo sobre as mulheres na física
<b>IES</b>	Universidade Federal da Paraíba – UFPB
<b>Correntes teóricas</b>	BRUSCHINI; CARTAXO; LOMBARDI; LOURO; MELO; MOTTA; ROSEMBERG; SAITOVITCH; SCHIENBINGER; VASCONCELLOS; VELHO; LEÓN
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Busca pelo desconstrução da presença em algumas profissões e áreas do conhecimento
<b>Metodologia</b>	Entrevista e análise de conteúdo
<b>Resultados</b>	A análise mostra uma cultura masculina com práticas preconceituosas e discriminatórias explícitas e implícitas nas relações entre colegas e professores. O clima frio revela um modelo de estudante de Física: extremamente estudioso e antissocial. Jovens mulheres bem cuidadas, arrumadas, e até as que apresentam bom desempenho acadêmico são vistas como incompatíveis com a dureza do curso, com estranhamento ou como objetos sexuais.
<b>Contribuição</b>	Relato de experiências de mulheres em cursos destinados aos homens, como forma de proporcionar a presença de mais mulheres no curso de física.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Érica Jaqueline Pinto e Valquíria Gila de Amorim (2015). As autoras possuem interesse nas áreas de: educação, desigualdade social, gênero, sexismo, pedagogia social, educação especial, ensino médio, educação superior, design e sustentabilidade. A produção versa sobre a presença de mulheres no curso de Física de uma Universidade Federal.

Conforme identificado no capítulo 2, há uma presença maior de mulheres em cursos como área de humanas e da saúde que são identificados como do cuidado. No entanto, segundo as autoras, “[...] sofrem preconceito e discriminação sexista quando ingressam em áreas de conhecimento e cursos masculinos, como a Física. (PINTO; AMORIM, 2015, p. 1). Com a discriminação por estarem no curso de física, as jovens possuem outra questão: o padrão dos estudantes de física. Segundo Pinto e Amorim (2015) bem arrumados, antissociais e estudiosos. As autoras colocam que, assim como pautas feministas, “[...] as mulheres podem ser do jeito que quiserem, bem/mal vestidas, bem/mal cuidadas, organizadas/desorganizadas,

delicadas/agressivas, já que essas características não correspondem a sua capacidade de fazer ciência”. (PINTO; AMORIM, 2015, p. 9).

Além dessa questão física e de postura, as alunas relataram tratamentos diferentes de professores na relação individual perante os demais colegas homens, sendo mais um limitador e inibidor de sua presença nessa área do conhecimento. Também, no caso da relação individual de professor-aluno, sentiram-se intimidadas com colocações com conotação sexual.

Segundo as autoras, outra questão é a autoafirmação e afirmação de que possuem o conhecimento, para que sejam identificadas como capazes e como fazedoras de ciência. Todas essas questões reforçam a sociedade patriarcal que é perversa e tenta, de várias faces, limitar a presença de mulheres em espaços identificados por gênero.

Assim como as autoras dispõem, acredita-se que apenas a presença de mulheres em cursos “masculinos” não é suficiente, tendo em vista todas as questões apontadas acima. É necessário pensar em políticas, educação e estratégias para a desmistificação e a superação de desigualdades da educação básica ao ensino superior.

Quadro 27: Relações de gênero, tecnologia e formação profissional de mulheres no segmento de mineração – GT23

<b>A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Relações de gênero, tecnologia e formação profissional de mulheres no segmento de mineração
<b>IES</b>	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG
<b>Correntes teóricas</b>	ABRAMO; FERNÁNDEZ; HIRATA; TOLEDO
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Busca pelo desconstrução da presença em algumas profissões e áreas do conhecimento
<b>Metodologia</b>	Entrevistas semiestruturadas e observações. Análise crítica do discurso.
<b>Resultados</b>	As fronteiras de gênero na mineração têm se deslocado e se tornado mais tênues, no entanto, estão longe de serem superadas, uma vez que a maior escolaridade das mulheres e o crescente avanço tecnológico têm proporcionado a sua inserção neste segmento industrial, mas não se evidencia a ascensão profissional a cargos de prestígio e poder.
<b>Contribuição</b>	Dados que mostram a necessidade de termos mais ações para a participação de mulheres no campo da mineração e a desmistificação do papel da mulher.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Raquel Quirino (2015). A autora realiza pesquisas sobre as temáticas de: divisão sexual do trabalho, trabalho-educação, relações de gênero na ciência e tecnologia e na educação tecnológica, didática e formação docente. A produção faz reflexões acerca da formação de mulheres na área da mineração.

A atuação de mulheres em cargos subentendidos como de homens, ao comparar com momentos anteriores, está em ascensão. A área da mineração é um exemplo disso, tendo em vista que elas têm encontrado oportunidades nesse ramo, sobretudo pela “[...] capacidade de adaptação às mudanças e pela construção social de darem conta de fazer muitas coisas ao mesmo tempo, possuem competências adequadas ao trabalho flexível”. (QUIRINO, 2015, p. 2). Importante pontuar que tal adaptação acontece, muitas vezes, pela falta de oportunidades de atuação.

Para além das questões culturais e sociais, o setor de mineração é visto pela utilização física. No entanto, com o avanço da tecnologia e a inovação de máquinas, a mineração passou a ter um maior acesso às mulheres. Embora, mesmo com a delimitação-social física, as mulheres fazem esse esforço, pois

[...] a limpeza industrial requer muita força e resistência do/a trabalhador/a que passa oito horas por dia fazendo a remoção com pás, enxadas e mangueiras com jatos de alta pressão, do material que “vazou” das correias transportadoras e dos equipamentos de transferência de minérios. (QUIRINO, 2015, p. 3).

A partir disso é, no mínimo, emblemático da percepção física de atuação de mulheres nesse tipo de trabalho, tendo em vista que “[...] a mulher sempre fez (e continua fazendo) trabalhos pesados, mesmo antes do avanço tecnológico, como arar a terra, cuidar de animais, esfregar o chão, lavar roupas e transportar água, cortar cana, carregar os filhos, entre outras atividades”. (QUIRINO, 2015, p. 3). Com isso, reforça que esta é uma imposição cultural-capitalista.

Embora perceba-se todas as impossibilidades da presença e da ascensão de cargos, as mulheres estão, cada vez mais, atuantes na área da mineração. Deste modo, desmistificando o local de atuação de mulheres em setores com maior presença masculina.

Quadro 28: Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres? – GT23

<b>A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?
<b>IES</b>	Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
<b>Correntes teóricas</b>	CAPPELIN; GILLIGAN; LOURO; SCOTT
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Mulheres em espaços majoritariamente masculino
<b>Metodologia</b>	Análise de conteúdo
<b>Resultados</b>	A participação feminina nos sindicatos como: crenças político-ideológicas, defesa dos direitos, conquistas salariais, etc. Tais motivos foram interpretados como sendo de ordem ideológica, solidária e instrumental.
<b>Contribuição</b>	Promover o enriquecimento da pesquisa em termos de captar dados acerca da realidade da ação sindical do professorado, que sem o conceito permaneceria no campo do desconhecido

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel (2015). A autora realiza pesquisas acerca dos temas de: trabalho docente, sindicalismo docente e relações de gênero. A produção realiza reflexões sobre a participação de mulheres docentes em sindicatos. A presença de mulheres em espaços com maior participação masculina, vem crescendo, sobretudo por entender que

As feministas acadêmicas tiveram um papel significativo à medida que não se conformaram com a ausência, invisibilidade e sub-representação da figura feminina nas ciências, com destaque ao movimento feminista do final da década de 1960 que impulsionou os estudos de gênero. (CORONEL, 2015, p. 1).

A participação e permanência sindical de mulheres, assim como as demais áreas com uma maior presença de homens, passam por entraves, no caso do sindicato: externo – condição de gênero; e interno – práticas sexistas no ambiente de trabalho.

A presença de mulheres em sindicatos, segundo a pesquisa de Coronel (2015), acontece por dois motivos principais: fortalecimento enquanto categoria para defesa de seus direitos; conquistas salariais; e representatividade. Os percalços enfrentados “[...] precisam ser eliminadas totalmente, a fim de se alcançar a igualdade desejada nestes espaços”. (CORONEL, 2015, p. 12).

Quadro 29: Falas de jovens alunas sobre ser mulher: nas pistas de um dispositivo de feminilidade – GT23

<b>A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Falas de jovens alunas sobre ser mulher: nas pistas de um dispositivo de feminilidade
<b>IES</b>	Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Universidade Luterana d Brasil – ULBRA
<b>Correntes teóricas</b>	LOURO; FOUCAULT; BUTLER
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Identificação do que é para menino e menina
<b>Metodologia</b>	Escuta sensível.
<b>Resultados</b>	Jovens se sentem reprimidas, uma vez que, ao andarem na rua, sofrem assédio e se vêem submetidas aos discursos historicamente construídos acerca do controle sobre as mulheres. De modo semelhante, vê-se que a escola, ainda é perpetuadora desses discursos, modulando o exercício das feminilidades a partir de, por exemplo, diferenças nos modos de vestir considerados como (in)adequados aos alunos e às alunas.
<b>Contribuição</b>	Problematizar falas de jovens alunas, estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental, de uma escola pública da região metropolitana de Porto Alegre (RS), acerca das estratégias – impostas pela escola e também suas famílias – para controle de seus corpos e, por conseguinte, de suas sexualidades.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Paula Regina Costa Ribeiro e Juliana Ribeiro de Vargas (2021). As autoras realizam pesquisas sobre as seguintes temáticas: juventudes, escolarização, ensino médio, feminilidades, interseccionalidade, artefatos culturais, periferias urbanas, corpos, gêneros e sexualidades. A produção reflete sobre a condução da escola e de famílias sobre os modos de ser de jovens meninas na região metropolitana de Porto Alegre/RS.

Os modos de ser são construídos socialmente e pelo ciclo de pessoas que fazem parte de nossa sociedade. A problemática disso é a privação e produção de vestimenta, modos de agir e de ser de acordo com o gênero.

Na pesquisa realizada por Ribeiro e Vargas (2021), foi possível verificar que as reproduções mencionadas são conduzidas pela escola e pelas famílias, sobretudo na questão da vestimenta. Assim, culpa-se as jovens pela sua roupa, do que a atenção para a educação de meninos sobre os corpos femininos.

Também nos grupos de discussão tais jovens relataram que sua escola perpetua discursos machistas de (des)controle da sexualidade masculina ao proibir que as jovens usem determinadas roupas, como

shorts, blusas mostrando a barriga e calças muito rasgadas. (RIBEIRO; VARGAS, 2021, p. 3).

Com essa constatação, é possível refletir sobre a sexualização dos corpos femininos. Desta forma, os homens são vistos como agentes sexuais e as mulheres como reativas (RIBEIRO; VARGAS, 2021, p. 3). Embora a discursividade da escola e das famílias considerem um modo de ser conservador para as meninas, volta-se para a premissa de partir da base para que tais questões sejam superadas.

Abaixo, a figura demonstra as principais referências de cada produção na categoria “A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher”.

Figura 10: Autoras e autores centrais – A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher



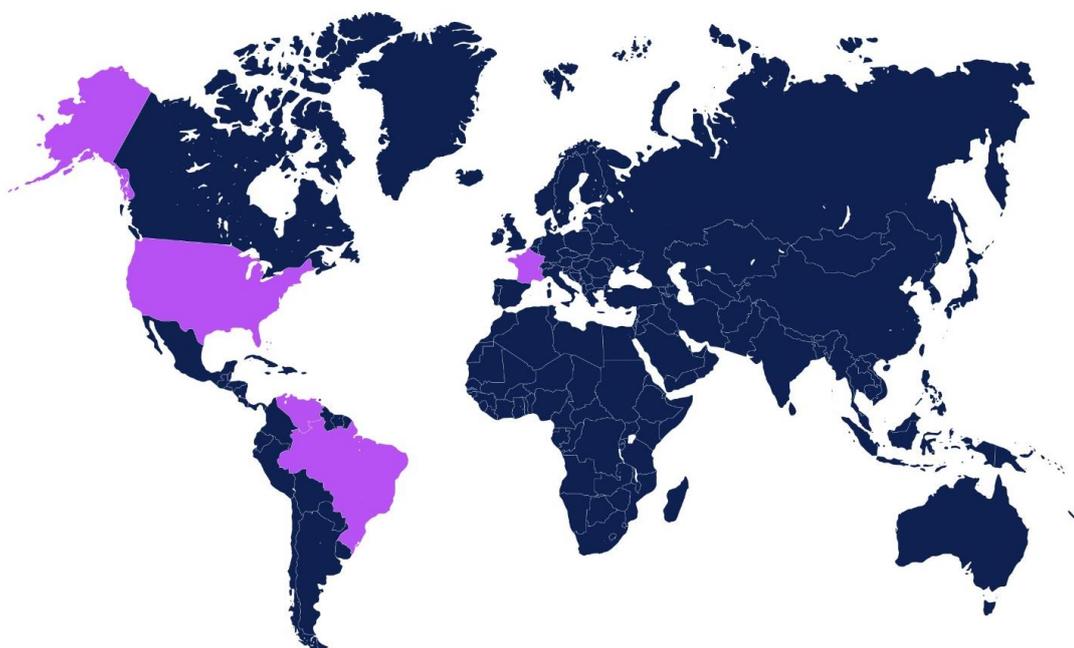
Fonte: Elaborado pelo autor bom base no site Menti (2022).

As referências apresentadas na figura acima, foram selecionadas a partir da incidência de utilização nas produções, ou seja, ao menos apareceram em mais de um trabalho. Dentre as autoras e os autores citados, 30 mulheres foram utilizadas como referência, enquanto apenas 2 homens apareceram mais de uma vez; identificou-se os principais interesses dessas referências, a fim de perceber as áreas em que estão sendo produzidos conhecimentos em educação sobre a temática do

feminismo: feminismos, gênero, mulheres, violência contra mulher, gênero e sexualidade, juventudes e história da sexualidade.

Foram identificados os países de origem dos/as intelectuais da categoria 1, a fim de verificar geograficamente essas temáticas vem sendo discutidas. Tais informações foram organizadas nas figuras abaixo, destaca-se a presença de autoras e autores do Brasil.

Figura 11: Países de intelectuais reincidentes nos trabalhos da ANPEd – A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Foram identificados 4 países dos/as intelectuais presentes como referência incidente nas produções da ANPEd, sendo: Brasil, Venezuela, França e Estados Unidos. Destaca-se a presença de países da América Latina, sobretudo o Brasil por ser a grande maioria dos/as autores/as referenciados. Desta forma, pode-se compreender que há uma maior valorização de experiências e de produção de conhecimentos latinos.

Na sequência, foram organizadas as metodologias utilizadas pelas autoras e pelos autores, situando os métodos, os instrumentos e as opções metodológicas.

Figura 12: Opções metodológicas – A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher



Fonte: Elaborado pelo autor com base no site Menti (2022).

A figura demonstra as opções metodológicas utilizadas pelas autoras e autores em suas pesquisas. A partir do que foi exposto, identificou-se que as opções metodológicas foram pensadas e utilizadas para serem realizadas com pessoas e, por sua vez, estudos qualitativos exploratórios. Este ponto pode ser compreendido pelo desses estudos buscarem compreender, entender e superar a presença e a inserção de mulheres em diversos espaços, como os meios acadêmicos e os públicos.

A partir do exposto da categoria “A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher”, foram identificadas similitudes nas produções sobre a dicotomia de gênero do que deve ser aplicado às mulheres e aos homens.

Embora tenha sido possível perceber a maior presença de mulheres em áreas majoritariamente masculinas, de acordo com as produções analisadas, acredita-se, ainda mais, na necessidade de voltar para a construção de uma cidadania que participe e questione para que as transformações possam ocorrer. Vistas disso, entende-se que a representatividade nestes espaços não são mais suficientes, são necessárias ações práticas de conscientização.

Não é suficiente as mulheres estarem participando e permanecendo nessas áreas, sobretudo por entender, através das pesquisas apresentadas, que esse não é um processo natural, considerando que ainda há mazelas de discriminação, de empecilhos no acesso e de permanência feminina em espaços “masculinos”.

Além da feminização em espaços de atuação e de participação, é necessário pensar em estratégias de base para que o pensamento e a concepção vá ao lado oposto das heranças coloniais, para que haja a sua superação da dicotomia do que é para a mulher e para o homem.

É notório que o GT23 Gênero e Sexualidade tenha uma maior presença, não apenas nesta, mas nas demais categorias. Isso dá-se pelo fato de ser uma área de conhecimento com uma consolidação mais longa, sobretudo por ter um GT específico para essa discussão.

É importante pontuar que a pesquisa compreende a diferenciação entre gênero e feminismo.

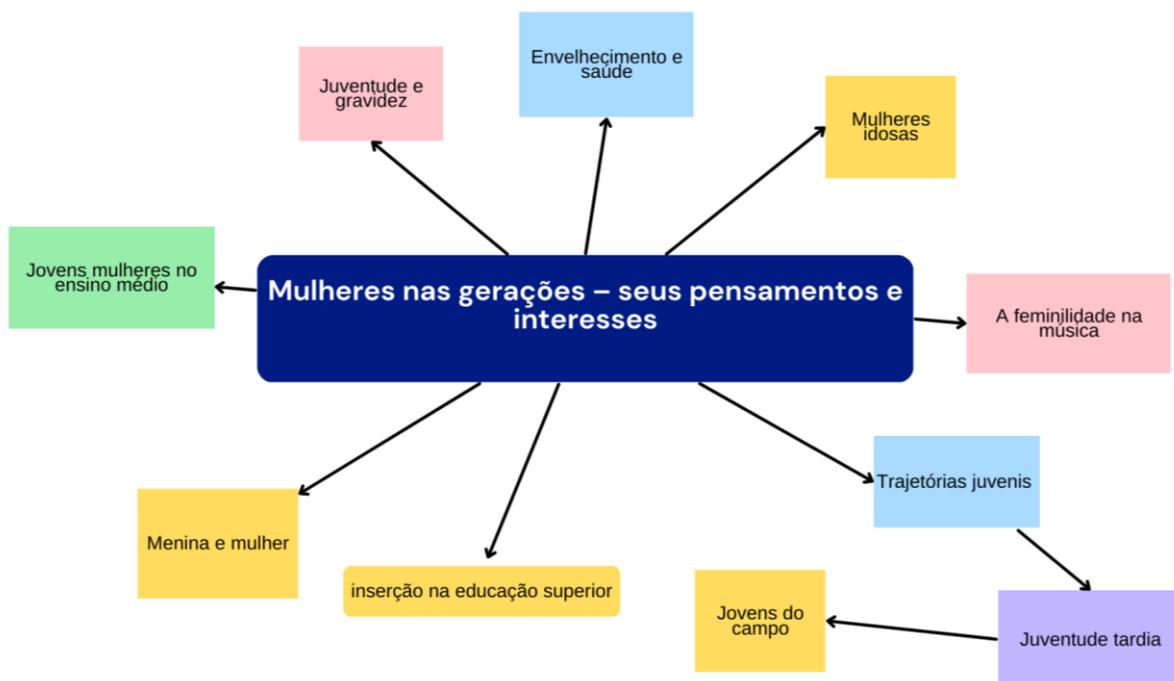
O conceito de gênero possui uma grande importância dentro do movimento feminista. O feminismo, como corrente intelectual, busca denunciar as desigualdades de gênero existentes na sociedade e compreender como as noções de gênero influenciam na configuração cultural, social e econômica. (RAMOS, 2016, p. 9).

Por este motivo, entende-se, como um dos resultados da Tese, que a noção de gênero é uma via para que os movimentos feministas coloquem suas pautas na ANPEd, conforme anunciado na apresentação e na análise dos trabalhos selecionados. Desta forma, a contribuição das produções está centralizada na necessidade de um passo anterior: a mudança da construção social do papel de mulheres, da participação e da atuação na sociedade; e no anúncio de desigualdades que ainda perpetuam no mundo acadêmico e nas percepções culturais de homens e mulheres.

#### 4.2 Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses

A categoria foi criada para pensar sobre a temática das gerações, tendo em vista que foi recorrente nos trabalhos dos GTs da ANPEd. A figura abaixo identifica quais foram os interesses das produções dos GTs que versam na categoria “Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses”.

Figura 13: Temáticas da categoria “Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses”



Fonte: Elaborado pelo autor com base no site Canva (2022).

A identificação de tais temáticas foi realizada a partir da leitura dos textos identificados nos GTs da ANPEd. Nesta categoria estão presentes trabalhos dos GTs 03, 06 e 23, sendo 4 produções do GT3; GT 6 nenhuma produção; e 6 produções do GT23. No decorrer desta seção, serão apresentadas e analisadas as produções que versam sobre as diferentes gerações de mulheres, suas demandas, anseios e direitos.

Abaixo serão apresentadas as produções identificadas e selecionadas para essa categoria de análise.

Quadro 30: Hip-hop das minas: um olhar sobre a participação de jovens mulheres no movimento hip-hop de belo horizonte – GT3

<b>Mulheres nas gerações</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Hip-hop das minas: um olhar sobre a participação de jovens mulheres no movimento hip-hop de belo horizonte
<b>IES</b>	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
<b>Correntes teóricas</b>	GOMES; SOARES; WELLER; SIMMEL
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Mulheres jovens e o que é destinado para os sexos
<b>Metodologia</b>	Entrevista
<b>Resultados</b>	Mulheres eram “quase invisíveis” nas análises correntes sobre os grupos culturais juvenis, embora houvesse evidências sobre as suas participações
<b>Contribuição</b>	O movimento hip-hop não é um espaço discursivo neutro, sem conflitos e contradições. Ao contrário, é possível notar a existência de práticas discursivas próximas ao discurso sexista hegemônico no contexto social, que reproduzem as relações desiguais de gênero e os estereótipos acerca do papel da mulher nas relações estabelecidas entre os jovens, provocando uma interferência na prática desenvolvida pelas jovens.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Camila do Carmo Said (2008). A autora realiza estudos acerca dos temas de: educação e juventude; educação e trabalho e educação integral. O texto discute a presença de jovens mulheres na cena do hip-hop, espaço em que prevalece a presença masculina.

A participação de mulheres jovens em diversos espaços da sociedade tem aumentado, de acordo com o campo de estudos sobre a juventude, pois é “[...] possível constatar a intensa e diversificada participação dos jovens em movimentos culturais, sobretudo em torno de certas atividades como a música, a dança, o teatro, entre outras”. (SAID, 2008, p. 1). Embora tenha uma ascensão dessa participação, as meninas não são visibilizadas, inclusive no campo teórico, sendo os termos juventude e jovem utilizados de forma neutra, sem identificar, de fato, de quem se fala.

A pesquisa de Said (2008) analisa um grupo de rap composto apenas por mulheres e uma dupla com uma menina e um menino. Segundo a autora, abordam o que é identificado como rap consciente, em que anunciam vivências e questões sociais. O grupo que é formado por mulheres, em seus shows escutam falas como “e agora, um grupo formado só por mulheres! Sabem o que é isso?”. (SAID, 2009, p. 6). A participação de mulheres é visto como algo incomum, considerando a

masculinização desse gênero musical. Ainda, suas letras oportunizam a reflexão de gênero e feminismo, considerando que

As letras falam por si mesmas. Por meio delas, as jovens procuram trazer para o centro das atenções do movimento hip-hop questões pertinentes às situações de discriminação e de desigualdade racial e social, a violência doméstica, encarada sob a perspectiva de gênero, presentes no cotidiano das jovens mulheres negras e pobres da sociedade brasileira. (SAID, 2008, p. 6).

Já a dupla de rap, identifica-se como rap gospel, que “[...] possuem temas que abordam basicamente aspectos relacionados à religiosidade. [...] a importância e o potencial de transformação da religião na vida das pessoas, enquanto outras procuram enfatizar alguns valores religiosos”. (SAID, 2008, p. 6).

O grupo formado por mulheres possui uma lógica contra-hegemônica, em que procuram distanciar a base masculina de rap e, inclusive, da transformação dessa construção social. Todavia, a menina da dupla de rap, reproduz a mesma lógica da cultura de rap produzida por homens. Em consonância e afirmando as colocações da autora, é importante anunciar que, a participação em espaços majoritariamente marcados pela presença de homens, não é suficiente, pois percebe-se a necessidade que encaminha para além da participação, sendo emergente pensar em estratégias e formas de transgressão das relações de gênero.

Quadro 31: Trajetórias juvenis de mulheres em privação de liberdade e experiências escolares: os sentidos produzidos nos encontros e desencontros com a escola –GT3

<b>Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Trajetórias juvenis de mulheres em privação de liberdade e experiências escolares: os sentidos produzidos nos encontros e desencontros com a escola
<b>IES</b>	Instituto Federal de Educação de Espírito Santo – IFES
<b>Correntes teóricas</b>	BOURDIEU; DUBET; MARTUCCELLI; MARGULIS; PAIS; CHARLOT
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Mulheres jovens na educação
<b>Metodologia</b>	Análise documental, observações, questionários e entrevistas.
<b>Resultados</b>	A pesquisa aponta que as situações de gênero, de classe social, de origem urbana ou do campo e o envolvimento com atividades ilícitas produziram formas de vivências de juventude: uma juventude usurpada; uma juventude vivida e uma juventude tardia.
<b>Contribuição</b>	Compreender os sentidos das experiências escolar de mulheres com privação de liberdade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Pollyana dos Santos (2015). A autora possui interesse nas temáticas de: juventude, medidas socioeducativas, políticas públicas de juventude, educação em espaços de privação de liberdade, formação de professores, ensino e educação profissional. A produção realiza uma reflexão sobre os sentidos das experiências escolares vividas por mulheres em situação de privação de liberdade.

A autora apontou três instancias para pensar a experiência dessas mulheres, sendo: juventude usurpada – representação simbólica destinada à experiência e à curtição; juventude vivida – experiências que foram vividas; e juventude tardia – experiência vivida no ambiente do presídio.

Tais experiências foram analisadas e discutidas por Santos (2015, p. 14), considerando que “[...] a construção de sentidos para as experiências escolares significa, para os sujeitos desta pesquisa, considerar os encontros e os desencontros com a escola durante suas trajetórias de vida”.

Ao encontro com a produção sobre gravidez (KLEIN, 2011), descrita na categoria anterior, existem as fugas que meninas utilizam para se encontrarem livres de imposições sociais. No caso das entrevistas de Santos (2015), compreendem que

[...] as experiências escolares pareciam ressoar a elas como um “alívio” diante das obrigações impostas no ambiente familiar. Naquele momento da vida, a experiência escolar era importante, pois, assumia o sentido de garantir o direito à infância e ao brincar. (SANTOS, 2015, p. 14).

De acordo com outras participantes que vivenciaram a escola enquanto jovens, a escola era vista como local de socialização, enquanto para as jovens mulheres a escola é compreendida como lugar de aprendizagem. A escola, sob a análise de Santos (2015) a partir da perspectiva das entrevistadas, é de que as experiências escolares “[...] não davam conta de produzir sentidos para os aprendizados construídos na escola”. (SANTOS, 2015, p. 16).

Quadro 32: Jovens mulheres no ensino médio: expressões culturais, modos de ser jovem e relações de sociabilidade na escola – GT3

<b>Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Jovens mulheres no ensino médio: expressões culturais, modos de ser jovem e relações de sociabilidade na escola
<b>IES</b>	Universidade do Estado do Pará – UEPA
<b>Correntes teóricas</b>	WELLER; BOURDIEU; PAIS
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Modos de ser e sociabilidade na escola
<b>Metodologia</b>	Fenomenologia Social. Entrevista narrativa
<b>Resultados</b>	As reivindicações de expressão estética, críticas à escola e suas lógicas de organização, assim como as demandas de protagonismo nesse espaço são deslocados para as inscrições corporais que se manifestam por meio de estilos, vestuários, adereços e uma indumentária que quando posta em cena reflete um conjunto de significados particulares de suas culturas juvenis.
<b>Contribuição</b>	Compreender como são expressos e que características são singulares nos modos de ser jovem, estudante do Ensino Médio e mulher no que se refere às formas de expressão da cultura juvenil e como se apresentam no espaço escolar

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Hamanda Maiara Nascimento Pontes e Lucélia de Moraes Braga Bassalo (2019). As autoras possuem interesse nos temas de: juventude, estudos sobre família, educação, gênero e sexualidade, juventude, relações de gênero e feminismo, juventude e educação, juventude e ensino médio, juventude e processos educativos em ambientes virtuais. A produção reflete sobre os modos de ser jovem sob a visão de estudantes do ensino médio.

Pontes e Bassalo (2019, p. 1), relatam que “a construção de papéis de gênero dentro da escola tem implicações profundas no cotidiano das jovens mulheres, porque determinam a dinâmica de relação de poder, que na maioria dos casos favorece ao homem”. Tal construção afeta o que será permitido e negado às meninas.

Deste modo, volta-se para a produção de Ribeiro e Vargas (2021), pois as jovens entrevistadas da pesquisa de Pontes e Bassalo (2019), enfrentam a delimitação de sua vestimenta na escola. Os modos de ser e de se identificar estão estritamente relacionados com roupas e acessórios.

[...] as estudantes manifestam um vasto conjunto de roupas, códigos, acessórios, vocabulários específicos, formas de arrumar o cabelo, tatuagens e piercings, elementos que não atuam somente como componentes estilísticos, mas principalmente como emblemas que possibilitam processos de identificação entre iguais e distinção frente aos outros. (PONTES; BASSALO, 2019, p. 1).

A partir disso, estabelecem suas relações sociais com a escola, manifestando suas preferências e opções. As autoras colocam dois pontos sobre os modos de ser: a livre expressão identitária, que justificam “o vestuário “fala” e vincula uma mensagem sobre a sua portadora, seus gostos e formas de pensar”. (PONTES; BASSALO, 2019, p. 6). O segundo ponto é incursão por grupos, sendo “[...] laços de amizade intensos [...]” com meninos e meninas, além das “[...] relações de proteção e solidariedade entre meninos e meninas em seus grupos, [e] a elaboração coletiva de subterfúgios para burlar a vigilância exercida por inspetores e gestores”. (PONTES; BASSALO, 2019, p. 6).

Quadro 33: “O futuro é uma caixinha de sonhos” ... campo, mulheres, formação e trabalho – GT3

<b>Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	“O futuro é uma caixinha de sonhos” ... campo, mulheres, formação e trabalho
<b>IES</b>	Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
<b>Correntes teóricas</b>	ABRAMO; ARROYO; BOURDIEU; LOURO
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Jovens na sociabilidade
<b>Metodologia</b>	Produção fílmica
<b>Resultados</b>	Dados da pesquisa revelaram um coletivo de estudantes sem envolvimento com movimentos sociais e organizações comunitárias, com perfis voltados para a formação profissional e com foco no potencial de trabalho e estudo para melhoria das condições de vida, além da expectativa de devolutiva aos contextos familiares, de uma bem sucedida trajetória escolar. Na percepção delas, a trajetória individual e pautada no esforço e mérito de cada uma, é a porta para o futuro.
<b>Contribuição</b>	Reflexão dos modos de vida/ser de meninas jovens.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante, Fábio Dantas de Souza Silva e Luciane Ferreira de Abreu (2019). As autoras e o autor possuem interesse nos temas de: educação ambiental, educação popular e juventude rural/campo, currículo; política educacional e

formação de professores, educação do campo, educação profissional do campo, juventude, políticas educacionais e trabalho e educação. O trabalho apresenta o processo de produção de um filme sobre estudantes do ensino médio.

Participaram da pesquisa, jovens meninas estudantes do curso profissionalizante em agropecuária. Foram registradas as falas das meninas, que foram utilizadas para a realização da produção fílmica. Embora dados do INEP (2019) identifiquem maior matrículas de meninas em cursos técnicos, “[...] a maioria das jovens afirmaram ter dificuldades no exercício das atividades profissionais e percebem a falta da representação feminina nos espaços de atuação do técnico em agropecuária”. (CAVALCANTE; SILVA; ABREU, 2019, p. 3).

A questão da atuação de meninas, foi pauta transversal em todos os debates propostos, demonstrando a necessidade de pensar em formas de superação dessa questão. Segundo as autoras e o autor, esse campo

[...] necessita ser esmiuçado, aprofundado e fortalecido, sobretudo, em tempos que grupos conservadores buscam negar essa discussão com tentativas e até aprovação de projetos de leis que garantam o silenciamento do debate de gênero nas escolas. (CAVALCANTE; SILVA; ABREU, 2019, p. 3).

Embora as meninas anunciem e denunciem as mazelas de delimitá-las no campo de atuação, a pesquisa identificou que não há um envolvimento em grupos sociais e organizações comunitárias dessas meninas. O dado aponta que há o objetivo de estudar, profissionalizar e atuar para melhorar as condições de vida. De todo modo, entende-se, mais uma vez, a necessidade de conscientização e educação a partir da base para que possam ser pensadas em formas de superação de condições sociais.

Quadro 34: Cinema e relações de gênero: ouvindo mulheres idosas – GT 23

<b>Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Cinema e relações de gênero: ouvindo mulheres idosas
<b>IES</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
<b>Correntes teóricas</b>	FISCHER; FOUCAULT; THOMPSON
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Representações sociais da mulher em espaços “masculinos”
<b>Metodologia</b>	Entrevista narrativa
<b>Resultados</b>	A contribuição do cinema na constituição das identidades de gênero de mulheres atualmente idosas.
<b>Contribuição</b>	É possível inferir que o cinema tenha tido um papel importante na conformação das identidades sociais dos indivíduos que atualmente se encontram numa faixa etária identificada como da “terceira idade”. Estabelecer uma relação mais crítica com as representações veiculadas pelo discurso cinematográfico, entendendo-o como forte instrumento pedagogizante, constitutivo e reprodutor de valores e padrões estabelecidos sobre feminilidades/masculinidades.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Vera Helena Ferraz de Siqueira e Wania Ribeiro Fernandes (2007). As autoras realizam pesquisas sobre os temas de: educação e saúde; educação inclusiva, aprendizagem, políticas de identidade e formação profissional; diversidade e inclusão; estudos culturais e educação; relações de gênero, raça/etnia em contextos educacionais; mídia e educação. A produção reflete sobre o papel do cinema nas representações sociais de gênero.

As convenções sociais são identificadas e construídos de diversos meios, sendo um deles a mídia. Segundo as autoras,

A mídia assumiu um caráter fundamental na sociedade contemporânea de mediar as relações entre o sujeito e a sociedade, exercendo através de seus discursos determinados controles sobre certas questões sociais. O entendimento desse movimento é importante na medida em que nos possibilita identificar as relações de poder desses discursos. (SIQUEIRA; FERNANDES, 2007, p. 1).

Deste modo, o cinema é um (re)produtor e disseminador de entendimentos, que estabelecem questões sociais sobre gênero, considerando o vasto público que acessam essa forma de cultura e lazer. Essa ferramenta pode reproduzir as questões vigentes ou assumir novas para transformá-las.

As participantes da pesquisa, mulheres idosas com faixa etária de 67 a 84 anos, fizeram apontamentos sobre os impedimentos do acesso ao cinema em seu tempo de juventude, sendo o “cinema como espaço de lazer autorizado pelos valores morais e educacionais da época [quando acompanhadas de algum familiar]”. (SIQUEIRA; FERNANDES, 2007, p. 7). Todavia, com afazeres domésticos, devoção à religião e à família, esse era um refúgio de lazer para essas mulheres.

No que diz respeito às construções sociais, as entrevistadas relataram filmes marcantes para elas, sendo eles *E o Vento Levou* (1939) e *Cantando na Chuva* (1952), que são produções que demonstravam um “[...] ‘novo homem’ urbano civilizado e industrial necessitava de uma mulher moderna”. (SIQUEIRA; FERNANDES, 2007, p. 9).

Essas mulheres foram sendo expostas a novas possibilidades através do cinema: “o moderno e o novo, que contava com aceitação social, no caso representado pela moda, era investido por sonhos e desejos e incorporado à vida dessas mulheres”. (SIQUEIRA; FERNANDES, 2007, p. 9). Com isso, o cinema dispõe de uma diversidade de comportamento, relações conjugais, atitude e formas de ser.

Quadro 35: Narrativas de vivências juvenis: as jovens mulheres no centro da cena – GT23

<b>Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Narrativas de vivências juvenis: as jovens mulheres no centro da cena
<b>IES</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS Universidade Luterana do Brasil – ULBRA
<b>Correntes teóricas</b>	BOURDIEU; CERTEAU; CASTELLS; MUZART; NAROTZKY; RIVERA
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Mulheres jovens e a representação em espaços masculinos
<b>Metodologia</b>	Narrativa de mulheres. Diário autobiográfico
<b>Resultados</b>	Oportuniza conhecer parte da vida de jovens mulheres anônimas como “produtoras de práticas e sentidos específicos de juventude” tentando romper com a visão “hegemônica e restritiva da representação do juvenil-masculino” que ocorre a partir do androcentrismo. (ELIZALDE, 2006, p. 3)
<b>Contribuição</b>	Refletir e problematizar os espaços de mulheres destinado aos “homens”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Sueli Salva (2008). A autora realiza estudos sobre os temas: culturas juvenis e infantis e práticas educativas. A produção realiza uma análise sobre questões cotidianas de jovens mulheres de periferia urbana.

Os modos de ser e de se identificar são marcas de um contexto sócio-cultural-histórico em que

[...] as jovens reproduzem comportamentos criados pelas gerações anteriores que perduram através de representações simbólicas. São modos de estarem incluídas como mulher, incorporados inconscientemente, que correspondem a estruturas históricas da ordem masculina e determinam comportamentos que se naturalizam, produzindo a falsa crença de que têm como princípio a liberdade. (SALVA, 2008, p. 2).

Tais reproduções possuem “microliberdades”, “através das quais o ser humano é capaz de deslocar as fronteiras da dominação e produzir um sentido distinto para uma prática cotidiana”. (SALVA, 2008, p. 2). Essa seria uma opção de pensar em estratégias de transformações de questões sociais históricas de gênero, em que existem movimentos clandestinos para usufruir de direitos sociais básicos.

Assim, o “[...] novo se apresenta através de novos comportamentos que as jovens desejam colocar em prática nas suas experiências, entretanto, os traços culturais do mundo que já existe influenciam os novos comportamentos”. (SALVA, 2008, p. 15).

Em consonância com o texto anterior – Said (2008), as jovens meninas possuem engajamentos e anseios para pensar em estratégias de transformação. Todavia, precisam de uma atuação em movimentos sociais e cultural para que consigam construir coletivamente formas de desmistificarem os modos de ser, que foram constituídos socialmente. É necessário que estejam dispostas a articularem e dialogarem sobre as questões impostas à elas, para que suas pautas possam ser escutadas.

Quadro 36: Família e escola: a fabricação da mulher-mãe parceira em tempos de governamentalidade neoliberal – GT23

<b>Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Família e escola: a fabricação da mulher-mãe parceira em tempos de governamentalidade neoliberal
<b>IES</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
<b>Correntes teóricas</b>	FOUCAULT; LARROSA
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Mulher na condição de mãe
<b>Metodologia</b>	Entrevista
<b>Resultados</b>	Investir na condução da conduta da mulher para que ela se torne capaz de conduzir a si mesma como mulher e como mãe, para que ela se torne responsável por gerar e criar filhos saudáveis, colocando as necessidades destes à frente das suas, em quaisquer circunstâncias ou condições.
<b>Contribuição</b>	Descrever e problematizar os efeitos produzidos pela governamentalidade neoliberal nas condutas individuais e coletivas, especialmente na conduta da mulher-mãe pobre.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Maria Cláudia Dal'igna (2012). A autora realiza pesquisas sobre os temas de: pedagogia, docência, trabalho docente, profissionalidade docente, formação de professores, gênero, sexualidade, inclusão, diversidade, relação família-escola e maternidade. A produção problematiza os efeitos produzidos pela governamentalidade neoliberal nas condutas individuais e coletivas, especialmente na conduta da mulher-mãe pobre.

A relação família-escola é importante para potencializar o aprendizado através de um acompanhamento do desenvolvimento das crianças. A autora realiza um estudo em que discorre sobre a formação de um sujeito vistas a tornar uma pessoa parceira da escola. Todavia, Dal'igna (2012) traz colocações sobre as construções sociais acerca da mulher como responsável do processo de criação e de educação escolar. Para a realização do texto, a autora traz duas concepções que utiliza para fazer suas colocações e suas problematizações “[...] *tecnologia da autorreflexão* e *tecnologia da autoavaliação* [...] [que] estão implicadas na produção das subjetividades de mulheres-mães, na medida em que regulam e modificam as relações destas consigo mesmas”. (DAL'IGNA, 2012, p. 3).

Dal'igna (2012) pontua que a pedagogização da família como parceira da escola não é mais necessária, considerando que já é compreendido que a escola e

a educação são importantes. Também, sabem como podem participar mais efetivamente da vida escolar “comparecer a reuniões de pais, integrar o CPM, enviar bilhetes, auxiliar com o tema de casa”. (DAL’IGNA, 2012, p. 4).

A família é colocada como parceira, sobretudo a mulher, e toda a responsabilidade cai-se sobre ela – seja o sucesso ou o fracasso escolar. É imposto às mulheres “[...] a norma da mulher-mãe cuidadosa funciona como medida de comparabilidade para que as mulheres-mães sejam assujeitadas aos outros – escola e Estado, por exemplo – e a elas próprias”. (DAL’IGNA, 2012, p. 9).

Embora não tenha sido o objetivo da autora, o que interessa neste texto, é perceber as questões sociais históricas destinadas às mulheres. Deste modo, a produção se assemelha com a produção de Klein (2011; 2012), que coloca a mulher como a responsável pela criação e educação de seus filhos.

Quadro 37: Igualdade ou heteronormatividade? Jovens mulheres comunicando sentidos, formando significados – GT23

<b>Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Igualdade ou heteronormatividade? Jovens mulheres comunicando sentidos, formando significados
<b>IES</b>	Universidade do Estado do Pará – UEPA
<b>Correntes teóricas</b>	ABRAMO; GIOVANNI; HARCOURT; SCOTT; SOARES
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Jovens mulheres na educação
<b>Metodologia</b>	Método documentário
<b>Resultados</b>	Podemos apreender com a análise da imagem que as jovens demonstram a posição de que ser jovem e feminista não comporta a heterossexualidade como norma, não admite uma prática política que seja hierarquizante ou invisibilizadora de grupos de mulheres, recusa o sexismo e o preconceito intragênero
<b>Contribuição</b>	Conhecer os modos de sociabilidade, as formas de transmissão de significados entre os jovens e os próprios significados e interpretações que delineiam, fornece elementos para a construção de políticas públicas na área da educação que não se restrinjam a concepção de aluno, mas do sujeito histórico que faz o cotidiano das escolas do país.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Lucélia de Moraes Braga Bassalo (2015). A autora realiza pesquisas acerca dos temas de: educação, gênero e sexualidade, juventude, relações de gênero e feminismo, juventude e educação, juventude e ensino médio, juventude e processos educativos em ambientes virtuais, com ênfase na pesquisa qualitativa reconstrutiva e no método

documentário. A produção apresenta reflexões a partir da visão de jovens-mulheres-feministas sobre os modos de sociabilidade e suas formas de transmissão de sentidos e significados.

A busca de igualdade é um dos pilares de uma sociedade justa e democrática. Todavia, especialmente, a América Latina tem historicamente realizados movimentos sociais que “[...] reivindicam moradia, educação, trabalho, entre os quais se incluem o movimento feminista e o movimento LGBT”. (BASSALO, 2015, p. 2). Tais movimentos são realizados pela persistência de desigualdades.

Com o avanço e a maior possibilidade de acesso à tecnologia, a internet tornou-se um espaço de discussão e de organização de movimentos. A partir da análise, Bassalo (2015) apresenta as ações realizadas pelas jovens mulheres, que vai ao encontro do que se tem colocado neste texto: a necessidade de pensar estratégias para a transformação do papel social histórico destinado às mulheres. As participantes da pesquisa, realizam divulgações de seus pensamentos e convicções sobre a questão social da mulher.

Através do *blog* as jovens anunciam uma formalização em torno de sua atividade e a formulação da noção de que não basta informar, mas servir de veículo de significados igualitários através deste espaço virtual. (BASSALO, 2015, p. 4).

O blog, nomeado de Diálogo, se identifica como uma agência de notícia jovem feminista. O grupo faz postagens sobre “[...] enfrentar as opressões econômicas e sociais que colocam as jovens mulheres, em condição de desigualdade” e a “[...] eliminação das desigualdades geracionais, de gênero, classe, raça/etnia, de orientação afetivo-sexual, de diversidade religiosa e de pessoas com deficiência e regionalidades”. (BASSALO, 2015, p. 8).

As juventudes, assim como na época da pesquisa realizada por Bassalo (2015), têm se preocupado mais com as questões sociais, sobretudo com as desigualdades e os modos de ser.

[...] no embate de jovens militantes do movimento global para constituir-se como uma nova geração política que podemos hoje encontrar as jovens interessadas em levar adiante a organização e o projeto emancipatório das mulheres (GIOVANNI, 2003, p. 657).

Ações como esta precisam ser disseminadas e continuadas<sup>28</sup>. Tal movimento é o que anuncia-se como uma das formas de pensar na transformação das mazelas sociais históricas, para que desde a base sejam desmistificadas.

Quadro 38: Ser mulher na computação: experiências de alunas em uma IFES nordestina – GT23

<b>Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Ser mulher na computação: experiências de alunas em uma IFES nordestina
<b>IES</b>	Universidade Federal da Paraíba – UFPB
<b>Correntes teóricas</b>	BOURDIEU; DAIBERT; LIMA; MAIA; MOREIRA; MATTOS; REIS
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Busca pela desconstrução da atuação de mulheres
<b>Metodologia</b>	Questionário online
<b>Resultados</b>	Destacam-se em suas experiências acadêmicas: falta de credibilidade, assédio, machismo e atribuição de eventual sucesso a uma vantagem de gênero.
<b>Contribuição</b>	Reflexão sobre a presença de mulheres em espaços majoritariamente de homens

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Mayanne Júlia Tomaz Freitas (2021). A autora possui interesse nas seguintes áreas: feminismo, gênero, tecnologias e mídias na educação. A produção reflete sobre o papel de mulheres na área da computação e os enfrentamentos nesse espaço que possui maior presença de homens.

A pesquisa realizada por Freitas (2021) na IFES nordestina, aponta para um percentual de 14,5% de mulheres no centro de informática da instituição analisada. A presença de mulheres em áreas com maior presença de homens, pode ser vista a partir do processo social, em que desde cedo os meninos possuem acesso e são incentivados a utilizarem equipamentos técnicos (FREITAS, 2021).

Destacam-se as contribuições de mulheres na evolução da computação, sobretudo no campo dos softwares, embora invisibilizadas ou pouco divulgadas.

[...] as garotas ENIAC, seis mulheres, que trabalharam na equipe de criação do primeiro computador; Ada Lovelace, pioneira da programação, por ser a primeira a escrever um algoritmo; e Grace Hopper, criadora da Linguagem Comum Orientada para Negócios

<sup>28</sup> A última postagem do coletivo foi no ano de 2011. Link do site: <https://dialogoj.wordpress.com/>.

(em inglês, COBOL), amplamente utilizada até hoje. (FREITAS, 2021, p. 2).

Com a invisibilidade na área da computação, não há a presença de professoras nos cursos dessa área, o que dificulta a inserção ou a permanência de mulheres nesse campo.

Abaixo, a figura demonstra as principais referências de cada produção na categoria “Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses”.

Figura 14: Autoras e autores centrais. Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses



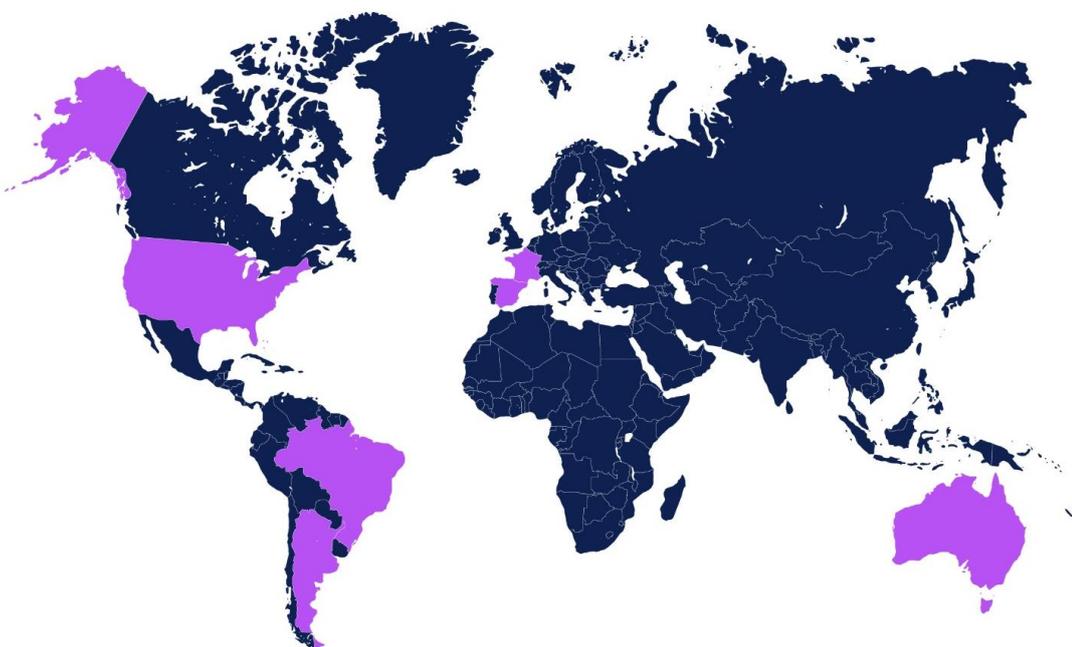
Fonte: Elaborado pelo autor com base no site Menti (2022).

As referências apresentadas na figura acima, foram selecionadas a partir da incidência de utilização nas produções, ou seja, ao menos apareceram em mais de um trabalho. Dentre as autoras e os autores citados, 16 mulheres e 14 homens foram utilizados como referência que apareceram mais de uma vez. Ao comparar com a categoria 1, no que tange a presença por gênero, a categoria 2 apresenta um número muito superior. Identificou-se os principais interesses dessas referências, a fim de perceber as áreas em que estão sendo produzidos conhecimentos em educação sobre a temática do feminismo: feminimos, feminismo negro, gênero, mulheres, educação do campo, relações de poder e campo de conhecimento,

construção de identidades, história de mulheres e literatura, teoria da história, masculinidades, sociologia da experiência, histórias da sexualidade, juventudes, teoria social da mídia, movimentos sociais e cultura. Nesta categoria, as áreas de interesse foram mais amplas, considerando que há uma maior abrangência de áreas do conhecimento, diferente da categoria 1 em que há similitudes nas pesquisas das autoras e dos autores. Ao verificar os dados encontrados na categoria 1, há uma incidência nos temas de: feminismos, mulheres, gênero, história da sexualidade e juventudes.

Foram identificados os países de origem dos/as intelectuais da categoria 2, a fim de verificar geograficamente essas temáticas vem sendo discutidas. Tais informações foram organizadas nas figuras abaixo, destaca-se a presença de autoras e autores do Brasil.

Figura 15: Países de intelectuais reincidentes nos trabalhos da ANPEd – Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Foram identificados 6 países dos/as intelectuais presentes como referência incidente nas produções da ANPEd, sendo: Brasil, Argentina, Espanha, Austrália, França e Estados Unidos. Embora na categoria 1 tenha sido predominância a

referência de países da América Latina, a categoria 2 representa uma maior abrangência de intelectuais do hemisfério Sul. Assim, reforçando o que foi apresentado na categoria anterior, entende-se que há uma maior valorização de experiências e de produção de conhecimentos de autoras e autores do continente Sul.

Na sequência, foram organizadas as metodologias utilizadas pelas autoras e pelos autores, situando os métodos, os instrumentos e as opções metodológicas.

Figura 16: Opções metodológicas. Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses metodologias e procedimentos



Fonte: Elaborado pelo autor com base no site Menti (2022).

A figura demonstra as opções metodológicas utilizadas pelas autoras e autores em suas pesquisas. Assim como foi apresentado na categoria 1, identificou-se que as opções metodológicas foram pensadas e utilizadas para serem realizadas com pessoas e, por sua vez, estudos qualitativos exploratórios. Deste modo, reforça-se a importância e a necessidade de escutar e de pensar em estratégias de atuação, representação e inserção a partir de experiências de mulheres latinas.

A partir do exposto da categoria “Mulheres nas gerações – seus pensamentos e interesses” foram identificadas similitudes nas produções no que tange às inserções de mulheres em campos do conhecimento e de atuação com maior presença de homens. Essa ação de ingressar e se fazer presente, vem com diversos obstáculos, sobretudo da concepção de gênero, em que há claramente a divisão de atuação profissional e pessoal.

Nas produções apresentadas, principalmente as mulheres jovens, buscam participar de espaços como música e cursos do ensino superior. A permanência em áreas do conhecimento com maior representatividade de homens é uma questão emblemática e um desafio, considerando que não há uma presença de grupo de apoio – maior número de colegas mulheres e professoras nessas áreas.

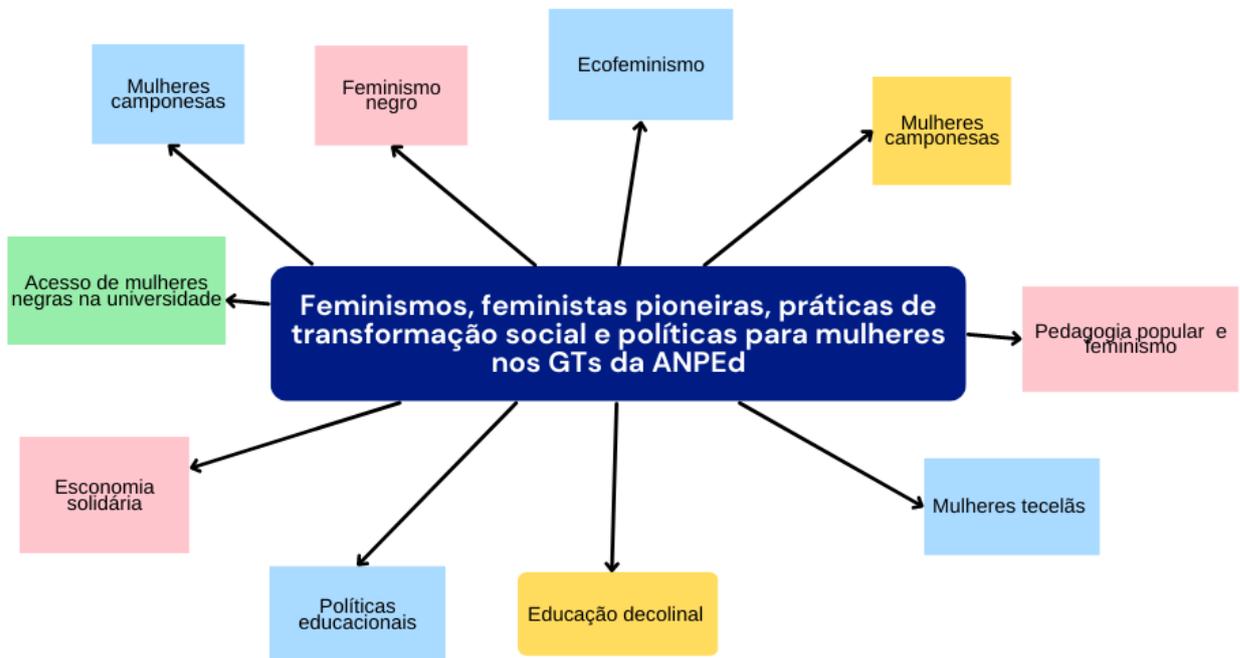
Outro apontamento necessário, é a participação de movimentos e criação de grupos sociais em que as questões colocadas por essas jovens e mulheres possam ser disseminadas para que alcance outras meninas, além de políticas para que se tenha um maior índice de ingresso e de permanência no ensino superior.

Também, houveram relatos e trajetórias que dispuseram os olhares de meninas, mulheres e mulheres idosas sobre os modos de ser mulher em diferentes espaços, realidades e momentos de vida. Em todas essas percepções, há as imposições sociais de gênero, em que as participantes dos estudos anunciavam e denunciavam tais questões. Houveram duas iniciativas importantes para pensar nas estratégias de base: a microliberdade – atividades realizadas de formas veladas e invisíveis como formas de distanciarem-se de imposições sociais; e o blog de reivindicação de direitos – um veículo de divulgação digital com o intuito de alcançar mais pessoas.

#### 4.3 Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação

A categoria foi criada para pensar sobre as formas de presença e participação feminina em diversas esferas da sociedade nos trabalhos dos GTs da ANPEd. A figura abaixo identifica quais foram os interesses das produções dos GTs que versam na categoria “Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação feminina”.

Figura 17: Temáticas da categoria “Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação feminina”



Fonte: Elaborado pelo autor com base no site Canva (2022).

A identificação de tais temáticas foi realizada a partir da leitura dos textos identificados nos GTs da ANPEd. Nesta categoria estão presentes trabalhos dos GTs 03, 06 e 23, sendo 3 produções do GT3; 9 trabalhos do GT6; 2 textos do GT21; e 3 produções do GT23. No decorrer desta seção, serão apresentadas e analisadas as produções que versam sobre as diferentes formas de atuação de mulheres em espaços públicos.

Quadro 39: Mulher e assistência social na ação integralista brasileira: “pelo bem do Brasil!” – GT3

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Mulher e assistência social na ação integralista brasileira: “pelo bem do Brasil!”
<b>IES</b>	Universidade de São Paulo – USP Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP
<b>Correntes teóricas</b>	GOELLNER; POSSAS; SALGADO
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Representação em espaços “masculinos”
<b>Metodologia</b>	Análise documental
<b>Resultados</b>	A relação das “blusas-verdes” com o integralismo foi inovadora, pois possibilitou as mulheres, destacadamente as da classe média, novas práticas e representações que elas passaram a desenvolver também na esfera pública.
<b>Contribuição</b>	As atividades assistencialistas desenvolvidas pelas “blusas verdes” permitiu que as mulheres, ainda que contrariando os escritos dos integralistas mais conservadores, ocupassem um novo lugar para além do espaço doméstico.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Renata Duarte Simões (2012). A autora possui interesse nos temas de: história da educação, movimentos sociais, pobreza e desigualdade social, formação de professores, gênero, cultura corporal, educação física e metodologia científica. A produção buscou analisar as atividades assistencialistas atribuídas às mulheres inscritas nas fileiras do movimento Ação Integralista Brasileira (AIB), assim como os intentos incutidos nessas atividades.

A AIB era o principal partido de extrema direita do Brasil no período de 1930. “O discurso integralista se propagou de modo surpreendente e angariou adeptos em diferentes classes sociais, o que possibilitou que a AIB criasse escolas; fundasse ambulatórios e lactários”. (SIMÕES, 2012, p. 2). Nesses espaços, as mulheres, principalmente de classe média, tiveram grande atuação, sendo identificadas como “blusas-verdes”.

Pontua-se que tais atuações reafirmaram as questões sociais impostas às mulheres, sobretudo o cuidado. No entanto, Simões (2012), fez suas análises sob outra perspectiva: a possibilidade de inserção e outros espaços que fugissem do doméstico. Assim,

Se por um lado o aproveitamento das energias femininas nas atividades assistencialistas se deu, sobretudo, para a “formação de uma massa eleitoral integralista”, por outro, as atividades assistencialistas desenvolvidas pelas “blusas-verdes” permitiu que as mulheres, ainda que contrariando os escritos dos integralistas mais conservadores, ocupassem um novo lugar para além do espaço doméstico. (SIMÕES, 2011, p. 15).

Assim, a participação das mulheres no AIB, embora controversas pelas ações do partido, proporcionaram vivências e representações fora do lar.

Quadro 40: Trajetórias de mulheres da educação de jovens e adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra –

GT3

<b>Feminismos, feministas pioneiras, práticas de transformação social e políticas para mulheres – GT3</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Trajetórias de mulheres da educação de jovens e adultos em um assentamento de reforma agrária: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra
<b>IES</b>	Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG
<b>Correntes teóricas</b>	ARROYO; DEL PRIORE; FREIRE; MAGALHÃES; PERROT
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Trajetória de jovens mulheres e a busca pela superação das questões sociais criadas para delimitar o que é de menino e de menina
<b>Metodologia</b>	Entrevista temática
<b>Resultados</b>	A participação na organização do assentamento é formativa e repercute na luta pelo direito à palavra, que são evidenciadas nas atividades exercidas ao secretariar reuniões ou mesmo ao gerenciar recursos financeiros que demandam habilidades de escrita e cálculos que são aprendidas e potencializadas nos momentos formativos proporcionados pela EJA.
<b>Contribuição</b>	O aprendizado da leitura e da escrita a partir da participação na EJA tem possibilitado a ampliação da participação das mulheres em espaços de poder.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Evely Cristine Pereira de Aquino, José Eustáquio de Brito e Vânia Aparecida Costa (2015). As autoras e o autor realizam pesquisa acerca dos temas de: educação de jovens e adultos, Educação do Campo, extensão universitária, letramento, história oral e relações raciais e educação. A produção apresenta trajetórias de jovens mulheres estudantes da EJA e as possibilidades de superação de questões sociais de gênero.

Aquino, Brito e Costa (2015), relatam as diferenças de trajetórias de mulheres e homens participantes das turmas da EJA no assentamento que fazem parte. Segundo as autoras e o autor, o estudo demonstrou “[...] as imagens construídas historicamente sobre as mulheres e seus lugares sociais, que têm implicações em seus percursos de escolarização e em suas atividades de trabalho”. (AQUINO; BRITO. COSTA, 2015, p. 2).

A partir da análise, foi identificado que “as atividades de trabalho exercidas pelas mulheres pesquisadas estão mais ligadas ao cuidado, à organização, ao espaço e trabalho doméstico e às atividades menos qualificadas”. (AQUINO; BRITO. COSTA, 2015, p. 13). Todavia, a participação no assentamento suscita em ações que perpassam o plano do privado e suscitam como uma forma de transformação, como mencionam as autoras e o autor

As mulheres pesquisadas afirmam suas presenças políticas, suas capacidades de romper com “padrões culturais” ao mostrarem-se publicamente na luta coletiva pela terra. No assentamento, participam de espaços de decisão e assumem coordenações. (AQUINO; BRITO; COSTA, 2015, p. 15).

Deste modo, as atividades do movimento de assentamento se revela como uma possibilidade de uma nova construção do papel social da mulher. Além disso, a EJA, através do projeto “Projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã”, traz a oportunidade de mulheres iniciarem ou finalizarem os estudos, desenvolvendo as habilidades de leitura e escrita. "Ao desenvolver essas habilidades, as mulheres percebem que suas realidades são modificadas, pois passam a ocupar espaços de poder. (AQUINO; BRITO; COSTA, 2015, p. 18).

Quadro 41: “Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]”: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça – GT3

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	“Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]”: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça
<b>IES</b>	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
<b>Correntes teóricas</b>	ABRAMO; CASTRO; CRUZ; DEERE; DI SABBATO; SPANEVELLO
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Garantia de direitos – acesso ao ensino superior
<b>Metodologia</b>	Entrevistas narrativas semiestruturadas
<b>Resultados</b>	Para ter acesso ao Ensino Superior, é preciso antes ter acesso à Educação Básica (esta ainda tem baixa cobertura nas áreas rurais brasileiras). Ao mesmo tempo, decidir e ser encoraja a estudar exige migrar ou enfrentar a estrada para ir ao encontro da escola na cidade, o que implica certa moratória para se dedicar aos estudos e uma liberação parcial dos trabalhos na agricultura. O que é uma provação, ao mesmo tempo também se apresenta como a abertura de possibilidades, com amplitudes que se estendem do acesso à educação superior a rupturas com as condições de gênero na roça
<b>Contribuição</b>	Refletir sobre os percalços do acesso de mulher negras no ensino superior.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Tatyane Gomes Marques (2017). A autora realiza pesquisas nas áreas da: educação do campo, formação de professores, políticas públicas educacionais e Educação Superior. A produção realiza reflexões sobre o acesso de mulher negras da roça no ensino superior.

A ampliação<sup>29</sup> da inserção de jovens mulheres e meninos de classes menos favorecidas, aconteceu, sobretudo, a partir de três iniciativas: a implantação do Programa Universidade para Todos (Prouni), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e das Políticas de Cotas.

Para as meninas da roça, existem outros percalços que dificultam o acesso à escolarização, sendo “[...] marcada pelo trabalho precoce na agricultura e em casa”

<sup>29</sup> Conforme demonstrado neste estudo, essa realidade é diferente, considerando os dados divididos por regiões do Brasil.

(MARQUES, 2017, p. 8), de forma precoce a partir dos 4 anos de idade. Essa atividade é marcada, pelos pais e mães, como trabalho, enquanto o trabalho da lavoura é identificado como ajuda, o que reforça os papéis sociais de gênero.

As meninas da roça, como se identificam por entender que ser rural ou do campo são formas de perder as origens, conforme relato de uma participante:

O pessoal tem mania de falar que é da zona rural, mas o costume de todo mundo de falar é que é da roça. Você não vai chegar lá nesse espaço e dizer “Ah, eu sou da zona rural”, “Eu sou do campo”. Tem que ir de acordo o pessoal de lá também fala. (MARQUES, 2017, p. 5).

O estudo identificou que há uma constante provação – por exemplo, o deslocamento e o trabalho rural, para essas meninas estudarem. Também, constatou-se que há a necessidade de ampliação do acesso à educação, tendo em vista que possui um baixo alcance em populações rurais. Com todas essas questões, a autora compreendeu que com a escolarização abrem-se possibilidades de corromper com as condições de gênero na roça.

Quadro 42: Educação da mulher Bororo – Caminhos formativos na educação escolar indígena em Mato Grosso – GT3

<b>A construção da dicotomia do que é para menino/homem e menina/mulher</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Educação da mulher Bororo - caminhos formativos na educação escolar indígena em Mato Grosso
<b>IES</b>	Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
<b>Correntes teóricas</b>	SOUSA SANTOS
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Distanciamento – a mulher bororo é vista como referência no ensinamento de conhecimentos e de questões de tradições indígenas, que herdaram de suas mães/avós
<b>Metodologia</b>	Entrevistas semiestruturada; etnografia
<b>Resultados</b>	As lutas do movimento indígenas em todo o país e do papel dos professores indígenas de Mato Grosso nas conquistas de reconhecimento da especificidade de políticas públicas voltadas à formação-ação dos professores nas escolas e em cada aldeia e território, garantindo os direitos constitucionais e infraconstitucional no Brasil.
<b>Contribuição</b>	Produzir conhecimentos decoloniais articulados ao reconhecimento das “Epistemologias do Sul” (SANTOS, 2009) cujo sentido é sistematizar epistemologias próprias que não se identificam com o pensamento ocidental.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Beleni Saléte Grando e Neide da Silva Campos (2021). As autoras possuem interesse em temas como: educação intercultural, educação do corpo, educação indígena, educação da criança e cultura popular. A produção apresenta uma das pautas do movimento indígena, que é o reconhecimento de professoras e a valorização da educação escolar indígena.

As autoras discorrem sobre iniciativas e responsabilidades do Estado, que não atendem às demandas desse movimento, sobretudo a escolar e a formação de profissionais para atender as escolas indígenas. Segundo Grando e Campos (2021, p. 4)

[...] a pesquisa constata que atualmente existem, por responsabilidade do estado, ações que negligenciam a atenção à educação escolar indígena e a formação e efetivação de quadros para melhor atender aos objetivos e princípios das comunidades, inclusive a partir das ações empreendidas pela Seduc-MT, que vem reduzindo o número de salas de aulas e de contratação de professores para as escolas das aldeias indígenas.

Assim, as autoras propõem uma epistemologia do Sul, pautada por Boaventura de Sousa Santos (1995), sobretudo em três visões: existência do sul, ir para o sul e aprender a partir e com o Sul. Para alcançar e refletir sobre essa percepção, refletem sobre como as mulheres Boe (mulheres Bororo) se tornam professoras do povo indígena. A questão emblemática é que essas mulheres vivenciam uma sociedade não patrilinear, o que faz a sua visão de mundo ser diferente do mundo patriarcal em que vivemos. Assim, de acordo com a Base Comum Curricular, os conteúdos estão/são divergentes dos modos de ser/estar no mundo dos povos indígenas.

As mulheres Boe, são as detentoras e as transmissoras dos saberes tradicionais de seu povo, no entanto quando passam para o papel de professoras, em que devem transmitir conhecimentos patriarcais e ocidentais, por exemplo, é uma ação contraditória para elas e, sobretudo, de acordo com a legislação que prevê o direito de escolas interculturais<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Estão no programa as universidades federais do Pampa (Unipampa), de Santa Maria (UFSM), do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Pelotas (UFPel), de Mato Grosso do Sul (UFMS), da Integração Latino-Americana (Unila), da Grande Dourados (UFGD), do Rio Grande (Furg), de Roraima (UFRR), da Fronteira Sul (UFFS), do Acre (Ufac), do Amazonas (Ufam), do Paraná (UFPR) e de Rondônia (Unir).

Os corpos-professoras trazem identidades marcadas pela pertença clânica: da metade exogâmica do clã *Ecerae* e subclãs *Baadojeeba*, *Bakoro* e *Bokodori*, e da metade *Tuguarege*, o subclã *Araroe*. Desses espaços cosmológicos herdam os lugares sociais de suas mães e avós que as identificam como mulheres e donde se lançam ao papel social de professoras da aldeia. (GRANDO; CAMPOS, 2021, p. 2).

Desta forma, há uma dualidade para que os códigos da cultura escolar cheguem para essas crianças, mas também de docentes que se preocupam com o direito de uma educação intercultural. Para esta comunidade específica, sociedade matrilinear e de (re)existência, a escola deve garantir uma educação intercultural para valorização e a “passagem” da organização e dos modos de ser/existir desse povo.

Quadro 43: Jovens, mulheres e de origem rural: trajetórias de inserção em uma universidade pública no interior do Nordeste brasileiro – GT3

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Jovens, mulheres e de origem rural: trajetórias de inserção em uma universidade pública no interior do Nordeste brasileiro
<b>IES</b>	Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
<b>Correntes teóricas</b>	FARIA; FERREIRA; PAULA; PIMENTA; VASCONCELOS
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Juventude feminina e inserção no ensino superior
<b>Metodologia</b>	Entrevista semiestruturada e questionário
<b>Resultados</b>	Os resultados apontam que a articulação analítica entre contextos estruturais e contextos de vida, auxilia a compreensão dos processos de construção de trajetórias educacionais longevas e sinaliza para um <i>ethos</i> rural em transformação, incluindo suas (dis)posições de gênero.
<b>Contribuição</b>	Compreender as trajetórias de mulheres de origem rural até seu ingresso em uma universidade pública no interior do Nordeste brasileiro.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Ivan Faria e Jaiana da Silva Santos (2021). As autoras têm interesse nas áreas de: juventude, cultura, educação formal e não formal, educação e trabalho, diversidade e linguagens. A produção realiza uma análise de trajetórias de mulheres rurais sobre a inserção na universidade.

A produção de Faria e Santos (2021), aponta para resultados semelhantes ao texto de Marques (2017) no que diz respeito às relações sociais de gênero. O estudo

reflete sobre a cultura patriarcal, que criam obstáculos e imposições sobre a sucessão de posse de terra e a invisibilização e subalternização do trabalho feminino no campo rural.

A pesquisa de Faria e Santos (2021) possui uma diferença de Marques (2017), no que tange às transformações a partir da inserção de mulheres no ensino superior. Segundo a autora e o autor “[...] as mães possuem níveis de escolaridade superior aos dos pais, apenas uma era agricultora, incluindo outra que é professora, apontando para mudanças no lugar social ocupado pelas mulheres no mundo rural”. (FARIA; SANTOS, 2021, p. 3).

Todavia, reafirmam a questão de uma lacuna de instituições de ensino no meio rural. Apenas uma das participantes da pesquisa conseguiu finalizar os seus estudos da educação básica sem precisar fazer grandes deslocamentos. Este dado aponta para uma possível transformação da realidade, apontada por Pimenta (2017), que reflete sobre o abandono, reprovação e baixo rendimento escolar, tendo em vista que um dos agravantes é a necessidade de fazer grandes percursos para poder estudar.

Quadro 44: A mulher e a docência: histórias de militância – GT6

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	A mulher e a docência: histórias de militância
<b>IES</b>	Universidade Federal Fluminense – UFF
<b>Correntes teóricas</b>	ADAMS; CERTEAU; EGGERT; MIGNOLO; ROSA; SILVA; STRECK; VASCONCELOS
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Busca pela representação e visibilidade de mulheres. Desconstrução da falsa identidade da mulher
<b>Metodologia</b>	-
<b>Resultados</b>	Conhecer essas e outras mulheres, suas histórias de militância, pode ajudar a desconstruir a falsa identidade de mulher, de professora, na qual a fragilidade e a incapacidade são suas únicas características; pode também revelar outras possibilidades de ser mulher, de ser professora, num contínuo de processo de (trans)formação.
<b>Contribuição</b>	Um projeto ou política de formação de professoras alfabetizadoras essa outra história da presença da mulher na docência pudesse ser contada a fim de inspirar tantas outras.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Dilcelene Quintanilha de Resende Cordeiro (2013). A autora realiza pesquisas nas áreas de: Avaliação,

alfabetização, currículo, formação de professores. A produção procurar formas de desconstruir a falsa concepção da identidade da mulher.

As motivações da autora com relação ao tema e à pesquisa, foi a identificação de que 90% dos profissionais da educação são mulheres, além da constatação de que, em um curso de especialização, há série de monografias em que 93,3% foi escrita por mulheres.

A autora busca no livro Fontes da Pedagogia Latino Americana (2010) as experiências de Nísia Floresta, Gabriela Mistral e Maria Lacerda de Moura, mulheres brasileiras importantes no âmbito da educação na atuação e na constituição de espaço públicos e educativos para meninas.

Cordeiro (2013, p. 11) aponta que

Conhecer essas e outras mulheres, suas histórias de militância, pode ajudar a desconstruir a falsa identidade de mulher, de professora, na qual a fragilidade e a incapacidade são suas únicas características; pode também revelar outras possibilidades de ser mulher, de ser professora, num contínuo de processo de (trans)formação.

Deste modo, a autora enfatiza a importância de conhecer a história e a trajetória de mulheres latinas, para que suscitem iniciativas e estratégias de transformação da identidade social histórica de gênero.

Quadro 45: Método e metodologia entre pedagogia popular e feminismo – GT6

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Método e metodologia entre pedagogia popular e feminismo
<b>IES</b>	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
<b>Correntes teóricas</b>	BOURDIEU; LIMA COSTA; SOUSA SANTOS; MORIN; SPIVAK; WEILER
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Formas de superar o paradigma da ciência tradicional
<b>Metodologia</b>	Relato auto-etnográfico
<b>Resultados</b>	Delinear caminhos metodológicos mais coerentes com uma opção científica, existencial e política, fundada na adesão à pedagogia popular e ao feminismo.
<b>Contribuição</b>	Imaginar práticas metodológicas inéditas, que superem dicotomias mortificadoras entre, por exemplo, mente e corpo, ação e reflexão, academia e realidade social, pesquisador(a) e sujeitos da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Mariateresa Muraca (2013). A autora realiza pesquisas acerca dos temas: educação popular, movimentos sociais, educação dos adultos, pensamento decolonial latinoamericano, teorias feministas, metodologias de pesquisa críticas e dialógicas. A produção procurou delinear caminhos metodológicos fundados na pedagogia popular e no feminismo.

As opções metodológicas são importantes para o delineamento de pesquisas acadêmicas, sobretudo no momento de identificar a melhor forma de realizar condução. Muraca (2013) reflete sobre a importância do protagonismo dos sujeitos de pesquisa, para que tenham uma participação efetiva no desenvolvimento de produções acadêmicas. Desta forma, colocam-se a participação e a dialogicidade como estruturas importantes para o processo de construção de conhecimentos. Assim, para Muraca (2013, p. 4) é necessário “[...] construir práticas de escritura científica que valorizem a dimensão dialógica da pesquisa, que reconheçam que o conhecimento é fruto da negociação de uma visão compartilhada da realidade”.

A autora fez um relato auto-etnográfico de sua experiência acadêmica, em que reflete sobre a participação no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC), anunciando suas percepções sobre o diálogo, a participação e a relação pesquisadora-participante. Estas, por sua vez, são formas fundamentais de garantir o alcance ao conhecimento da realidade social pesquisada.

Quadro 46: Educação como prática de liberdade para/pelas mulheres: o movimento #EleNão – GT6

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Educação como prática de liberdade para/pelas mulheres: o movimento #EleNão
<b>IES</b>	Universidade Federal do Rio Grande – FURG
<b>Correntes teóricas</b>	BRANDÃO; FREIRE; GOHN; hooks
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Representação de mulheres nas manifestações políticas
<b>Metodologia</b>	-
<b>Resultados</b>	O movimento trouxe desdobramentos importantes para o movimento feminista e evidenciou as mulheres como uma das principais frentes de resistência as políticas negacionistas e conservadoras.
<b>Contribuição</b>	A busca de novas estratégias e de novos espaços de atuação política

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Desirée de Oliveira Pires e Amanda Motta Castro (2021). A autora realiza pesquisas acerca dos temas de: estudos feministas, redes feministas na América latina, direitos humanos, educação popular, desigualdades, políticas públicas, ativismo de mulheres nas redes sociais, feminismo e história das mulheres. A produção faz uma busca de novas estratégias e de novos espaços de atuação política.

As autoras elucidam a importância de mulheres na participação de espaços, considerando que o “[...] movimento feminista tem demonstrado historicamente que as mulheres são fundamentais na construção de saberes e práticas promotoras de uma educação política e em defesa dos direitos humanos”. (PIRES; CASTRO, 2021, p. 1).

Os movimentos feministas, historicamente, vêm criando possibilidades e formas para a conquista de direitos, vistas à “[...] transformação social e de práticas educativas que nos conduzem a Liberdade”. (PIRES; CASTRO, 2021, p. 1).

As autoras colocam em pauta a discussão do Movimento #EleNão, anunciando e denunciando as estratégias utilizadas pelo candidato de extrema direita, em que foram espalhadas notícias falsas, adentrando no imaginário social, creditando na população que a sua vitória seria a única opção viável.

Com isso, houve um crescimento do conservadorismo no Brasil, ao mesmo tempo em que “[...] fortalecem os movimentos de mulheres que realizam a resistência a essa política, caracterizando esses espaços não somente pela sua ambiguidade, mas, também, pelo fortalecimento dos movimentos de esperança”. (PIRES; MOTTAS, 2021, p. 3). Tal fortalecimento pode ser identificado na eleição presidencial de 2022, em que com mais de 59 milhões de votos, é eleito Luiz Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, confirmando que a resistência política e humana se fortaleceram e garantiram que ainda vivemos em uma democracia.

Quadro 47: Educação popular e economia solidária pelas mãos das mulheres – GT6

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Educação popular e economia solidária pelas mãos das mulheres
<b>IES</b>	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS
<b>Correntes teóricas</b>	ADAMS; BRANDÃO; CARRILLO
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Economia solidária e mulheres
<b>Metodologia</b>	-
<b>Resultados</b>	A partir do diálogo entre a experiência vivida e transformada pelas mulheres e a concepção pedagógica da educação popular, embasados pelos estudos feministas que explicam a situação das mulheres no mundo e que se constituem em um caminho viável à visibilidade dos processos educativos das mulheres e de outras pedagogias possíveis.
<b>Contribuição</b>	Apresentar as aproximações teóricas que viemos realizando no campo da educação, dos estudos feministas e da economia solidária.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Íris de Carvalho (2021). A autora do texto possui interesse em estudos acerca das temáticas de: mulheres, educação, educação popular feminista e os saberes produzidos desde as experiências do trabalho artesanal. A produção realiza aproximações entre os campos da educação, estudos feministas e economia solidária.

A Educação Popular é compreendida como uma via de divulgação e valorização de experiências educativas vividas e produzidas pelas mulheres (CARVALHO, 2021). Com o avanço do neoliberalismo e dos movimentos conservadores, tem-se dois lados possíveis de reflexão – o poder empresarial e o poder popular. Segundo a autora, “[...] o poder empresarial, a educação bancária e o patriarcado, que privilegiam o lucro, o autoritarismo, a discriminação, o ódio e a exclusão”. Em contrapartida, há a resistência política e de existência: “[...] o poder popular, a emancipação das mulheres, a educação em direção ao cuidado com a vida, o bem viver, a democracia, o respeito, a solidariedade, a vida comum e os saberes locais”. (CARVALHO, 2021, p. 1).

Através das práticas educativas populares, há a possibilidade de “[...] transformar as condições de injustiça que os mantêm em sua condição de opressão e exclusão”. (CARVALHO, 2021, p. 2). A emancipação acontece a partir dos imaginários culturais e subjetividades, dessa forma os

[...] coletivos e empreendimentos de economia solidária, buscam mediações de novas relações sociais a partir da experiência do trabalho associado e de um novo modo de produzir [...]o processo educativo parte do saber prático da atividade de trabalho e tem como finalidade a instauração de novas ações existenciais relacionando contextos e subjetividades. (CARVALHO, 2021, p. 2).

Com isso, a economia solidária é compreendida como uma matriz educativa que considera a junção das dimensões cultural, subjetiva e do trabalho, promovendo outras formas do modo de produzir, relacionando-se com os demais espaços estruturantes da sociedade (CARVALHO, 2021).

Para as mulheres, essa prática educativa, é um forma de

[...] se inserirem no processo de reflexão sobre suas trajetórias, visualizando seus cotidianos, rompendo o silêncio e dando visibilidade às suas práticas. Logo, é a partir do diálogo entre a experiência vivida e transformada pelas mulheres e a concepção pedagógica da educação popular, embasados pelos estudos feministas que explicam a situação das mulheres no mundo e que se constituem em um caminho viável à visibilidade dos processos educativos das mulheres e de outras pedagogias possíveis. (CARVALHO, 2021, p. 3).

Deste modo, criam-se outras pedagogias possíveis, para que grupos não valorizados, possam tecer, contar suas histórias e atuarem em espaços que antes não tinha acesso ou visibilidade.

Quadro 48: “Eu posso e todas as mulheres podem”: educação, trabalho e alimentação nas experiências pedagógicas de uma escola família agrícola – GT6

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	“Eu posso e todas as mulheres podem”: educação, trabalho e alimentação nas experiências pedagógicas de uma escola família agrícola
<b>IES</b>	Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC
<b>Correntes teóricas</b>	FREIRE; GEBARA
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Experiências de mulheres
<b>Metodologia</b>	Análise textual discursiva
<b>Resultados</b>	As experiências pedagógicas da/na EFA aproximam as famílias dos estudantes indicam o quanto ações educativas marcam os encontros entre os sujeitos, homens e mulheres ao permitir uma reflexão crítica sobre a naturalização da divisão sexual do trabalho e abre po
<b>Contribuição</b>	Refletir sobre as experiências de mulheres com a alimentação, a partir da teoria da ação dialógica proposta por Paulo Freire

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Everton Luiz Simon e Cristina Luisa Bencke Vergutz (2021). A autora e o autor realizam pesquisas acerca dos temas de: saberes e práticas alimentares, trabalho-educação, história da alimentação, formas de sociabilidade, saberes e cultura popular, agricultura familiar, identidade regional, processo educativos em contextos de privação de liberdade, pedagogia da alternância, educação do campo, escola família agrícola, supervisão escolar, agroecologia, mulheres e gênero. A produção faz uma reflexão sobre as experiências de mulheres com a alimentação, a partir da teoria da ação dialógica proposta por Paulo Freire.

O campo empírico da pesquisa é uma Escola Família Agrícola (EFA), que tem em sua base como proposta política a Pedagogia da Alternância. Segundo Simon e Vergutz (2021, p. 2)

A alternância de espaço e tempo é organizada em sessões escolares e sessões familiares comunitárias. Cada sessão acontece no período de uma semana, sendo que ao estarem no tempo e espaço da sessão escolar a dinâmica pedagógica acontece na sala de aula, nas áreas agrícolas, nos dormitórios, na cozinha, no refeitório, nas áreas de lazer e esportes, etc. Portanto, espaços em que a dinâmica entre educação e trabalho se amplifica e se materializa através de coletivos que são auto-organizados pelos/as estudantes.

A partir dessas vivências, promovem-se ações pedagógicas da e na escola, constroem-se conhecimentos coletivamente – meninos e meninas. Nessa experiência, diferente das apresentadas sobre as jovens da roça (MARQUES, 2017), “[...] as mulheres desempenham papéis fundamentais, que não se limitam aos domésticos e de cuidados”. (SIMON; VERGUTZ, 2021, p. 2). O trabalho das mulheres é, de fato, visto como trabalho e não “ajuda”. As mulheres são responsáveis por todo o processo de produção de alimentos, sementes crioulas, cuidado com animais domésticos de corte (SIMON; VERGUTZ, 2021). O conjunto de saberes – educação e trabalho, são ensinadas umas às outras de geração para geração, *o saber da experiência feito* (FREIRE, 2011).

A prática educativa dessas mulheres é uma possibilidade de mudança sobre as relações de trabalho e gênero, conforme é compreendido por uma das participantes da pesquisa, que diz: [...] a mulher na propriedade é vista como ajudante, mas esse ano consegui colocar na mente do meu pai que não, eu não tô

ajudando, eu tô aqui porque eu trabalho: ‘eu não só te ajudo, eu trabalho eu e minha mãe trabalha até mais que tu’”. (SIMON; VERGUTZ, 2021, p. 3).

Quadro 49: Silêncios e vozes das mulheres na pedagogia da alternância: problematizações a partir do "nó histórico" e da "do-discência" – GT6

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Silêncios e vozes das mulheres na pedagogia da alternância: problematizações a partir do "nó histórico" e da "do-discência"
<b>IES</b>	Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC
<b>Correntes teóricas</b>	BRANDÃO; FREIRE; GEBARA; GRANEREAU; SAFFIOTI; TORRES
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Experiências de mulheres
<b>Metodologia</b>	Observação participativa e entrevista semiestruturada
<b>Resultados</b>	As mulheres buscam <i>outras</i> formas de pensar, ser, estar, produzir e reproduzir a sua própria existência (re)localizando-se na história e no processo pedagógico. Portanto, o <i>nó</i> histórico da pedagogia da alternância aponta para a possibilidade da superação daquela sua versão que se faz nos moldes do sistema-mundo, que têm nas mulheres a reprodução da vida a sua força na acumulação do capital.
<b>Contribuição</b>	Problematizar os silêncios e as vozes das mulheres agricultoras, monitoras e estudantes a partir do “nó histórico” e da "do-discência" presentes na Pedagogia da Alternância.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Cristina Luisa Bencke Vergutz, Aline Mesquita Corrêa e Cheron Zanini Moretti (2021). As autoras realizam pesquisas sobre os temas de: educação do campo, educação popular e emancipação/libertação humana, pedagogia da alternância, escola família agrícola, supervisão escolar, agricultura familiar, agroecologia, mulheres, gênero, alternativas e ideias pedagógicas, de(s)colonialidade do conhecimento e insurgência como princípio educativo. A produção busca problematizar os silêncios e as vozes de mulheres agricultoras, monitoras e estudantes sob a lente da Pedagogia da Alternância.

A pesquisa realizou aproximações entre educação popular, educação do campo e pedagogia da alternância, através da pesquisa participativa. A partir disso, as autoras realizaram reflexões sobre a docência-discência, por entender que “[...] no processo educativo, ensinam e aprendem em comunhão, mediatizados pelo mundo”. (VERGUTZ; CORRÊA; MORETTI, 2021, p. 2).

As autoras colocam a “teoria do nó” de Saffioti para pensar em formas de articular as relações estruturais e contextuais do campo pedagógico. Segundo as intelectuais, existem os “nós frouxos” que possibilitam formas de libertação, sendo esta uma estratégia para a mudança da condição social dos gêneros. Essa percepção pode ser identificada nas falas das entrevistadas:

eu mudei totalmente a minha concepção de mundo (...) eu posso fazer o que eu quiser, eu sou dona de mim!. (Suellym, estudante 3º ano da EFA, 2020).

sendo mulher lá dentro [da EFA] a gente descobre que tem um valor imenso na agricultura (...) a escola proporciona a gente mudar o pensamento e a gente vê que nosso trabalho é trabalho mesmo e não uma ajuda. E dentro da escola, nós como mulheres temos o nosso valor. (Catiúcia, estudante 3º ano da EFA, 2020).

me sinto uma mulher negra, forte e persistente, lutando diariamente pelo meu espaço diante da sociedade. (Letícia, egressa, 2020).

Com isso, a “[...] superação daquela sua versão que se faz nos moldes do sistema-mundo, que têm nas mulheres a reprodução da vida a sua força na acumulação do capital”. (VERGUTZ; CORRÊA; MORETTI, 2021, p. 4).

Quadro 50: O Papel Político dos Pré-vestibulares Populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública – GT6

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação feminina</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	O Papel Político dos Pré-vestibulares Populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública
<b>IES</b>	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ
<b>Correntes teóricas</b>	ARROYO; FREIRE; hooks
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Inserção no ensino superior
<b>Metodologia</b>	Escuta sensível
<b>Resultados</b>	O PVPPP se traduz historicamente por configurar um espaço educativo e político que tem possibilitado o empoderamento de jovens das classes populares que o procuram, seja como estudantes ou egressos, com o objetivo político de evolução social.
<b>Contribuição</b>	Investigar trajetórias escolares e processos formativos de mulheres negras para o acesso ao ensino superior

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Adrielle Karolyne de Sousa Lisboa (2021). A autora tem pesquisado sobre os temas de: movimentos sociais e questões étnico raciais. A produção investiga as trajetória e o processo formativo de mulheres negras para o ingresso no ensino superior.

A pesquisa foi realizada com mulheres que estudaram no curso Pré-vestibular Popular Pedro Pomar (PVPPP), que é reconhecido pela luta pelo direito à educação no Rio de Janeiro. A inspiração do texto e do PVPPP é a concepção da Educação Popular, por entender que articular “[...] os diferentes saberes e práticas dos estudantes das classes populares, problematizando o capital cultural e educacional hegemônico”. (LISBOA, 2021, p. 1).

A partir das entrevistas, a autora identificou que: as mães possuem apreço e valorização dos processos escolares, por entenderem que é uma possibilidade de transformação da vida de suas filhas, sendo elas as primeiras de sua família a ingressarem no ensino superior. Tal questão é reforçada pelas jovens: “[...] a ideia de a educação refundar oportunidades e se materializar em retorno financeiro, e que possa, posteriormente, mudar a realidade social na qual se encontram”. (LISBOA, 2021, p. 4).

Quadro 51: “Não queria que minha filha tivesse a mesma vida que eu”: um estudo sobre mulheres no trabalho artesanal – GT6

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	“Não queria que minha filha tivesse a mesma vida que eu”: um estudo sobre mulheres no trabalho artesanal
<b>IES</b>	Universidade Federal do Rio Grande – FURG
<b>Correntes teóricas</b>	BARTRA; BRANDÃO; CASTELLANOS; CASTRO; EGGERT; FREIRE; GAJARDO; GEBARA; HIERRO; LIMA; NUSSBAUM; PERROT; SAFFIOTI; WELLER
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Formas de superar o paradigma social da condição da mulher
<b>Metodologia</b>	Pesquisa participante e a metodologia feminista. Entrevistas semiestruturadas, observação participante, diário de campo e fotografia
<b>Resultados</b>	Uma grande desigualdade entre a vida de homens e mulheres, mesmo que ambos os sexos partilhem do mesmo trabalho.
<b>Contribuição</b>	Este estudo tenciona as relações entre os sexos na tecelagem manual, debatendo as desigualdades entre os sexos no trabalho artesanal dos fios.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Amanda Motta Castro (2017). A autora do texto realiza pesquisas acerca dos temas de: estudos feministas, redes feministas na América Latina, direitos humanos, educação popular, desigualdades e políticas públicas. A produção analisa o trabalho de tecelagem e as desigualdades entre os sexos.

Segundo Castro (2017, p. 2), “o artesanato é definido como toda atividade produtiva de bens e artefatos, realizada manualmente ou com a utilização de meios rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade”. A cidade Resende Costa, localizada em Minas Gerais, é conhecida pelo fato da população tecer: “Por onde se passa, há poeira dos fios e mulheres sentadas nos muros baixos, arrematando tapetes; veem-se homens e mulheres tecendo”. (p. 10). Ainda, é identificada como uma cidadã não machista, pois segundo as pessoas que vivem lá todos e todas tecem iguais.

Todavia, Castro (2017) traz 6 pontos de sua análise que traçam novas formas de pensar a igualdade identificada pela população de Resende Costa: as mulheres, além de tecer, possuem o trabalho doméstico e cuidado com filhos; gostam de tecer, mas não gostariam de depender dessa atividade para viver, considerando como bico pela desvalorização financeira; apenas meninas jovens tecem, nenhum menino faz a atividade; para os homens a tecelagem é profissão; todos os homens são aposentados de outras profissões; embora teçam, os homens são os principais donos de lojas ou trabalham na comercialização dos produtos.

Por tais colocações, a autora considera que” [...] as relações de gênero no trabalho da tecelagem não sejam justas e igualitárias. A aparência de que tudo está muito bem nas relações de trabalho não é o que se comprova quando se faz pesquisa e escuta as pessoas imersas nesse cotidiano”. (CASTRO, 2017, p. 11). Deste modo, é possível pensar na relação público x privado, em que a mulher tece em casa, e o homem faz a comercialização dos produtos. Para a mulher é um “bico” e para o homem uma profissão. “Para o feminismo, o privado é político e o trabalho diário de fazer esse movimento – politizar o privado – é uma das formas de reverter a marginalização do trabalho desenvolvido pelas mulheres”. (CASTRO, 2017, p. 16).

A pesquisa realizada pela autora busca “[...] construir novos caminhos de luta, justiça, respeito, sororidade e igualdade entre mulheres e homens”. (CASTRO, 2017, p. 16).

Quadro 52: Mulheres camponesas e os processos educativos desencadeados por suas práticas de cuidado à saúde – GT6

<b>Feminismos, feministas pioneiras, práticas de transformação social e políticas para mulheres</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Mulheres camponesas e os processos educativos desencadeados por suas práticas de cuidado à saúde
<b>IES</b>	Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR
<b>Correntes teóricas</b>	FREIRE; BOFF; BRANDÃO; DUSSEL; FARIA; NOBRE
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Práticas sociais
<b>Metodologia</b>	Pesquisa participante
<b>Resultados</b>	O caráter problematizador e transformador da educação que essas mulheres promovem ao lutarem por seus direitos. Com relação à saúde, elas se encontram com outros moradores do assentamento, com representantes dos órgãos públicos da cidade, participam de eventos políticos e nesses encontros elas buscam problematizar sua realidade junto com os demais sujeitos, denunciando suas condições de vida, refletindo e sugerindo soluções e melhorias que resultariam numa transformação social.
<b>Contribuição</b>	Conhecer como as mulheres camponesas compreendem a saúde e diante disso, quais são suas práticas sociais de cuidado, tendo como objeto de estudo os processos educativos que envolvem a saúde e o cuidado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Iraí Maria De Campos Teixeira e Maria Waldenez de Oliveira (2012). As autoras têm interesse nos temas de: processos educativos, educação popular, educação popular e saúde, educação das relações étnico-raciais, práticas integrativas e complementares de saúde e saúde da mulher. A produção procura conhecer como as mulheres camponesas compreendem a saúde e quais são as suas práticas educativas que envolvem a saúde e o cuidado.

A pesquisa foi realizada no Assentamento Monte Alegre, em São Paulo. As participantes da pesquisa moram e realizam o trabalho com a saúde no local. Para elas, a “[...] saúde é ter lazer, trabalho e moradia, é saber que amigos e familiares estão bem; é ter e poder dar carinho e atenção; é poder falar, ser escutada e poder ouvir também; é ser respeitada e manter elevada a autoestima”. (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 4).

Teixeira e Oliveira (2012), identificaram que o acesso à saúde das mulheres camponesas é permeado de questões sociais, que dificultam e colocam-nas em

situações constrangedoras e de violência, por isso acreditam que o trabalho delas é, também, de manter a autoestima de suas amigas e companheiras.

Elas acreditam que essa violência se dá devido ao fato de serem mulheres, com poucos recursos financeiros, com baixa escolarização, mas principalmente por serem trabalhadoras rurais. Elas identificaram que este tipo de discriminação afeta principalmente a auto-estima das camponesas, e como consequência, prejudica a saúde das mesmas. (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 6).

O entendimento dessas mulheres “[...] são construções formadas ao longo de suas vidas e que se baseiam em suas experiências particulares e coletivas”, além de compreenderem “[...] a saúde como a promoção do bem-estar, que só é possível quando se tem reconhecimento, respeito, dignidade, e quando se pode ter e manifestar afeto, compreensão e dedicação”. (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 6).

As autoras perceberam no cotidiano do assentamento que, embora tenham um papel importante na questão da saúde, ainda permeiam os padrões de divisões de trabalho por gênero, fazendo com que as mulheres exerçam diversas funções, entre elas as domésticas. No entanto, salientam que perceberam os movimentos de valer direitos de educação e cidadania, avanços na conquista de direito por serem titulares e financiadoras de projetos agrários, por exemplo.

No que tange à saúde, pode-se perceber essa luta pelo espaço público e pela frente de iniciativas que promovem a mudança e a representação, pois “[...] participam de eventos políticos e nesses encontros elas buscam problematizar sua realidade junto com os demais sujeitos, denunciando suas condições de vida, refletindo e sugerindo soluções e melhorias que resultariam numa transformação social”. (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2012, p. 6).

Quadro 53: Mulheres negras: professoras, sim... Tias, por que não? Ensaio de um processo para além da “desinvisibilização de existências” – GT21

<b>Feminismos, feministas pioneiras, práticas de transformação social e políticas para mulheres</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Mulheres negras: professoras, sim... Tias, por que não? Ensaio de um processo para além da “desinvisibilização de existências”
<b>IES</b>	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
<b>Correntes teóricas</b>	CERTEAU; GOMES; HALL; MUNANGA; SOUSA SANTOS
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Mulheres na busca pela representação e possibilidades. Feminismo negro
<b>Metodologia</b>	Narrativa
<b>Resultados</b>	Ser mulher negra e professora expressa outra maneira de ocupação do espaço público. Estar em um espaço que anteriormente era ocupado somente por homens brancos significa muito mais que uma simples inserção profissional. “É o rompimento com um dos vários estereótipos criados sobre o negro brasileiro de que ele não é capaz intelectualmente” (GOMES, 1995, p. 115).
<b>Contribuição</b>	Compreender processos de constituição de subjetividades de professoras negras, por meio de narrativas acerca de trajetórias escolares e práticas pedagógicas desenvolvidas em diferentes níveis de ensino, do básico ao superior, em instituições capixabas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Dulcinea Benedicto Pedrada (2012). A autora tem interesse nos temas de: discriminação, preconceito, racismo, subjetividades de professoras negras, formação de educadores, em geral, e formação de professores para a educação das relações étnico-raciais. A produção procura compreender a construção de subjetividades de professoras negras.

A autora faz uma reflexão e busca referência no que Paulo Freire e Maria Eliana Novaes falam sobre o termo “tia”. Segundo o autor e a autora, o termo é visto como uma desvalorização do magistério. No entanto, de acordo com Nilda Alves, o termo, em uma escavação histórica, surge quando a população pobre e negra começa a se inserir na escola na década de 1960. O termo “tia” era utilizada por eles em sinal de respeito máximo, o mesmo que utilizam para seus avôs e avós e a dona do terreio, por exemplo. Desta forma, Pedrada (2012) realiza a leitura de um outro viés sobre o termo e solicita que sejam considerados em novas pesquisas.

A partir das entrevistas, a autora identificou, na trajetória das professoras, diversas situações de discriminação, entre elas exclusão de atividades escolares, contato com estudantes e colegas de trabalho. Pedrada (2012, p. 8) analisou essas

como “[...] histórias de subjetividades negadas, histórias de vidas escondidas, ‘experiências desperdiçadas’”.

A autora compreende que as histórias precisam ser mais do que visibilizadas, necessitam de uma ação prática que possibilite a transformação dessas heranças de discriminação. Pedrada (2012, p. 8), traz um exemplo de uma ação: “[...] uma forma possível de se fazer isso é enfrentando os conflitos que permeiam o nosso cotidiano, entre esses os conflitos de conhecimentos”.

Pedrada (2012, p. 13), reflete sobre as formas de violência, que perpassam as “formas diretas”:

A discriminação pela cor da pele, no interior da escola, nem sempre aparece sob a forma de uma hostilidade e de uma agressão explícita ao negro, mas está sempre presente como discurso. As narrativas das professoras e as minhas experiências pessoais e profissionais constituem exemplos disso.

Deste modo, a autora considera a necessidade de fortalecimento de direitos e de embasamento para professoras e professores, a fim de promover a consciência do papel da educação na formação cidadã responsável para que tenham um olhar mais amplo sobre a sociedade em que vivem.

Quadro 54: Mulheres negras e professoras no ensino superior – as histórias de vida que as constituíram – GT21

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Mulheres negras e professoras no ensino superior – as histórias de vida que as constituíram
<b>IES</b>	Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF
<b>Correntes teóricas</b>	BARRIOS; CARNEIRO; GONZALEZ; MORENO; ROSADO; SOIHET; SCOTT; YANNOULAS
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Mulheres na busca pela representação e possibilidades. Feminismo negro
<b>Metodologia</b>	Entrevistas com mulheres negras
<b>Resultados</b>	A falta de oportunidades à maioria das mulheres negras devido a essas discriminações sofridas dificulta a sua ascensão social. E, quando algumas conseguem essa ascensão, continuam sendo discriminadas, especialmente por serem negras.
<b>Contribuição</b>	Entender como os processos de construção de identidades raciais, de gênero e de classe são vivenciados por professoras negras que atuam no ensino superior.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Maria Clareth Gonçalves Reis (2012). A autora realiza pesquisas sobre os temas de: Educação e Relações Étnico-Raciais; Educação Infantil. Brinquedoteca. Educação Escolar Quilombola. A produção faz reflexões sobre a construção de identidades raciais negras de professoras que atuam no ensino superior

Uma das discussões de Reis (2012) é de que a

[...] mulher negra, repleta de características estereotipadas que vêm sendo inculcadas historicamente por uma classe branca dominante [...] Todas nós somos, constantemente, conduzidas a ocupar um lugar determinado na sociedade em que vivemos. Nesse lugar, geralmente, nos cabem as atividades ou profissões tidas como subalternas, como domésticas, lavadeiras, faxineiras etc.

Com a pesquisa com mulheres negras professoras universitárias, a autora busca compreender como essas docentes lidam com essa carga histórica e social, além de perceber essa posição como uma forma de vincular mulheres negras do lugar subalterno.

A consciência de raça e gênero esteve presente desde cedo pelas mulheres entrevistadas, cada uma com suas barreiras, que se assemelham em alguns pontos e se distanciam em outros. “As mulheres negras, comumente, estão situadas num espaço onde há discriminação racial, de gênero e de classe. Geralmente, as três vias, ora se sobrepõem, ora se cruzam”. (REIS, 2012, p. 10).

As entrevistadas relataram a preocupação com a inserção de mulheres negras no campo acadêmico, além da “[...] existência de cursos predefinidos para a população negra e para a população branca; em quais cursos e modalidades de ensino as mulheres negras estão inseridas”. (REIS, 2012, p. 11). Uma das entrevistadas diz que ela é a única professora negra no curso de Educação Física, o que reforça as dificuldades de acesso ao ensino superior.

Com a pesquisa, a autora traz que a dicotomia raça e classe, embora seja um debate antigo, ainda precisa ser mais difundida, considerando que a população negra é reduzida a questão de raça e classe. No caso das professoras negras participantes da pesquisa, a questão de raça e gênero se sobrepõem a questão de classe, todavia sofrem uma discriminação que considera essa tríplice: raça, gênero e classe.

Quadro 55: Políticas para mulheres e os desafios da institucionalidade – GT23

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Políticas para mulheres e os desafios da institucionalidade
<b>IES</b>	Universidade Federal do Pará – UFPA
<b>Correntes teóricas</b>	CRENSHAW; JUTEAU; KERGOAT; MAZZOTTI; MORAES; YANNOULAS
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Busca pelo desconstrução de questões socialmente criadas e reproduzidas
<b>Metodologia</b>	Análise documental
<b>Resultados</b>	Para que de fato, a institucionalidade da política para as mulheres avance e se consolide como política pública de Estado, é preciso, para além de vontade política dos governantes, planejamento, recursos e acompanhamento. Deve estar inserida no PPA e consequentemente na LDO e na LOA. O planejamento deve ser a partir do diagnóstico (realidade) das demandas oriundas da base desse grande segmento populacional de mulheres.
<b>Contribuição</b>	Perceber que o grande desafio continua sendo o enfrentamento no campo ideológico, político, econômico e financeiro à legitimação hegemônica neoliberal, masculina, não negra e homofóbica na gestão pública, perpetuando a cultura patriarcal envolta em sexismo, racismo e transfobias que ainda assola a sociedade brasileira.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Eunice Léa de Moraes e Lucia Isabel Conceição da Silva (2017). As autoras realizam pesquisas sobre os temas de: metodologia de ensino e aprendizagem, pedagogia Freireana, juventudes negras e periféricas, violências, relações raciais, gênero e feminismo. A produção realiza uma reflexão sobre as relações de gênero e os processos de institucionalidade da Política Nacional para as Mulheres (PNM).

O PNM, segundo Moraes e Silva (2017), tem por finalidade articular e coordenar políticas públicas para a promoção de igualdade de gênero. De acordo com as autoras,

As diversas organizações das mulheres têm participado ativamente do processo de democratização do Brasil, intervindo nos grandes temas nacionais e internacionais de modelo de sociedade e desenvolvimento, elaborando propostas alternativas como plataforma política na direção da superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero, raça e etnia, na dimensão local e regional fundamentada sob a ótica feminista. (MORAES; SILVA, 2017, p. 2).

Tais participações são formas de avanço sobre as questões sociais de gênero, fomentando o processo de transformação do espaço social ocupado pelas

mulheres “[...] a inclusão das mulheres no espaço público vem aumentando consideravelmente e gerando mudanças nessa relação social e sexual do trabalho, mas obstante, não tem significado inclusão democrática”. (MORAES; SILVA, 2017, p. 3).

Uma das formas de inclusão de mulheres é a institucionalização das políticas para as mulheres, pois ela

[...] constitui-se numa possibilidade de superação dessa situação histórica de dominação masculina androcêntrica, vivida pelas mulheres de forma a construir, cada vez mais, um olhar crítico sobre a sociedade, ampliando seu raio de resistência e de luta pelo reconhecimento da sua identidade, representação cultural e empoderamento. (MORAES; SILVA, 2017, p. 4).

A institucionalização das políticas é uma forma de reconhecimento, em que se identifica a necessidade de condições legais e materiais de “[...] um direito legítimo, que operacionalize as diretrizes e princípios estabelecidos legalmente”. (MORAES; SILVA, 2017, p. 4). Desta forma, promove uma transformação nas organizações androcentristas, a qual embasa a atuação masculina em grande escala.

Todavia, apenas a consolidação da institucionalização de políticas para mulheres não é o suficiente. É necessária a efetiva participação nas tomadas de decisões, para que sejam ouvidas e contempladas. Os desafios sociais das condições de gênero ainda permeiam na sociedade, a qual vem com o discurso de “aptidão” para o cuidado, o zelo etc. Deste modo, não institucionalidade não dá conta de “[...] transformar as práticas ideológicas de comportamentos e atitudes discriminadoras seculares, em políticas públicas de Estado compromissadas com a sociedade”. (MORAES; SILVA, 2017, p. 14). Por isso, a eminência da criação de movimentos que articulem e participem no âmbito público.

Quadro 56: Arpilleras, as linhas resistência: a metodologia feminista das mulheres atingidas por barragens do Brasil – GT23

<b>Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Arpilleras, as linhas resistência: a metodologia feminista das mulheres atingidas por barragens do Brasil
<b>IES</b>	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
<b>Correntes teóricas</b>	CASTANEDA; VITAL
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Formas de discutir processos educativos de resistência realizados por mulheres
<b>Metodologia</b>	Metodologia feminista – arpilleras
<b>Resultados</b>	Os processos educativos de formação política de mulheres trabalhadoras rurais e no caso deste projeto ganha importância pelo fato dessas mulheres terem menos recursos educativos públicos à sua disposição, e por isso, articuladas no contexto das experiências populares de luta por direitos na América Latina, buscam conhecer e reproduzir de maneira recontextualizada metodologias pedagógicas de educação popular, vivenciadas por outras mulheres, como forma de ressignificar processos educativos de empoderamento e de luta coletiva e feminista.
<b>Contribuição</b>	Identificar a construção pedagógica da técnica chilena arpilleras para os processos de resistência feminista das mulheres no MAB.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Fábila Roseana Souza (2021). A autora possui interesse nas áreas de: educação, movimentos sociais e teorias feministas da América Latina. A produção realiza análise sobre o processo educativo da técnica arpilleras, como forma de resistência de mulheres.

A técnica e o movimento de arpilleras,

[...] constitui-se em vários segmentos de mulheres, porém a sua maioria eram órfãs, viúvas, mães, e irmãs de presos políticos, que obtiveram apoio da igreja católica. E então começaram a bordar em sacos de batata suas reivindicações particulares, para depois entenderem que de uma forma coletiva, o bordado poderia ser o instrumento de denúncia e de resistência à ditadura de Pinochet. (SOUZA, 2021, p. 1).

No Brasil, acontece com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimento popular que

[...] luta contra o modelo energético que explora os recursos naturais incontrolavelmente, além de se colocar contra o modelo de sociedade capitalista, construindo de forma coletiva, através de processos educativos, um projeto de sociedade alternativo e a possibilidade de modelo energético sustentável e popular

O MAB identifica a técnica arpillera como uma metodologia feminista popular, construída coletivamente por mulheres que foram atingidas em todas as regiões. Até o momento da pesquisa realizada por Souza (2021), participaram 900 mulheres. O movimento pode ser identificado como uma estratégia de transformação das relações de gênero, através de anúncio e denúncia, sobretudo por ser identificado pelas mulheres como tecido de resistência.

A partir da pesquisa, a autora verificou que há ausência e desqualificação de mulheres nas deliberações e participação nas tomadas de decisão acerca dos territórios de barragens. Segundo Souza (2021, p. 4) “percebemos que a exclusão das mulheres nos ambientes de liderança, partem das questões relacionadas ao gênero e a falta de fiscalização das empresas que são responsáveis pelos empreendimentos das barragens”.

Quadro 57: Políticas educacionais para a não discriminação de gênero no Brasil e Chile: Uma análise a partir dos planos de políticas para mulheres – GT23

<b>Feminismos, feministas pioneiras, práticas de transformação social e políticas para mulheres</b>	
<b>Título da pesquisa</b>	Políticas educacionais para a não discriminação de gênero no Brasil e Chile: Uma análise a partir dos planos de políticas para mulheres
<b>IES</b>	Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC
<b>Correntes teóricas</b>	CEDAW; SCOTT; VIOTTI
<b>Similitudes e distanciamentos</b>	Políticas para prevenção de questões construídas socialmente
<b>Metodologia</b>	Análise documental
<b>Resultados</b>	Resultados apontam esforços, tanto do Chile quanto do Brasil, na proposição de políticas que atendam às medidas da Plataforma de Ação. As especificidades se relacionam aos contextos em que as ações foram formuladas, ao tempo cronológico e às estratégias de formulação dos planos de políticas adotadas em cada país.
<b>Contribuição</b>	Pensar em proposições de políticas para a violência contra a mulher

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O estudo apresentado no quadro acima foi realizado por Neiva Furlin (2021). A autora realiza pesquisas acerca dos temas de: relações de gênero, cultura e sociedade direitos humanos, políticas educacionais com enfoque em gênero. A produção procura pensar em proposições de políticas para a violência contra a mulher.

Furlin (2021, p. 1) relata as normativas internacionais sobre a questão de gênero, situando movimentos que fizeram com que “[...] firmassem um compromisso global pela garantia dos direitos das mulheres [...] visando a igualdade de gênero”.

Uma das normativas que a autora mencionou é da Plataforma de Ação de Beijing, que em 2020 completou 25 anos.

A Plataforma de Ação significou um avanço em três aspectos: a perspectiva de gênero passou a ser assumida para explicar as desigualdades sociais entre mulheres e homens; foi recomendado às nações a necessidade de fortalecer ou criar mecanismos nacionais para melhorar a vida das mulheres e a transversalidade de gênero foi considerada uma estratégia de política pública. (FURLIN, 2021, p. 2).

O Brasil e o Chile adotaram políticas para as mulheres que são colocados pelo Plano de Ação de Beijing, com o objetivo de reduzir os processos de discriminação de gênero. No Brasil,

[...] se destaca na proposição de políticas com perspectiva interseccional ou voltadas para impactar sobre os diferentes marcadores sociais da diferença, que tendem a acentuar os processos de exclusão e de discriminação social entre as mulheres, sobretudo pela questão de raça/etnia. (FURLIN, 2021, p. 4).

No Chile, “[...] tem maior destaque nas ações que impactam sobre a educação de meninos e meninas, desde a tenra idade, visando a construção de uma cultura com igual atribuição nas responsabilidades familiares”. (FURLIN, 2021, p. 4).

Com as iniciativas colocadas pelos dois países, “[...]ainda não alcançamos a igualdade de gênero e continuamos convivendo com processos de discriminação sexual, homofobia e com índices elevados de violência contra as mulheres e de feminicídio”. (FURLIN, 2021, p. 4). Todavia, vivemos um governo de direita durante 4 anos (2019-2022), em que estavam sendo reforçadas as heranças patriarcais e de heteronormatividade, fazendo com que algumas ações não pudessem ser desenvolvidas. Assim, “[...] em relação às políticas educacionais com perspectiva de gênero é uma estratégia de resistência política para não deixar morrer a memória das conquistas e para desconstruir o discurso da “ideologia de gênero” na educação”. (FURLIN, 2021, p. 5).

Abaixo, a figura demonstra as principais referências de cada produção na categoria “Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação”.

Figura 18: Autoras e autores centrais. Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação



Fonte: Elaborado pelo autor com base no site Menti (2023).

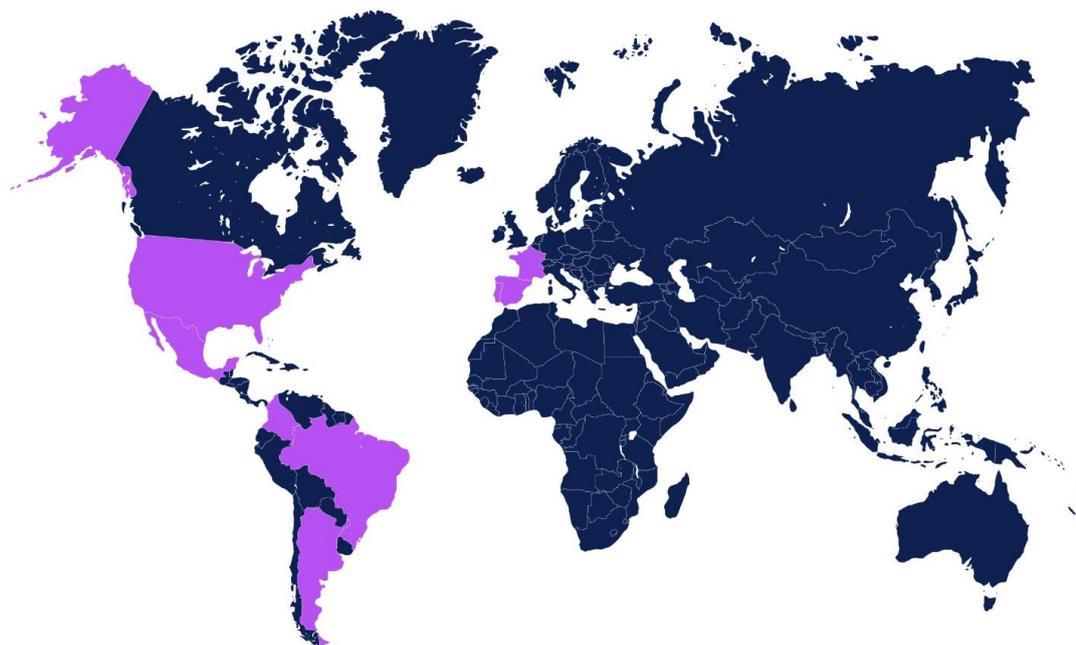
As referências apresentadas na figura acima foram selecionadas a partir da incidência de utilização nas produções, ou seja, ao menos apareceram em mais de um trabalho. Dentre as autoras e os autores citados, 42 mulheres e 17 homens foram utilizados como referência que apareceram mais de uma vez. A categoria 3, por ter maior incidência de referências, possui um repertório maior de intelectuais e, por sua vez, áreas de interesses: feminismos, feminismo negro, gênero, raça, mulheres, mulheres indígenas, mulheres tecelãs, economia solidária, educação integral, relações de poder e campo do conhecimento, educação popular, teoria da história, pedagogia da alternância, descolonialidade, teoria do pensamento complexo, paradigmas da ciência moderna, pesquisa-ação, juventudes, pesquisa participante, movimentos sociais, educação latino-americana, política e ética, violência de gênero, agricultura familiar e metodologias na educação. Nesta

categoria, observou-se que há áreas de interesse em comum, sobretudo as que perpassam a Educação Popular.

As áreas de interesse que apareceram nas 3 categorias foram: feminismo, feminismo negro, gênero, gênero e sexualidade, história da sexualidade, juventudes, movimentos sociais, mulheres, relações de poder e campo do conhecimento, teoria da história e violência contra mulher.

Foram identificados os países de origem dos/as intelectuais da categoria 3, a fim de verificar geograficamente essas temáticas vem sendo discutidas. Tais informações foram organizadas nas figuras abaixo, destaca-se a presença de autoras e autores do Brasil.

Figura 19: Países de intelectuais reincidentes nos trabalhos da ANPEd – Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Foram identificados 8 países dos/as intelectuais presentes como referência incidente nas produções da ANPEd, sendo: Brasil, Argentina, Colômbia, México, Espanha, Portugal, França e Estados Unidos. Embora na categoria 1 tenha sido predominância a referência de países da América Latina, a categoria 3 representa uma maior abrangência de intelectuais do hemisfério Sul. Assim, reforçando o que foi apresentado nas categorias anteriores, entende-se que há uma maior valorização

de experiências e de produção de conhecimentos de autoras e autores do continente Sul, considerando a representatividade dos países apresentados, especialmente nesta seção.

Figura 20: Opções metodológicas. Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação



Fonte: Elaborado pelo autor com base no site Menti (2023).

A figura demonstra as opções metodológicas utilizadas pelas autoras e autores em suas pesquisas. Assim como foi apresentado nas categorias 1 e 2, identificou-se que as opções metodológicas foram pensadas e utilizadas para serem realizadas com pessoas e, por sua vez, estudos qualitativos exploratórios. Desta maneira, entende-se que as produções priorizam o contato e a escuta para a realização de seus estudos, além da participação efetiva, que pode ser identificada na pesquisa participante, por exemplo.

A partir do exposto da categoria “Inserção de mulheres e formas de transformação a partir da presença e da participação”, foram identificadas similitudes nas produções no que tange às inserções de mulheres em campos do conhecimento e de atuação com maior presença de homens.

A categoria demonstrou, a partir das produções, uma maior inserção de mulheres no campo público e na política. No âmbito da educação, identificou-se um incentivo de mães para os estudos de mulheres negras na universidade. Com a presença de mulheres nas universidades, compreende-se que é uma forma de

desvinculação das questões culturais de gênero e a promoção da ascensão pelo acesso ao ensino superior.

Os trabalhos apontaram para a necessidade de desmistificação da identidade da mulher, sobretudo a mulher negra, elucidando as possibilidades de atuação no trabalho e na vida social. Houve a preocupação com novas possibilidades de metodologias a partir da educação popular e do feminismo, para melhor atender às especificidades das pesquisas do sul.

Uma das estratégias coletivas foi o fortalecimento dos movimentos feministas através das redes sociais, que é uma prática que promove conhecimentos coletivos, que buscam a mudança sobre as relações sociais. Com a categoria de análise, foi possível identificar que as pesquisas realizadas elucidam práticas educativas de transformação das condições de trabalho, relacionando as dimensões culturais, subjetiva e trabalho, criando novas formas de produzir e aprender.

#### 4.4 Contribuições à ampliação e à renovação de abordagens teóricas e metodológicas da temática do feminismo a partir dos trabalhos apresentados na ANPEd

As pesquisas apresentadas na ANPEd no período de 2011 a 2021 tratam, em sua maioria, indiretamente sobre o tema do feminismo. As relações com as pautas dos movimentos feministas foram identificadas nos trabalhos apresentados nos GTs da ANPEd que foram analisados na pesquisa, sobretudo no GT23 Gênero e sexualidade. Por entender que o gênero é uma categoria que visa a identificação de diferenças das vivências culturais e sociais, é, também, a partir dela, que podem ser identificadas demandas e reivindicações dos movimentos feministas. Todavia, entende-se a eminência da criação de um GT que seja mais voltado para essas discussões, tendo em vista que há pesquisas que tratam especificamente sobre essa temática, sobretudo nos GTs 03, 06, 21 e 23. Cada um dos GTs possui um enfoque preciso sobre o tema, então surge a possibilidade de centralizar tais discussões vistas a uma maior consolidação dessa temática no âmbito da Educação.

Com o que foi apresentado nesse período de 10 anos dos textos dos GTs, verificou-se que a presença e a representação de mulheres em espaços identificados como de homens não são mais suficientes, considerando três pontos

importantes: a) ainda são necessárias estratégias de fácil acesso e de permanência das mulheres na educação superior, no mercado de trabalho e nas demais esferas da sociedade; b) a inserção e permanência ainda precisam ser vistas como naturais (direitos), não sendo exceção ou “obrigação” em espaços “masculinos”; c) é eminente a necessidade da tomada de consciência e construção de cidadãos que estejam articulados e motivados a agir como pessoas críticas e que pensem no bem comum.

As discussões acadêmicas sobre o feminismo na ANPEd, relacionam-se com a construção de conhecimento no campo da Educação no que diz respeito à luz de novos caminhos para os movimentos feministas: a necessidade de articulação dos movimentos para a busca de ações práticas que procurem avançar na naturalização da presença e da permanência de mulheres em espaços públicos.

Uma abordagem interessante para pensar é a microliberdade, apontada por Certeau (1994), e difundida por Salva (2008, p. 2) sobre a questão das mulheres.

Nesta concepção, enraíza-se um pensamento otimista em relação à capacidade inventiva e à possibilidade de criar de homens e mulheres, mesmo inseridos em estruturas sociais. Não se trata de negar a estrutura, mas de compreender que, em alguns momentos, aqueles que são atingidos por elas encontram formas de criar uma nova trilha, construindo outras maneiras de fazer e significar a existência, a partir do imprevisível que ocorre na vida cotidiana. Neste caso, os percursos se recriam e novos planos e sonhos ocupam o lugar daqueles que a precariedade impossibilita concretizar.

Uma das formas pode ser identificada na pesquisa realizada por Murcaca (2013), em que a autora defende a necessidade de metodologias embasadas na educação popular, nos movimentos feministas e na perspectiva do *sul*. Importante pontuar que os movimentos feministas realizam novas trilhas, um exemplo é a pesquisa de Bassalo (2015), em que é apresentada uma proposta de disseminação de ações de jovens mulheres feministas através das redes sociais,

O movimento feminista percebe as redes sociais como uma importante ferramenta de estratégia de atuação, a fim de dialogar e informar mulheres sobre nossas diferenças, mas, sobretudo, pela condição histórica de opressão que vivemos e que nos une. Para isso, os coletivos e grupos de mulheres discutem temas complexos com base teórica, porém de forma simples e de fácil acesso através da criação de *card* informativos ou vídeos curtos. Essas ações oportunizam agregar outras mulheres que não eram contempladas

em outros momentos do feminismo, abrangendo um movimento para além dos espaços acadêmicos. (PIRES; MOTTA, 2021, p. 4).

A iniciativa é de extrema importância e condizente com o tempo em que vivemos, no entanto não há uma continuidade da proposta. Neste ponto, entende-se que é necessário “passar o bastão” para as novas gerações, para que continuem e identifiquem novas demandas e estratégias de atuação pelas pautas dos movimentos feministas.

As produções demonstraram como as mulheres vêm se colocando em espaços “identificados” como masculinos. Coloca-se a presença significativa das mulheres em diferentes gerações: jovens mulheres na busca pela inserção no ensino superior, pela atuação musical em gêneros com predominância masculina, pelos anúncios e denúncias no acesso e na permanência de espaços “masculinos” e pela renovação da identidade da mulher; mulheres idosas que situaram suas trajetórias, anunciando as formas de constituição da subjetividade feminina em seu tempo.

Outro ponto importante é a condição social de gênero, que dita o que é de menino e de menina. Os textos trataram sobre a mulher como dona de casa, responsável pela criação e educação de seus filhos e filhas, inclusive, com políticas públicas que, direta ou indiretamente, colocam tais responsabilidades sob a mulher. Com isso, as reflexões de Vione Schwengber (2009) a partir de seu texto intitulado “Ensina-se a mais antiga das artes às mulheres: a de ter filhos e tornar-se mãe carinhosa”, traduz tal concepção social da mulher, que é discutida de forma veemente nas produções da ANPEd.

A partir de palavras-chave e expressões que apareceram em diversas produções, elaborou-se o quadro abaixo, com base no software N-Vivo, para perceber a dimensão da utilização de algumas delas.

Quadro 58: Incidência de expressões nas produções da ANPEd

Palavra de busca	Número de produções	Quantidade de menções
Camponesa	4	9
Colonial	6	16
Feminismo e feminismos	22	64
Feminista	19	114
Gênero	40	516
Homem e homens	38	342
Idosa(s), velha(s), terceira idade	28	76
Indígena	3	11
Jovem e jovens	25	542
Menina e meninas	16	127
Menino e meninos	13	62
Militância	3	16
Mulher e mulheres	38	1730
Negras e negras	7	42
Negro e negros	11	73
Popular	19	180
Tecelã	1	16

Fonte: Elaborado pelo autor com base no software N-Vivo (2023).

A partir da identificação das correntes teóricas (fontes e referências) utilizadas nas produções, apresentadas nas categorias de análise, percebeu-se que há pensadoras e pensadores que apareceram em dois ou mais GTs, conforme elucida a imagem abaixo. As palavras em maior destaque são aquelas que tiveram maior incidência nas produções.

Figura 21: Intelectuais com incidência nos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd



Fonte: Elaborado pelo autor com base no software N-Vivo (2023).

O quadro abaixo demonstra a referência de menções de acordo com a utilização do software N-Vivo.

Quadro 59: Referências identificadas com o software N-Vivo

<b>Intelectual</b>	<b>Referência</b>	<b>Número de textos em que aparece</b>
<b>Abramo</b>	8	24
<b>Arroyo</b>	3	8
<b>Bourdieu</b>	7	16
<b>Certeau</b>	3	9
<b>Foucault</b>	8	84
<b>Gebara</b>	6	17
<b>hooks</b>	3	14
<b>Louro</b>	11	31
<b>Scott</b>	6	21
<b>Sousa Santos</b>	4	42
<b>Yannoulas</b>	2	5

Fonte: Elaborado pelo autor com base no software N-Vivo (2023).

A partir das correntes acima, identificou-se que há uma amplitude de discussões e de conceitos utilizados que fazem alguma referência ao conceito de feminismo. Destacam-se, inicialmente, as autoras Saffioti, Gebara e hooks, que tratam sobre as concepções do feminismo.

Heleieth Iara Bongiovani Saffioti foi utilizada quanto à questão da segregação sexual nas escolas secundárias, a questão da posição social da mulher negra no Brasil – duplamente discriminada pela questão de gênero e racial, metáfora do “nó”, exploração da mão de obra feminina. Obras da autora que foram utilizadas: SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na Sociedade de Classes. 3 edição-São Paulo: Expressão Popular, 2013. SAFFIOTI, Heleieth I.B. Gênero, patriarcado e violência. 2. ed. São Paulo: Expressão

Ivone Gebara corroborou para pensar sobre a invisibilidade de mulheres empobrecidas, epistemologias da vida ordinária, neutralidade, marcas políticas e sociais. Os escritos utilizados nas produções foram: GEBARA, Ivone. Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. GEBARA, Ivone. As epistemologias teológicas e suas consequências.

NEUENFELDT, Elaine; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara (orgs). Epistemologia, Violência e Sexualidade: Olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2015. GEBARA, Ivone. Teologia ecofeminista. São Paulo: Olho D'Água, 1997. GEBARA, Ivone. As águas do meu poço. São Paulo: Brasiliense, 2005.

bell hooks foi utilizada para pensar sobre a transgressão e rompimento dos modelos formais de educação para uma educação como prática da liberdade e diálogo. A obra utilizada nas produções foi: hooks, Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

Outra vertente que esteve presente é o conceito de gênero e sexualidade, explorado pelas produções com as seguintes referências: Scott, Louro, Yannoulas e Foucault.

Joan Scott corroborou para as pesquisas para pensar sobre o conceito de gênero, a questão social e cultural de gênero, identidade de grupos e relações de poder. Foram utilizados dois textos da autora: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade<sup>1</sup>. Estudos feministas, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

Guacira Lopes Louro auxiliou nas pesquisas nas discussões da construção e desconstrução social de gênero, decodificação de ideias e invisibilidade das mulheres. A obra utilizada da autora foi: LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

Silvia Cristina Yannoulas corroborou para reflexões acerca dos conceitos de gênero, sexo e institucionalidade de gênero. Foram utilizados dois textos da autora: YANNOULAS, Silvia C. Geografia de uma Política Pública de Trabalho e Renda Integrada e Descentralizada, com Considerações de Gênero. In: A Convidada de Pedra: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional: um olhar a partir do Brasil. Brasília: FLACSO, 2003. Parte III. YANNOULAS et al. Feminismo e academia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 199, set/dez, 2000, p. 425-451.

Michel Foucault auxiliou para pensar sobre políticas sobre o corpo, políticas de saúde, saber-poder, subjetivação, história do corpo, análise de discurso, relações de poder, sexualidade, técnicas de si e teoria do capital humano. Foram utilizadas

cinco obras do autor: FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: *Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense: 2004. Universitária, vol. V. FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade: Cursos do College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1979. FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hurbert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: a vontade de saber. Volume 1. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007.

Pierre Bourdieu corroborou nas discussões de *habitus* de gênero, campo de poder e dominação masculina. Foram utilizadas duas obras do autor: BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. BOURDIEU, Pierre. Razões práticas – sobre a teoria da ação, Campinas, SP, Papirus editora, 4a. edição, 2003. BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. (Tradução Denice Barbaro Cotani). São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Outra vertente foram discussões sociais, educação popular e campo acadêmico.

Helena Abramo contribuiu para a condição juvenil e a invisibilidade da presença da juventude. Foi utilizada uma obra da autora: ABRAMO, Helena. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena; BRANCO, P.P.M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-73.

Miguel Arroyo ajudou a pensar sobre educação do campo, Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular. Foram utilizados três artigos do autor: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. ARROYO, Miguel. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: Miguel Arroyo: educador em diálogo com nosso tempo. NOGUEIRA, Paulo H. Q.; MIRANDA, Shirley A. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. ARROYO, M. Os movimentos sociais reeducam a educação. In: ALVARENGA, M.S. (Org.). Educação Popular, movimentos sociais e formação de professores: outras questões, outros diálogos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. Cap. Parte 1, p. 30-45.

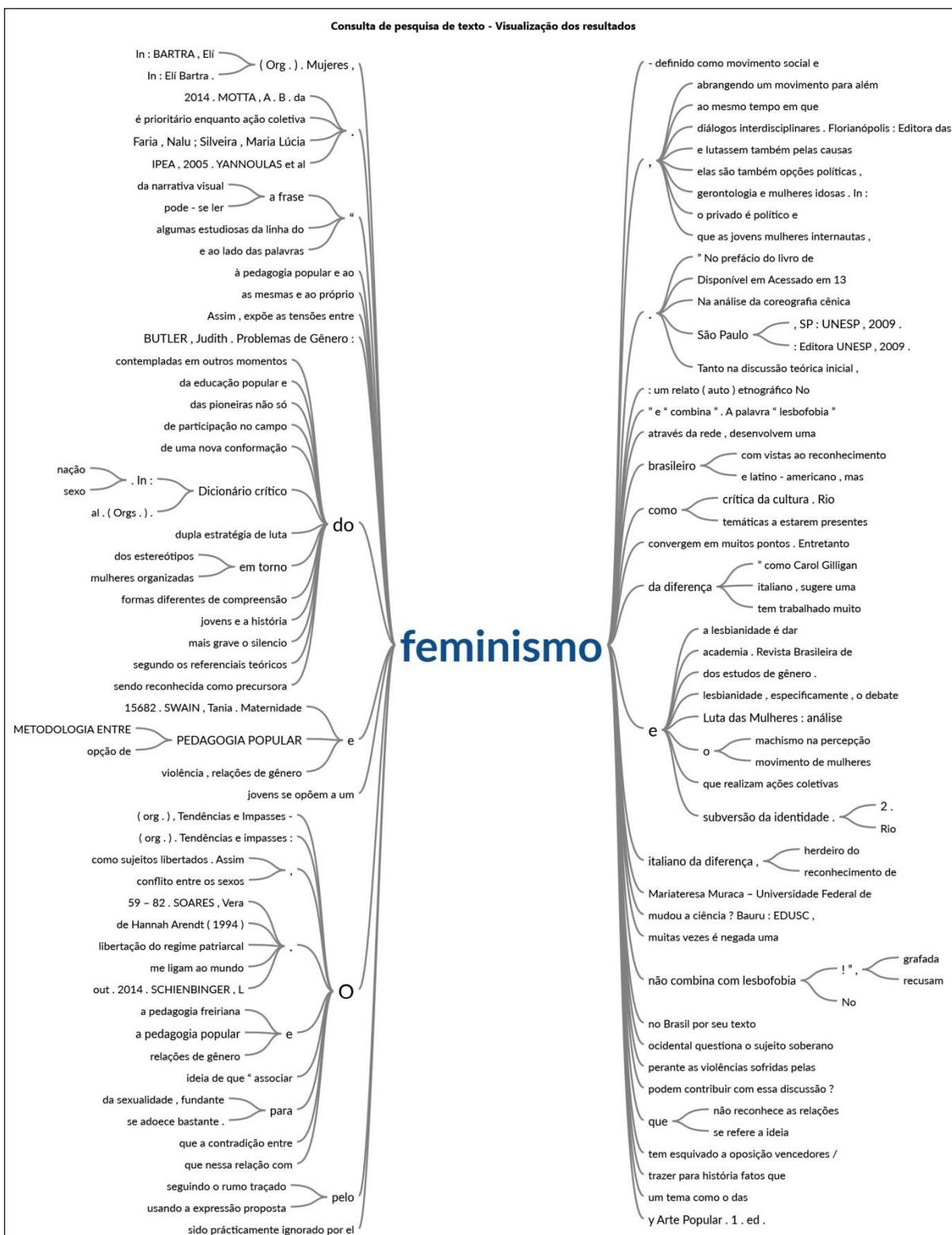
Boa Ventura de Sousa Santos auxiliou com as perspectivas de epistemologias do sul, saber científico, pedagogia do conflito e emancipação de grupos sociais. Foram utilizadas três obras do autor: SOUSA SANTOS, Boaventura. Um discurso sobre as ciências. Porto: Afrontamento, 1987. SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, 2010. SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis de; SANTOS, Edmilson Santos dos (Org.). Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

Michel de Certeau que auxiliou a pensar sobre *maneiras de fazer*, microliberdades e tática. Foram utilizadas duas obras do autor: CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

Com relação às metodologias utilizadas, foram identificadas diversas opções metodológicas. Abaixo foi elaborada a imagem com as escolhas das autoras e dos autores dos textos da ANPEd.

Com o auxílio do software N-Vivo, realizou-se uma busca em todos os texto com a palavra feminismo. Abaixo a imagem demonstra o que foi identificado.

Figura 22: Busca nas produções com software N-Vivo – descrito “feminismo”



Fonte: Elaborado pelo autor com base no software N-Vivo (2023).

A partir das informações identificadas nas produções, destacam-se: pedagogia popular, ação coletiva, narrativa visual, educação popular, estratégia de

luta, mulheres organizadas, formas diferentes de compreensão, relações de gênero, sujeitos libertados, pedagogia freiriana, movimento social, diálogos interdisciplinares, opções políticas, privado político, crítica da cultura, luta das mulheres. Com tais expressões, conceitos e pensamentos, percebe-se a inserção e a participação de mulheres em âmbitos teóricos e práticos vistas a elaboração de formas de atuação na sociedade.

As pesquisas das autoras e autores que publicaram produções na ANPEd, apontam para uma ampliação no acesso de espaços acadêmicos, culturais e sociais, mas que apenas a presença, a permanência e a equidade da ocupação desses espaços não são mais suficientes.

Além disso, as produções trazem para reflexão e ação as práticas no âmbito privado, pois ele “[...] é também político, que não há problema político que de alguma maneira não recaia sobre a dimensão do pessoal/privado e que tais relações interferem nas práticas de conhecimento científico”. (BANDEIRA, 2008, p. 17). Deste modo, é preciso olhar para as experiências de mulheres latinas que possuem seus anseios e objetivos, que partem de sua realidade cultural e social, assim como as produções da ANPEd propuseram.

As experiências, os métodos e as pedagogias de resistências e de insurgências caracterizam-se por compreender e valorizar um outro conhecimento, dando ênfase às metodologias de pesquisa e a uma ciência ética e politicamente comprometida com a transformação social. (ADAMS; MORETTI, 2011, p. 448).

A atuação no âmbito privado pode ser identificado com o que Certeau (1998, p. 18) identifica como movimentos de microrresistências, que aparecem como possibilidades nesse processo, considerando que “[...]mobilizam recursos insuspeitos, e assim deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre a multidão anônima”.

Os movimentos feministas, embora tenham a mesma premissa de buscar o bem-viver para mulheres, possuem suas ramificações, em que estão presentes pautas, demandas e especificidades de cada grupo. Assim, esta seção tem a intenção de trazer as ramificações e as temáticas das produções que foram identificadas no corpus da pesquisa, anunciando suas premissas específicas dentro de um mesmo movimento. A seguir, serão apresentados os feminismos identificados nas produções apresentadas na ANPEd no período de 2011 a 2021.

Segundo Tauana Olívia Gomes Silva e Gleidiane de Sousa Ferreira (2017), os anos de 1950 foram marcados por uma mobilização de mulheres brasileiras, em que mulheres negras tiveram uma participação significativa, sobretudo na Convenção Feminina de Vitória – organizada pela Federação de Mulheres do Brasil, em reuniões da Associação Feminina do Distrito Federal e da União Feminina do Morro da Favela. Na imagem abaixo é possível identificar o registro de uma reunião da /convenção Feminina de Vitória.

Figura 23: Encontro Convenção Feminina de Vitória.



Fonte: Jornal Momento Feminino, 1950.

Léila Gonzalez, intelectual e feminista negra brasileira da década de 1980, discorre sobre a falta de subsídios analíticos para explicar a realidade das mulheres negras. Segundo a autora, as produções relatam as mulheres negras sentem

[...] a necessidade de aprofundar nossa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram

oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. (GONZALEZ, 1983, p. 225).

A década de 1980 é um importante marco do feminismo negro, pois é um período em que mulheres negras começam a questionar a liderança de mulheres brancas nos movimentos feministas. Em 1985, segundo Mariana Santos Damasco, Marcos Chor Maio e Simone Monteiro

O 3º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que ocorreu em Bertioga, São Paulo, em 1985, foi fundamental para a mobilização do feminismo negro. Nesse evento, ativistas negras apresentam suas demandas relativas à luta contra a violência doméstica, ao combate a práticas racistas no mercado de trabalho e, principalmente, a assuntos relativos à saúde, como mortalidade materna e saúde reprodutiva e sexual das mulheres negras. (2012, p. 135).

A consolidação do feminismo negro, também, aconteceu com a instituição de Organizações Não Governamentais (ONGs), como por exemplo: Nzinga-Coletivo de Mulheres Negras (RJ), Criola (RJ), Geledés (SP) e Fala Preta (SP), que têm como objetivo discussões sobre questões raciais, violência e saúde de mulheres negras.

Segundo Djamila Ribeiro, “O feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos”. (p. 7).

Pensando em identidade, sobretudo uma visão latino-americana, pode-se trazer o feminismo indígena. Aimé Tapia González em seu livro *Mujeres Indígenas en defensa de la tierra*, discorre sobre as pontes entre o feminismo ocidental e o feminismo indígena latino-americano.

Segundo Aimé (2018), as mulheres indígenas que defendem a terra e o território são essenciais para buscar aproximações de movimentos políticos que nascem pela busca de direitos e de sobrevivência. O movimento de mulheres indígenas, que é cercado de exclusão e formas de violência, oferecem subsídios para tecer alternativas para os danos causados pelo capitalismo globalizado (AIMÉ, 2018). O feminismo indígena compreende que o desenvolvimento deve sempre estar conectado ao respeito e à conservação da biodiversidade, bem como

transformar as tradições culturais de seu próprio povo que invisibilizam e oprimem as mulheres indígenas.

El feminismo indígena cuestionando las relaciones patriarcales, racistas y sexistas de las sociedades latinoamericanas, al mismo tiempo que cuestiona los usos y costumbres de sus propias comunidades y pueblos que mantienen subordinadas a las mujeres. (AIMÉ, 2018, p. 51).

Assim como os movimentos de mulheres negras, o movimento de mulheres indígenas possuem emblemáticas que são necessárias pontuar, refletir e buscar transformações. São mulheres, em um mundo patriarcal, em que há líderes que atacam e violentam mulheres. Deste modo, Quijano (2020) pode embasar quando trata sobre o capitalismo, a modernidade e a colonialidade de poder. Segundo o autor

el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan, hasta hoy, como los ejes constitutivos de este específico patrón de poder [...] En el curso del despliegue de esas características del poder actual, se fueron configurando las nuevas identidades sociales de la colonialidad (indios, negros, aceitunados, amarillos, blancos, mestizos) y las geoculturales del colonialism (América, África, Lejano Oriente, Cercano Oriente, Occidente y Europa). Las relaciones intersubjetivas correspondientes, en las cuales se fueron fundiendo las experiencias del colonialismo y de la colonialidad con las necesidades del capitalismo, se fueron configurando como un nuevo universo de relaciones intersubjetivas de dominación bajo la hegemonía eurocentrada. Ese específico universo es el que será después denominado modernidad. (QUIJANO, 2020, p. 326).

A questão da raça, inferiorizada historicamente, faz o movimento dessas mulheres, indígenas e negras, ser ainda mais emblemático e difícil. Segundo Maria Alejandra Montilla Muñoz (2017, p. 88)

Las mujeres indígenas se posicionan, al menos, desde una cuádruple subalternidad: su situación de mujeres, latinoamericanas, indígenas, y pobres, las convierte en las “otras” de los discursos hegemónicos, tanto dentro del feminismo blanco eurocéntrico como del sistema-mundo capitalista moderno/colonial/patriarcal.

São vários os desafios e as lutas de mulheres indígenas, dentre eles a vivência geografia - que é vista como subalterna, e a invisibilização pelo feminismo acadêmico hegemônico. Ambos feminismos, negro e indígena, são ligados, em certa

medida, pois podem ser “alocados” com as questões emblemáticas de exclusão, repressão e racialização. Pontua-se, também, o feminismo (des)colonial, que busca referência de mulheres latino-americanas na área da educação, em que busca o debate a formação educacional de mulheres em estreita relação com os movimentos políticos de descolonização do continente sul-americano (LIMA, 2017).

O ecofeminismo aponta para uma transformação global e local, pessoal e estrutural. Segundo Gebara (1997, p. 60): “Se pode dizer que o ponto central da epistemologia ecofeminista é a interdependência entre todos os elementos que tocam o mundo humano”. (GEBARA, 1997, p. 60).

Esse movimento traz a reflexão sobre as questões de subordinação, vias a desvinculação da concepção socioeconômica e de dominação. O ecofeminismo atribui ao sistema patriarcal “[...] a origem da catástrofe ecológica atual, tendo sido a natureza e as mulheres, ambas associadas à reprodução da vida, o alvo das agressões desse sistema”. (FLORES; TREVIZAN, 2015, p. 12).

Assim, o movimento ecofeminista luta pela libertação da natureza e das mulheres, sendo ambas exploradas pelo sistema patriarcal-capitalista. Desta forma, o movimento feminista e ecológico, juntos - ecofeminismo, vislumbram “[...] mudança radical nas relações socioeconômicas e nos valores da moderna sociedade indústria”. (FLORES; TREVIZAN, 2015, p.12).

Embora não haja uma ramificação específica do feminismo sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas produções da ANPEd, é importante pontuar que houveram publicações acerca do ingresso de mulheres na EJA, das relações com o trabalho e de trajetória de vida. Segundo relato de uma entrevistada de uma das pesquisas identificadas na ANPEd (AQUINO; BRITO; COSTA, 2015, p. 5): “Tinha um professor que dava aula lá e o meu irmão, que é abaixo de mim, foi e aprendeu e a minha mãe não deixou eu ir (...) Naquela época (...) eles achavam que o estudo só valia para homem, para mulher (...) E eu não aprendi nem assinar meu nome”. O movimento está em sintonia com as prerrogativas do feminismo, que é o direito à educação e a participação no trabalho público e de poder.

Sobre a questão da educação popular, pode-se anunciar, enquanto espaço educativo, a economia solidária, que pode ser interpretada como uma forma de empoderamento feminino (PEREIRA; LOCKS, 2019). O empoderamento é compreendido no sentido de

[...] prática educativa que parte do processo de autoconscientização e culmina em transformação. Nesta concepção não é possível empoderar alguém, como “ninguém educa ninguém”. Nos empoderamos, nos educamos. O empoderamento é uma obra coletiva, os sujeitos se empoderam mediado por processos educativos. (PEREIRA; LOCKS, 2019, p. 3).

Neste sentido, segundo Telmo Adams, a economia solidária

[...] procura diferenciar-se das normas e valores da economia capitalista pela gestão coletiva – autogestão com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a sua apropriação individual ou alienação particular. O controle e o poder de decisão pertencem aos associados, com igualdade de direitos; os gestores são os próprios trabalhadores, que coletivamente organizam e executam o processo produtivo e dispõe sobre o destino do excedente produzido; eles apropriam-se dos resultados do próprio trabalho ou assumem solidariamente eventuais prejuízos do empreendimento. (ADAMS, 2010, p. 67).

Segundo autores como Paulo Freire, Brandão e Torres, são práticas aguçam a produção resistência, de caráter político, das classes populares e que promovem o protagonismo de povos e sujeitos que, historicamente, foram invisibilizados. Assim, a Educação Popular pode ser relacionada com os objetivos dos movimentos feministas, pois são práticas que são compromissadas com a emancipação, a transformação social e a valorização de experiências de classes marginalizadas e oprimidas, “incluindo a dimensão subjetiva, social, cultural, política e econômica. (ADAMS, 2010, p. 16).

A participação de mulheres na economia solidária é uma forma de promover possibilidades de emancipação e de transformação. Assim, a partir da economia solidária, há a possibilidade de atuação fora do lar, empreendendo com aquilo que sabem e já produzem.

No que tange às relações laborais, ainda há diferenças de afazeres de acordo com o gênero. Um exemplo é o trabalho de tecelagem que, mesmo sendo o mesmo tipo de trabalho, existem desigualdades. Quando é discutido o trabalho, é inevitável apresentar que as mulheres, além do trabalho fora de casa, existe o chamado 3º turno, que compreende casa e família. Isso não é diferente na tecelagem de um grupo de mulheres de Minas Gerais, por exemplo, que além de tear para que possam ter uma renda extra para a família, possuem questões domésticas para darem conta. Os homens desse local também tecem, mas em sua grande maioria,

são os donos das lojas de artesanatos (CASTRO, 2017). Com isso, ainda reforçam a relação entre público e privado. A mulher vai a público quando é para ser vista como um modelo a ser conquistado ou atingido. Um exemplo que pode ser dado é da boneca Barbie, que é uma das mais vendidas do mundo, que possui um modelo feminino construído como ideal desde o pós-guerra (ROVERI, 2007).

Ao mesmo tempo em que há diversas produções sobre a juventude – que ocupam espaços identificados como “masculinos” (rap, esporte etc.), há também textos que refletem sobre o envelhecimento, a saúde e a identidade de mulheres idosas.

No que diz respeito à saúde, é importante falar sobre a maternidade, em que ainda é vista como um ensinamento e um dever de mulheres: serem mães-carinhosas. Segundo Maria Simone Vione Schwengber (2008, p. 2), “[...] permitia as mulheres alcançar um status social valorizado: tornavam-se necessárias à sociedade, através de seus corpos e do trabalho reprodutivo”. Desta forma, ainda segundo Schwengber (2008) “ensina-se a mais antiga das artes às mulheres: a de ter filhos e tornar-se mãe carinhosa”. Tal percepção, pode ser revista e discutida na educação, pois nos constituímos com as relações sociais, que são reproduzem o modelo existente, que reforça o que é de “menino” e de “menina” como verdades absolutas.

Meninas adolescentes de Ijuí, como exemplo, possuem o imaginário de constituição familiar, em que serão completas quando forem mães e esposas. Segundo Schwengber (2009), “as adolescentes em suas narrativas da gravidez referem-se como parte de um projeto de vida de constituição da família, uma espécie de passaporte para entrar na vida adulta e ter reconhecimento social”.

Além desse imaginário, é colocado para as mães a integralidade o cuidado da família. Tal responsabilidade é reforçada pela política pública Programa Infância Melhor (PIM/RS), que foi uma proposta de educação e regulação que, segundo Carin Klein (2011, p. 1), posiciona

[...] as mulheres, fundamentalmente, como mães amorosas, educadoras e nutrizas “naturais” e culturais das crianças, responsabilizando-as, quase de forma integral, pela prevenção e cuidado da saúde da família, assim como pela geração da “infância melhor” divulgada pelo PIM.

A discriminação de acordo com o gênero, também, acontece nos campos de atuação, principalmente em cursos acadêmicos de exatas, reproduzindo uma segregação de áreas do conhecimento. Como exemplo, as pesquisadoras Érica Jaqueline Pinto e Valquíria Gila de Amorim (2012), descrevem a inserção e participação de mulheres no curso de Física no âmbito da Universidade Federal. Segundo as autoras, “a análise mostra uma cultura masculina com práticas preconceituosas e discriminatórias explícitas e implícitas nas relações entre colegas e professores”. (p. 1).

Com o que foi exposto, de forma introdutória para o capítulo de análise, fica evidente a necessidade, como apontada pelo estudo de Adriane Raquel Santana de Lima (2017), de educação para mulheres a partir de experiências de mulheres-feministas-latino-americanas. Movimentos que façam

[...] crítica ao patriarcado como sobrevivência do colonialismo; pelo anúncio de uma educação emancipatória como recurso descolonizador; pelos estudos históricos [...] sobre os processos de independência de vários países da América Latina, dando destaque ao papel da mulher nestas lutas sociais.

Ao ler as pesquisas apresentadas na ANPEd sobre a temática do feminismo e da minha vivência enquanto leitor e pesquisador, percebi que há uma vasta gama de mulheres não lidas e não conhecidas, lutas de novos grupos de mulheres, com novas demandas e horizontes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como problema de pesquisa as seguintes questões: Como as discussões acadêmicas sobre o feminismo se relacionam com a construção de conhecimentos no âmbito da Educação? Quais seriam as contribuições à ampliação e à renovação de abordagens teóricas e metodológicas, temáticas e campos empíricos desse corpus documental?

A partir disso, verificou-se que a construção de conhecimentos no âmbito da educação, nos trabalhos apresentados na ANPEd, indica a necessidade de pensar em estratégias de base, ou seja, que busquem a formação cidadã, que deve perceber, conhecer e transformar as heranças das relações de gênero promovendo o processo de participação, inserção, presença e permanência de meninas e mulheres em espaços ocupados, majoritariamente, por homens, torne-se um movimento permanente. Assim, enquanto não formos todos feministas, homens e mulheres, e juntos desenvolvermos uma práxis de compreensão e respeito mútuo, vai ser muito difícil, no Brasil e no mundo, se chegar ao ponto de efetivamente sermos humanos e igualitários.

Os movimentos feministas possuem uma trajetória que é marcada pela luta e pela busca da justiça social. As reivindicações e as conquistas de direitos é vista claramente como um dos resultados desses movimentos. As discussões vêm se moldando a partir da realidade de cada época, de cada grupo e de cada espaço. A presente tese teve como objetivo geral analisar a construção do conhecimento com base nas produções dos GTs 03, 06, 21 e 23 da ANPEd nacional, apresentando um mapeamento de correntes, conceitos e metodologias feministas acerca da temática do feminismo no âmbito da educação, no período de 2011 a 2021.

Para alcançar esse objetivo o estudo foi realizado com base na metodologia estado do conhecimento, em que técnicas de organização foram realizadas através de quadros, esquemas de análise e tabelas de organização das bases dos trabalhos da ANPEd; além disso, para um apontamento mais quantitativo, foi utilizado o software N-Vivo.

O estudo foi organizado da seguinte maneira. No primeiro capítulo, foi apresentado a aproximação e a justificativa do tema de tese. No segundo capítulo, foi realizado o contexto do feminismo e da trajetória de mulheres na inserção da educação escolar. No terceiro capítulo, consta o embasamento teórico da pesquisa,

o campo empírico, as metodologias e as técnicas utilizadas na tese. No quarto capítulo, foram realizadas as análises dos trabalhos apresentados na ANPEd no período de 2011 a 2021. E, no quinto capítulo 5, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, seguida das referências bibliográficas utilizadas.

Finalmente, chegou-se a tese da tese, ou seja, as respostas à problemática da pesquisa que, como mencionado trata das seguintes questões: Como as discussões acadêmicas sobre o feminismo no âmbito dos GTs da ANPED se relacionam com a construção de conhecimentos no campo da Educação? Quais seriam as contribuições à ampliação e à renovação de abordagens teóricas e metodológicas, temáticas e campos empíricos desse corpus documental?

A partir do que foi apresentado, contextualizado e analisado, identificou-se que o feminismo está presente em uma série de práticas pedagógicas, desde a atuação em ambiente de mineração à maternidade, pontuando e criticando as condições de mulheres. Com o que foi exposto, foi possível perceber que as produções apontam possibilidades para rupturas das condições sociais que foram construídas acerca das relações de gênero.

São diversos os movimentos que antecedem o feminismo ocidental, conforme apresentado na seção 2.1 “Feminismo no Brasil e a presença de mulheres nas etapas de ensino: pioneiras e ativistas pelo direito à educação”, que são identificadas nas experiências e nas trajetórias de mulheres latinas, as quais demonstram ações que estão nas pautas feministas. Deste modo, é preciso olhar para as experiências de mulheres latinas que possuem seus anseios e objetivos, que partem de sua realidade cultural e social, assim como as produções da ANPEd propuseram.

É preciso que o âmbito acadêmico evidencie a pluralidade de experiências latino-americanas vistas à produção de conhecimento científico de e sobre mulheres. Há um grande campo de estudos identificados nas produções da ANPEd entre o período de 2011 a 2021, os quais continuam aumentando a partir de novas abordagens e pensamentos de mulheres e suas realidades. Os conceitos, as escolhas metodológicas e os campos empíricos das produções, procuraram realizar uma desmistificação sobre a reprodução social, os papéis destinados de acordo com o gênero e as desigualdades entre homens e mulheres. Além de ressaltar a importância das atuações de mulheres em práticas educativas que procuram

desvelar as possibilidades de inserção e de permanência de meninas e mulheres em diversas esferas da sociedade.

Embora a presença das mulheres em espaços “masculinos” sejam evidentes, considerando as produções dos GTs da ANPEd, há uma reflexão apontada pelas autoras, em que há a necessidade de pensar no processo de naturalização desses espaços ocupados por mulheres. Apenas a participação nesses espaços não é mais suficiente, são necessários processos educativos e estratégias para mudar a cultura social construída acerca das relações de gênero.

Para tal proposição, tem-se o conceito de microrresistências e microliberdades, que são compreendidas como possibilidades no processo de transformação. As experiências das pesquisas das autoras dos textos da ANPEd podem ser identificadas como microrresistências, tendo em vista que procuram formas de atuação que perpassam as condições patriarcais.

O conceito de gênero foi evidenciado como uma forma de ingresso das discussões feministas na academia, conforme foi identificado nas produções da ANPEd. O conceito de feminismo aparece na universidade, primeiramente na categoria de estudos da mulher e, em seguida, na categoria estudos de gênero. Embora tenha-se o discernimento da diferença entre gênero e feminismo, entende-se que a partir dos anúncios e denúncias acerca da construção de gênero, surjam pautas feministas, assim como identificado nos GTs da ANPEd.

As produções contribuem, também, para refletir e resgatar dimensões acerca de direitos das mulheres, sobretudo no que tange à preocupação com as opressões e os entraves velados; sobre a “incapacidade” feminina em áreas técnicas com maior participação masculina; no pensamento e na reflexão de uma condição cultural das mulheres em diversos espaços; e na necessidade de construção de estratégias para as rupturas das mazelas sociais para a participação no âmbito público.

Compreende-se a ANPEd como disseminadora e promotora de vínculos e embasamento de conceitos e teorias da educação, pela representação de universidades de muitos estados brasileiros. Desta forma, sugere-se, a partir da gama de trabalhos que direta e indiretamente discutem a temática do feminismo, a criação de um Grupo de Trabalho que seja específico para diálogos e construções acerca do tema dos movimentos e das teorias feministas.

Ao mesmo tempo, observa-se a necessidade de maior rigor na organização dos trabalhos no site e na formatação de trabalhos. No decorrer da pesquisa foram encontrados trabalhos com comentários de avaliadores, formatações incoerentes, postagens com erros, trabalhos postados de formas incompletas e falta da publicação de textos (33ª Reunião Anual da ANPEd).

Assim, as produções apresentadas na ANPEd, no período de 2011 a 2021, de e sobre mulheres, discorrem sobre suas peculiaridades, que buscam objetivos em comum que são o bem viver, o gozo por direitos básicos e o rompimento das “normas” culturais e sociais “do ser mulher” reproduzidos pelas heranças coloniais e patriarcais. Sugere-se estudos futuros com análises temáticas com a utilização de softwares, como o exemplo do N-Vivo.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

ADAMS, Telmo; MORETTI, Cheron. Fontes da Educação Popular e da pesquisa participativa na América Latina: epistemologias ao sul da colonialidade do conhecimento. In: **Educação Realidade**. Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 447-463, 2011.

AGENCIA SENADO. **Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura#:~:text=A%20primeira%20grande%20lei%20educacional,separados%20e%20tivessem%20curr%C3%ADculos%20diferentes.&text=Nas%20aulas%20de%20portugu%C3%AAs%20e,mesmo%20para%20meninos%20e%20meninas>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

AIMÉ, Tapia González. **Mujeres indígenas en defensa de la tierra**. Ediciones Cátedra, 2018.

ANPED. **Boletim**. Volume 8, n. 2, abril/junho de 1986.

AQUINO, Evely; BRITO, José; COSTA, Vânia. **Trajetórias de mulheres da educação de jovens e adultos em um assentamento de reforma agrária**: entre a luta pela terra e pela leitura da palavra. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 37. 2015, Florianópolis. Disponível em: <<http://37reuniao.ANPEd.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT03-3802.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. In: **Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/LZmX67CZRJScmfcdsy4LxzJ/?format=pdf#:~:text=A%20cr%C3%ADtica%20feminista%20evidenciou%20alguns,outros%20componentes%20na%20pr%C3%A1tica%20cient%C3%ADfica>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARGETZ, Brigitte. The Politics of the Everyday: A Feminist Revision of the Public/Private Frame. In: **Reconciling the Irreconcilable**. Papkova, Vienna: IWM Junior Visiting Fellows' Conferences, v. 24, 2009.

BARROS, Suzane Carvalho V. da; MOURÃO, Luciana. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. In: **Psicologia e Sociedade**, v. 30, 2018.

BASSALO, Lucélia. **Igualdade ou heteronormatividade? Jovens mulheres comunicando sentidos, formando significados**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 37. 2015, Florianópolis. Disponível em: <<http://37reuniao.ANPEd.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4575.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

BATALHA, Marisa Helena Martins. Dissertação. Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Marcha das vadias** - corpo e identidade. Feminismo na contemporaneidade. Mato Grosso, 2015. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT\\_f3632dc8274ca83427b33a77e948716b](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMT_f3632dc8274ca83427b33a77e948716b)>. Acesso em: 20 out. 2021.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo** – fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BELLINI, Daniela Mara G. **Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Carlos, São Carlos, 2018.

BELTRAME, Sonia Aparecida Branco; SOUSA, Maria Antônia de. **Percursos, identidade e perspectivas**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 32. 2013. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/artigobeltramesouza2009teanped.doc>>. Acesso em: 02 set. 2021.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/8mqpbrrwhLsFpxH8yMWW9KQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: **Gestão universitária: os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, p. 19-42, 2013.

BRAGA, Ronald. Qualidade e eficiência do modelo de ensino superior brasileiro: uma reflexão crítica. In: Documentos de Trabalho, NUPES/USP, 1989.

BRASIL. **Decreto nº 14.343**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html#:~:text=DECRETA%3A-,Art.,Art.>>. Acesso em: 10 out. 2022.

CARRERA, Ana Daniele Mendes. Dissertação. Universidade Estadual do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Futuras professoras e feministas: a construção de uma docência voltada à equidade de gênero**. Viçosa, 2016. Disponível em: <[https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/2020/01/ana\\_daniela\\_mendes\\_carrera.pdf](https://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/2020/01/ana_daniela_mendes_carrera.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2021.

CARVALHO, Iríz. **Educação popular e economia solidária pelas mãos das mulheres**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=26](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26)>. Acesso em: 02 set. 2021.

CARVALHO, Mariana Tiso De. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Transbordamentos entre o candomblé e o maracatu de baque virado na construção curricular do grupo filhas de Aganju**. Viçosa, 2016. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/24536>>. Acesso em: 20 out. 2021.

CASTRO, Amanda Motta. “**Não queria que minha filha tivesse a mesma vida que eu**”: um estudo sobre mulheres no trabalho artesanal. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 38. 2017, São Luís do Maranhão. Disponível em: <[http://38reuniao.ANPEd.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38ANPEd\\_2017\\_GT06\\_138.pdf](http://38reuniao.ANPEd.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38ANPEd_2017_GT06_138.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Traduzido por Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. 2015. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos\\_31492.html](http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492.html)>. Acesso em: 04 maio de 2020.

CORUJA, Paula. Comunicação e Feminismo: um panorama a partir da produção de teses e dissertações do campo da Comunicação entre 2010 e 2015. In: **Revista Artemis**, v. 25, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/36457>>. Acesso em: 05 set. 2021.

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. Teoria e práxis feministas na academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. In: **Estudos Feministas**, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171>>. Acesso em: 05 set. 2021.

COSTA, Priscila Trarbach. **O acesso da mulher ao ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

CRENSHAW, kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. University of California. 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

DINIZ, Debora; GUILHE, Dirce. Bioética feminista na América Latina: a contribuição das atina: a contribuição das mulheres. In: **Estudos Feministas**, n. 16, v. 2, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/hFScd4DfPPhm7nVH3wZn8Ks/?lang=pt>>. Acesso em: 05 set. 2021.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. Santa Cruz: Editora mulheres, 2000, p.175-193.

EAPES. Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Acordo MEC/USAID). Rio de Janeiro: MEC/DES, 1968.

FARAH et. al. Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). In: **Caderno EBAPE**, v. 16, n. 3. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/xpd4mNzztYCwzYBTssFrhvj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05 set. 2021.

FARIA, Ivan; SANTOS, Jaiana. **Jovens, mulheres e de origem rural: trajetórias de inserção em uma universidade pública no interior do Nordeste brasileiro**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=26](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26)>. Acesso em: 02 set. 2021.

FÁVAERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: **Educar**, n. 28, p. 17-36, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. **Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço**. In: MOROSINI, M. C. (Org.). Universidade no Mercosul. São Paulo: Cortez, 1994.

FERNANDES, Florestan. Os dilemas da reforma universitária consentida. In: **Debate e Crítica**. São Paulo, n. 2, 1974. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3539163>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: AlfaOmega, 1975.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Francisca Izidora Gonçalves da Rocha. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. Santa Cruz: Editora mulheres, 2000, p. 758-767.

FERREIRA, Norma Sandra de A.. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: **Educação & Sociedade**, n. 79, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 out. 2021.

FERREIRA, Pedro C.; VELOSO, Fernando. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro no Pós-Guerra. In: **Biblioteca Digital FGV**, 2013. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14054/O\\_Desenvolvimento\\_Econ%C3%B4mico\\_Brasileiro\\_no\\_P%C3%B3s\\_Guerra.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/14054/O_Desenvolvimento_Econ%C3%B4mico_Brasileiro_no_P%C3%B3s_Guerra.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: out. 2020.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. In: **Estudos Feministas**, n. 23, v. 1, p. 312, 2015.

FONTELLA, Caren Rejane De F. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Percursos de mulheres no programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA)**. Porto Alegre, 2019.

Disponível em:

<<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4848/5/FI%c3%a1via%20Nascimento%20Giongo%202020.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

FRACCARO, Glaucia Cristina C. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). In: **Estudos Históricos**, v. 31, n. 63, 2018.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/eh/a/b47gtvTBRRdy3cBmBNX8mJp/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 05 out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAS, Mayanne. **Ser mulher na computação**: experiências de alunas em uma IFES nordestina. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em:

<[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=35](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=35)>. Acesso em: 02 set. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

**Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/normastabular.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FURLIN, Neiva. A produção acadêmica de mulheres professoras no campo do saber teológico: sujeição ou subjetivação ética?. In: **Pesquisa e Educação**, v. 47, 2021.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186928>>. Acesso em: 05 set. 2021.

FURLIN, Neiva. **Políticas educacionais para a não discriminação de gênero no Brasil e Chile**: Uma análise a partir dos planos de políticas para mulheres. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em:

<[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=35](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=35)>. Acesso em: 02 set. 2021.

GEBARA, Ivone. **A mobilidade da senzala feminina**: mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo. São Paulo: Paulinas, 2000.

GONDRA, José Gonçalves; NUNES, João Batista Carvalho; MARTINS, Marcos Francisco. Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPREd/ANPEd): história, configurações, desafios. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Disponível:

<<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230044.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2021.

GONZALEZ, Lélia. **“Racismo e sexismo na cultura brasileira”**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Brasília: Ciências Sociais Hoje, 1983.

GONZALEZ, Lélia. A democracia racial: uma militância. In: **Reedição**, 1982. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/download/27925/15208>>. Acesso em 10 dez. 2022.

GRANDO, Beleni; CAMPOS, Neide. **Educação da mulher bororo - caminhos formativos na educação escolar indígena em mato grosso**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=26](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26)>. Acesso em: 02 set. 2021.

GROSSI, Miriam Pillar. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos. Uma breve história do feminismo no Brasil. In: **Estudos Feministas**, n. 12, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300023/9519>>. Acesso em: 18 out. 2021.

GUEDES, Moema de C.. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. In: **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, p.117-132, 2008.

hooks, bell. *Feminism is for everybody: passionate politics*. London: Pluto Press, 2000.

IANNI, Octavio. **O Labirinto Latino Americano**. Petrópolis: Vozes, 1993.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Indicadores de Fluxo da Educação Superior**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-fluxo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

KAUFMANN, Jean-Claude. **Entrevista Compreensiva: Um Guia para Pesquisa de Campo**. Petrópolis: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

KLEIN, Carin. **A educação de mulheres-mães pobres para uma “infância melhor”**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 34. 2008, Natal. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT23/GT23-501%20int.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

KLEIN, Carin. **Mulheres-visitadoras, mulheres-voluntárias, mulheres-da comunidade**: o conhecimento como estratégia de diferenciação de sujeitos no PIM. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 35. 2008, Porto de Galinhas. Disponível em: <<http://35reuniao.ANPEd.org.br/trabalhos/137-gt23>>. Acesso em: 02 set. 2021.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **El feminismo in mi vida**: hitos, claves y topías. México: Inmujeres DF, 2012.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiveros de las mujeres: madreposas, monjas, putas, presas y locas**. 4. ed. México: UNAM, 2005.

LEVY, Daniel. Higher Education and the State in Latin America. In: **The University of Chicago Press**, 1986.

LIMA, Aline Da Costa Luz De. Dissertação. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Intersecção entre feminismo e educação popular na formação de promotoras legais populares**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/40238>>. Acesso em: 20 out. 2021.

LIMA, Livia Barbosa. **Sujeitos dos feminismos em disputa: uma análise a partir da produção de teses e dissertações brasileiras**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2019.

LISBOA, Adrielle. **O Papel Político dos Pré-vestibulares populares e o acesso de mulheres negras e das classes populares à Universidade Pública**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=26](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26)>. Acesso em: 02 set. 2021.

LOBO, Luiza. A literatura de autoria feminina na América Latina, **Revista Brasil de Literatura**. Disponível em: <<http://filipe.tripod.com/LLobo.html>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

LODI, Leonardo Camargo. Dissertação. **SALOMÉ UREÑA E EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA: contribuição para uma pedagogia (des)colonial**. São Leopoldo, 2019. Disponível em: <[http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8790/Leonardo%20Camargo%20Lodi\\_.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/8790/Leonardo%20Camargo%20Lodi_.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 02 ago. 2021,

LÖWY, Ilana. **Ciências e gênero**. In: HIRATA, Helena et al (Org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40-44.

MACEDO, Elizabeth; SOUZA, Clarilza P. de.. A pesquisa em educação no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, 166-176, 2010.

MAGACHO, Larissa Nobre; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Movimentos sociais e educação ambiental: um estudo sobre teses e dissertações brasileiras. In: **Ciência & Educação**, v. 25, n. 1, 2017.

MARINHO, Nailda. Pesquisa analisa inserção das mulheres no ensino superior no Rio de Janeiro. In: MOTTA, Débora. **História Ciências e Saúde**. Entrevista. 2014.

MARQUES, Tatyane. **“Pensa aí, uma negra, pobre, do interior dos interiores que decidiu estudar [...]”**: reflexões sobre o perfil e as condições de acesso ao ensino superior de jovens mulheres da roça. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 38. 2017, São Luís do Maranhão. Disponível em:

<[http://anais.ANPEd.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho\\_38ANPEd\\_2017\\_GT03\\_479.pdf](http://anais.ANPEd.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38ANPEd_2017_GT03_479.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2021.

MARTI, José. La Habana: La Habana obras completas. In: **La Habana**: Centro de Estudios Martianos; Karisma Digital, 2001.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Uma historiadora militante: Maria Lúcia Mott (1948-2011). In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 150, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/yCtBmjgMBXbKG3VKbgbpxbq/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 set. 2021.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância. In: **Estudos Feministas**, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/w8s6Tp9z845Q9ngQ5CM3WgB/?lang=pt>>. Acesso em: 05 set. 2021.

MIRANDA, Bruna Woinorvski. Tese. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Epistemologias feministas e epistemologias do Sul**: prismas sobre a judicialização da violência contra a mulher. Paraná, 2019. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3057>>. Acesso em: 20 out. 2021.

MODEL, Eliandra; EGGERT, Edla. **A invisibilidade das mulheres/estudantes do PROEJA na revista EJA em debate**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=26](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26)>. Acesso em: 02 set. 2021.

MORAES, Eunice; SILVA, Lucia. **Políticas para mulheres e os desafios da institucionalidade**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 38. 2017, São Luís do Maranhão. Disponível em: <[http://38reuniao.ANPEd.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho\\_38ANPEd\\_2017\\_GT23\\_433.pdf](http://38reuniao.ANPEd.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38ANPEd_2017_GT23_433.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2021.

MUÑOZ, Maria Alejandra. **Análisis del feminismo decolonial, otra mirada desde abya yala, caso programa mujer – cric (consejo regional indígena del cauca)**. Dissertação. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea Da América Latina (PPG ICAL). 2017. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/2620/Mar%C3%ACa%20Alejandra%20ICAL%202017%20oct.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

MURACA, Mariateresa. **Método e metodologia entre pedagogia popular e feminismo**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 36. 2013, Goiânia. Disponível em:

<[http://36reuniao.ANPEd.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt06\\_trabalhos\\_pdfs/gt06\\_3354\\_texto.pdf](http://36reuniao.ANPEd.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt06_trabalhos_pdfs/gt06_3354_texto.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2021.

MURACA, Mariateresa. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do movimento de mulheres camponesas em Santa Catarina**. Uma etnografia colaborativa. Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160564>>. Acesso em: 20 out. 2021.

MUZART, Zahidé Lupinacci. **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. Santa Cruz do Sul: Editora mulheres, 2000.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. In: **Psicologia e Sociedade**, n. 18, v. 1, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

NEVES, Clarissa Eckert; Martins, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom et al. **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília: Ipea, 2016.

OLIVEIRA, Elismênia Aparecida. **Produção de conhecimento feminista em universidades brasileiras**. Dissertação. Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6477/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Elism%C3%AAnnia%20Aparecida%20Oliveira%20-%202015.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

OLIVEIRA, Ludmila; CAVALCANTE, Holanda. **“O futuro é uma caixinha de sonhos” ... campo, mulheres, formação e trabalho**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 39. 2018, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/39reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=26](http://anais.ANPEd.org.br/p/39reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26)>. Acesso em: 02 set. 2021.

PAULA, Maria de Fátima. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. In: **Revista Avaliação da Educação Superior**, v. 14, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/JHz4fHXBbzRXz3Xnk4VVrSw/?lang=pt>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

PEREIRA, Josilaine Antunes; LOCKS, Geraldo Augusto. **Economia solidária?** Espaço de educação popular e empoderamento feminino. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 39. 2019. Disponível em: <[http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos\\_7\\_4](http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_7_4)>. Acesso em: 7 jul. 2022.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD. **IBGE**. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2020.

PINTO, Célia Regina. Feminismo, história e poder. In: **Revista Sociologia Política**, v. 18, n. 36, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 out. 2021.

PINTO, Érica Jaqueline; AMORIM, Valquíria Gila de. **Gênero e educação superior: um estudo sobre as mulheres na física**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 37. 2017. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-3778.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

PIRES, Desirée; CASTRO, Amana Motta. **Educação como prática de liberdade para/pelas mulheres: o movimento #EleNão**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=26](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26)>. Acesso em: 02 set. 2021.

PIRES, Herculanum Ghirello. Dissertação. Universidade Estadual do Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Mulheres e roupas: as feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1936)**. Maringá, 2019. Disponível em: <<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/4580>>. Acesso em: 20 out. 2021.

PITANGUY, Jacqueline. Feminismo e Estado: A experiência do CNDM. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.) **O Feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas**. Salvador, NEIM/UFBA, 2008.

PONTES, Hamanda; BASSALO, Lucélia. **Jovens mulheres no ensino médio: expressões culturais, modos de ser jovem e relações de sociabilidade na escola**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 39. 2018, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://39.reuniao.ANPEd.org.br/category/trabalho/?grupo\\_trabalho=gt03-movimentos-sociais](http://39.reuniao.ANPEd.org.br/category/trabalho/?grupo_trabalho=gt03-movimentos-sociais)>. Acesso em: 02 set. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Gráficas y Servicios, 2000, p.246.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Perú Indígena, 13 (29), 11- 29, 1992. Disponível em: <<https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: Clacso, 2020. Disponível em: <[https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/11/QUIJANO\\_An%C3%ADbal-Cuestiones-y-horizontes-dependencia-hist%C3%B3rico\\_estructural-a-la-colonialidad\\_descolonialidad-del-poder-2020.pdf](https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/11/QUIJANO_An%C3%ADbal-Cuestiones-y-horizontes-dependencia-hist%C3%B3rico_estructural-a-la-colonialidad_descolonialidad-del-poder-2020.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2021.

RAMOS, Jéssica da Cunha. **O gênero dentro da perspectiva feminista e sua relação com o direito**. Faculdade de Direito. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/3126/O%20G%20CANERO%20DENTRO%20DA%20PERSPECTIVA%20FEMINISTA%20E%20SUA%20RELA%C7%C3%20COM%20O.pdf;jsessionid=0AC357B94D025E5F9A79C731E7FAC05A?sequence=1>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RÊGO, Sérgio Antônio. **Mulher e Ciência: interfaces entre conhecimento científico e político na América Latina**. 2015. Dissertação (Mestrado Educação Contemporânea) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. **Mulheres negras e professoras no ensino superior – as histórias de vida que as constituíram**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 35. 2012. Disponível em: <[http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT21%20Trabalhos/GT21-2187\\_int.pdf](http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT21%20Trabalhos/GT21-2187_int.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2022.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

Relatório de Bertha Lutz para International Woman Suffrage Alliance. AN, Fundo FBPF, Caixa 37, Pacote 2.

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA. **Decreto nº 62.937/6**. Rio de Janeiro: MEC/MPCG/MF, agosto, 1968.

RESENDE, Dilcelene. **A mulher e a docência: histórias de militância**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 36. 2013, Goiânia. Disponível em: <[http://36reuniao.ANPEd.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt06\\_trabalhos\\_pdfs/gt06\\_3362\\_texto.pdf](http://36reuniao.ANPEd.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt06_trabalhos_pdfs/gt06_3362_texto.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2021.

RIBEIRO, Arilda Inês M.. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mender V.; GREIVE, Cynthia. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, Loredana et al. A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. In: **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/d6XyYCxPVPyKsgDLTmN7W4t/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 set. 2021.

RIBEIRO, Paula; VARGAS, Juliana. **Falas de jovens alunas sobre ser mulher: nas pistas de um dispositivo de feminilidade**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=35](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=35)>. Acesso em: 02 set. 2021.

RIO, Ana Carla Carneiro; JÚNIOR, Antonio Fernandes. Uma autora que não ousa assinar o próprio nome: discurso e autora em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. In: **Revista ABRALIN**, v. 15, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1287>>. Acesso em: 18 out. 2021.

RODRIGUES, Thais Domingos dos Santos. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Mulheres da esquerda: política, memória e feminismos**. São Carlos, 2017. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR\\_4e1bb52ec22b0ff6b57c05a5a0038ef4](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_4e1bb52ec22b0ff6b57c05a5a0038ef4)>. Acesso em: 20 out. 2021.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em Educação. In: **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, 2006.

ROSA, Camila Simoes. Tese. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação. **A interseccionalidade e suas contribuições para a compreensão do encarceramento de mulheres negras**. São Carlos, 2018. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4848/5/FI%c3%a1via%20Nascimento%20Gingo%202020.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. In: **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/vh4sb4mGWf5Ts9HXGrKxz3R/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05 set. 2021.

ROVERI, Fernanda Theodora. **A boneca barbie e a educação das meninas – um mundo de disfarces**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 30. 2007. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt23-3154-int.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAID, Camila. **Hip-hop das minas: um olhar sobre a participação de jovens mulheres no movimento hip-hop de belo horizonte**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 31. 2008, Caxambu. Disponível em: <<http://31reuniao.ANPEd.org.br/1trabalho/GT03-4605--Int.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

SALES, André Luis Leite de Figueirêo; FONTES, Flávio Fernandes; YAUI, Silvio. Para (Re)Colocar um problema: a militância em questão. In: **Temas Psicologia**, v. 26, n. 2, p. 565-577, 2018.

SALVA, Sueli. **Narrativas de vivências juvenis: as jovens mulheres no centro da cena**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 31. 2008, Caxambu. Disponível em: <<http://31reuniao.ANPEd.org.br/1trabalho/GT23-3958--Int.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. In: Núcle de Pesquisas Sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, Aline Renata Dos. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Patriarcalização e despatriarcalização nas imagens de mulheres nos livros didáticos da educação do campo do Brasil e da Colômbia**. Paraíba, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8751?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8751?locale=pt_BR)>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, Ana Lúcia F. dos; AZEVEDO, Janete Maria L. de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 534-550, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782009000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000300010>.

SANTOS, Pollyana. **Trajetórias juvenis de mulheres em privação de liberdade e experiências escolares**: os sentidos produzidos nos encontros e desencontros com a escola. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 37. 2015, Florianópolis. Disponível em: <<https://www.ANPEd.org.br/sites/default/files/trabalho-gt03-4391.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Estudos feministas**, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/QVNKzsbHFngG9MbWCFFPPCv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 set. 2021.

SCHWENGBER, Maria. **Ensina-se a mais antiga das artes às mulheres**: a de ter filhos e tornar-se mãe carinhosa. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 31. 2008, Caxambu. Disponível em: <<http://31reuniao.ANPEd.org.br/1trabalho/GT23-3996--Int.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

SCHWENGBER, Maria. **Pobres meninas “ricas” com a gravidez**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 32. 2009, Caxambu. Disponível em: <<http://32reuniao.ANPEd.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5183--Int.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**, n. 20, v. 2, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em 1 maio 2021.

SENA, Nelson Coelho de. **O desenvolvimento de Minas Gerais e sua riqueza literária**. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: Memória política de Minas Gerais: Nelson Coelho de Sena. Belo Horizonte, 2006. Discurso de abertura da assembleia

inaugural da Academia Mineira de letras. Título atribuído pela Fundação João Pinheiro.

SILVA, Aldir Jose Da. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação. **“Quando eu Saí de Casa”** – Inventário das Políticas Públicas e Práticas Educativas Emancipatórias do Programa Mulheres Mil. Pernambuco, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20334>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, Camila Ferreira da. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação. **As marcas da memória hegemônica e da memória vivida nas imagens da mulher negra nos didáticos do território camponês do Brasil e da Colômbia: um olhar através dos estudos pós-coloniais e do feminismo negro latino-americano.** Recife, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30982>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, Elizabeth Maria Da. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação. **Mulheres, emancipai-vos! Um estudo sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta.** Pernambuco, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11285>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, Ivanilson Batista Da. Dissertação. Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra.** Paraíba, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8751?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8751?locale=pt_BR)>. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, Luanna Márley de Oliveira. **Os estudos feministas sobre “ideologia de gênero” no Brasil: uma análise das produções científicas.** 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania), Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SIMÕES, Renata. **Mulher e assistência social na ação integralista brasileira: “pelo bem do Brasil!”.** Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 35. 2012, Porto de Galinhas. Disponível em: <[https://www.ANPEd.org.br/sites/default/files/gt03-1623\\_int.pdf](https://www.ANPEd.org.br/sites/default/files/gt03-1623_int.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2021.

SIMON, Everton; VERGUTZ, Cristina. **“Eu posso e todas as mulheres podem”:** educação, trabalho e alimentação nas experiências pedagógicas de uma escola família agrícola. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=26](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26)>. Acesso em: 02 set. 2021.

SOARES, Francinéia Francisca Gomes. Tese. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação. **A relação dialógica: mulher e EJA na construção da consciência feminista.** Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/31657>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: Clacso, 2018. Disponível em: <[https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81474/1/Construindo%20as%20Epistemologias%20do%20Sul\\_Vol%201.pdf](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/81474/1/Construindo%20as%20Epistemologias%20do%20Sul_Vol%201.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SOUZA, Fábila. **Arpilleras, as linhas resistência**: a metodologia feminista das mulheres atingidas por barragens do Brasil. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=35](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=35)>. Acesso em: 02 set. 2021.

SOUZA, J. G. **Evolução histórica da universidade brasileira**: abordagens preliminares. Revista de Educação, n. 1, 2012.

STRECK, Danilo R. **José Martí & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

STRECK, Danilo R.. A educação popular e a (re)construção do público: há fogo sob as brasas?. In: **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 272-284, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200006&lng=en&nrm=iso)>. Access em: out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000200006>.

STRECK, Danilo R.. Encobrimentos e Emergências Pedagógicas na América Latina. In: **Revista Lusófona de Educação**, 2005, n. 6, 55-66.

TEIXEIRA, Adla Betsaida; FREITAS, Marcel. Aspectos Acadêmicos e Profissionais sobre Mulheres Cientistas na Física e na Educação Física. In: **Revista Artemis**, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/1578-artemis/v20n02/16596-aspectos-academicos-e-profissionais-sobre-mulheres-cientistas-na-fisica-e-na-educacao-fisica.html>>. Acesso em: 05 set. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. Notas para a história da educação. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 85, n. 37, 1962. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/fran/artigos/notas2.html>>. Acesso em 10 nov. 2022.

TEIXEIRA, Iraí; OLIVEIRA, Maria. **Mulheres camponesas e os processos educativos desencadeados por suas práticas de cuidado à saúde**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 35. 2008, Porto de Galinhas. Disponível em: <[https://ANPEd.org.br/sites/default/files/gt06-2471\\_int.pdf](https://ANPEd.org.br/sites/default/files/gt06-2471_int.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2021.

TELLES, Norma. **Encantações**: escritoras e tradição literária no Brasil, século XIX. 1987. 531 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: Uma teoria social da mídia. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era da comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOMÉ, Dyeinne Cristina. Tese. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Mariana Coelho e a educação das mulheres**: uma escritora feminista no campo intelectual (1893-1940). Paraná, 2020. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3127>>. Acesso em: 20 out. 2021.

TORRES, Carla Michele Ramos. **A União Nacional dos Estudantes: História, Educação e Política no Brasil na década de 1960**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. 2016. Disponível em: <[http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-1\\_CARLA-MICHELE-RAMOS-TORRES.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-1_CARLA-MICHELE-RAMOS-TORRES.pdf)>. Acesso em: 7 jul. 2022.

VERGUTZ, Cristina; CORRÊA, Aline; MORETTI, Cheron Zanini. **Silêncios e vozes das mulheres na pedagogia da alternância: problematizações a partir do "nó histórico" e da "dodiscência"**. Trabalho apresentado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Ed. 40. 2021. Disponível em: <[http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field\\_prog\\_gt\\_target\\_id\\_entityreference\\_filter=26](http://anais.ANPEd.org.br/p/40reuniao/trabalhos?field_prog_gt_target_id_entityreference_filter=26)>. Acesso em: 02 set. 2021.

WINK, Ingrid. Tese. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. **O educativo na construção da emancipação da classe trabalhadora na Marcha Mundial das Mulheres**: o processo de luta das mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil'. Paraná, 2016. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4848/5/FI%c3%a1via%20Nascimento%20Giongo%202020.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2021.

WOOLF, Virginia. Women in fiction. In: **Collected essays**. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1929, v. 2, p. 141-148.